COLECÇÃO DE OBRAS CLÁSSICAS
DO PENSAMENTO ECONÓMICO PORTUGUÊS

J. J. Rodrigues de Freitas

# OBRAS ECONÓMICAS ESCOLHIDAS

1872-1889

Tomo II

BANCO DE PORTUGAL

# OBRAS ECONÓMICAS ESCOLHIDAS

Colecção de Obras Clássicas
do Pensamento Económico Português

14

# J. J. RODRIGUES DE FREITAS

# OBRAS ECONÓMICAS ESCOLHIDAS
# (1872 - 1889)

---

**Tomo II**

Introdução e Direcção de Edição
António Almodovar

Lisboa • Banco de Portugal • 1996

© copyright Banco de Portugal, Lisboa, 1996
Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor

**Capa e orientação gráfica de A. Pedro**
**Fotocomposição, impressão e acabamento de Mirandela — Artes Gráficas S.A.**
**Tiragem: 1750 exemplares**
**ISBN: 972-9479-29-1**
**Depósito Legal n.º 107288/97**

# *ÍNDICE*


Pág.

A Revolução Social. Análise das Doutrinas da Associação Internacional dos Trabalhadores (1872) ..... 1

Crise Monetária e Política de 1876. Causas e Remédios ..... 117

A Circulação Fiduciária e a Proposta de Lei acerca do Banco de Portugal (1877) ..... 171

Homenagem ao Centenário de Frederico Froebel (1882) ..... 187

Um Economista Português: António de Oliveira Marreca (1889) 205

Índice onomástico ..... 251

Índice temático ..... 255

# A REVOLUÇÃO SOCIAL

# ANÁLISE DAS DOUTRINAS DA

# ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES

# (1872)

Lembremo-nos de que toda a ofensa à liberdade, longe de enfraquecer os inimigos da ordem social, somente os fortaleceria, permitindo-lhes fingirem-se defensores de direitos sagrados, de que eles acabam de mostrar-se os mais cruéis e mais implacáveis inimigos.

(Villetard, *Histoire de l'Internationale* pág. 284)

A associação é um dos mais poderosos meios de *educação política e social*. Nas associações os homens aprendem a apreciar e a discutir os objectos de interesse comum, a compreender as dificuldades que muitas vezes se opõem à realização dos mais úteis planos, e a convencerem-se de que toda a sociedade exige leis que desviem pretensões exclusivas, para dominar e harmonizar os interesses particulares. Demais, a submissão às leis melhor se obtém quando cada qual cooperou nelas e reconheceu que eram necessárias.

(Ahrens, *Philosophie du droit)*

O homem que obedece à violência, curva-se e abate-se; submetendo-se à autoridade que reconhece noutrém, de certo modo se eleva acima daquele de quem recebe ordens. Não há grandes homens sem virtudes; não há povo que seja grande sem respeitar os direitos; pode-se até dizer que sem este respeito não há sociedade.

Qual é o melhor meio de apresentar aos homens a ideia do direito, e tornar-lha sensível? E conceder a todos o tranquilo exercício de certos direitos.

(Tocqueville, *De la democratie en Amerique)*

# A REVOLUÇÃO SOCIAL

## I

## *Introdução*

A última guerra civil que houve na França admirou o mundo muito mais que a já de si tão notável história das pelejas entre o império napoleónico e a Alemanha. A inopinada e rápida queda de Napoleão foi para muito menor assombro do que a formação da comuna parisiense, os incomportáveis excessos de infrenes turbas, o incêndio de tantos e tão sumptuosos edifícios e inestimáveis obras de arte, e a aparição dos membros da Internacional num dos mais importantes lugares desse formidável teatro. A guerra franco-germânica tinha origens muito conhecidas; era o resultado de inimizades antigas, e o esforço para definir duas nacionalidades rivais; e ainda que surpreendido o mundo com a nova de tão rápidas e brilhantes vitórias alcançadas pelos exércitos das confederações alemãs, rapidamente o espanto acabou depois do conhecimento da organização militar e da diferença moral das duas nações; porém o governo da Comuna com seus numerosos desvarios, e a noticia da crescente importância da associação Internacional, ainda agora são pasmo de muitos e ocupam a atenção de grandes estadistas e publicistas. O Sr. Júlio Favre, numa circular escrita há poucos meses convidava todos os governos a atentarem solicitamente nos trabalhos dessa sociedade, que, no dizer do ministro francês rapidamente estendera influência às principais nações europeias. Quando homem tão considerado e apóstolo de doutrinas liberais, assim fala ao universo e aponta como prova das asserções a devastação de Paris, deve ser objecto de muito estudo tão impressivo facto social que os tímidos crêem será seguido de outros não menos calamitosos.

Não é somente a circular do Sr. Júlio Favre quem pôs em relevo o influxo da Internacional: também os periódicos afirmaram que milhares e milhares de soldados alemães voltaram à pátria já alistados na mencionada associação, vencidos assim pelo espírito francês ainda que vitoriosos pelas armas homicidas.

Donde resultou julgar-se que a Internacional pôde em breve período abalar a Europa, destruí-la politicamente, e estabelecer uma vida assaz diversa da que hoje tem cabido a homens neste vale de lágrimas e de alegrias. Sobressaltado o espírito público e receosos os governos de que a doutrina internacionalista invadisse as nações a que presidem, não faltou quem propusesse como único e eficaz remédio a proibição completa do ensinamento dela; entre os que assim opinavam, entre os que assim opinam, quantos não há, que pela causa da liberdade expuseram a vida, sacrificaram os haveres da família, e até a viram unida ao seu próprio martírio?

Pelo que nos toca, propondo-nos discutir a revolução social, damos público documento de que temos viva crença na liberdade do pensamento e nos princípios que defendemos, porque se entendêssemos que proibir e punir fosse o único meio de vencer, daríamos ao menos o auxílio do silêncio aos executores dessa gigante e valentíssima providência.

É a discussão que há-de provar o erro das doutrinas internacionalistas; derivará dela (firmemente nos sentimos convencidos disto) o conhecimento de que o moderno socialismo, bem que empregando meios um pouco diversos do antigo, ainda padece os mesmos erros económicos, ainda proclama programas que, sob aparência de ventura infinda, seriam, quando realizados, a mais cruel das infelicidades.

Júlio Favre chamou a atenção das nações para os horrores de Paris; a nosso turno, e em humilíssima esfera, chamamos a atenção de nossos leitores para os funestíssimos actos de Napoleão III, para a desmesurada opulência da capital francesa e para os custosos artifícios com que se pretendia segurar no trono a casa dos antigos republicanos; sem esses erros, sem esses artifícios, a Internacional mais dificilmente se estabeleceria ou, antes a organização da sociedade francesa tornaria impossível que se ramificasse no império; atenda-se também a que o internacionalismo apareceu já crescido e robusto; poucos deram por ele senão quando podia produzir, como produziu graves danos; a capital da França, vivendo em festins, gasta em delēites, ocupando-se quase exclusivamente dos interesses materiais, não soube curar o mal apenas aparecido; descuidosa folgava junto do abismo quando ao cabo de longos desvios respondeu a vergonha da derrota à vaidade dos belicosos preparativos; quando muitos membros das classes menos abastadas se manifestaram organizados em associação poderosa a França estremeceu, arrependeu-se, mas já era tarde; o fogo que subterraneamente lavrara, porque os centralizadores interesseiros andavam desde anos empenhados em grandes obras mesquinhas, esse fogo tornou-se também facho de incendiários, e alumiou sinistramente as ruínas do sólio do monarca exilado e vencido.

Diante de tais factos, o nosso espírito liberal não recua, antes se fortalece; na história dos últimos anos se nos não depara a prova de que a liberdade seja má, e provenham dela acontecimentos como os de Paris

que liberdade havia ali? Que estabilidade de princípios? Que autonomia tinham as províncias e os concelhos? Que emprego o imposto? Que cuidado sincero em antepor o bem geral ao engrandecimento de uma dinastia ou duma cidade? Os aludidos acontecimentos condenam o despotismo, do qual provieram, eles foram a resposta do tempo às ambições imoderadas daquele que teve a fantasia de dominar o mundo com as armas e com a diplomacia.

Mas se os sucessos parisienses com razão admiraram todos que os presenciaram ou souberam, parece-nos que em muitos espíritos vai demasiado terror; assim assoberbados, não podem sensatamente discorrer, e é fácil tomarem por fenómeno superior às forças da sociedade actual o que está muito longe de ser capaz de as vencer. Não tendo partilhado nestes receios, cumprimos um dever, comunicando a esses concidadãos o que pensamos acerca da questão social; examinaremos as teorias internacionalistas e esperamos provar que essas doutrinas são geralmente falsas e especialmente nocivas às classes laboriosas. Persuadidos disto, estamo-lo também de que a discussão há-de produzir maiores benefícios do que a prevenção os entendimentos enganados com visões mal definidas, verão alegremente cair a vasta obra da ilusão; os homens laboriosos compreenderão que as conquistas a realizar não consistem na extinção do salariado, na propriedade colectiva do solo, na repartição dos haveres em favor do Estado, e na disfarçada guerra à introdução das máquinas; às leis sociais temos de dar outro fim; havemos de conseguir com elas mais justiça, maior moralidade, e consequentemente a paz que é possível reinar na terra. A questão social está pessimamente posta por aqueles a quem se atribui terem-na suscitado: errado caminho percorrem os que fazem consistir o principal erro na diferença de riquezas; o mesmo valeria tomar por um monumento qualquer das menores pedras de que consta; e desse engano resulta pretenderem muitos reformadores estabelecer leis, que encontram as mais sólidas verdades da ciência económica; se olhassem profundamente para quanto à volta deles se passa, não estariam propagando doutrinas que somente servem à miséria geral, à violação do direito, à ruína do trabalho, ao ódio de classes e à depravação dos mais nobres sentimentos; respeitariam as leis naturais da sociedade, e empenhariam todas suas forças em que a organização dos Estados correspondesse àquelas leis; levantariam a questão social da repugnante inimizade de classes, e torná-la-iam o principal sucesso do século décimo nono; considerá-la-iam como os factos querem: isto é, como nova evolução do sentimento moral, abatido pelos vícios do Estado, que ainda depois de tomar o fundamento racional de expressão política da sociedade, cuidou que tudo podia fazer para a transformar; aplicou-se aos interesses materiais, e o progresso espiritual não os acompanhou proporcionalmente; este desequilíbrio é horroroso e cruel; desequilíbrio económico, porque na distribuição dos haveres entra por muito o artifício; desequi-

líbrio político, porque o Estado não poucas vezes abusa do imposto, e lança na sociedade elementos de discórdia; enfim, desequilíbrio principalmente espiritual, porque o homem continuou a atribuir erradamente seus males à simples legislação positiva e a aguardar da reforma a panaceia.

A questão social apresenta-se especialmente como económica; porém não o é senão por engano dos que a ventilam, cuidando que por eles fala a razão; mas por isso mesmo convém analisar a doutrina dos novos reformadores; provar que em grande parte é errada e que a todos infelicitaria em vez de prosperar.

Depois do que urge discutir com franqueza o estado actual da sociedade, examinar seu governo, analisar sua existência neste resto do século décimo nono, e indicar, aos que vão desvairados, qual o verdadeiro caminho; aí reconheceremos quão nobre e altamente filosófica, e até podemos acrescentar, eminentemente religiosa, deve de ser a tarefa da presente geração: é fortalecer o espírito, é evitar-lhe a continuação da anemia que parece sofrer nalgumas nações; é dar maior acção ao eterno bem que todos sentimos dentro de nós mesmos, agitando-nos, acalentando-nos e desbastando o invólucro de térreas impurezas.

## II

### *O problema da distribuição das riquezas. Tentativas de fundação de uma sociedade cosmopolita de operários em 1840, 1847 e 1860. A exposição de Londres em 1862.*

Se houvéssemos de escrever o compêndio da história das questões sociais, ainda quando circunscrito àquelas que mais intimamente se referem à organização económica teríamos de compor um livro assaz volumoso, em vez de somente nos darmos ao trabalho de traçar alguns capítulos; as lutas que em 1870-1871 mais atraíram a atenção de todos os povos foram precedidas por outras muitas, quer no presente século quer nos anteriores; quer na região aparentemente serena das teorias, quer no vasto e revolto campo da acção, desde remota antiguidade se deram as controvérsias, os combates e as batalhas por causa da distribuição das riquezas. Para não ir mais longe, basta dizer que desde Licurgo até Louis Blanc ou de Platão a Fourier; desde as leis agrárias da velha Roma até às empresas belicosas de Munzer no século XVI, ou da primeira revolução francesa em 1871, graves problemas económicos foram postos e resolvidos por diversos modos e decididas com diferente êxito as pendências entre a sociedade estabelecida e seus adversários. O conhecimento do que em todas essas épocas sucedeu é assaz instrutivo para quantos desejam ou necessitem apreciar as evoluções do espírito humano em relação a um dos mais importantes ramos do

saber; aí nos apareceriam de certo muitos factos e não menos argumentos com que poderíamos responder quer àqueles que no socialismo põem grande fé, quer aos que entendem que nenhuma reforma é aceitável, e que as leis vigentes são boa expressão das que a ciência encontrou depois de incessante e longuíssimo estudo dos fenómenos sociais; não é, porém, nosso intento começar de tão longe a análise ou a história das doutrinas e dos factos do comunismo e socialismo; ocupar-nos-emos só da Associação Internacional dos trabalhadores sem que nos fique vedada a referência a escolas anteriores.

Que é a Associação Internacional? Quando foi estabelecida? Como é organizada? Quais os seus fins? Que tem feito para alcançá-los e quais deles atingiu? Cada uma destas perguntas pode ser respondida com documentos ou com factos inegáveis; não que a história dela seja integralmente conhecida; não que seus fundadores e sócios tenham sempre relatado com fidelidade o que se passou nas numerosas reuniões dos grupos em que se divide; mas, se não podemos recorrer a anais tão completos e legíveis como os diários parlamentares ou as actas de muitas assembleias, há em público bastantes recursos para se desempenharem de sua tarefa os que se propuserem escrever a história dos principais acontecimentos da Internacional.

As tentativas de unir os operários de todas as nações com o fim de obterem a reforma da sociedade, — tentativas que podem ser consideradas como origens da moderna associação, — encontramo-las assim narradas numa folha estrangeira:

«Há cerca de quarenta anos abortaram as tentativas da democracia europeia para entrar em combinações internacionais; todavia as classes laboriosas não apareciam na luta como corpo distinto em política, e seguiam chefes, que só tinham a combater agravos nacionais, e nenhuma opressão internacional a aniquilar. A primeira tentativa internacionalista procedeu de operários alemães, em Londres, expulsos da França por haverem tomado parte num motim em Paris. Havia então na França e na Suíça diversas associações de trabalhadores alemães em constante correspondência cujo principal objecto era a propagação das doutrinas comunistas. O pequeno grupo de Londres fundou em Fevereiro de 1840 uma sucursal denominada *German Arbeiter Bildungs Verein*. Imprimiram o regulamento em alemão, francês, inglês e sueco; os membros dela eram quase todos alemães, mas havia também húngaros, polacos, dinamarqueses e suecos. Dos poucos membros ingleses, era um deles Ernesto Jone. Os oradores desta sociedade estavam em relações amigáveis com os socialistas ingleses, os cartistas e a sociedade democrática francesa de Londres. Nasceu destas relações a sociedade dos democratas fraternais cujo secretário correspondente, Julião Harney, se opôs a Palmerston em Tiverton nas eleições de 1847; correspondia-se com várias associações democráticas belgas sendo uma delas a dos operários alemães de Bruxelas.

Em Novembro de 1847 celebrou-se em Londres uma conferência comunista alemã a que assistiu o doutor Karl Marx, então residente em Bruxelas; aí foram combatidas as antigas teorias comunistas, substituindo-se-lhes um manifesto redigido por Marx e Frederick Engels. Aí se lê:

«Os comunistas não têm partido que os distinga dos outros trabalhadores, nem interesses diversos dos proletários, nem estabelecem princípios peculiares, pelos quais queiram modelar o movimento do proletariado; distinguem-se porém, dos outros grupos na defesa dos interesses comuns que são independentes da nacionalidade e de todas as classes na luta nacional; também representam os interesses do movimento comum nos diversos graus por que tem de passar a guerra entre assalariados e capitalistas. O fim dos comunistas é, como dos outros proletários, a destruição dos capitalistas pela aquisição do poder político.

Eis as medidas práticas por eles aconselhadas às nações mais adiantadas: abolição da propriedade territorial, centralização do crédito nas mãos do Estado por meio dum banco nacional, bem como da indústria de locomoção, oficinas nacionais, melhoramento da terra conforme um plano comum e educação gratuita de todas as crenças. Todo o manifesto põe em relevo a ideia então predominante, da possibilidade duma reforma segundo atrevidos planos de hábil pensador, bem como o dever de efectuá-la à própria classe dos que sofrem.

Devia imprimir-se o manifesto em várias línguas e os democratas preparavam-se para um congresso da democracia europeia em Bruxelas, no ano seguinte; mas a revolução de Fevereiro os impediu de o celebrarem; depois dela tentaram aliança internacional entre os revolucionários desterrados, mas sem bom êxito. Alguns se contentaram com laboriosa propaganda, sem grande número de adesões. Era precisa nova geração de trabalhadores para a empresa.

A luta dos operários construtores, em Londres, em 1859 fez aparecer um grupo de operários, que durante ela contraíram amizades e alianças, procuraram fundar sólida união entre os trabalhadores e dirigiram seus esforços para a política. Em 1860 estabeleceram uma associação de que foi presidente G. Odger, e secretário, T. G. Facey; advogava o sufrágio universal, e celebrou vários *meetings* antes da guerra dos Estados Unidos; quando esta rebentou tratou somente de influir a favor do Norte, opondo-se à corrente de opinião geral que parecia inclinar-se em prol do Sul.

A guerra italiana, a dos Estados Unidos, a expedição do México, o negócio Schleswig-Holstein, e a insurreição polaca foram acontecimentos que naturalmente chamaram a atenção das classes operárias para a política exterior, e as intrigas diplomáticas. Se bem que o referido grupo de trabalhadores se dedicou a fomentar a agitação em favor da Polónia, cooperando com a liga internacional da independência polaca,

não conseguiu estabelecer definitivamente uma sociedade democrática internacional.»

Estes os esclarecimentos que nos dá uma gazeta estrangeira; vejamos agora como definitivamente se organizou a Internacional.

Uma das maiores manifestações da arte e da indústria moderna coincidiu com o tempo em que operários da França e da Grã-Bretanha lançaram as primeiras pedras dos alicerces daquela afamada sociedade: tratava-se da exposição universal de Londres em 1862; entendiam muitos dos homens distintos do império que esse concurso dos melhores produtos do universo devia ser estudado pelos artistas franceses, não menos que as anteriores exposições; vogou entre os operários a ideia de abrirem subscrição para subsidiarem alguns de seus companheiros de trabalho; e a própria comissão imperial julgou seu dever empenhar-se com as empresas de vias férreas em que o preço do trânsito dos operários fosse tão barato quanto possível; não faltou quem saudasse a viagem dos trabalhadores como excelente meio de se aliarem com seus irmãos da Grã-Bretanha, estabelecendo entre nações rivais a mais cordial harmonia; houve também alguma gazeta que pretendeu descobrir máculas na intenção das amabilidades para com os operários, taxando-as de bonapartistas e aconselhando aqueles a acautelarem-se de traças políticas.

Enfim, as diversas indústrias foram incumbidas de eleger representantes, porque o governo julgou prudente responder assim a ataques que lhe dirigiam sobre a escolha deles. Um operário considerou valiosa a imperial concessão, e exprimiu-se nas seguintes palavras, citadas por um jornal estrangeiro:

«É uma decisão importante, por colocar nas mãos dos trabalhadores a direcção de seus próprios negócios. É um princípio de verdadeira emancipação. Será um ponto de partida para a realização de nossos desejos, uma das pedras angulares de mais elevado movimento».

Os representantes da indústria francesa foram a Londres e logo trataram de travar afectuosas relações com a população operária da Grã-Bretanha. Em 5 de Agosto celebraram na *taberna* dos franc-maçons a festa da confraternização internacional; não devem ter faltado aí os brindes entusiásticos, as falas fraternalíssimas, e a eloquência que era própria do acto solene em que a indústria de dois grandes povos saudava as gloriosas lides da oficina e as conquistas da moderna sociedade. A mensagem dos ingleses dirigida aos franceses, e que foi lida na mencionada festa, veio a público alguns anos depois e merece ser conhecida; aqui damos os trechos que encontramos numa obra modernamente publicada:

«Nós, operários ingleses, felizmente aproveitamos a vossa presença em Londres para fraternalmente vos estendermos a mão e dizermos do fundo da alma: Sede benvindos».

«Em séculos de ignorância e obscurantismo havemo-nos odiado uns aos outros; reinava então a força bruta; hoje, sob civilizadora égide, nos achamos todos filhos do trabalho; chegou o reinado da força moral.

Bem que o futuro pareça prometer-nos a satisfação de nossos direitos e nossas esperanças, não dissimulemos que nos não será dado alcançá-la sem vigorosas lutas; o egoísmo torna os homens cegos a seus verdadeiros interesses, produzindo ódio e divisões, onde só deveriam estar o amor e a solidariedade.

Assim como as dissensões nacionais têm arruinado nossas pátrias, as divisões sociais serão perigosas aos que a concorrência empurrar contra seus irmãos.

Enquanto houver patrões e operários, concorrência entre aqueles e disputas sobre a grandeza dos salários, só a união dos trabalhadores nos salvará.

A concórdia entre nos e nossos mestres, tal o único meio de diminuir as dificuldade que nos rodeiam.

O aperfeiçoamento das máquinas, em tantas partes realizado, e a gigantesca produção resultante das aplicações do vapor da electricidade, alteram quotidianamente as condições sociais. Há a resolver um problema imenso, o da remuneração do trabalho; quanto mais crescer a potência das máquinas, menos precisa será a força do homem. Que será dos que não tiverem trabalho? Ficarão improdutivos elementos de concorrência? Morrerão de fome ou fornecê-los-á de subsistência a caridade dos que trabalharem?

Não pretendemos resolver estas questões, mas afirmamos a necessidade de resolvê-las, e que para a solução não é demasiado pedir o concurso geral dos filósofos, estadistas, historiadores, mestres e operários de todas as nações. Todo o homem deve partilhar deste trabalho.

Numerosos sistemas foram propostos para a solução de tal problema; quase todos magníficos sonhos; mas é prova de não ter sido encontrada a verdade o procuramo-la ainda agora.

Parece-nos que, permutando pensamentos e observações entre os operários das diversas nacionalidades mais depressa conheceremos os segredos económicos das sociedades Agora que apertamos as mãos, que nos olhamos como homens, cidadãos e operários, que temos idênticas aspirações e iguais interesses, esperamos que nossa aliança fraternal não será quebrada por aqueles que poderiam supor útil a nossa desunião; esperamos achar algum meio de comunicação internacional e que de dia em dia se formarão novos anéis da cadeia de amor que una os operários de todos os países».

Esta mensagem contém erros económicos, porém não é uma declaração de guerra, nem proclama o emprego de meios criminosos para chegar à dominação do mundo. Os operários olham a invenção de novos maquinismos como perigosa à indústria, esquecendo assim que não só os males acidentais são incomparavelmente inferiores ao bem

geral de todas as classes, mas também que a maior facilidade de produzir é quase sempre seguida pelo maior consumo e pela nova aplicação das forças humanas que a máquina deslocou, mas não inutilizou. Também a mensagem fala contra a concorrência mas tão de leve, que não devemos daí concluir que aceitasse todas as doutrinas dos que a combatem; adopta-a em certa escala; isto basta para errar; mas, pondo de parte estes defeitos económicos a mensagem respira afecto e é grato ver nela a esperança de resolver algumas das mais graves questões sociais pela união entre os operários e os mestres. A julgar pelo documento que aí fica, na primeira conferência acerca da fundação de uma sociedade internacional de operários correram doutrinas assaz diversas daquelas que mais tarde foram advogadas e votadas em vários congressos. Não sabemos se depois da leitura da mensagem houve discursos que a glosassem menos fielmente, nem se os gritos de guerra ao capital e ao trabalho intelectual foram levantados entre alegres saudações. A verdade é que ficava dado o primeiro passo para a fundação da Internacional.

## III

### *As Trades Unions. Um meeting a favor da Polónia. O manifesto dos operários franceses nas eleições de 1863. Opinião de Proudhon. Característica da sociedade moderna. Revolução francesa. Revolução de 1820. Consequências.*

Desde muitos anos que existem na Grã-Bretanha associações de operários intitulados *Trades Unions,* as quais, além de funcionarem em geral como sociedades de socorros mútuos, servem também para subsidiarem os operários quando não encontram ocupação; podiam ser organizadas de modo que não favorecessem as coligações de obreiros, a que já entre nós chamam *greves*; porém de muitas delas se sabe que têm por fim especial manter e fortificar a resistência dos trabalhadores, e permitir-lhes impor condições de salário. Contam-se os sócios de todas por centenas de milhar, e atribuem-se-lhes calamitosas e criminosas ocorrências em vários centros industriais na ocasião de *greve.* Quando em 1862 operários franceses visitaram a exposição britânica e travaram íntimas relações com os da Inglaterra, indicaram estes as *Trades Unions* como instituições muito vantajosas para dar importância económica às classes laboriosas; ir ainda mais longe e fundar uma associação internacional que ao mesmo tempo protegesse os trabalhadores e estudasse as questões peculiares deles foi o pensamento que vimos calorosamente defendido no banquete dado em Londres; mas, voltados à França, os delegados da indústria não se deram logo ao trabalho da fundação; escreveram relatórios sobre o fabrico em geral e sobre as

necessidades dos trabalhadores; alguns pretendiam a promulgação de leis pouco liberais outros afirmaram que a França progrediria com rapidez, se lhe dessem maiores liberdades(*) o pensamento da internacional não aparecia ali; dir-se-ia que do banquete londrino ficará somente a saudade para o recordar; porém um *meeting* celebrado em Londres a favor da Polónia e do qual falaremos brevemente, foi ocasião de irem à capital britânica alguns distintos trabalhadores franceses e de se entenderem sobre o modo de fundar a Internacional. Quase pelo mesmo tempo os trabalhos eleitorais em Paris atraíram a atenção de muitos operários e os convidavam a associarem-se para adquirirem importância política; um manifesto assinado por sessenta artistas estimulava os companheiros a irem à urna e escolherem entre si próprios um representante; o manifesto punha em relevo algumas necessidades políticas das classes laboriosas e parecia exprimir aspirações de uma revolução social até certo ponto análoga à de 1789. Considerando o sufrágio universal a declaração da maioridade política todas as classes, o manifesto acrescentava:

«Falta-nos emancipar-nos socialmente. A liberdade que o tão falado Terceiro Estado vigorosamente conquistou deve ampliar-se a todos os cidadãos. Igual direito político importa igual direito social. A burguesia em 89 destruiu injustos privilégios e absorveu a nobreza; não se trata agora de destruir os direitos de que justamente gozam as classes médias mas de conquistar igual liberdade de acção. Não estamos representamos nos que recusamos acreditar que a miséria seja de instituição

(*) Nos relatórios, os delegados concordaram em pedir, todos quase pelas mesmas palavras, a criação de câmaras corporativas ou sindicatos e preconizar a associação. «A associação, tal é o verdadeiro e mais eficaz meio de emancipação progressiva e pacifica da classe operária» diziam os tipógrafos que pediam a intervenção do Estado para a constituição dela. «O verdadeiro remédio, exprimia-se um dos delegados da indústria de bronze, é a posse comum dos instrumentos de trabalho pelos trabalhadores; é a associação na produção substituindo o antagonismo pela solidariedade dos interesses». Prometia resultados maravilhosos. «Sim, por ela e unicamente por ela, pela extinção gradual do capital usurário dos intermédios parasitas, os trabalhadores obterão não somente o seguro, contra os acidentes de qualquer espécie na idade vigorosa e na velhice, mas ainda e bem-estar e a própria riqueza, além da dignidade e da desejada independência entre iguais».

«Era legítimo o desejo de se unirem desejo naturalmente excitado no país onde existiam a união e a combinação da vontade. Eram justas as queixas contra os obstáculos legais, e, principalmente, a lei das coligações Mas a tal aspiração andavam unidas ilusões e antigos erros económicos subsistentes por falta de instrução; tais as que respeitavam à concorrência aos lucros, à missão do dono de fábrica, à lei da oferta e da procura ao trabalho das mulheres, etc.».

«Pelas associações, diziam os fabricantes de xailes, todas as descobertas feitas pelo génio do trabalho e aproveitadas por elas se tornariam abundantes fontes de prosperidade pública. Desapareceriam depressa as más paixões que a miséria alimenta, porque a associação não poderia existir sem relações fraternais.

(*Histoire des classes ouvrières en France depuis 1789 jusqu'à nos jours*, par E. Levasseur, Tom. 2º, pág. 373)»

divina. A caridade, virtude cristã, reconheceu radicalmente e provou sua impotência como instituição social. No tempo do sufrágio universal só pode ser virtude particular. Não queremos ser *clientes* nem *socorridos*; queremos ser *iguais;* rejeitamos a esmola; queremos a justiça.»(*)

Tanto quanto podemos avaliar o manifesto por extractos e comentários que temos presentes, os operários apoiavam a liberdade de imprensa, a de reunião, a do trabalho, as franquias municipais, a separação entre o Estado e a Igreja, e não se opunham à concorrência. O finado Proudhon foi consultado sobre este manifesto por vários operários do Paris e de Rouen e, depois de lhes ter respondido em carta formulou resposta contempla e vasta num livro intitulado *De la capacité politique des classes ouvrières;* quando este notável escritor faleceu, ainda não havia revisto a obra; Gustavo Chaudey, seu particular amigo, diz que ele vivamente lhe pedira repetidas vezes e nos últimos dias de sua existência que solicitamente a revisse; Proudhon atribuiu grande importância ao movimento operário político; eis um trecho da citada obra que se refere ao manifesto dos sessenta:

«Tanto basta, cuido eu, para demonstrar que a ideia mutualista penetrou de modo novo e original nas classes operárias; que as assimilaram, mais ou menos a aprofundaram, reflectidamente a aplicaram, prevêem todo o desenvolvimento dela e, em ultima análise a constituíram seu credo e sua religião nova. Nada mais autêntico do que este movimento ainda agora bem fraco, mas destinado a absorver não uma nobreza de algumas centenas de milhares de almas, mas uma burguesia que se conta por milhões e regenerar toda a sociedade cristã».

Ainda que a Internacional não saiu propriamente de um partido e mais de uma vez rejeitou protecções políticas, a aparição dos operários, como grupo distinto e com aspirações especiais no campo da urna, merece ser mencionada como prova do movimento das classes laboriosas de Paris; dos sessenta signatários do manifesto fazem parte alguns dos futuros membros daquela famosa sociedade; e não é, portanto, estranhável a analogia do estilo e das aspirações manifestadas no citado documento, e nos primeiros papeis internacionalistas.

A luta entre a burguesia e as classes denominadas laboriosas não é fundada como a que assinalou os últimos anos do século décimo oitavo; entre os privilégios aristocráticos e os direitos de todo o homem, entre a ciência certa ou o absolutismo da realeza e as proposições filosóficas proclamadas na revolução há o abismo que separa duas escolas opostas; pelo contrário, a burguesia e o *operariado* (permitam-nos a frase para exprimirmos por ela a classe dos que vivem unicamente do trabalho, e não empregam outros capitais que a sua instrução ou ainda alguns instrumentos de trabalho a serviço dos donos de fábrica ou oficina) — a

(*) *Histoire de l'Internationale* par Villetard; *De la Cap. pol. des classes ouvrières* par Proudhon.

burguesia e o operariado, dizíamos nos, descendem de igual origem, podem viver sob as mesmas leis e representar irmamente as mais puras aspirações democráticas; não negamos os defeitos das legislações, nem supomos que no próprio terreno, filosofia do direito ou da economia política esteja efectuada toda a cultura possível ao homem, porém as novas evoluções sociais podem todas realizar-se pacificamente pois que o moderno direito reputa iguais a todos perante a lei, não reconhece classes artificialmente formadas, e a todos manda aplicar igualmente as disposições legais, tanto para punir, como para premiar.

A revolução francesa do século passado certamente seria evitada, se a classe, que se julgava dominadora, houvesse prudente e justamente ouvido as queixas nacionais, e conformado as instituições com o progresso da inteligência; mas no antigo regime a soberania nacional não existia, o trono era quase tudo, o povo era quase nada. O direito escrito era ofensivo de numerosos direitos naturais, e não havia na legislação recursos suficientes para que as classes oprimidas transformassem a constituição do reino; que restava, portanto? A revolução que exigisse, ou o poder estabelecido, que se purificasse, dando aos homens, aos cidadãos, o que a natureza ordenava. Pelo contrário, o organismo dos estados modernos, garantindo a liberdade de escrever, e falar assim como designando os trâmites que conduzem à inteira reforma do próprio código fundamental, compreende todos os direitos já definidos pela nação, e a possibilidade de legislar e garantir quaisquer outros; à revolução substituiu a reforma legal; ao poder das baionetas o do intelecto; ao fratricídio, a elevação do espírito pelo mútuo ensinamento.

Escrevendo acerca dos trabalhos do povo francês na primeira revolução, disse Tocqueville:

«Não só reduziram a pó esta antiquada legislação, que dividia os homens em castas, em corporações, em classes, e tornava seus direitos ainda mais desiguais que suas condições, mas também destruíram de um só golpe essas outras leis, obra recente do régio poder, que haviam tirado à nação o livre gozo de si própria, e colocado o governo ao lado de cada francês para ser preceptor, tutor dele e, sendo preciso, opressor também».(*)

Mignet principiando a história desses importantes feitos, escreveu assim:

«A revolução francesa começa na Europa a era das sociedades novas: não somente modificou o poder político, mas também mudou a existência interior da nação. Existiam ainda as formas sociais da idade média. O solo era dividido em províncias inimigas, os homens distribuídos em classes rivais A nobreza perdera seus poderes, embora conservasse suas distinções; o povo era sem direitos, a realeza sem limites, e

(*) *L'ancien régime et la Révolution*, pág. 340 da 3.ª ed., Paris, 1857.

a França estava entregue à confusão do arbítrio ministerial, dos regimes particulares, e dos privilégios dos Estados. A esta ordem de abusos substituiu a revolução instituições mais conformes com a justiça e apropriadas a nos seus tempos. Em vez do arbítrio pôs a lei; em vez do privilégio a igualdade; libertou os homens das distinções de classes; o solo, das barreiras provinciais; a indústria, dos obstáculos das corporações; a agricultura, das sujeições feudais e da opressão dos dízimos; reduziu tudo a um só Estado, a um só direito, a um só povo».[1]

Tal era então a vida social de quase todos os reinos que se diziam civilizados; o movimento, operado na França, transmitiu se rapidamente a quase toda a Europa. Na frase do já citado Tocqueville a inaudita força da revolução abate as barreiras dos impérios quebra as coroas, esmaga os povos, e, extraordinário facto, ao mesmo tempo os torna defensores da sua causa! Entre nós, também os sofrimentos das classes inferiores eram enormes; o despotismo dos reis, e os abusos do clero comprimiam e entendimento, e perseguiam encarniçadamente os gérmenes da liberdade; o povo, moralmente abatido, muitas vezes auxiliou seus próprios inimigos; mas os dias da velha realeza e dos desvarios do clero estavam contados; D. João VI abandonava o reino, e com ele navegava parte considerável da força de Portugal; o povo teve de fazer a sua própria nação, defendendo-a contra os invasores; mas ainda lhe estavam reservados longos anos de amarguras; o predomínio de estrangeiros vexava os portugueses que nem sabiam se eram colónia do Brasil, se da Grã-Bretanha; a revolução de 1820 foi o primeiro passo notável para a liberdade no presente século; antes dela (diziam no manifesto à Europa os heróicos chefes desse movimento), a nação sofria a mesma pobreza, a mesma decadência, mesmos vícios e a mesma opressão que no tempo dos Filipes.[2]

Nova luta se travou; a guerra civil decidiu o problema em favor da liberdade; a Carta outorgada por D. Pedro IV pode dizer-se que o povo português a legislou no campo da batalha; nesse código fundamental, ainda que menos aceitável do que a Constituição de 1822, são garantidas importantes liberdades e recebidas notáveis reformas. Nenhum cidadão pode ser obrigado a fazer, ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei. Todos podem comunicar seus pensamentos por palavras e os escritos, sem dependência e censura prévia Todo o cidadão tem na sua casa um asilo inviolável. Ninguém pode ser preso sem culpa formada, salvo casos especiais. A lei é igual para todos, quer premeie quer castigue, e recompense conforme os merecimentos Todos podem ser admitidos aos cargos públicos sem outra diferença que não seja a de seus talentos e virtudes. Foram abolidos todos os privilégios,

[1] *Histoire de la Révolution française,* Introduction.

[2] *Manifesto da nação portuguesa, aos soberanos e povos da Europa em 15 de Dezembro de 1820.*

os açoites, a tortura, a marca de ferro quente e outras penas cruéis. Foi garantida a liberdade de trabalho e o direito de petição.(*)

A moderna organização dos poderes políticos, da administração e da fazenda, constituem na forma e na essência uma vida quase inteiramente nova; só a ignorância dos sofrimentos doutras épocas pode originar queixas tão veementes como as do manifesto dos sessenta, contra a ordem social; por certo há nela grandes defeitos; porém a maior parte deles se extinguiria; se a lei fosse rigorosamente executada. Esta verdade é de suma importância, e quem menos deve desprezá-la é quem sinceramente deseja a reforma de costumes e sofre com as arbitrariedades, pois que em vez de necessitar erguer-se contra a lei, pode e deve tomá-la como sua defensora e obrigar todos a curvarem-se diante dela.

Por outra parte, os benefícios já alcançados podem dar boa ideia dos grandes e excelentes frutos que o moderno direito deve de produzir; pois que se ainda na infância já conseguiu tanto, promete na sua eterna virilidade curar todas as feridas, enxugar todas as lágrimas e alegrar todos os espíritos. Não seria demasiada cegueira destruir o que já se alcançou pela simples razão de que não é um todo perfeito. Que se diria do passageiro que, enfadado da viagem tentasse quebrar a locomotiva porque ela não atravessara o espaço com a velocidade do raio? Importa pois, conhecer se o fundamento das leis actuais é tão mau que além de negar os principais direitos, não permita a organização de outros quaisquer; o rápido olhar que acabámos de lançar às reformas políticas dos últimos oitenta anos pareceu-nos suficiente para indicar a pasmosa transformação já realizada, assim como que há nela vasto lugar para serem efectuadas todas as transformações que a livre discussão mostrar que são necessárias.

E se alguma grande verdade sobressai no estado da sociedade moderna, é que a riqueza já não é um privilégio, nem a reputação social se vincula hoje a pergaminhos velhos; o homem que principia pobre, o cidadão que entra nas oficinas sem outras protecções que a de seus braços e de sua inteligência, pode tornar-se distinto dono de fábrica ou bem reputado artista, ou representante político de seus concidadãos; pode, numa palavra, passar da pobreza à propriedade de modestos capitais ou até à opulência, pode ir desde a mais humilde posição até à mais elevada; em todos os povos regidos por leis liberais quantos homens distintos nasceram em paupérrimo berço? E para se distinguirem não careceram, como tantos outrora, de cantar louvores a déspotas ou procurar protecção ignóbil de altos senhores; alguns, até no combate contra o despotismo se afamaram e engrandeceram; há milhões e milhões de pequenos e de grandes capitalistas que principiaram pela miséria e pelo mais rude trabalho; a árvore frondosa e robusta começou por pequena semente, cuja primeira lide foi romper nas tre-

(*) Carta Constitucional de 29 de Abril de 1826 — art. 145.

vas as camadas de terra que, ao mesmo tempo que a nutriam, pareciam oprimi-la; só mais tarde surgiu para a luz, ergueu a haste, estendeu os ramos, e os ornou de folhas e frutos.

Em nações mais adiantadas que a raça latina e principalmente nos Estados Unidos, a passagem de uma a outra esfera social é mais rápida que entre nós e, contudo, quer ali, quer na Europa, a liberdade industrial vive há pouco tempo; ainda se lhe não pode bem chamar secular e já apresenta factos de imenso alcance como prova do que vale; que será depois de decorridos séculos? Como se há-de, portanto, dizer razoavelmente que urge uma revolução que faça à burguesia o que esta fez à aristocracia antiga?

Não confundamos os aperfeiçoamentos de um princípio com princípios novos; não estabeleçamos a guerra como necessidade inelutável, quando as reformulações sociais podem ser feitas e o devem ser, sem abalo dos fundamentos existentes. Digamos a verdade a todos e ouçamos todas as opiniões; verberemos todas as injustiças que vêm do alto, mas não chamemos justiça e razão a quaisquer pretensões insensatas que venham dos que não são ricos. Discutamos com placidez ou calorosamente, com entusiasmo ou frieza, mas de todo o modo sejamos cautos antes de lançarmos no campo social desnecessários e nocivos elementos de discórdia.

## IV

### *O meeting a favor da Polónia e os delegados da indústria francesa. Mensagem dos ingleses. Aspirações políticas e económicas dos operários. Pacto fundamental da Internacional e programa do futuro Congresso. Funda-se a agência de Paris. Karl Marx.*

Convém historiar os trabalhos de operários franceses e ingleses em Londres, por ocasião do grande *meeting* de 22 de Julho de 1863.

As classes laboriosas da Grã-Bretanha pretendiam inclinar o ânimo do governo em favor da Polónia, e procuravam apoio nas outras nações para tornarem imponente a manifestação de seus desejos; parte da população operária da França enviou cinco delegados para exprimirem a seus irmãos da Inglaterra que os acompanhavam em seus votos liberais.

Uma folha espanhola narra do seguinte modo o que então ocorreu:

«Em Londres haviam-se celebrado *meetings* a que assistiram polacos mas ninguém sabia que os operários parisienses tivessem notícia particular deles ainda que se tinha já aludido às favoráveis disposições do imperador dos franceses. Os trabalhadores de Paris aguardaram o grande *meeting* polaco de 22 de Julho de 1863. Ia em meio a sessão, quando, sem aviso prévio se apresentou a deputação de Paris, que

pediu a cooperação dos trabalhadores da Inglaterra para libertar a Polónia; foi recebida com entusiasmo.

Depois do *meeting,* foram os franceses convidados para um salão público imediato; aí se deliberou celebrar no dia seguinte uma reunião, em que se discutisse o modo de efectuar uma aliança internacional de trabalhadores. Jorge Odger foi convidado a formular o projecto; porém a estreiteza do tempo não permitiu ir além de decidir que o operários a realizariam. Odger insistiu na necessidade de acabar com as intrigas diplomáticas estabelecendo a paz universal e protegendo o trabalho contra as agressões do capital. Os franceses não se opuseram; porém preferiram que por então somente se tratasse da liberdade da Polónia. Nomearam uma comissão que noutro *meeting* desse parecer: compunham-na W. Cremer, samblador, Eglington, carpinteiro; T. Grant Facey, pintor; C. Goddard, encadernador; e Odger, sapateiro; foi este incumbido pelos colegas de redigir uma mensagem aos operários da França; aí se lê:

«Irmãos da França, vossa benévola visita inspirou-nos a esperança de brilhante futuro para os abandonados povos da Europa. Os reis e imperadores celebram reuniões e festas; suas pompas e cerimónias são apresentadas ao mundo com agrado dos frívolos, e satisfação dos felizes, mas tornam maiores os encargos dos pobres honrados e laboriosos. Justificam-se crimes triunfantes e ministros sem escrúpulo os legalizam com a exaltação dos criminosos. Para impedir o abuso do poder associamo-nos ao vosso apelo para a fraternidade dos povos. Forme-se aqui uma reunião de representantes da França, Itália, Alemanha, Polónia e de todos os países onde haja vontade de cooperar para o bem da humanidade. Celebremos congressos; discutamos as grandes questões de que depende a paz dos povos; dirijamos nossa razão e nosso direito moral a lutar dignamente contra a força bruta dos que se apelidam chefes; debilitaremos o poder dos déspotas, os quais, em vez de se ocuparem em desprestigiar os mais nobres esforços do espírito humano, acharão seu nível na obscuridade. Assim abriríamos caminho a homens dignos e de clara inteligência, que legislassem para os direitos de muitos e não para os privilégios de poucos.

É altamente necessária à causa do trabalho a fraternidade dos povos; pois que sempre que tentamos melhorar nossa condição reduzindo as horas de trabalho, ou elevando o salário, os donos de fábricas mandam vir estrangeiros que recebam menor paga; isto há sucedido não por quererem nossos irmãos prejudicar-nos, mas por falta de comunicação sistemática entre os operários de todas as nações; esperamos que prontamente se estabelecerá pois que o nosso princípio é elevar o salário dos mal remunerados até quase ao nível tanto quanto possível, dos melhor retribuídos, e obstar a que explorem alguns de nos à custa dos outros, abatendo-nos até as piores condições com sua avarenta especulação».

Foi a mensagem traduzida em francês pelo professor Beesley e remetida por um amigo que saiu para Paris; comunicaram-na às oficinas as quais escolheram delegados para irem a Londres estabelecer a associação. Convocou-se um *meeting* para 28 de Setembro de 1864 em Saint-Martin's Hall a fim de ouvir a resposta dos operários de Paris; foram convidados trabalhadores de todos os países e o professor Beesley ocupou a cadeira de presidente. Contaram-se, entre os estrangeiros presentes, Wolff, secretário particular de Mazzini e o doutor Karl Marx. A mensagem de resposta começava assim:

«Tendes razão; irmãos e amigos; o sentimento que nos reúne assegura melhor porvir à emancipação dos povos. Não devemos ter mais Césares com suas frontes cobertas de cordas ensanguentadas, dividindo entre si povos despojados pela rapacidade dos grandes, e países devastados por guerras selvagens.

Mais uma vez a Polónia foi sufocada no sangue de seus filhos; temos permanecido impotentes espectadores destes factos. Indubitavelmente haveremos de lutar com muitos obstáculos, e não poucos sucumbirão na luta mas antes de serem vitoriosos, o progresso e a liberdade necessitam vítimas. Doravante é preciso que a voz do povo seja ouvida em todas as grandes questões sociais e políticas, fazendo assim saber aos déspotas que chegou o fim da sua tutela».

Entrando em questões económicas, diz a mensagem:

«Levado pela força das circunstâncias o capital se vai concentrando e organizando em poderosas associações financeiras e industriais; se não nos acautelarmos, em breve reinará despoticamente. A futura aristocracia tira ao trabalhador seu pequeno capital, em vez de excitar-lhe a iniciativa em próprio proveito dela. A divisão do trabalho tende a fazer de cada operário um pedaço de máquina posto nas mãos dos grandes senhores da indústria. Tudo é obrigado a ceder, em presença dessa hábil e poderosa organização. Por falta de educação profissional, a ciência chegou a ser privilégio do capital. Pela divisão do trabalho, o homem não é mais do que um agente mecânico; e a liberdade de comércio sem a solidariedade dos trabalhadores, criará uma servidão industrial mais implacável e fatal, para a humanidade que aqueloutra que nossos pais destruíram nos grandes dias da nossa revolução. Não erguemos um grito de ódio, mas sim um apelo. Nós, operários de todos os países, devemos unir-nos a fim de opor insuperável barreira a um fatal sistema que divide a humanidade em seres famintos e ignorantes, e em mandarins pletóricos».

Foi nomeada uma comissão central provisória composta de operários de diferentes países, que residisse em Londres, cujo encargo consistisse em formular regras para o governo duma associação internacional, as quais, juntas a um programa de princípios, seriam submetidas a um congresso internacional de trabalhadores, no ano seguinte, em Bruxelas a fim de ser aí tudo definitivamente decidido.

Com poucas excepções, os membros da comissão haviam sido chefes da greve dos construtores e das demonstrações políticas efectuadas desde 1860 até 1864. Estabeleceu-se um Greek Street, 18; a primeira sessão foi em 5 de Outubro. Acrescentaram-se nove membros de diversas nacionalidades; assim a comissão ficou composta por cinquenta.

Tratou do programa de princípios. Deveria a projectada associação declarar-se republicana? Poucas considerações bastavam para mostrar que o republicanismo era uma questão que cumpria deixar entregue ao juízo individual. Pois que a associação havia de ramificar-se por todo o mundo, o programa devia guardar silêncio sobre a forma de governo. O mesmo se entendeu acerca do sufrágio universal. A associação devia unicamente ocupar-se de questões aplicáveis a todos os países.

O mais importante aos operários era organizarem-se sem o que, as classes laboriosas não alcançariam poder político nem reformas sociais, donde nasceu estoutra questão; era possível estabelecer uma organização especial para o movimento internacional? Não havia dúvida, enquanto à Inglaterra: em vez de organizar sociedades ao lado das *Trades Unions* e doutras sociedades operárias deviam os esforços da comissão tender principalmente a utilizar os organismos existentes e combiná-los nacional e internacionalmente. Nomeou, pois, a comissão de redacção; nela foram consideradas demasiado socialistas e teóricas as lucubrações de Weston, um dos membros; o regulamento das sociedades italianas de operários também não pareceu apropriado a uma combinação em que se incluíssem as *Trades Unions*. Enfim, no 1º de Novembro, o doutor Marx em nome da comissão, apresentou trabalho que foi unanimemente aprovado.

A mensagem inaugural expunha que a miséria do povo não tinha diminuído desde 1848 até 1864, bem que a indústria houvesse tido notável desenvolvimento. Cita documentos com que pretende provar que o salário médio, quer nas cidades, quer no campo, é insuficiente para evitar a norte à fome. Em seguida compara à economia política dos capitalistas com a das classes laboriosas, relativamente à restrição legal das horas de trabalho. Fala assim, referindo-se à agitação que pretende que o trabalho diário não exceda dez horas:

«Desenvolveu-se a luta sobre a restrição legal das horas de trabalho desde que passou a ser uma guerra entre a cega lei da oferta e da procura (que pertence à economia política da classe média), e a produção fiscalizada pela previsão social, conforme a economia política das classes laboriosas; por isso a lei das dez horas foi não somente um grande triunfo na prática, mas também a vitória dum princípio; foi a vez primeira que sucumbiu a economia da classe média ante a das classes laboriosas.

Porém ainda maior vitória foi alcançada sobre a propriedade pelas sociedades cooperativas; aí se provou que a produção em larga escala e em conformidade com os progressos da ciência, pode efectuar-se

livre duma classe de senhores; que os meios de trabalho não necessitam, para frutificarem, de estar monopolizados como meio de domínio, e de extorsão empregado contra o próprio trabalhador; e que o trabalho assalariado é somente uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer ante o trabalho associado pela boa vontade, pelo ânimo recto, e com a alegria no coração».

Continua a mensagem dizendo que as classes operárias têm o número como importante elemento de bom resultado; mas que só a organização o poderia tornar ponderoso. Procurar união e combinação efectiva entre as nações, era, pois, o objecto da Internacional; porém (perguntam os autores da mensagem) como consegui-lo se a política estrangeira tem criminosos desígnios, especula com as preocupações nacionais, e dissipa em guerra de piratas o sangue e os tesouros do povo? Incumbe, pois, às classes laboriosas dominar os mistérios da política internacional, vigiar os actos diplomáticos de seus governos respectivos, impedi-los sendo preciso, ou denunciá-los quando inevitáveis, e reclamar o cumprimento das mais simples leis da moral e da justiça que devem dominar as relações particulares dos indivíduos, assim como as dos povos. A mensagem termina com as palavras que seguem:

«Esta luta política faz parte da guerra geral para a emancipação das classes laboriosas. Proletários de todos os países! Uni-vos!»

Traduzimos este longo trecho duma gazeta estrangeira, por encontrarmos nele algumas minuciosidades que se nos não depararam nos outros documentos que consultamos acerca da história da Internacional.

Depois da mensagem vinha o pacto fundamental, que mais tarde foi aprovado, com pequeníssimos aditamentos, no congresso de Genebra como é um trabalho de importância nos anais de aquela associação, julgamos conveniente determo-nos por um pouco em resumi-lo.

Antes do estatuto há um breve relatório em que se afirma: que a emancipação dos trabalhadores deve ser obra deles mesmos; e que os esforços para consegui-la não devem tender à fundação de novos privilégios, mas sim a estabelecer para todos os mesmos direitos e deveres; que a sujeição do operário ao capital é a origem de toda a servidão política, moral e material; e por isso *a emancipação económica é o grande alvo a que há-de mirar todo o movimento político;* que à falta de solidariedade entre a população operária das nações malogrou as tentativas de emancipação; que por isso, urge formar uma Associação Internacional dos operários, tendo por bases a verdade, a justiça, a moral sem distinção de cor, de crença, ou de nacionalidade e que não há deveres sem direitos, nem direitos sem deveres.

Seguem-se os estatutos, cujo primeiro artigo declara que a associação é criada para procurar um ponto central de comunicação e de cooperação entre os operários de diferentes países que aspiram ao mesmo fim: concurso mútuo progresso e completa libertação das classes laboriosas.

Um conselho geral, a princípio com sede em Londres, formado de representantes das diversas nações onde houvesse associados, será o poder executivo da nova associação. Conforme as necessidades dela escolherá entre seus membros o presidente, o secretário geral, o tesoureiro e os secretários especiais para cada nação.

Todos os anos o Congresso indicará a sede do conselho geral, nomeará os membros dele e marcará o lugar da próxima reunião. Os internacionalistas formam secções nos seus países, as quais enviam delegados ao Congresso, que é o poder legislativo da Internacional. Na época marcada por ele, independentemente de convocação especial os delegados reúnem-se de pleno direito no lugar designado. No caso da impossibilidade, o Conselho Geral pode mudar a sede do Congresso, não alterando porém a data.

Os Congressos devem ter lugar todos os anos, o Conselho Geral relata os trabalhos anuais, estabelece relações entre as diversas sociedades operárias, investiga as condições económicas das classes laboriosas, prepara os trabalhos do Congresso, e executa as resoluções dele, o mesmo Conselho, quando o julgar conveniente, pode tomar a iniciativa de propostas às sociedades locais ou nacionais. Deve publicar um boletim, que facilite a comunicação com as secções, se ocupe do estado da oferta e da procura do trabalho nas diversas localidades, assim como das sociedades cooperativas, e do viver das classes laboriosas.

Os artigos 6º e 7º diziam assim:

«Como a utilidade do Conselho Geral depende das suas relações com as sociedades operárias quer nacionais, quer locais, os membros da Associação Internacional empenharão todas as forças para reunir em associação nacional as diversas sociedades operárias existentes. É, todavia, claro que a aplicação deste artigo fica subordinada às leis particulares que regem cada nação, salvo obstáculos legais nenhuma sociedade local é isenta de correspondência directa com o Conselho Geral em Londres.

Cada membro da Associação Internacional mudando de país, receberá apoio fraternal dos membros da Associação; têm direito: 1º aos esclarecimentos relativos à sua profissão na localidade para onde vai; 2º ao crédito nas condições determinadas pelo regulamento da secção, e afiançado por esta.»[1]

Pelo que respeita à receita da sociedade, a quota anual de cada sócio devia ser de 1 franco e 25 cêntimos, ou aproximadamente 230 réis; podemos, porém, dizer desde já (ainda que alterando a ordem que

[1] Na partida, o sócio recebia quantia suficiente para a viagem; a repartição da respectiva localidade logo que ele chegava facilitava-lhe procurar trabalho, e ir para uma oficina, associando-se logo depois à secção local, que o participava à do lugar da partida; a dívida do operário pelo dinheiro adiantado era transferida para aquela saldando-se à conta no fim do exercício; assim o novo aderente podia ir pagando conforme o lucro quotidiano; se o devedor desaparecia, sem ter pago tudo, a primeira daquelas repartições saldava a conta. *L'Association Internationale* par Fribourg l'un des fondateurs, nota 15.)

a cronologia nos impunha) que esta quota não parece ter sido sempre a mesma; e que além dos gastos do conselho geral há os do Congresso, das secções e das repartições centrais, a que também se dá o nome de federação; como as secções tem estatutos particulares, pode a anuidade especial ser maior ou menor; parece, porém, que toda a despesa não ultrapassa 7 ou 8 francos por ano.[2]

Na prática nem sempre tem sido realizada a teoria; afirma-se que algumas secções nem sempre elegem os que devem dirigi-las; homens de certa energia se constituem chefes de seu próprio moto, e vão obtendo sócios; o que de certo não é caso singular na história das associações, nem tira aos associados o direito de mais tarde elegerem quem lhes aprouver.

Levar-nos-ia longe apresentar as dúvidas suscitadas, e os esclarecimentos publicados acerca da organização do conselho geral e das *federações,* espécie de comissão central que pode ser formada em cada país, quando as secções são em grande número; porém, como o nosso fim é essencialmente examinar as doutrinas que ameaçam revolucionar a sociedade, seria além de nosso propósito o entrar nesses pormenores.

Aos estatutos seguia o seguinte programa de estudos do futuro congresso:

1º Organização da Internacional, fim e meios de acção.

2º Sociedades operárias, seu passado, presente a futuro; da falta de trabalho *(chômage)* das coligações *(greves),* e meios de as remediar; do ensino primário é profissional.

3º Do trabalho das mulheres e das crianças nas fábricas, moral e higienicamente considerado.

4º Redução das horas de trabalho; fim, e consequências morais; da obrigação do trabalho para todos.

5º Associação, seu princípio e suas aplicações; a cooperação é distinta da associação propriamente dita?

6º Relações entre o capital e o trabalho; concorrência estrangeira; tratados de comércio.

7º Impostos directos e indirectos.

8º Instituições internacionais; crédito mútuo; papel-moeda, peso, medidas, moeda, língua.

9º Necessidade de aniquilar a influência da Rússia na Europa, usando o princípio do direito dos povos a disporem de si próprios; reconstituição da Polónia sobre bases democráticas e sociais.

10º Exércitos permanentes e suas relações com a produção.

11º Ideias religiosas; sua influência no movimento social, político e intelectual.

12º Estabelecimento de uma sociedade de socorros mútuos. Apoio moral e material concedido aos orfãos da associação.

[2] Villetard, *Obr. cit.* pág. 105.

Devemos tomar este programa na conta de genuína expressão daqueles que reuniam esforços para a *emancipação* do operário; porém não está ali enunciada uma só questão nova, nem tal prospecto nos ministra elementos precisos para asseverarmos que a sonhada emancipação diferia do que vulgarmente se denomina melhoramento das classes laboriosas; à primeira vista, e lendo somente o programa do futuro congresso, dir-se-ia que a Internacional tratava unicamente de provocar o profundo estudo de certas questões económicas, chamar para elas a atenção dos trabalhadores fundar institutos remuneradores da economia, portanto directos organizadores do capital, e, finalmente, estabelecer harmonia entre operários para sua mútua protecção.

Mas um programa que mal contém os títulos dos capítulos, pode servir para todas as escolas; a diferença está no modo de resolver as questões; ora as extratactadas mensagens claramente mostram que os operários queriam erguer-se como adversários declarados da divisão do trabalho, da lei da oferta e da procura, da baixa dos salários, da propriedade agrícola, e, enfim, do capital em das muitas suas manifestações; a veemente alusão aos reis e imperadores que por crimes se engrandecem e da infelicidade dos povos tiram subsistência; as vigorosas palavras acerca das lucubrações diplomáticas; o fim que, no opinar de Karl Marx e seus colegas, deve ter a luta dos operários, tudo mostra que os internacionalistas pretendiam mais alguma coisa do que o estudo em comissões e em congressos; nem se espere nunca dos que sofrem limitarem seus trabalhos a indicarem o lugar da ferida, e escreverem uma longa monografia patológica hão-de exercer suas forças na busca do remédio e pôr todo o empenho em aplicá-lo. É o que sucedeu em todos os tempos; digamos mais: é o que a natureza quer.

Com o volver de poucos anos veremos a Internacional resvalando no plano inclinado em que se colocou; era uma necessidade intelectual de seus membros; era a obediência, permita-se a frase, à gravitação lógica; o fundamento de posteriores erros está no programa e na mensagem escritos por Marx; também nesses documentos e na fundação da Internacional está a prova da força das classes laboriosas, e da sua faculdade organizadora; noutras eras seria difícil o rápido movimento que se operou no período cuja história acabámos de narrar; este facto merece não ser esquecido, pois que a revolução social para ser bem compreendida exige a análise de todos os seus elementos.

Como a Internacional se inclinara a ideias liberais em política, e tentava erguer o espírito dos operários fazendo-lhes crer que de si próprios dependia a emancipação e pois que o governo imperial olhava a liberdade como objecto para presente a seus súbditos, não é de estranhar que se filiassem nela Júlio Simon, Henri Martin e outros homens havidos como defensores da propriedade, e das leis económicas; atenderam de certo, à parte política, mais que à doutrina acerca do capital.

Pouco depois de elaborada a mensagem, era remetida impressa para a França; não permitia a lei que a Internacional fosse fundada no império; mas não proibia claramente a abertura de uma sucursal por isso foi constituída em 8 de Janeiro de 1865, na rua dos Gravilliers, nº 44, e os estatutos foram remetidos tanto ao ministro, como ao prefeito da polícia.(*)

## V

## *Agência da Internacional em Paris. Trabalhos da conferência de Londres em 1865. O trabalho intelectual e o manual. Erro fundamental do internacionalismo. O que são as classes laboriosas. O Congresso de Genebra.*

Começaram os trabalhos da sucursal parisiense numa casa da mais modesta aparência: era de três metros de largura e quatro de comprimento área do escritório em que alguns operários discutiam grandes problemas económicos; algumas adesões os animaram a progredir; mas de princípio não foram tantas que se pudesse facilmente prever a importância que na França tomaria em poucos anos a Associação Internacional; depois de uma assembleia de muitos trabalhadores, convocados com certo mistério para a casa da rua Gravilliers, a comissão

(*) O nome de Karl Marx tem sido tantas vezes proferido a propósito da Internacional, que julgamos agradável ao leitor conhecer os seguintes apontamentos biográficos.

Marx nasceu em 1818. Estudou direito na Universidade de Berlim; passou depois à filosofia e à história de que foi professor em *Bona* . Mais tarde, tomou parte na redacção do *Die Rheinische Zeitung* fundada em Colónia pelos chefes da burguesia liberal, passando a redactor principal em 1842; o vigor de seus escritos desagradou tanto à censura que o jornal foi suprimido em 1843. Veio para Paris e publicou, de colaboração com Ruge os *Deutsch-Französische Jahrbucher,* 1844, que foram proibidos; na Alemanha colaborou com Engels na obra *Die Heilige Familie, gegen Bruno Bauer und Consorten, 1845. Os Annaes* tentavam combinar os dois movimentos que se produziam na França e na Alemanha A *Heilige Familie* satiriza o idealismo alemão procurando substituir-lhe o *Realismo histórico.* O governo prussiano obteve da França a expulsão de Marx, por causa de seus violentos escritos contra o governo de Berlim. Passando a Bruxelas escreveu uma resposta às *Contradições* de Proudhon e *Das manifest des Communistischen Partei,* que foi adoptado por um congresso operário em Londres em 1847. Expulso novamente e agora da Bélgica pelas reclamações do governo prussiano a quem continuava a agredir, acolheu-o o governo provisório da França donde saiu pouco depois, para ir tomar parte na revolução alemã, fundando em Colónia a *Nova Gazeta do Rheno. A Gazeta da Cruz* órgão do feudalismo alemão, disse que tal folha excedeu em audácia revolucionária os jornais franceses de 1793 e 1794.

Por ocasião do golpe de Estado prussiano em 1848, Marx aconselhou o povo a armar-se, a resistir e a não pagar impostos. O governo proclamou em Colónia o estado de sítio, a *Gazeta* foi suspensa, e o redactor convidado a sair da çidade; restabelecidas as garantias Marx voltou à luta e saiu absolvido de numerosos processos políticos; depois do movimento revolucionário do sul alemão, Marx foi expulso da Alemanha em 1849.

parisiense agregou a si própria alguns membros, elevando-se todos a vinte; parece que desde logo houve quem tratasse de combater a influência internacionalista, quer estabelecendo uma sociedade que, sob a protecção de Napoleão favorecesse os operários, quer buscando dirigila por caminho político; ela, porém, continuou seus trabalhos, e fundou uma gazeta semanal, cujo quarto número foi origem dum processo(*); entendendo que Bruxelas seria melhor lugar para publicação de folhas que defendessem doutrinas socialistas, fundou aí um jornal, cuja entrada na França as autoridades imperiais proibiram.

Em 1865 devia haver um Congresso; porém o número de associados era tão pequeno, e a propaganda estava tão atrasada, que os chefes decidiram adiá-lo; em vez da magna reunião em Bruxelas, houve a conferência em Londres acerca da qual escreveu Fribourg.

«Em 23 de Setembro de 1865, os correspondentes de Paris, Tolain, Fribourg, e Limousin aos quais se reunira Varlin como representante de 500 aderentes parisienses; César de Paepe correspondente de Bruxelas; Dupleix, encadernador representante da secção francesa de Genebra; Becker das secções alemães da Suíça; delegados do grupo francês de Londres; finalmente representantes da repartição central, Odger, Cremer, Karl Marx, Eugene Dupont, Jung, e um capitão polaco, reuniam-se nas salas de *Adelphi Terace,* em Londres.

Primeiramente os conferentes detiveram-se no exame do nome da associação; com efeito que é um trabalhador? Quem tem direito a este título como se há-de distinguir de quem o usurpa? Deverão ser admitidos quantos assim se qualificarem?

Em Paris já se tinha resolvido a questão; os Gravilliers haviam decidido a exclusão formal dos que se denominam *trabalhadores do pensamento.*

Nova residência em Paris, e nova saída por solicitação da Prússia! Marx foi para Londres, onde recomeçou em 1859 a publicação da *Gazeta do Rheno* mandando imprimi-la em Hamburgo, e cessando em 1851 com a vitória da reacção.

Depois do golpe de Estado, em 1851 na França, escreveu *O 18 brumário de Luiz Bonaparte,* reimpresso na Alemanha antes da guerra de 1869. Em 1853, publicou *Revelações sobre o processo dos comunistas em Colónia,* contra o governo e a burguesia da Alemanha.

Colaborou na *New York Tribune* como correspondente na Inglaterra, escrevendo também *leading-articles* (artigos do fundo) sobre o movimento europeu, e asiático, adversos a Palmerston.

Em 1859 escreveu *Zurkritik der Politischen Ökonomie;* em 1860 *Herr Vogt;* neste último satiriza certo partido, chamado democrata alemão. Em 1869 escreveu o 1º vol. de *Das Kapital, Kritik der Politischen Ökonomie,* reputada sua principal obra.

Na *Sociedade internacional democrática* de Bruxelas na *Liga comunista dos operários,* já Karl Marx tinha querido fundar uma associação como aquela que hoje ocupa a atenção do mundo.

Tais são os apontamentos que extraímos dum dos últimos números da *Ilustração Francesa.*

(*) Fribourg diz que o fundamento do pleito foi o haver o periódico falado de economia social num artigo sobre arquitectura, não tendo prestado caução!

Os parisienses não tinham podido compreender bem o sentido destas palavras: umas se exprimiam profissões liberais (compreendiam os advogados, poetas, romancistas médicos, artistas jornalistas), entendiam que a presença deles tiraria à associação o carácter de operária e socialista, arrastando-a fatalmente a lutas políticas.

Cuidavam eles que só eram trabalhadores os que não tendo outros recursos além do seu labor diário, podiam momentaneamente cair na miséria, por falta de trabalho, ou por doença, a outros não utilizaria a associação. Os ingleses desejavam a admissibilidade de todos que solicitassem entrar nela e da mesma sorte opinavam os belgas e suíços; afirmavam que nas suas terras as profissões liberais, muito mais acessíveis do que na França eram vítimas de todas as flutuações do mercado, tanto ou mais cruelmente que as profissões manuais.

Atendendo a esta divergência, os conferentes resolveram deixar a cada sessão a liberdade de entender de um ou de outro modo a palavra trabalhador».

Veio depois o debate sobre a emancipação da mulher, pronunciando-se os franceses dizendo que o lugar dela é na família e não no *Forum,* e opinando os demais conferentes em sentido contrário. A questão polaca também ocupou boa parte das mais vivas discussões a ponto de produzir cenas pouco agradáveis. No dia seguinte uma festa, em que o chá precedeu os discursos, os discursos foram prólogo de cantos republicanos, e os hinos antecederam um baile, terminou a notável missão dos conferentes.

As discussões que ficam indicadas exprimem sobejamente o exclusivismo da Internacional; o pensamento que a levou a pregar e realizar a guerra entre o trabalho e o capital é na essência o mesmo que a impeliu a discutir se no seu grémio podiam ter entrada os membros de certas profissões vulgarmente denominadas liberais; igual foi a origem de ver com desagrado, como adiante narraremos a vantagem que o capital necessariamente colhe das próprias sociedades cooperativas.

A linguagem usual têm auxiliado o curso, e a subsistência de perniciosas ideias: ainda hoje se diz «classes laboriosas, burguesia, profissões mecânicas e liberais» como se realmente a razão estabelecesse tão mal traçada hierarquia social; classes laboriosas são todas aquelas que trabalham; de sorte que realmente compreendem os administradores de suas próprias riquezas, os directores de fábricas, os professores, os advogados, os escritores, etc.; as profissões são todas *liberais;* o exercício de qualquer das que são úteis, não é de per si dignidade ou vilipêndio.

Importa assentar solidamente esta ideia para não nos deixarmos arrastar a falsíssimas conclusões ideia que não deve esquecer em seus costumes nenhum de nós que trabalhamos, se nas anteriores idades foi infamado o trabalho, e nem o comércio, nem a indústria, nem a agricultura tinham consideração social, tão desumana filosofia desapareceu à medida que a análise tomou os fenómenos por todas as suas faces, e

em toda a sua profundidade; os vestígios dela já não existem na razão dos homens, e somente guarda na prática uns restos de danosa vida; o erro era demasiado antigo, e havia-se quase tornado segunda natureza; se lhe cortaram bem cortadas as enormes raízes depois de revolverem o solo com o arado das revoluções, e de o regarem com copioso sangue, ficaram ainda os ramos e as folhas gastando a derradeira seiva; a linguagem velha ainda não exalou o último suspiro, porque ainda não mudaram totalmente os hábitos do pensamento; quando, porém, a razão já tem extinto as distinções forçosamente os factos hão-de mais cedo ou mais tarde harmonizar-se com ela; do domínio da ciência é que já há muito saíram, para nunca mais voltarem, os princípios que entre os homens legitimaram certos abismos sociais; da mesma sorte acontecerá em prática mais ou menos remota; o desenvolvimento de cada indivíduo, a sua capacidade para o progresso, enfim a sua actividade na obra da civilização humana serão os fundamentos da hierarquia natural; não mais veremos o desprezo ou a sobranceria de muitos para com certos ofícios assim como acabará entre todos os povos a aristocracia oficial.

Porém, se tais conquistas fez a razão humana, e sobre ela se fundaram salutares preceitos e conselhos de moral sublime, não se dirigem unicamente aos poderosos, mas sim a todos os homens, qualquer que seja a sua condição. Nem o opulento olhe com orgulho para o pobre, nem o necessitado transborde de inveja ou ódio contra o poderoso; não cuide a inteligência celta que lhe aumenta a honra escarnecer dos ignorantes nem os carecidos de luz espiritual se irritem contra a distância que os separa daqueles; tenhamos o corajoso bom senso de viver na esfera que a natureza nos destinou, defendendo, sim, nossos direitos, mas não combatendo nunca os de nossos semelhantes.

É por certo pouco edificante uma parte dos actuais costumes; ainda há respeito pueril a títulos que muitas vezes não significam mérito próprio, assim como se não extinguiu completamente a desconsideração por várias ocupações: por exemplo, não vai longe o dia em que se investigava com cuidado a procedência de um de nossos mais condecorados políticos: afirmavam uns que nascera filho de sapateiro; outros diziam que o pai fora inteligente ourives; certo panegirista provou gostosamente que o pai era negociante matriculado; o caso era realmente grave e sério; o cordão umbilical foi cuidadosamente examinado uns ficaram tristíssimos de não verem nele o fio de coser botas; outros alegres de o poderem transformar em matéria-prima de larga fita de grã-cruz. Parecia importar mais esta matéria do que o exame dos actos do homem público. Em tais investigações próprias de ociosas comadres, há gente de siso que deixa ir longas horas. Casos como estes, revelando amor de falsas grandezas, aparecem abundantemente; estimam os pobres falar de algum parente rico a fim de que sobre seu nome se reflicta parte do poder alheio; muitos homens de dinheiro vivem tristes se não marcam seus cofres com a coroa de barão, ou as armas de

moço fidalgo (cremos que é assim que se chama a honraria); outros, que na humildade bradavam contra a aristocracia velha e nova, sucede tornarem-se os mais obstinados crentes nas especiais virtudes duma régia mercê para criar com presteza talento e mérito. Todos estes erram, quer vivam somente do salário, quer possuam grossos cabedais; não podemos louvar uns, e censurar outros.

Tanto respeito prestamos a certos dixes de crianças-velhas, como à falsa democracia que exalta cegamente as *virtudes* do trabalho; é vulgar produzirem-se em *meetings* numerosas declamações que pretendem provar a superioridade dos operários sobre todos os outros membros da sociedade: aí se dirigem insultos ao capital, e anatematizam os avultados haveres individuais; venenoso alimento espiritual! Manejar a lançadeira não é em si mesmo de maior honra do que sacar uma letra, ou escrever um poema, ou construir qualquer máquina; o homem não se caracteriza unicamente pela ocupação manual, mas também por todo o emprego da inteligência, e por todas as obras do coração; o trabalho na fábrica. ou no campo, ou no gabinete não é mais do que um incidente na vida; o homem também existe na família, nos amigos na humanidade em geral, e até nas relações com Deus; contemplamo-lo neste conjunto quando houvermos de apreciá-lo completamente; se o reduzirmos a dois braços ou a duas mãos e o estudarmos assim, não conheceremos nunca a ciência social, nem sequer a fisiologia.

Associação que tão mal avalia os fenómenos, que considera o operário como um ser aparte, e que pretende afastá-lo dos *trabalhadores do pensamento,* não pode encontrar as leis que regem os actos humanos; há-de animá-la o ódio, e puni-la o próprio erro; desconhece o importante papel dos que solicitamente se entregam ao exame dos factos; em vez de os animar para que mais se difunda a ciência e aperfeiçoe a indústria, começa por injuriá-los; se manejassem a agulha cozendo, pano ou o pincel aformoseando uma parede ou uma tela, seriam bem recebidos da Internacional; como usam da pena para adornarem o espírito dos que os lêem ou os ouvem, não podem ter ali entrada! Notável contradição, que prova atraso intelectual; porém que (digamo-lo sinceramente) não é efeito só da ignorância dos internacionalistas, mas também dos costumes a que acima nos referimos; os operários querem remediá-los opondo *classe* a *classe,* quando o encontrariam na severa crítica da sociedade conforme os princípios que a filosofia do direito e a moral claramente demonstram.

A espontaneidade do pensamento não pode atingir o que só nasce da reflexão; os homens que de sua lida quotidiana poucos minutos libertam para se darem ao estudo da organização da sociedade, formam ideias erradas, e conformes com elas vão operando quer individual, quer associadamente; há-de a experiência mostrar-lhes as falsidades que agora adoptam e acariciam como filhas da mais clara e elevada razão; aos que pensam de modo oposto cumpre indicar àqueles o erro

em que vivem a fim de que lhes seja menos dura essa experiência e possam mais rapidamente atingir a verdade.

Há palavras que exprimem distinções reais: assim, aristocracia, servidão, feudalismo são termos correspondentes a factos que a história narra; mas a frase «classes laboriosas» (permitam-nos insistir neste ponto) não exprime uma realidade quando por ela se pretende indicar um grupo de indivíduos completamente segregados da outra parte da humanidade, como o escravo estava separado de seu senhor. A economia política (de que tanto mal dizem os que a ignoram profundamente e que por isso mesmo julgam sabê-la como ninguém) tem progredido muito desde que soube compreender nas palavras trabalho e riqueza tudo que realmente o é; antes disso, havia economia política dos gregos, ou dos romanos, de Colbert, ou de Sully; mas não havia ciência. Os internacionalistas mostram desconhecer as mais rudimentares verdades económicas; entre eles deve haver muitos que suponham ter feito grandes descobertas, e formado ciência nova; se conhecessem a velha ciência que representa longos anos de trabalhos de livres pensadores achariam muito que aperfeiçoar, mas não pretenderiam vaidosamente destruir tudo; conheceriam melhor a ligação entre todos os fenómenos sociais, o fundamento natural, variedade de riquezas individuais e somente combateriam quanto se opõe à justiça.

Por certo há uma porção de trabalhadores que vivem somente do salário; já designamos esse estado pela palavra um pouco bárbara — operariado —, porém não é regido por leis económicas especiais, mas sim pelas mesmas que dominam todos os homens que trabalham; assim acontece com as plantas, com os minerais e com tudo quanto conhecemos; não há uma fisiologia vegetal para a violeta, outra para o cedro; nem as leis da vida dos zoófitos se contrapõem às dos maiores seres animados; tão pouco o mínimo asteróide obedece a princípios diferentes dos que fazem girar no espaço os planetas de maior massa.

O operariado é para uns o princípio de vida industrial; obtêm algumas economias e logo melhoram de posição; outros permanecem nele enquanto podem trabalhar; se as leis do operariado fossem diversas das que subordinam o capital, seria preciso que mudasse a organização íntima do homem quando realizasse a primeira economia; mas não altera a sua essência; tão somente efectua um progresso e engrandece o poder de produzir; portanto, os internacionalistas irão necessariamente armados de erros se procurarem a prosperidade na guerra de classes; a sua questão não deve ser dividir, mas sim harmonizar; a ciência (fora da qual no dizer de Raspail, tudo é loucura), lhes mostra que seu principal empenho deve consistir em desenvolverem as forças produtivas tão rapidamente quanto possível; e este desenvolvimento não o produzirá (senão depois de longas provações) a guerra de classes, o ódio entre os homens, e a louca tentativa de reformar tudo; o progresso há-de vir da solicitude em ganhar, da reflexão em dispender do

estudo perseverante, do cuidado em conformar todas as acções com a honra, e todos os prazeres com a razão; quem mais facilmente chega ao píncaro de escarpado monte não é quem às pedradas quebra as varas que levam na mão outros que lá vão no alto, e com grande custo as adquiriram; para ascender também, é indispensável aproveitar esforços em aprender o caminho e adquirir a vara, em vez de os desperdiçar como apedrejador.

Assim, o assunto económico mais importante para o que vive unicamente do salário é saber como *se cria* o *capital;* se os internacionalistas houvessem reflectido mais nisto, depariariam rapidamente com a harmonia entre ele e o trabalho; no seu ponto de partida não levantariam um grito de guerra, mas sim a bandeira que a todos protege, sob condição de se respeitarem mutuamente.

Este erro fundamental é importantíssimo e havemos de vê-lo com outras formas em diversas questões; se não fora ele, não se falaria ainda hoje tanto acerca da burguesia, parecendo que na actualidade não somos todos cidadãos; mas assim como reconhecemos que os internacionalistas vão por perigosa senda quando atribuem ao capital qualidades que não tem, igualmente afirmamos que este nocivo movimento é a reacção contra ideias menos exactas que muitas pessoas formam da dignidade humana; ainda hoje se fala de classes inferiores, referindo a inferioridade não ao mérito que a razão proclama, porém ao grau de riqueza. Tão entranhada (apesar de muito outra do que foi) vive esta cruel tradição, que nos actos mais vulgares nos aparece hediondamente e em toda a sua força; assim é que vulgarmente denominam — feliz — aquele que tem alcançado muito dinheiro; apelidam de bom casamento o que traz para casa avantajado dote; e até não é raro ouvir dizer que é cidadão *respeitável* aquele que pode responder por grossas quantias; quer-nos parecer que dos próprios internacionalistas há muitos que usam desta linguagem ainda mesmo que, reflectindo, a condenem; tudo isto manifesta que a maior parte da humanidade ainda forma da riqueza uma ideia muito falsa; e tanto que a confunde com a felicidade, atribuindo-lhe, portanto, numerosas virtudes que realmente não possui pois que os haveres materiais, embora sejam importantes elementos de prosperidade, não a asseguram, e muito menos a contêm.

Muitos são portanto aqueles que erradamente avaliam a missão social das riquezas; uns considerando-as como ofensa à fraternidade humana, taxando-a outros de filha do monopólio e mãe da escravidão; estes erros, — que a linguagem ordinária inelutavelmente nos revela, ainda quando a ciência protesta dentro de nós contra frases tais, — todos temos dever de corrigi-los, todos interessamos em deixá-los; quando a contenção do espírito for mais forte, a geração nova firmar-se-á melhor nos fundamentos da razão, e não mais se deixará ir ao sabor do movimento que ainda lhe comunicam as ilusões das idades que foram: essa contenção vem com a luta intelectual; esta luta que é a

expressão do progresso, e que é uma necessidade para alcançá-lo, torna-se indispensável quando em tantas nações são propagadas falsas ideias sobre a organização social; aplicando os princípios que temos por salutares, — nós os que somos contra o programa da Internacional — havemos de os apreciar melhor de nos deixarmos penetrar deles mais intimamente, e de separar qualquer ganga que nos inquine. Apreciemos imparcialmente nosso procedimento, façamos a rigorosa crítica dele em face dos fundamentos da moral e do direito, que são considerados como o brasão mais esplendoroso da moderna idade; confessemos sinceramente quaisquer defeitos próprios em lugar de somente gastarmos o tempo em investigar os alheios, e condená-los levianamente. Assim purificados no templo da ciência e da consciência, melhor apercebidos nos sentiremos para a luta, e saberemos defender não os direitos duma classe (que não os criou a natureza), mas sim os de todo homem.

Se a lonjura destas observações não é demasiada; se o assunto sujeito merece longo tratado em vez de breve capítulo, permitam-nos ainda aventurar uma reflexão.

Apontamos há pouco a frase «classes inferiores ou classes baixas» como sendo uma das que provam quão errada é ainda a noção vulgar de riqueza; tomando como natural tão somente a classificação dos homens pela sua capacidade e actividade em prol do desenvolvimento da humanidade, fizemos também notar que o operariado era as mais das vezes um estado transitório, em vez de sujeição forçada; acrescentaremos, como corolário evidente, que não há classes naturalmente inferiores, que há, pois, uma hierarquia natural; o homem que pratica inalteravelmente o dever, e, tanto, quanto pode, trabalha em favor do bem e do justo, pertence a uma classe superior à daqueles que de contínuo atacam direitos alheios e quase exclusivamente servem para perturbações sociais, assim, entre os ricos e entre os pobres podem existir, e de facto existem, membros das classes inferiores; trabalhar na fábrica desde pela manhã até à noite ou dispender poucas horas num ofício ou administrar unicamente suas riquezas, não é título cabal para entrar numa ou noutra categoria; aqueles que por despesas desordenadas, e por vícios permanecem na miséria ou decaem da opulência — uns e outros pertencem à classe inferior; podiam ter tido o berço num misérrimo albergue, ou trazer nas faixas infantis a coroa de rei — tanto valem para o caso as palhas como o trono.

É assim que consideramos a inferioridade natural se reiteradamente nos servirmos da frase «classes laboriosas» não as teremos nem como superiores, nem como inferiores; seremos, porém, forçados, para nos compreenderem a torná-las como constando de operários, indicando a seu turno por esta palavra aquele que vive no operariado.

Postas estas observações, vamos da conferência de Londres ao Congresso de Genebra, onde ouviremos a opinião dos internacionalistas acerca de importantes assuntos económicos e políticos.

## VI

### *O congresso de Genebra. O fim da Internacional. A gratuidade do crédito. Refutação desta doutrina. Identidade entre a remuneração dos trabalhadores e a dos capitalistas. A gratuidade do crédito seria a aniquilação do progresso. Erros da doutrina da Igreja acerca do juro.*

No Congresso de Genebra estavam representantes das secções francesas, inglesas e suíças. Os franceses apresentaram uma extensa memória acerca de todos os pontos do programa; no preâmbulo referem-se as lutas da burguesia triunfante em 1789 e afirmam que os operários foram sempre iludidos por ela; os acontecimentos de 1789, 1830 e 1848 não os satisfizeram nem prosperaram; mas se a burguesia só depois de muitas derrotas alcançou vitória, foi por não estar suficientemente desenvolvida, isto é, por não ter capacidade; aos operários (dizem eles a seu próprio respeito) sucede o mesmo, não alcançaram o lugar que lhes compete, porque ainda não se tornaram dignos dele. Cumpre, pois, estudar e aprender; e para melhor resultado do trabalho intelectual convém associarem-se.

«O fim da Internacional, continua o preâmbulo, está, portanto, claramente definido: consiste em reunir, a fim de os tornar mais frutuosos, todos os esforços individuais até agora tentados com o fim da emancipação do proletariado pelo próprio proletariado criar ou ao menos desenvolver — entre as diferentes nações hoje separadas por interesses antagónicos — um laço moral, que pela solidariedade lhes centuplique forças e influência, conduzindo-as mutuamente à realização do ideal de justiça. Numa palavra, o fim da Internacional é elevar por caminhos científicos — e pacificamente, sendo possível — o proletariado à emancipação, à igualdade dos direitos, não em teoria, mas na prática».

O primeiro capítulo se intitula *capital e trabalho;* cuidaria alguém que, depois de elegantemente provar a identidade de origem desses agentes produtores, o capítulo concluiria advogando o juro; pois é exactamente o contrário; combate-o como injusto; por isso que o capital e o trabalho têm identidade de natureza «a mais perfeita igualdade deve presidir a troca»; «se o capital é trabalho acumulado o trabalho de hoje vale, portanto, o de ontem; o pagamento do trabalho emprestado pelo trabalho equivalente é a única exigência justa».

Cuidávamos que gratuidade do crédito não seria defendida em 1871; sucedeu o contrário; este facto prova que existem muitas pessoas ignorantes dos fundamentos económicos do juro; por isso escreveremos deles tão claramente quanto podermos.

Toda a produção resulta de se combinarem as forças do homem com as da natureza em geral; quando fabricamos um pano, dirigimos a

esse fim nossos esforços empregados sobre os fios, que tem certas qualidades que a natureza lhes deu; quando traçámos um quadro, o trabalho da nossa inteligência une-se ao das forças que produziram a tela e as tintas; quando instruímos uma criança lançamos nossos conhecimentos no admirável laboratório intelectual que a natureza formou nela; combinação incessante, esforço continuado, tal é a origem de toda a civilização.

Nesta luta partilham quantos trabalham: uns tem na produção maior parte do que outros; a uns deu a natureza melhores ou mais vastas faculdades; outros se aplicam até ao extremo; ao passo que muitos vegetam no ócio, ou pouquíssimo podem contribuir para o progresso; querendo apreciar o resultado dos esforços de cada qual, não havemos de negar que a uns pertence mais do que a outros; ora esta diversidade incontestável indicar-nos-á o que é o juro.

Consideremos um operário: seja um tradutor: traduz quotidianamente vinte páginas dum romance francês; isto é quanto pode fazer nas horas de trabalho compatíveis com suas forças; outro consegue traduzir 60: porventura se encontrará tão hábil tradutor que apronte 100 páginas por dia: não sabemos de razão que se erga contra nós, se humildemente declararmos que o primeiro vale um terço do segundo, e um quinto do terceiro; de modo que se a sociedade, isto é, o mercado, recompensar com 90$000 réis o trabalho total, aos cooperadores caberá:

10$000 réis ao primeiro.
30$000 réis ao segundo.
50$000 réis ao terceiro.

Todos três podem ser igualmente dotados pela natureza; com o mesmo estudo produziriam idêntico trabalho; porém o primeiro começa agora a exercitar-se, tendo ainda há pouco deixado os bancos de um liceu; o segundo se tem dado cuidadosamente, durante dois anos, a estudar a língua francesa; o terceiro, finalmente, se aplicou ainda mais do que este. Que são os dois últimos em relação ao primeiro? Operários que solicitamente acumularam esforços, isto é, capitalizaram valores intelectuais; as diferenças de produção correspondem à diversidade de forças aplicadas; se remunerámos com dez quem produz um, não deveremos dar trinta, e cinquenta aos que produzem três e cinco ?

Levemos ainda mais longe a hipótese: o terceiro tradutor, graças ao seu espírito de economia, junta o dinheiro necessário para obter excelentes dicionários, que assaz o auxiliam no trabalho; consegue trasladar para vernáculo 120 páginas em vez de 100; portanto fica sendo maior a sua parte no trabalho total, e proporcionalmente crescerá o salário que a sociedade lhe atribua; mas se obtém maior soma desde que emprega novos instrumentos na sua tarefa especial, podemos dividi-la nas duas seguintes partes:

1º — O antigo salário.
2º — O aumento proveniente do uso de melhores meios de trabalho.

Se em vez de ser o próprio tradutor quem emprega o livro, é outro que lhe pede o dinheiro para o comprar, deixa o dicionário de ter a mesma utilidade, ou de ser a origem de aumento de salário? Não há uma parte da produção final devida ao emprego do livro? E a possibilidade deste emprego não vem da economia efectuada, que se associou ao esforço intelectual de quem vai consultar a obra? Assim como o operário, enquanto pode trabalhar, recebe um salário, o livro, enquanto existe, não amplifica a força produtora de quem o possui? Não lhe é, portanto, devida uma parte dos produtos? Pois esta parte é o *juro*. Assim como os oficiais ganham mais que os aprendizes, e nessas classes há membros, que lucram mais do que outras, conforme seus talentos e capacidade, também os que empregam maiores recursos obtêm maior fruto; que a *economia* se acumule sob a forma de aptidão, instrução, e honestidade até, ou sob as de máquinas, matérias-primas, campos, habitações, e dinheiro, tudo isto exprime faculdades produtoras, tudo é sócio na produção, tudo merece una parte na sociedade universal.

Porém os socialistas exclamam: «o pagamento do trabalho emprestado pela trabalho equivalente é a única exigência justa».

Então o empréstimo não vale nada? Para a humanidade não serve a capitalização? Se não tem préstimo, para quê tanta guerra ao capital? E se tem, que justiça é essa que a quem emprega o capital manda receber o mesmo fruto, quer lhe tenha custado assaz difíceis economias, quer pertença a outro?

Tanto é certo ser o crédito de grande valor, que por meio dele o homem que trabalha pode aproveitar suas forças incomparavelmente melhor; o esforço para acumular quem dirá que não serve admiravelmente aos fins da humanidade? Quem desconhece o mérito dos que perseveram no trabalho, em vez de viverem na ociosidade? Quem ignora que sem a capitalização todo o progresso é impossível? Anulais a importância do tempo e não vedes que desse modo pretendeis identificar a obra de um dia à obra de séculos, e, portanto, considerar sem valor o próprio trabalho! A teoria dos delegados franceses levaria as mais extravagantes conclusões: assim, se um homem tomasse de empréstimo cem contos de réis, os empregasse numa fábrica, a dirigisse largamente auxiliado por distintos industriais, e no giro da manufactura conservasse por 20 ou 30 anos aquela soma, embolsar-se-ia de todo o produto e daria ao capitalista somente a quantia emprestada sem aumento de um real! Notável doutrina que, pretendendo a igualdade, estabelece as maiores diferenças sociais em flagrantíssimas injustiças! Se o possuidor dos cem centos de réis dirigisse a fábrica, a Internacional considerá-lo-ia hábil para receber todo o produto! Provavelmente, o consentiria também, se o capitalista fosse membro de uma sociedade cooperadora e trabalhasse pouco ou muito na oficina; mas como se dedica à outra qualquer ocupação ou administra seus haveres,

não recebe juro algum! Chamar a isto direito e justiça é torcer demasiadamente à razão.

Depois de fabricado um produto que vale, por exemplo um conto de réis, é evidente o ser economicamente igual a esta soma, porém os delegados franceses esqueceram-se de atender ao que se passa antes da produção; alias veriam que o operário que contribui com dois dias de trabalho deve ganhar mais que aquele que somente dá um, e assim por diante; que deverá pertencer mais ao que, além dos braços, traz ferramentas e máquinas; que o capitalista, se unicamente empresta dinheiro, o mesmo vale que prestar essas máquinas ou a matéria prima, e que, portanto, lhe cabe uma parte equivalente à que estabeleceria a diferença entre o simples trabalhador e o que ministrasse utensílios ou casa, por exemplo. Já não falamos do risco sempre inerente aos empréstimos, nem da insuperável dificuldade de efectuar o mútuo por tal sistema; levar-nos-ia longe à minuciosa análise de toda esta teoria que suprime o tempo e iguala todas as quantidades à unidade; somente acrescentaremos que ela conduziria com presteza à igualdade da remuneração de todos os operários, sem distinção de talentos e de saber, assim como a negar a propriedade.

Mas os autores da memória, querendo provar a injustiça do juro, exclamam assim: «pode um indivíduo em 10, 20, 50 ou ainda 100 anos ter prestado à sociedade tais serviços que lhe seja dado manter na ociosidade todas as gerações que procederem dele?»

Se neste facto houvesse alguma face que parecesse repugnante, não lhe seriam inferiores os resultados da gratuidade do crédito; graças a ela o operário dirigir-se-ia aos capitalistas; tomar-lhes-ia todos os haveres, guardá-los-ia quantos anos quisesse; iria amontoando riquezas, e com o trabalho que lhe aprouvesse viveria como se fosse proprietário de tudo; nem seria difícil a transmissão dos cabedais; os filhos seguiriam o mesmo processo, iriam colocando as somas que o pai tomara de empréstimo e assim por todas as gerações, até que a realização de algumas profecias apocalípticas viesse pôr termo a esta admirável e sumptuosa velhacaria.

Oh! O crédito gratuito daria excelentes resultados! Por exemplo: um capitalista edifica numerosos prédios; terá de contentar-se com que no fim do ano os inquilinos lhe provem que estão muito bem conservados; mas que não fale num real de aluguer; que se satisfaça com olhar para as formosas frontarias e se alguma dia arder a casa em que mora, ou não poder continuar na sua ocupação arriscar-se-á a morrer de frio e fome à porta dos palácios que são seus, porém, que outros habitam! Com os campos, as máquinas e tudo quanto é produção sucederá o mesmo! A tais flagrantes injustiças que seriam a destruição da humanidade se fosse possível praticá-las por muito tempo, querem distintos escritores honrar como se fossem a mais sublime das harmonias! É impossível que meditando por um pouco nestas questões, o internacionalismo não conheça o erro que alimenta, e as loucuras a que sacrifica!

Mas, se a doutrina da gratuidade do crédito é verdadeira, ou, pelo menos, se os socialistas acreditam nela, tenham a coragem de a estender a todos seus naturais domínios. Kant, depois de levado às extremas consequências pela razão pura, achou na razão prática a seguinte *lei objectiva* que o pode conduzir no caminho da moral: «Faz de modo, que as máximas da tua vontade possam também ter a força dum princípio de legislação geral». Procedam assim os socialistas em relação à sua doutrina do crédito, e atentem nos resultados; o operário terá direito a exigir mais do que o salário preciso à sustentação das suas forças; nem um ceitil para empregar na compra dum livro, ou dum objecto qualquer que não seja estritamente necessário para se manter no mesmo estado: *trabalho equivalente remunera* o *trabalho emprestado* e que empresta o operário senão o uso das suas forças? Se ao fim do ano o dono de fábrica o deixa estar como no princípio não haverá direito para exigir mais!

Tal seria a conclusão da doutrina socialista! A natureza baldadamente haveria dado a toda a força produtora a faculdade de progredir; inútil fora esta maravilhosa organização que permite à humanidade não somente existir, — passando as gerações pelas diversas épocas da vida individual — mas também desenvolver-se, aperfeiçoar-se, dirigir-se para o supremo bem! A lei da equivalência do trabalho emprestado ao trabalho produzido condena os capitais a não crescerem; o século primeiro pode tanto como o décimo nono; a humanidade permanece como o bruto, supondo que estes mesmos não progridem pela selecção natural!

O internacionalismo, renovando a controvérsia da gratuidade do crédito, não prova maiores conhecimentos que os de Chevé ou Proudhon em 1848; ao menos porque não dizem seus chefes como nos havíamos de entender com a nova legislação! Porque não basta declarar que há duas economias políticas; é preciso provar que a pretensiosamente nova explica os fenómenos sociais, e é capaz de presidir aos movimentos da actividade humana.

Voltemos, porém, a uma objecção que acima transcrevemos: refere-se à possibilidade de ser mantida toda a descendência dum só indivíduo à custa dos esforços realizados por ele.

Noutro capítulo havemos de examinar o que é a propriedade, e por ventura aí se verá melhor a quem pertencem as riquezas; podemos, porém, observar desde já que na objecção posta há dois erros fundamentais: o primeiro consiste em confundir a questão da herança com a do juro, o que é impróprio de bom método; o segundo está em esquecer que a simples transmissão de riquezas não assegura a permanência delas: se o herdeiro for vicioso, ou se se entregar ao ócio, como rapidamente se perderá seu capital! Os haveres fogem dos preguiçosos, e rapidamente se escapam dos cofres de pródigos; o hábito da ociosidade traz em si próprio a condenação; homem que o tenha não tem

riqueza por muito tempo; os cabedais vêm do trabalho, e do trabalho se nutrem; quem pretende matá-los à fome, obriga-os a procurar quem os trate bem; isto que a teoria nos diz, é o que a prática nos ensina: quantas poderosas casas decaem para a miséria porque ao herdeiro delas não foi transmitida a solicitude acompanhada pela ilustração? Assiste à desonra do seu nome, em vez de engrandecer o que lhe deram; por isso a educação, e os hábitos de trabalho se tornam grande necessidade ainda nas mais opulentas famílias; por isso o trabalho honrado se engrandece, e pode olhar compadecido, em vez de invejoso, para aqueles que, juntamente com os tesouros, legam a educação no luxo e na ociosidade, como se fossem elementos indispensáveis da ventura terrena! Por isso hoje vemos nomes outrora ilustres, e de fidalguíssimos brasões, andarem inferiores a muitos daqueles que na miséria tiveram berço, e pelo trabalho se nobilitaram.

Quando se discutiu a questão dos vínculos, debalde os preconizadores dessa forma de transmissão exclamavam que servia para sustentar o esplendor das famílias, e perpetuar as grandes qualidades. A história dizia o contrário; a biografia de muitos membros da classe aristocrática, e o exame de seus prédios valiam mais que a defesa: nem os antigos nomes significavam a perpétua produtividade de heróicos feitos, nem as riquezas medravam, antes decresciam, em torno de velhos solares, onde a incúria dominava, erguiam-se modestas casas, defrontando com bem cultivadas courelas, onde se abrigava e florescia a indústria e a agricultura. O velho solar semelhava um túmulo. Na casa do operário surgia, e desenvolvia-se a nova civilização. Das pedras encimadas de coroas ou capacetes mandou a natureza que tomasse conta o musgo, já que o senhor as abandonara; do polido arado saíam torrões que o sol esclarecia, e que remuneravam cuidadosos obreiros.

Atentando na decadência da aristocracia como classe e um na formação de tantas casas opulentas por meio do trabalho, magoa-nos que de entre as classes laboriosas saia voz de guerra ao capital; inveja, ou ignorância, ofende esta inapreciável transformação do mundo social, que sobre as qualidades naturais do homem fundou o engrandecimento dele, e que tende a constituir não só no Estado, e no município o *self governement* mas também no próprio indivíduo; transformação que amamos com toda nossa alma, porque nasceu do justo, e até porque a ela devemos quanto somos.

Que pasmosa diferença entre as fantasias do socialismo e as realidades da natureza! Aquele pretende que todo o esforço humano somente possua a faculdade de produzir trabalho que permita mantê-lo qual era antes de principiada a obra, embora as gerações se sucedam: a razão humana será no milésimo século o que foi no primeiro dia: a mesma ignorância lhe será companheira, e se tiver aspirações de ciência, nem uma só poderá realizar. Isto quer o socialismo, quando condena o juro; porém Deus providenciou de outra sorte: o homem não somente se

mantém, mas ainda se desenvolve; o progresso é o juro que a humanidade recebe de sua própria natureza.

Já o dissemos, e agora o repetimos: as diferenças de salário representam a remuneração da economia, e da riqueza acumulada; quer a acumulação apareça no aumento da destreza ou do saber, quer em dinheiro, quer em máquinas, é sempre uma força económica, um agente produtor que não somente dá para se alimentar, mas também para progredir; condenar o juro, seria condenar toda a remuneração que permitisse acrescentar os haveres individuais; o que tanto vale como dizer que declarar a maldade e a injustiça do fruto seria anatematizar a árvore.

Proudhon, que tantas vezes defendeu a gratuidade dos empréstimos, até recorreu à doutrina dos santos padres para corroborar seus argumentos; nunca estes sábios escritores foram reputados grandes economistas; e se o assunto houvesse de ser resolvido por tal método, perguntaríamos que versículos do Evangelho ordenam a guerra ao capital, ou que conselhos de Jesus Cristo fazem consistir na posse da riqueza o bem estar do homem. Não desconhecemos a elevada ilustração de muitos santos padres; porém não seremos do número dos que vejam nas suas obras o melhor instrumento dos espíritos independentes; acerca do juro, seria fácil provar os erros de suas doutrinas; e a legislação eclesiástica era tão absurda que não sabemos que os bispos ousem actualmente observá-la; na constituição do bispado portuense, por exemplo, se pune a usura com multas pecuniárias, restituição e denegação de sepultura eclesiástica(*); assim o clero perseguia aqueles que recebiam juro, se bem que documentos insuspeitos provem que de outra sorte decidiam em causa própria; certo cabido, por exemplo, perguntou se a necessária sustentação dos beneficiados era motivo suficiente para receber juro dos capitais mutuados; se os haveres das igrejas, dos mosteiros, das crianças tuteladas e outras pessoas em circunstâncias análogas não deviam produzir juro; alegavam até a escassez de numerário o qual era preciso atrair com bons prémios; a Santa Sé, da mesma sorte que noutras muitas respostas sibilinamente ambíguas, consultou que *se não inquietassem* (o que queria dizer que continuassem recebendo o juro); *que sossegassem, uma vez que estivessem dispostos a obedecer as ordens da Santa Sé!* O próprio Santíssimo Padre Pio IX, antes de *adquirir* o dom sobre-humano da infalibilidade não duvidou proferir as mais benévolas frases sobre a fundação de uma caixa económica, — onde certamente se abonava juro aos depositantes; as doutrinas contrárias ao fruto do capital já nem sequer vigoram no Vaticano; a ciência o conquistou também.

(*) *Compêndio de Teologia Moral,* pelo bispo do Rio de Janeiro, ed. do Porto de 1853, I volume, pág. 249. Vejam aí os curiosíssimos extractos das respostas da Santa Sé acerca do mútuo; que seria do mundo social, se de tais sentenças esperasse o progresso!

Notável contradição! É no século décimo nono, e já ao declinar para o vigésimo, que o socialismo advoga o crédito gratuito! Bastar-lhe-ia notar a diferença entre o passado e o presente para conhecer quanto erra! Quando as leis condenavam o juro, a economia era difícil e a taxa enorme perseguia os que necessitavam dinheiro; hoje, porém, é assaz inferior; os Bancos, em vez de tirarem todo o lucro dos depósitos, dão uma parte aos depositantes, animando-os assim a novas economias; a indústria encontra novos recursos, e consequentemente é muito maior o número de indivíduos que podem alcançar a prosperidade que a riqueza proporciona; estes admiráveis resultados provieram da liberdade do juro; o socialismo, supondo que defende a mais pura ciência trata de ressuscitar velharias, que a própria Igreja, com toda a sua autoridade espiritual, não ousa adoptar! Que o socialismo analise um pouco mais os fenómenos sociais, e convencer-se-á de que o seu grito de guerra ao capital é verdadeiramente selvagem; se na sociedade há graves defeitos, não os atribuamos, pois, à liberdade de juro, que é altamente benéfica, e protectora de todo o trabalho.

## VII

### *A mulher e a família. Relação íntima entre este assunto e as transformações sociais. A instrução. Distinções e analogias entre a sociedade anónima e a cooperativa. Erro fundamental do moderno socialismo sobre este ponto. Doutrina de Proudhon acerca do mutualismo. Insuficiência de seus argumentos. O mutualismo económico e político.*

O terceiro capítulo do relatório, a que nos havemos referido, contém dois pareceres acerca da instrução, da educação e da família; apreciam o ensino doméstico, o ensino livre e pelo Estado, a missão social da mulher e o trabalho dela nas fábricas. Aí lemos alguns nobres e austeros pensamentos acerca dos elevados e sublimes deveres da maternidade; eis alguns períodos, que totalmente conformam com as melhores noções de moral e de higiene:

«Os factos ultimamente conhecidos, concernentes à mortalidade das crianças entregues às *empreendedoras de criação* chamadas amas, confirmam o que fica dito sobre a missão da mulher; esta se identifica ao ser que lhe deve a existência graças a seus cuidados, a educação vai marchando paralelamente ao desenvolvimento material; sem abalo, e paulatinamente se engrandece a inteligência infantil; os órgãos, livres de todo o constrangimento, funcionam de modo normal, e atingem o máximo progresso. Acaso se obtém este resultado nas creches e asilos de infância? Seja qual for a dedicação da mulher que aceitar tal

encargo, o baldarem-se os esforços dela será a condenação do sistema de instituições filantrópicas substituídas à família».

Por não respeitarem directamente a economia política, ou a governação das nações, parecerá distante do propósito de presente livro a cópia dessas linhas; mas as discussões acerca do organismo social não podem deixar de prender mais ou menos estreitatamente a organização da família. No meio das tribulações e das alegrias domésticas se exercita o espírito para as lutas sociais; ali se recebem a todo o instante profícuas lições, que só a ignorância despreza, ou foge; quando a anarquia lavra na família, ou às vãs ostentações é sacrificada a honestidade; quando o fogo do lar consome os sentimentos mais puros, em vez de os esclarecer e nutrir; quando sórdido interesse, ou desordenados sentimentos são a base principal de indiscretas e perigosas ligações, quem há de santificá-las, ainda que se diga armado com poderes vindos do céu? Se mais tarde os filhos não inspiram dedicação e amor, as relações domésticas não passam de cruel tormento, ou de incidente olhado sem importância; e que há-de ser da sociedade em que a família não obedeça às leis da moral? Reflectindo nisto, imediatamente se reconhece que as transformações da sociedade estão muito dependentes das condições da família; a secção francesa da Internacional ocupou-se deste grave assunto; porém o pequeno espaço que toma no relatório, assim como as subsequentes discussões nos congressos, provam não ter sido ainda suficientemente apreciado. Se numerosas pessoas abastadas ignorantes de seus deveres, preferem frivolidades à educação dos filhos, também entre os que somente vivem do salário há muitos que à vida doméstica preferem diversões prejudiciais'. A Internacional, já que se propõe melhorar a sorte dos operários, deveria ao menos ter estudado a influência das instituições económicas no progresso da família; aí se lhe depariariam notáveis provas de que as evoluções sociais, originadas pela liberdade do capital, a todos beneficiaram largamente; então seria menos vigorosa nos ataques à concorrência porque em todas as nações onde o comércio e a indústria medraram, veria numerosos estabelecimentos que facilitam a subsistência da família, tranquilizam sobre o seu futuro, e permitem chegar menos vagarosamente à posse de capitais.

Não negamos, antes expusemos as verdades contidas no mencionado capítulo; a sinceridade com que escrevemos não nos consentiria encobrí-las. Estamos seguros de que é péssimo sistema de combate aquele que em nossos fileiras deixa entrar o ódio e a mentira; poderão convir a desonrosos planos; porém, mais tarde ou mais cedo, o ódio e a mentira se voltam contra seus autores, e os vitoriosos da véspera são vítimas de seu criminoso procedimento.

Passemos rapidamente pelos parágrafos que se referem ao ensino, e criticam severamente, às vezes com boas razões, o sistema de instrução pública admitido por muitos Estados; deixemos esta matéria, e vamos a um dos pontos fundamentais da doutrina da Internacional.

O quarto capítulo tem por título «A cooperação distinta da associação». Não tanto pelo vigor da defesa ou pelo brilho dos argumentos como por se referir a um dos pontos fundamentais do programa internacionalista francês de 1866, é esse capítulo digno de particular análise; está ali o compêndio da doutrina mutualista, que tão grande entusiasmo -há causado entre os operários estrangeiros e a que alguns querem atribuir faculdades suficientes para dentro em pouco dominar o mundo inteiro. Os delegados franceses principiam por se declararem inteiramente adversos à associação tal qual foi proposta por Owen, Fourier, Louis Blanc, Cabet, etc.; julgam que os planos audazes destes reformadores tendiam a aniquilar o indivíduo, entregando-o ao despotismo de um chefe, cuja missão seria estabelecer entre os homens cruel igualdade e extinguir os estímulos de progresso; ao passo que a associação, segundo o relatório, liga os seres humanos para amplificar a iniciativa individual. Os autores do relatório, apesar do entusiasmo pelo sistema cooperativo, julgaram acertado confiar mais de um livro de Proudhon, que porem por palavras próprias a definição dele.

«A ideia fundamental (escreve o autor da *Capacidade política das classes operárias*) é a de um contrato pelo qual muitos indivíduos concertam entre si organizar em certa escala e por tempo determinado a circulação, a troca ou a produção; portanto obrigam-se mutuamente, e entre si garantem certa soma de produtos, serviços, vantagens, deveres, etc., que podem efectuar ou cumprir e dar, considerando-se em tudo mais totalmente independentes, quer na produção, quer no consumo. É, pois, essencialmente sinalagmático este contrato; aos que o realizam somente impõe as obrigações que derivam de suas recíprocas promessas; não está sujeito a nenhuma autoridade externa; de per si faz lei entre as partes; da iniciativa delas espera o cumprimento».

Não sabemos se o leitor compreendeu; de nós dizemos que sempre nos pareceram estas palavras mais próprias para confundirem que para esclarecerem; delas unicamente se depreende que o sistema cooperativo dá lugar a contratos, que obrigam os contraentes, sem absorverem a iniciativa individual; porém da mesma sorte sucede com todas as associações que hoje existem no comércio, ou na indústria, ou na beneficência, o accionista de um banco, ou o membro de uma sociedade de socorros mútuos não abdica da personalidade nem hipoteca a iniciativa quando se inscreve como associado dessas instituições. Baldadamente procuramos em todo o mencionado capítulo algum período que nos esclareça; o remate é construído com palavras que parecem escritas por quem supunha ter sido assaz explícito; não as ocultaremos ao leitor, que perante elas melhor avaliará nossos observações.

«Até agora a *associação,* conforme a entenderam e praticaram, exprimia: — sujeição do indivíduo à colectividade, produzindo quase infalivelmente a aniquilação da liberdade e da iniciativa individual. *Cooperação* quer dizer — contrato livremente consentido para um fim

único, antecipadamente determinado e definido. Na *associação* o interesse geral era o princípio superior diante do qual se inclinava o indivíduo; na *cooperação* se organiza a colectividade, a fim de fornecer o indivíduo de todos os meios de aumentar-lhe a liberdade de acção e desenvolver-lhe a iniciativa individual. Finalmente a *associação* parece visar a unir pessoas; pelo contrário, a *cooperação* cremos que indica a união das coisas e não das pessoas».

Devemos admitir que os delegados franceses definiram a cooperação tão bem quanto puderam; mas certamente estavam preocupados com as ideias socialistas e comunistas, e a nenhumas outras atenderam; aliás considerariam que por todas as nações civilizadas existem milhares e milhares de associações que não escravizam o homem, antes manifestam sua liberdade, multiplicam suas forças e patenteiam seu enorme poder na maior parte das grandes empresas do século décimo nono; perante sua magnitude é pequena a obra dos Estados; os tesouros públicos são insignificantes quando se confrontam com o montante do activo dessas sociedades e todas têm contribuído maravilhosamente para estreitar os laços entre os diferentes povos; não tomaram o nome de internacionais nem foram para aquele fim instituídas porém tais são as leis naturais do mundo social, que essas sociedades abrandaram os ódios, dificultaram as guerras, e tornaram muito mais impressiva, por assim dizer, mais prática, a ideia sublime da solidariedade humana. Os que atribuem à cooperação o exclusivo de respeitar a liberdade pessoal, não somente cometem grave erro histórico, mas também se fortalecem na funesta convicção de que só eles consideram em toda sua grandeza o espírito humano, só eles sentem e são capazes de praticar a fraternidade; naturalmente se originam daí o ódio à sociedade actual e o veemente desejo de a reformarem desde os alicerces; tudo que agora subsiste é acusado; em tudo quanto a imaginativa cria, em tudo se põe esperança de produzir velozmente a perfeição das instituições; não há mal que não seja atribuído ao despotismo dos capitalistas, ou ao egoísmo dos donos de fábrica, ou à crueldade da concorrência; é, portanto, assaz necessário conhecer o que é e o que vale a cooperação, o mutualismo, para compreender a importância que pôde ter, os bens que lhe será dado realizar e as decepções com que tem de punir aqueles que o idolatram.

Para tornarmos sensível o carácter das sociedades cooperativas, ponhamos qualquer delas na presença da sociedade anónima.

Vários capitalistas reúnem parte dos seus haveres, para operações de crédito; de entre si nomeiam gerência; constituem um banco e ministram dinheiro a quem oferece garantias de reembolsá-lo. Dão à empresa um nome que indique o fim a que se destina ou algum facto notável da sua organização. Esta é a sociedade anónima. Em lugar dela façamos que dez, vinte ou qualquer número de operários reúnam economias, as quais formam insignificante ou avultado capital, e as mutuem entre si, conforme o pedido de cada um e as garantias que

dão à sociedade; nos contratos de empréstimo empregam não só as economias a princípio reunidas, mas também as que podem sucessivamente acrescentar e as somas que a sociedade obtém ao mercado monetário, graças à confiança que inspira por meio desses bancos; os sócios alcançam dinheiro de empréstimo na sua própria associação até onde permitem os haveres de cada membro delas e as suas qualidades. Os estranhos podem tornar-se sócios acumulando economias que vencem juro, e que a associação vai capitalizando até que a importância se torna igual a uma *acção*; pelo mesmo processo, os que já eram associados podem aumentar o número de acções.

Tal é a sociedade cooperativa de crédito; da mesma sorte que a companhia, junta economias e depois as mutua; porém aquela é expressamente destinada a aumentar pelo crédito a força produtora dos associados e a energicamente concitá-los (de medo mais vigoroso do que o simples abono de juro pelos depósitos) a acrescentarem pela economia seus haveres. Na Alemanha, com especialidade, se desenvolveram rapidamente estes bancos, denominados populares, aos quais é atribuída boa parte do progresso das classes operárias.

A sociedade cooperativa exclui a sociedade anónima? Aquela é adversa a esta? De modo algum; ambas podem coexistir e cooperar honradamente no melhoramento da humanidade; uma e outra associam capitais ao trabalho, remuneram a economia, estimulam portanto a realizá-la, recolhendo as pequenas somas que ficariam inertes em muitas casas, se não fora o atractivo do juro, — colaboram para a multiplicação do capital, isto é, para a concorrência dos capitalistas e para a diminuição da taxa; a sociedade anónima servirá a uns, a cooperativa a outros; esta facilita a inversão das entradas em acções, e pode portanto considerar-se instrumento valioso para mais rapidamente unir ao salário o dividendo bancário, acrescentando assim os meios de subsistência; aquela aproveita somas disponíveis, e que podem imediatamente inverter-se em acções. Por mais que consideremos uma organização, de ambas não vemos ponto algum, que nos prove ser uma forma oposta à outra. Qualquer delas é fundada para interesse dos associados e nenhuma tende a estabelecer monopólios ou escravizar o trabalho; estudadas em si mesmas, concorrem para o engrandecimento dos sócios e da humanidade em geral. As condições económicas do indivíduo o levarão a dar a seus capitais uma ou outra direcção; pode simultaneamente pertencer a sociedades anónimas e cooperativas, recebendo lucros de todas ou tomando parte nos prejuízos de algumas delas. Que os internacionalistas escrevam longo trabalho acerca da cooperação acumulando palavras, injuriando tudo que não tem aparência de cooperativo, e condecorando suas investigações com o pomposo nome de ciência nova; porém no alto das suas montanhas literárias não vemos resplandecer nova e brilhante luz; antes reiteradamente se apresentam provas de que o moderno socialismo desconhece o que é a

associação, embora incessantemente se ocupe dela. Ser-nos-ia fácil transcrever do relatório vários trechos donde se conclui que os delegados das secções francesas ignoram o que é o crédito, a associação bancária e até o próprio Banco de França; porém escreviam como se tudo soubessem, pois que pretendem reformar tudo; cumpre dizer que este defeito não é peculiar ao internacionalismo, também nos outros partidos com frequência a ignorância eloquente se arvora em juiz, sem ter estudado a questão, nem conhecer a lei.

Assim como exemplificamos com uma sociedade cooperativa destinada a operações de crédito, podíamos expor o organismo das que têm por fim o fabrico ou o comércio de quaisquer produtos, veríamos os associados estabelecerem, por exemplo, armazéns do viveres, que eles próprios comprariam conforme as necessidades domesticas; é evidente que neste comércio por mutualidade pretendem converter em seu próprio benefício os lucros da venda, e libertarem-se dos danos que tantas vezes causa a compra a crédito e a retalho. Poderiam também estabelecer oficina ou manufactura, onde trabalhassem, e cujos lucros substituíssem *o salário* que haviam de ganhar em fábrica alheia.

Não tratámos de apreciar todas as formas de mutualismo nem de fazer a sua história; quisemos somente dar ideia delas para ser fácil compara-las com a sociedade anónima; relendo os parágrafos anteriores, pareceu-nos que evidenciavam as analogias e as diferenças dessas manifestações da sociabilidade, assim como os erros da Internacional

A memória dos delegados franceses não ia mais longe do que dissemos, na parte concernente à cooperação; porém, naquela época já havia quem tomasse o mutualismo em sentido mais vasto, acentuando claramente o que os referidos industriais esboçaram por modo quase invisível.

No congresso de Genebra também os delegados ingleses apresentaram relatório; conhecêmo-lo em resumo por um artigo da «Tribuna do Povo» transcrito no «Trabalho», folha belgo-francesa; são dele as seguintes linhas:

«É o movimento cooperativo uma das forças que necessariamente determinam a transformação social; é o sistema republicano da associação de produtores livres e iguais, em vez do sistema de subordinação do trabalho ao capital; porém este movimento, limitado ao microscópico progresso proveniente de escravos assalariados, não pôde transformar a sociedade. São indispensáveis reformas sociais gerais. É necessário que o poder do Estado passe das mãos dos capitalistas às dos próprios operários».

Esta aspiração é demasiada; mas é clara; os trabalhadores ingleses não somente querem instituir sociedades que favoreçam o progresso do operário; pretendem também que lhes pertença o governo das nações.

Tal movimento político é indispensável ao estabelecimento do mutualismo? Este sistema pôde e deve aplicar-se a toda a esfera social?

Por outros termos: só pertence ao domínio económico ou é também doutrina política?

Merece exame este ponto, quando se queira conhecer de perto a escola mutualista. Proudhon, que, na obra reiteradamente citada por nós, advoga ardentemente esse sistema, amplifica-o a ponto de ver nele o melhor, o mais racional modo de substituir a constituição dos Estados. Diremos disto o pouquíssimo que pode quadrar num capítulo de estreito livro.

No domínio económico, Proudhon ataca a lei da concorrência a qual considera causa de grandes desarmonia e expressão do egoísmo; a contenda que se dá entre o comprador e o vendedor capitula-a de desleal, e desonrosa; o remédio deste mal gravíssimo encontra-o no mutualismo. Examina a organização das companhias de seguros e julga-a também imoral; as empresas, no dizer dele, ganham enormemente; só o seguro mútuo permitiria reduzir o prémio ao preço mínimo. Investiga os fenómenos económicos do transporte de mercadorias; aí vê mais um pedaço de agiotagem; o mutualismo aparece no livro com recomendações de panaceia, porém as indicações para aplicação nos parecem deploráveis; o mutualismo fará tudo; por exemplo, acabará com a referida agiotagem, levando os expedidores de mercadorias a assegurarem as empresas de viação certa quantidade de transportes; as empresas a seu turno efectuá-las-ão por preço razoável. Pelo que respeita ao crédito, também o mutualismo procederá de sorte que os prestamistas não receberão juro! Proudhon lastima que o *Comptoir d'Escompte* não se resolvesse a emprestar sem juro aos accionistas, mediante *uma simples comissão;* o negócio não nos parece lucrativo para o capital, nem supomos que o mutualismo desta ordem lavre por largos espaços, a não ser que a simplicidade daquela comissão não seja tão pouco maliciosa como se depreende das palavras do autor.

Donde se conclui que Proudhon leva a todo o mundo económico o mutualismo; as soluções propostas por ele não são plausíveis; mas nem por isso o ilustre adversário de Bastiat caminhava menos arrojadamente na exposição de seus pensamentos; é estranhável a audácia com que passa pelas mais importantes questões!

Assim, por exemplo, apenas acabava de flagelar com palavras a lei da oferta e da procura — que lhe substitui para bem da humanidade? O mutualismo: como o organiza? Não o diz; suas triviais observações sobre esta matéria findam como segue:

«O país onde as coisas se comprassem unicamente pelo que valem teria resolvido o problema duplo do valor e da igualdade. Portanto, não receio dizê-lo: nisto como no tocante aos seguros, a consciência pública reclama garantias, isto é, melhor definição na ciência e reforma nos hábitos comerciais. Infelizmente esta reforma só pode obtê-la a iniciativa superior a toda a individualidade; e o mundo está cheio de

gente que grita que é utopia levar luz às obscuridades da ciência, e ataque à liberdade o ameaçar o equívoco e a velhacaria».

No que vem a dar o mutualismo! Aguarda a reforma da consciência humana para começar trabalho. Daqui até então contente-se o mundo com anátemas à lei da oferta e procura! Assim é fácil escrever numerosas reformas.

Em matéria económica, Proudhon mal pode servir de guia aos defensores do mutualismo que pretendam organizar-se; há o mencionado livro conselhos salutares, páginas que revelam o elevado talento do afamado pensador, porém o fim que se propunha não o atingiu. O compêndio para uso dos mutualistas não está ali.

Deixemos, porém, a economia política de Proudhon e examinemos a obra na parte respeitante à organização dos Estados. Alguns trechos esclarecidamente a caracterizam:

«Que pretende o mutualismo e quais as suas ideias sobre governo? Quer fundar uma ordem de coisas na qual seja rigorosamente aplicado o princípio da soberania do povo, do homem e do cidadão; cada membro do Estado, conservando independência, governar-se-á a si próprio, enquanto que a autoridade superior tão somente se ocupara dos negócios do grupo; conseguintemente, haveria certas coisas comuns sem haver centralização; vamos à conclusão final: *haveria um Estado, a cujas fracções, tidas como soberanas, seria reconhecida a faculdade de sair do grupo e quebrar a pacto, ad libitum; nem o dissimulemos: para ser lógica e fiel a seus princípios, a federação deve ir até aí, sob pena de ser ilusão e mentira*».

Acreditando que esta forma de governo parecerá aos leitores demasiado promotora da dissolução social, porque as contínuas separações e anexações de grupos poderiam alterar a constituição geral até a enfraquecer muitíssimo, Proudhon escreveu:

«Para tornar indestrutível a federação, cumpre dar-lhe como sanção, como base do direito federativo e de toda a ordem política, o direito económico».

Este direito realiza-se em instituições mutualista cujo fim seja principalmente a organização da caridade, dos seguros, do crédito, dos transportes, dos mercados e docas, a exploração de minas, as obras públicas, os arroteamentos, as edificações, a instrução e o imposto. As instituições políticas seriam: 1º um corpo eleitoral, reunindo-se na sua espontaneidade, policiando as operações, revendo e sancionando seus próprios actos; 2º uma delegação, corpo legislativo ou conselho de Estado, nomeado pelos grupos federais; 3º uma comissão executiva eleita pelos representantes do povo em seu próprio seio, podendo ser substituída. Tal é a organização política segundo as doutrinas de Proudhon; tal é a que, no seu entender, representa perfeitamente a soberania nacional. Esta é, pois, a expressão do mutualismo em direito público, da mesma sorte que a cooperação o era na esfera económica.

## VIII

### *O mutualismo pretende substituir as actuais formas de associação Exemplo desta doutrina: uma companhia de seguros, e uma sociedade de proprietários. O mutualismo de Proudhon seria o despotismo. A harmonia da concorrência As formas políticas e económicas e sua influência sob sobre o progresso humano. O mutualismo inverte completamente a questão social.*

Analisemos a teoria mutualista de Proudhon, exposta no capítulo antecedente.

Vimos a confiada ousadia ou a incomparável ingenuidade com que o fecundo escritor pretendia abolir a lei da oferta e da procura e também dissemos a substituição que propunha; por toda a parte seriam instituídas associações, cujos membros, entre si ligados pela harmonia dos interesses, não permitiriam que por mais tempo os grandes lucros de uns representassem a espoliação de muitos; assim, e por exemplo, em vez de companhias de seguros a prémio, os proprietários associar-se-iam, contribuindo proporcionalmente para indemnização dos sinistros sofridos por um deles. Como se vê, Proudhon não se limita a preferir tal forma de associação à sociedade anónima; censura esta, amaldiçoa-a e só aquela considera como expressão da dignidade e do direito; quer estabelecer sobre novas leis o mundo económico; se até hoje o homem tem explorado o homem, só pelo mutualismo as forças humanas se combinarão rectamente. Os lucros demasiados terão por sucessora a mais equitativa distribuição, pela qual a miséria há-de acabar, e a verdadeira fraternidade reinará na terra!

Quando as utopias se limitam a vagas declamações, fascinam rapidamente e levantam grandes exércitos contra a verdade; quando, porém declaram francamente como se traduzirão na prática, é fácil provar a elas próprias que se alimentam do erro e ao erro servem. Proudhon, indicando a organização que sonhou, manifestou boa fé, porém tornou mais impressiva e clara a refutação. A sociedade de seguros mútuos, por exemplo, não alteraria as leis económicas e poderia dar grandes prejuízos, ao passo que outras lucrariam; o mutualismo *aparente,* essa fraternidade com que tanto argumentam visionários, não seria mais feliz do que a associação anónima; nenhuma delas seria capaz de destruir os riscos, e por isso nenhuma tornaria impossíveis as perdas.

A refutação das exageradas vantagens que se atribuem à mutualidade vale bem a pena de escrever algumas linhas; e se estes debates demandam atenção para serem compreendidos, adquire-se ao menos o convencimento de que são ilusões as doutrinas apresentadas como última descoberta do entendimento humano; examinemos, pois, a questão mais atentamente.

Muitos donos de prédios rústicos ou urbanos contratam entre si responderem mútua e proporcionalmente por sinistros de certa espécie, sofridos pelas suas propriedades; há um incêndio; a casa é reconstruída à custa de todos, contribuindo cada qual em proporção do valor dos prédios que possui; em vez de pagarem prémio anual a uma companhia, só desembolsam dinheiro no caso de sinistro; não locupletam empresas, socorrem-se reciprocamente; eis a expressão da fraternidade cristã, eis o direito económico, segundo a teoria mutualista.

Deixemos, porém, a aparência e examinemos cuidadosamente os fenómenos; a associação não pode ser universal; coexistiriam muitas desta espécie; aconteceria haver cada ano sinistros de maior importância numas que noutras; até não seria raro que algumas, no caso de vastos incêndios, totalmente sucumbissem herdando aos sócios a miséria comum em vez da integridade dos primitivos haveres. Aqui apareceria, portanto, inelutável e fatal, a desigualdade do sacrifício entre os homens, a grande perda sofrida por uns, ao passo que outros continuariam gozando os rendimento das propriedades, que a natureza não sujeitou às ideias de Proudhon; em vez de companhias opulentas que, no caso de prejuízo, prontamente indemnizavam os proprietários, reduzíamos alguns à pobreza e mantínhamos a riqueza de outros! Que a fantasia se namore de si própria; que se julgue com força para amassar e afeiçoar a seu talante o barro social; mas, trazida ao terreno dos factos e sujeita à análise, reconheça que é formada por múltiplos erros, com vaidades de ciência completa.

Ainda que admitíssemos a universalidade da associação de seguros mútuos, não evitaríamos os danos; somente passariam à conta dos proprietários os prejuízos, que de outra sorte caberiam a accionistas de uma companhia; em troca receberiam de seus colegas a indemnização devida no caso de sinistro; daqui devia realmente resultar economia; porém o proprietário teria a cuidar dos negócios da associação; este cuidado evita-o pagando o prémio no qual vai também a segurança contra os acidentes designados na apólice.

Diga-se, de passagem, que a associação universal seria quase impossível, e, muito provavelmente, assaz dispendiosa: tornar-se-ia demasiado incómodo repartir pelos proprietários da Bolívia, da China, do Cabo da Boa Esperança e da Islândia, por exemplo, o prejuízo ocorrido no Porto; seria injusto subordinar às mesmas regras de seguros os prédios construídos de diversos materiais, ou situados em terras de variadas condições económicas e políticas; seria complicado, no meio das comoções sociais, obter de todas as partes do globo a quota dos milhões de proprietários esparsos nele; o mutualismo não precisa de pensar nisto porque a sua tarefa tem exclusivamente consistido em leviana e vaidosamente censurar; é, porém, indispensável conhecerem sua inanidade aqueles que correrem o risco de se agradarem dele.

Será, ao menos, fundada a *acusação* da opulência das companhias de seguros? Os factos, mais ponderosos que argúcias, nos dizem que muitas empresas desse género sucumbiram totalmente, outras distribuem pequenos lucros ou causam prejuízos, outras, finalmente repartem avultados dividendos; sucede, portanto, nelas como em todos os ramos de trabalho, que a uns abrigam e a outros danificaram ; assim a acusação deixa de ter base ou abrange toda a esfera económica; tomá-la-emos logo nesta amplitude, mas cumpre-nos dizer ainda algumas palavras acerca dos seguros.

O proprietário de prédios no valor de 10.000$000 réis, pagando um prémio relativamente insignificante, — seja um quarto por cento — obtém de uma empresa a obrigação de o indemnizar dos prejuízos causados por incêndio; alcança-a pela módica soma anual de 25$000 réis; porém, se entra para uma sociedade de seguro mútuo, arrisca-se a perder um ano grandiosas verbas, ainda que possa acontecer-lhe decorrer longo tempo quase sem desembolso; não será também raro que, no caso de prejuízos alguns sócios mais ricos de prédios que de dinheiro, tenham dificuldade de entregar de uma para outra semana a parte que lhes toca no prejuízo social; donde se originarão contendas, ou desgostos, ou novos danos; estes males não pode evitá-los o mutualismo; são-lhe de força inerentes.

Não pretendemos encarecer os defeitos de qualquer instituição; empenhamo-nos tão somente em mostrar os graves erros daqueles que demasiadamente confiam de formas enganadoras a ventura humana, contentando-se com lhes darem nomes atraentes; a verdade é que os dois modos de associação até aqui examinados podem coexistir, correspondendo às condições especiais dos que buscaram o seguro: condições não só de cabedal, mas também de índole; agradará a uns pagar anualidade fixa em vez de correrem o risco de grandes perdas para terem a probabilidade de quase nada gastarem alguns anos; outros, porém não duvidarão associar-se a numerosos proprietários para compartilharem perdas e garantirem-se contra prejuízos. O mutualismo de Proudhon, com aspirações a grande liberdade, condena uma daquelas vontades e só à outra consente que se organize; viola o direito jactando-se de o restaurar.

Mas será ao menos certo que as companhias de seguros arruínam os proprietários exigindo grandes prémios ou, pelo menos, obtêm fabulosos lucros? Já apontamos factos, prova cabal de que a asserção não pode ser inteiramente exacta; levemos, porém, mais longe o exame da questão.

Os capitalistas associam-se liberrimamente; constituem uma dessas companhias que auferem escandalosos proveitos; quem impedirá que outros, procedendo por igual modo, os obtenham também? Para o não fazerem, seria preciso que noutra parte alcançassem lucros ainda maiores, ou que não houvesse capitais capazes de montarem nova empresa;

no primeiro caso, claro está que os dividendos anatematizados pelo mutualismo não são excepcionais; no segundo, é evidente que uma impossibilidade natural se ergue diante das pretensões dos proprietários; se a associação mútua pode concorrer com a sociedade anónima é-lhe dado concorrer; se não pode, não é de razão acusar aqueles que, entre todos os homens, foram os únicos a arriscarem importantes somas que, oferecendo-lhes lucros, têm ao menos o mérito de assegurarem os haveres dos proprietários. Porém, na sociedade actual os capitais constituem-se rapidamente e é elevado o montante dos disponíveis; pode crer-se que, a serem excepcionais os dividendos das companhias de seguros, a concorrência não corrija esse excesso, realizando simultaneamente o desejo dos segurados? A quotidiana prática responde sobejamente a esta pergunta. Quem, partindo de outros globos, entrasse na sociedade humana e ouvisse as lamentações mutualistas, misturadas de imprecações, e carregadas de planos reformadores, certamente cuidaria que a actual civilização proíbe fundar associações mútuas, corroborá-lo-ia nesta suposição o ouvir asseverar que as vigentes formas societárias protegem espoliadores, e felicitam monopólios; contudo a verdade é completamente outra: o mutualismo pode organizar-se e provar a superioridade real das suas forças; em matéria de seguros, por exemplo, os proprietários, muitos dos quais são opulentos bem facilmente poderão experimentar essa forma societária a qual não é nova; já no século passado o negociante Buhring propôs a Frederico, o Grande, a associação de donos de prédios rústicos, para levantarem capitais com que os melhorassem; então nasceram as sociedades de crédito predial, e desde então muitas se têm fundado sobre o mesmo plano para variados fins; a sua utilidade em muitos casos é evidente; mas enquanto a liberdade a todos acolhe, deixando que as diversas forças se organizem, conforme as circunstâncias em que se encontram, o mutualismo proudhoniano quer ter o monopólio do trabalho universal.

Mas o mutualismo dir-nos-á: queremos suprimir os intermédios; não necessitamos companhias que segurem por prémios pagos pelos proprietários; não carecemos de comerciantes que nos vendam os produtos muito mais caros do que os compram; o mutualismo extinguirá todas as classes que assim vivem à custa do pobre consumidor.

A acusação é fácil; a prova é difícil: já vimos qual é o serviço prestado pela companhia; o comerciante presta outro que é idêntico; é possível que muitas vezes realize grossos lucros; mas também as falências figuram na história mercantil, e as crises comerciais levam à miséria aqueles que calculavam a visita da felicidade para o dia seguinte. Se a acusação fosse justa, haveria de compreender quantos trabalham; o consumidor faria os vestidos que o cobrem, para que o tecelão, e o alfaiate lhe não levassem dinheiro por seu trabalho, e obtivessem quaisquer lucros; os proprietários seriam arquitectos, construtores e pintores para que alguns operários se não locupletassem ou para... os poupar à

miséria; e assim iríamos procedendo até que, todo o indivíduo ficaria segregado inteiramente de seus semelhantes para a nenhum deles dar um ceitil de lucro! Invejoso sentimento este, que só por deplorável inversão de ideias se denomina mutualismo! Cruel guerra, que apelidando-se fraternidade e progresso, tende para a dissolução social e a barbárie!

Todos, quantos trabalhámos, somos permutadores, e todos sujeitos a lucrar e perder; suprimir o lucro seria extinguir o efeito económico da constituição do espírito humano que é essencialmente progressivo; quebrarmos relações com nossos semelhantes somente por que, ao darem-nos seus serviços, levam parte de nossos haveres, seria não só esquecer o beneficio desses mesmos serviços, mas também considerar a perda universal, a decadência da humanidade como ideal económico.

Assim, encarado por qualquer lado, o mutualismo não pode pretender extinguir, por nocivas, as sociedades anónimas, ou a dominar as leis naturais que trazem prejuízos à sociedade. O mutualismo bem o sabemos, tem uma vantagem; está no próprio nome; recomenda-se como fraternal, ao passo que a concorrência é tida na conta de totalmente desorganizada ou desorganizadora; o mutualismo é simpático ou finge sê-lo; a concorrência aí se mostra nos mercados, na lei da oferta e da procura, permitindo a todos indistintamente comprar, produzir, vender, sem os ligar por um pacto escrito, sem os subordinar a estatutos, sem lhes atar os corações e prender as almas. Esta concorrência, que parece o Deus do caos é, porém, a ordem; a lei da oferta e da procura, tão desumana ao primeiro aspecto, é a mais infatigável operária do progresso, a menos injusta distribuidora das riquezas, a mais constante defensora da liberdade, a mais notável e maravilhosa expressão da unidade providencial na variedade social.

A liberdade do trabalho é considerada como um dos máximos brasões da moderna civilização; pois bem; a concorrência é a expressão económica dessa liberdade; a todos acolhe, todos os produtos recebe e a todos remunera, conforme o serviço que prestam à sociedade; quando poucas pessoas necessitam dum objecto que é produzido em larga escala, o preço baixa; este simples decrescimento de remuneração tem três fins importantes: o primeiro é atrair a máxima quantia que os compradores ainda podem dar por objectos que não lhes são tão necessários como dantes; o segundo é distribuir pelo maior número possível de operários essa mesma soma; o terceiro é avisar de modo impressivo os fabricantes de que não devem persistir nessa fabricação em tão grande escala.

Com efeito, se um certo pano por exemplo, já não agrada tanto, e outro de melhor qualidade vem substituí-lo, só a baixa de preço do primeiro pode determinar alguns consumidores a preferirem-no; se o preço não baixasse, os possuidores da mercadoria inferior, sofreriam perdas muito maiores, porque toda a clientela imediatamente desapare-

ceria; sustentam-na em parte, diminuindo o preço; mas a própria baixa do lucro, ou a perda, os inclina e força a ocuparem outro campo de trabalho. Ao contrário, quando o preço sobe e dá maiores lucros, pensará alguém que não se produz logo um movimento social que tende a diminuí-los? Os que tratam de empregar capitais levam-nos aonde grandes benefícios convidam; os que noutras indústrias adquirem mesquinhos proventos, cuidam de os encaminhar para aquele mesmo ponto; e assim a concorrência, atraída pelo amor do lucro, produz a baixa desse mesmo lucro, com final proveito para o consumidor; esse moto contínuo, aparentemente desordenado, ou, quando muito, impelido pelo egoísmo, que mutualistas chamarão sórdido, incessantemente contribui para levar a toda a parte os bens individuais e equiparar os lucros; não há nestas conclusões a revelação claríssima de que todos nos obedecemos a leis naturais que harmonizam e concertam o movimento individual no oceano da sociedade, como acontece com as águas marítimas, ou as correntes atmosféricas. Devemos fechar os olhos a tantas e tão majestosas obras para somente os abrirmos ante as visões do mutualismo?

Consideremos ainda uma vez a sociedade de seguros; havíamos visto os capitais associarem-se para lucrarem; os proprietários pagando prémios, para alcançarem tranquilidade de espírito; a importância dos sinistros sendo paga pelas companhias. Um olhar superficial, e teimosamente inclinado à maledicência, levará a dizer que o amor do lucro de uns e a tranquilidade egoísta de outros deve ser substituída pelo amor fraterno, que se organizará em sociedades mútuas, mas a análise completa provará que a companhia de seguros é, a bem dizer, um orgão que trabalha para bem dos proprietários assim como estes, pelo pagamento do prémio, remuneram o serviço daqueles; e nesta permutação há mutualismo de serviços, há vantagem comum, há progresso para todos, há, conseguintemente, harmonia.

Por certo seria mais agradável que o homem fosse de tal modo constituído, que em todos os seus actos conhecesse bem os fins providenciais deles e se inspirasse da ideia sublime do amor do próximo; seria conforme as aspirações das almas santas que em toda a transacção, em todo o trabalho, o homem não se esquecesse de projectar a luz da sua consciência, e subordiná-lo às prescrições da moral, que a alicantina, a traição, a mentira, a inveja, o ódio, totalmente desaparecessem e a sociedade fosse a tradução viva dos sentimentos mais puros; mas seria gravíssimo erro e empresa irrealizável fundar instituições que supusessem o homem assim engrandecido, e, a bem dizer, divinizado; as teorias mutualistas como tantas outras, partem de um ponto insustentável; e a sua condenação plena está na própria organização do homem; as formas políticas e económicas não podem transformar o indivíduo; pelo contrário, representam-no, exprimem-no, são obra dele; o mutualismo inverte a questão; cuida que a forma é tudo, e que a

essência alterará com ele; o mesmo valeria supor que a verdade varia com as diversas teorias criadas pelo homem; que as vestes de guerreiro originam a hombridade; que o mosteiro produz infalivelmente a virtude; que a coroa de carvalho dá a vitória; e que a de espinhos é suficiente para no calvário divinizar qualquer ser humano.

Não pretendemos negar a influência da forma económica ou política sobre o melhoramento individual; é, porém, infinita a distância entre a influência que exerce, e a faculdade de santificar imediatamente o homem. Estas formas devem corresponder às qualidades dos seres que reúnem; a cada novo elemento de civilização podem corresponder novas formas; quando, em vez de serem produzidos pela mais livre expansão de todas as faculdades, pretendem vexar e extinguir qualquer delas, tais formas, depois de impedirem o progresso causam explosões terríveis; é por evitá-las, e ao mesmo tempo atender aos direitos naturais, que a liberdade exprime todos os grandiosos pensamentos políticos e económicos.

Porém, se oprimir o desenvolvimento é cruel e causa abalos sociais; se o velho regime tentava, aflito e pávido, encontrar na opressão o remédio para as doenças sociais; se a majestade do entendimento humano procurava opor as regras do direito divino dos reis; se a regulamentação meticulosa e minuciosa da vida agrícola, mercantil, industrial, científica, literária e religiosa se lhe figurava eficaz meio de serem perfeitas todas as obras humanas; se neste pressuposto ia a sacrílega negação do progresso e dos mais elevados fins concedidos por Deus à humanidade, as modernas utopias pretendem que o homem viva desde já como se tivesse andado a longa senda que tem de percorrer e em cujos espinhos há-de deixar os fragmentos de grandes impurezas que ainda mancham o esplendor da sua alma; os antigos déspotas agrilhoavam-se ao passado; os utopistas querem tratar-nos como se todos fôssemos já muitas centenas de séculos além da época em que vivemos; é natural que entre todos houvesse homens animados das mais santas intenções, mas uns e outros erraram; por isso tanto realizaram sua obra os que pretenderiam prender ao ceptro ou à espada a humanidade inteira, como a realizarão aqueles que a julgam constituída conforme seus sonhos.

É com efeito, evidentemente inaceitável toda a proposta de organização social que não contar com os defeitos humanos; a melhor de todas será aquela que, atendendo a eles, não esquecer nenhuma virtude adquirida e lhe der o lugar de trabalho que lhe compete sob o domínio da liberdade, isto é, da concorrência.

Obedecendo a este princípio, não podemos admitir o mutualismo que vai até pedir instituições que supõem o homem inteiramente aperfeiçoado; mas, por isso mesmo, aceitamos todas as formas de associação que contribuírem para fortalecer no homem o espírito da economia, tornar-lhe mais fáceis os gozos da família e segurá-lo contra

a adversidade. Estas associações em nada contrariam as lei económicas, antes são subordinadas a elas; expressão da liberdade humana e respeitadoras da propriedade, vão paulatinamente contribuindo para o aperfeiçoamento social, sem oprimirem nenhum direito; organizando todas as forças, aproveitando-as cuidadosamente, o homem vai subindo a misteriosa montanha que topeta nos céus; não constrói, porém, orgulhosas torres que o castigo de Babel recorda as vaidades terrenas; humilde na origem, engrandece, melhora e purifica-se com o tempo, até ser a realização dos mais formosos êxtases que às vezes lhe são dados, como revelação de que é feito para mais prósperas regiões.

## IX

### *O socialismo e suas aspirações políticas. O mutualismo é incompatível com o descentralização conforme a entende a escola liberal. Últimas consequências da descentralização. Concorrência entre os particulares, o município, o distrito e o Estado. Tendência da humanidade para este ideal, revelada pela história. A comuna e os acontecimentos que a originaram.*

Conhecemos já os erros do mutualismo no tocante à organização económica; resta-nos examinar sua doutrina política, da qual já apresentamos um esboço no capítulo sétimo.

Têm sido muitas as escolas socialistas e comunistas; porém quase todas, senão todas, olharam o Estado como instrumento indispensável à realização de suas aspirações; não somente nos livros encontraríamos a prova disto, mas também na história; sem remontarmos a mais distantes épocas, basta recordar os esforços dos anabaptistas desde os discursos de Munzer até à batalha de Frankenhausen, desde as pregações de João do Leyde até aos horrores de Munster. Mais tarde, na revolução do século passado, não tiveram voz de vencedores somente aqueles que na célebre noite de 4 de Agosto arrasaram o velho mundo político, escrevendo sobre os restos dele as primeiras linhas da liberdade económica, política e civil; também Robespierre expunha na tribuna revolucionária as pretendidas vantagens da educação em comum, a fim de que a igualdade fosse prática efectiva, em vez de especiosa teoria. Barrere propunha a criação do Livro de Beneficência Nacional, que era o primeiro passo para o direito ao trabalho. Baboeuf tratava de inclinar o ânimo de seus concidadãos a considerarem a propriedade como a origem principal de todos os males sociais; a terra, acrescentava ele, não é de ninguém; o sol a todos alumia; o supérfluo pertence de direito àquele que nada possui. Na segunda revolução, em 1848, as ideias socialistas alcançam lugar mais importante: não aparecem unicamente nos livros ou nalguma infeliz conspiração; entram nas leis, manifestam-

-se em estabelecimentos nacionais; o decreto de 24 de Fevereiro manda entregar aos devedores os objectos empenhados no monte de piedade desde o 1º desse mês, cujo valor não exceda 10 francos; e destina as Tulherias para asilo dos inválidos do trabalho. No dia 25 o governo republicano garantia a existência do operário pelo trabalho, assegurava-o a todos os cidadãos e concitava as classes laboriosas a formarem associações. Em 28 de Fevereiro uma proclamação anunciava que seria criada a comissão do governo para os *trabalhadores* à qual presidiria Louis Blanc; as sessões teriam lugar no palácio do Luxemburgo. Mais tarde eram criadas oficinas nacionais, que promoviam a miséria em vez de animarem a indústria; a questão social a todos ocupava; as ilusões do socialismo eram postas em evidencia dolorosa, a insurreição corria pelas ruas de Paris; a classe operária, em vez de confiar na economia e no trabalho, voltava-se para o tesouro arruinado, como se fosse inesgotável mina; até que as oficinas do Estado foram suprimidas e a espada de Cavaignac mantinha os foros da ordem dessa época, alcançando vitória sobre a anarquia.

Porém, ainda o direito ao trabalho vinha ocupar a atenção da assembleia constituinte. O decreto de 20 de Junho dizia que a sociedade, pelos meios produtivos de que dispõe, deve favorecer de trabalho os homens válidos que noutra parte não possam obtê-lo. Proudhon propunha, contra a opinião geral dos representantes da França, que os locatários, os rendeiros e o Estado fossem dispensados de pagar um terço das dívidas, metade do qual seria destinado a empréstimos a artistas. A constituinte autorizava em 15 de Julho a admissão de operários a associarem-se entre si para tomarem à sua conta obras públicas, dando-lhes preferência em igualdade de circunstâncias, e dispensando-os de caução; finalmente em 5 de Julho abria-se um crédito de cinco milhões para proteger associações de trabalhadores. Os resultados de tantas tentativas de certo os não considera o socialismo como prova de utilidade prática de suas doutrinas, nem é agora ocasião de examiná-los; somente passámos em revista os factos mais importantes da história moderna, respectivos ao assunto de que escrevemos, a fim de mostrar a relação entre as pretensões económicas e as políticas, bem se deixa ver aí que os fantasiadores de tais planos julgavam indispensável o Estado para os porem por obra. Nem há que estranhar nisto; são evidentes as relações entre a ciência económica e a política; ambas estudam o homem; quando examinamos a parte psicológica e as relações das pessoas entre si, passámos rapidamente dos direitos naturais para a organização do trabalho, a liberdade política pede todas as outras formas de liberdade e vice-versa; quando os democratas se enganam, tomando por completo respeito das faculdades económicas a violação delas, bem depressa os factos vêm instruí-los, corrigir suas teorias, e amplificar os domínios da liberdade.

Os próprios programas dos partidos manifestam a ligação da indústria em geral com a política; não se limitam a artigos sobre a forma dos

governos ou os direitos individuais; mas ainda se ocupam das leis que regem o trabalho. Além do que, os socialistas e os comunistas quanto mais pretendem alterar a sociedade existente, tanto mais necessitam apoderar-se do poder legislativo; daí procede aparecerem nas revoluções, e o empenho de alcançarem boa parte na direcção dos povos. Louis Blanc dizia muito claramente em 1845:

«Se há necessidade de reforma social, não menos urge a reforma política; se a primeira é o fim, a segunda é o instrumento. Cumpre dar meios de realizar os princípios adoptados e fecundar os processos, de que o estudo fornece. Ora o poder e a força organizada, apoia-se nas leis, nas sentenças, nas baionetas. Encontrá-lo-á por obstáculo quem o não alcançar para instrumento. Depois, a emancipação do proletário é obra mui complexa; exige toda a força do Estado; os operários, para se emanciparem, devem ter instrumentos de trabalho; é função do Estado ministrar-lhos. Se houvéssemos de definir o Estado conforme nossa concepção diríamos que é o banqueiro dos pobres».

Não sabemos se os pobres ficariam muito opulentos com o *deficit* que aflige a maior parte das nações; nem investigamos se o governo é o director de um enorme Banco; certo é que o socialismo não dispensava o apoio do Estado; nem a outra porta podia bater quem, apesar de ter em vista difundir prosperidade por toda a parte, não encontrava quem se prontificasse a fazer as despesas da experiência. Porém, o mutualismo de Proudhon (devemos reconhecê-lo) não se limita a olhar o governo como simples instrumento; visa a organização nacional como prática de uma parte de suas teorias; ao passo que Louis Blanc, quando acusado por Lamartine de querer substituir o governo a toda a liberdade do trabalho particular, dizia que, depois de fundadas as oficinas públicas, não mais era precisa a ingerência do Estado, a não ser para execução das leis: verdade é que as experiências de 1848 deixaram mal o revolucionário legislador; contudo a sua doutrina era como dissemos. Mas se o mutualismo tem aquelas aspirações, pode dizer-se que são racionalmente fundadas? Para nos é evidente que a máxima descentralização administrativa e o governo puramente democrático não são frutos da propriedade de Proudhon; os mais ilustres escritores deste século a advogavam já com fervor; poderá ao menos dizer-se que o sábio mutualista conseguisse ligar por novos laços a ciência económica e a política, apresentando-as em majestosa síntese? Também não: Proudhon, tão fácil e produtivo em asserções, como escasso de provas, limita-se a dizer que os serviços mutualistas económicos são a garantia e o complemento do organismo mutualista político; mas a república americana ainda não precisou de abolir o direito de propriedade, nem de entregar a terra a associações operárias, nem de condenar a lei da oferta e da procura, para praticar a descentralização em vasta escala, e obter dela o que os comunistas e os socialistas jamais alcançaram; a Suíça poderia também responder do mesmo modo.

Não basta, porém, demonstrar que o sistema anti-proudhoniano, isto é, o da livre concorrência económica, pode conciliar-se com a descentralização administrativa; é indispensável provar também que a doutrina mutualista, a qual pretendia aquele escritor, é adversa ao espírito da descentralização. Quem descentraliza, admite a liberdade individual, a não ser que institua o despotismo em cada município, multiplicando-o assim, em vez de o deixar somente no centro do reino com uma cabeça, que mais tarde ou mais cedo facilmente verga, por não poder suportar o crescente peso com que a princípio se orgulhou. Quem descentraliza, julga que o homem conhece os negócios do município, e atende, melhor que o poder central, às necessidades de cada um. Quem descentraliza, pensa que todo o ser humano pode e deve tomar parte nos negócios públicos, contribuindo para a gerência deles conforme sua inteligência, adquirindo no município conhecimento das dificuldades de governar e amestrando-se na vida social. A descentralização inspira-se totalmente na liberdade de pensar, de discutir, e, o que é mais, de organizar. Qual preparará melhor para a descentralização: a prática da doutrina que deixa ao homem o livre exercício de suas faculdades, tornando-o por ele responsável, ou a daquela que prende cada operário a associações que lhe marcam o preço dos produtos, que nega a propriedade do solo, que acaba com as sociedades anónimas obstando assim ao aproveitamento de muitos capitais, e que castiga a virtude da economia, roubando-lhe o fruto chamado juro? Qual das duas teorias reputa mais alto o homem? Qual mais o eleva? Qual o torna obra de si próprio? Qual organiza mais praticamente em cada indivíduo o governo de si mesmo? Qual o confia mais as forças que a natureza lhe deu? Qual vê mais ordem e harmonia na esfera social? Qual constrói melhor o homem futuro à custa dos esforços do homem presente, e mais difunde em torno de cada um o respeito da personalidade, isto é, o vivo sentimento da santidade da alma?

A descentralização pelo socialismo seria a liberdade nominal e o despotismo prático; atacando a ideia de propriedade, embora tal não seja a intenção de muitos socialistas, e sujeitando o trabalho a incomportáveis peias, estão dados os primeiros passos de uma autoridade, à qual desagrada o livre exercício das forças humanas; daí a luta e o descontentamento dos utopistas; daí também a tentativa para subordinarem tudo e todos a seus irrealizáveis sonhos. A história o prova claramente, e as lições dela só as desprezam os povos que querem desperdiçar a paz, a riqueza e a liberdade.

Como a Associação Internacional influiu muito no governo da comuna de Paris em 1871, e como a autonomia das localidades é defendida por ela, cumpre estudar bem o que é «descentralizar» para não cairmos em dois erros diametralmente opostos, ambos eles assaz nocivos: o primeiro consiste em combater as liberdades municipais somente porque a Internacional se diz defensora delas; o segundo está

em julgar que o internacionalismo representa uma nova evolução da escola liberal, somente porque advoga a descentralização.

Descentralizar pode ser o acto de tirar certas funções ao Estado, e incumbi-las ao distrito, ou ao município; mas se tais funções fossem adversas a liberdade individual, a reforma agravaria o dano, pois que haveria muitas corporações que violassem o direito, em vez de uma só, que, por estar no centro não poderia tão facilmente impedir as manifestações da actividade humana.

Descentralizar, pode ser o acto de passar do Estado para o município ou distrito certas atribuições, e organizá-las aqui de tal sorte, que robusteçam os obstáculos ao trabalho individual e associado, ou contrariem as leis naturais; parceria por exemplo, grandemente descentralizadora a lei que aos distritos garantisse a faculdade de formularem códigos civis e comerciais, que vigorassem nas suas respectivas circunscrições; mas se a este acto seguisse da parte dos distritos a promulgação de códigos tais que estabelecessem o direito ao trabalho, a gratuidade do crédito, a propriedade colectiva, e outras prejudiciais utopias, certamente a descentralização diminuiria a liberdade existente. Ora o internacionalismo, quando com tanto rigor preconiza os foros comunais é para organizar os municípios segundo suas ideias político-económicas, e, portanto, para violar numerosos direitos.

Concluamos, pois, que se a Internacional, defendendo a descentralização, contribui para o desenvolvimento individual, e ataca os vícios do demasiado poder dos Estados, também pretendente organizar a província e a comuna por modo que seria muito prejudicial ao desenvolvimento de todos os ramos de trabalho.

Um ilustre escritor francês traçou as seguintes linhas:

«Descentralizar é restituir à livre expansão da vida social tudo que as necessidades da ordem pública não mandam reter; é conciliar o *imperium* político — chave da abóbada do edifício social — com a *autonomia* local, sem o que não há no Estado vida pública».[1]

Estas palavras concordam com as de Tocqueville tantas vezes citadas para distinguir as tarefas próprias do município e da nação[2]; outros reputados escritores nos seria fácil citar que de modo análogo se exprimira para indicarem o pensamento essencial da descentralização; porém, de certo nenhum deles desejou levá-la tão longe como Proudhon parece querer; contudo estamos firmemente convencidos de que a máxima liberdade administrativa ou política não necessita instituições mutualistas para subsistir, antes a prejudicariam consideravelmente.

Este ponto é importante, e para ele chamamos a atenção dos leitores: o que acima dissemos parece-nos suficiente para mostrar a inteira harmonia entre as leis que a economia política ensina e as mais amplas

[1] *Du projet de décentralisation administrative,* par Ferdinand Béchard, Paris, 1864.
[2] *De la démocratie en Amérique.*

aspirações da descentralização; e, a tornar-se preciso acrescentar algumas palavras, ser-nos-ia eficaz auxílio o exame dos progressos do direito.

Veríamos em antigos tempos a servidão industrial ligada à servidão política; o indivíduo não subsistia pelo livre exercício de suas forças, a pessoa humana estava solidamente presa a numerosos regulamentos; a nação era do chefe; a cega obediência do maior número perpetuava, e aumentava o poder de uma dinastia; não sendo próprio de homens esta desigualdade, o mando supremo quis passar como estabelecido por Deus; porém o entendimento não havia de permanecer em tal sujeição; porque, desenvolvendo-se, conheceu melhor quanto o rodeava, aperfeiçoou as indústrias, as artes, as ciências e viu que a origem do poder supremo era diferentes do que asseveravam aulicos, os direitos individuais se amplificaram; o município, a província e a nação apareceram como formas diferentes da sociabilidade humana; o governo geral, em particular, foram considerados como resultantes da lei, que é o contrato feito por todos quantos a aceitam para doutrina de suas relações. Esta concepção da esfera política e administrativa está de total conformidade com a plena liberdade de indústria, que não subordina um trabalhador a outro; pelo contrário, a todos recebe igualmente, reconhecendo o direito de se entregarem à profissão que mais harmonizar suas vocações com as necessidades sociais.

Olhado assim o direito público, é possível que os corolários dele vão muito mais longe do que até agora têm suposto quase todos os publicistas; é natural que, muito mais correctamente do que Proudhon se demonstre que a *livre formação de Estados* há-de ser um dos direitos individuais que, onde houver maioria *capaz de organizar associação para serviços públicos,* nenhum obstáculo seja posto ao seu estabelecimento; que o município, o distrito e o Estado procedam todos da liberdade individual, em vez de se considerarem tutores de mais ou menos vasto grupo de cidadãos; que, finalmente, esses três elementos da vida pública possam entre se concorrer na prestação de serviços.

Actualmente, as leis políticas e administrativas ainda não atingiram esta forma; as nações estão constituídas de sorte que forçosamente a maioria subordina a minoria.

Ora em certos povos a minoria compõe-se de tal número de indivíduos que excede o suficiente para formar uma nação; e contudo, é forçada a submeter-se às leis da maioria.

Ficará sempre assim o direito público? Os grupos com força suficiente para se organizarem à parte, não terão a faculdade de se associarem conforme as leis que julgarem boas? As obrigações contraídas no primitivo Estado, e que eram comuns a quantos formavam parte dele, continuarão a pertencer aos que passarem para outro?

Ainda novas perguntas: não deverá ser permitido ao serviço particular concorrer com todo o serviço o público? Tendo sido obra dos últi-

mos séculos trazer para o domínio da actividade particular muitas funções governativas, qual será o limite desta tendência?

Todas estas questões nos parecem gravíssimas, e apesar de termos longamente meditado nelas (ainda antes de conhecermos as ideias de Molinari sobre a liberdade dos governos),estamos indefinidamente distantes da posse de conhecimentos cabais para resolvê-las; porém tudo quanto sabemos disto, que é realmente pouquíssimo, nos confirma a convicção de que a ciência económica vai por caminho inabalável quando, em vez de se extasiar com o mutualismo, demonstra a lei da concorrência. (*)

Dissemos que seria grave erro querer mal à descentralização unicamente porque a Internacional a deseja; combatamos esta escola no que for desrazoada; porém não rasguemos nosso credo somente para não ter pontos de contacto com o dela. Tão pouco os actos da comuna de Paris nos levem a crer que as liberdades municipais trazem a anarquia, ou que todo o internacionalista deve de ser perseguido como incendiário.

Da comuna (acerca de cujos actos ainda havemos de escrever noutro capítulo) se pode dizer que não foi o resultado de uma revolução social, provocada pelo internacionalismo; diversas causas a produziram; nos clubes vermelhos de Paris gritava e estuava o ódio ao império e ao governo da defesa nacional; a irritação crescia; a desconfiança generalizava-se; a repreensível política do império habituara ao desprestigio da autoridade, ao pior desprestígio, que é certamente o originado de contínuos abusos do poder, os quais depois de criarem ódios obrigam a altivez dos imperantes a transmudar-se em vergonhoso temor. Demais, os sofrimentos do cerco e o desmentido que os factos deram às promessas categóricas do governo provisório não contribuíram pouco para levar uma população desvairada a aproveitar-se da saída de tantos parisienses para, num último esforço, loucamente processarem cruel vingança. Nos clubes vermelhos o governo era continuamente insultado, à comuna projectada se atribuíam de antemão os maiores bens, não há nada mais fácil do que deixar a imaginação construir no ar formosíssimos castelos, palácios encantados até. Os oradores clubistas falavam de eleger comuna, esperando que ela conseguiria ainda expulsar da França os alemães e abastecer excelentemente a infeliz capital. A palavra traição andou em muitas bocas desde o primeiro combate desfavorável às armas napoleónicas até ao fim da guerra civil. A princípio era o

(*) Num livro, como o presente, seria impossível tratar da descentralização com a devida amplitude; tendo de resumir nossos pensamentos em poucas páginas, não podemos expor completamente a teoria da livre formação dos governos como expressão da concorrência no mundo político; os que sabem dos graves defeitos naturalmente inerentes aos serviços públicos e atentarem nas prodigiosas vantagens obtidas pela passagem de antigas funções do Estado para a indústria particular, acharão neste incontestável facto mais uma prova do erro do mutualismo que não poderia prescindir de numerosa e vexatória regulamentação.

imperador que atraiçoava o povo; mais tarde, o governo da defesa nacional; depois, os políticos de Versalhes; até que enfim os próprios comunistas se queixaram uns dos outros. Este contágio da desconfiança, numa hora em que os franceses necessitavam da máxima união, puniu os que demasiadamente se orgulhavam das forças próprias e entendiam que nenhuma nação podia vencer aquela que pouco antes deslumbrara o mundo com os fogos fátuos do governo pessoal.

Não julguemos pois, a comuna como tipo das ideias de uma escola política ou económica; não teve tempo de se organizar como tal; os internacionalistas de 1870 não provocaram a guerra da França com a Alemanha; viram os seus adversários, os imperialistas, declará-la e mantê-la; viram que o anjo da vitória os desamparava; depois os republicanos tomaram a direcção dos negócios franceses; era também seus inimigos; como logo não derrotaram os prussianos e em muitas de suas medidas foram infelizes, lançaram à sua culpa todas as consequências; concitaram contra eles parte da população; fraquíssimos para vencerem o estrangeiro, conseguiram provocar a desordem na própria pátria; quando viram o governo ausentar-se da capital e muitos membros da classe média retirarem-se também, cresceu-lhes o ódio contra a ordem estabelecida, e exprimiram suas iras na morte de generais, na confiscação de bens, na destruição de monumentos e no incêndio de tantas obras de arte; em todas estas riquezas viam a obra de épocas que detestavam; impossibilitados de se vingarem nos possuidores, intentaram destruí-las, em vez de as tomarem como instrumento de melhores ideias e as guardarem cuidadosamente para novos progressos.

Mas se a comuna de 1871 nasceu da força de circunstâncias relativamente acidentais; se não há causa de considerá-la como obra de uma escola, quais foram a da revolução francesa e a de Portugal em 1820; se, combatendo pelas liberdades municipais, apesar de seus enormes crimes, não produziu nova doutrina; se as principais ideias da Internacional respeitam ao organismo económico, também é indubitável que desde o começo visou a algumas reformas políticas; mui claramente o manifestam o programa e a discussão do congresso de Genebra; demais basta que muitas das ideias económicas da Internacional contrariem o espírito da legislação vigente para que os membros delas tratem de instituir governos que as aceitem; daí a união de elementos de desordem; portanto, é necessário estudar as doutrinas da célebre associação é contrapôr-lhes a verdade, sem negar qualquer asserção a que as nações devem responder com racionais reformas; esclarecido o espírito público, e havendo suficientemente avaliado o que é útil e justo, o internacionalismo terá de modificar-se grandemente, ou de contar em breves anos pequeno número de sequazes. Se supuséssemos que no estado actual dos conhecimentos humanos é impossível refutar completamente os erros do internacionalismo; se estendêssemos que os aumentos dele valiam mais do que os de todos que até agora cultiva-

ram as ciências sociais, não nos teríamos dado ao trabalho da tentativa de uma refutação; cremos, porém, que o debate perseverante, a luta do pensamento, prevenirá a luta armada e fortalecerá as bases da organização social; para isto é preciso que todos quantos houverem de estudar a questão e tomar parte nela não procurem os interesses de uma ou de outra classe, mas sim unicamente cuidem de cultivar a verdade; se nas legislações ou nos costumes sociais há erros e defeitos, é de conveniência universal emendá-los e corrigi-los; feito isto, fortes pela justiça e pela razão, tenhamos crença em que o entendimento de todos compreenderá mais tarde ou mais cedo onde está a verdade.

## X

***As greves. Análise da doutrina dos delegados franceses. Causas e efeitos das coligações. Exame de cada uma das causas. O preço distribuindo-se por todos as colaboradores. A moeda exprimindo a associação e a solidariedade entre os homens. Limite fatal das exigências dos operários. Resultados da concorrência dos trabalhadores. Conselho aos operários. Greves que podem alcançar bom resultado. Harmonia desta análise com a doutrina dos preços. O que seria do mundo económico se houvesse uma greve geral. Custo de várias greves. Resultados profícuos das Trades Unions.***

Chegados a falar das coligações ou *greves* novamente, escreveram contra o capital os delegados da indústria francesa qualquer que fosse a opinião que tivessem acerca da legitimidade das lutas entre operário e capitalistas; não podiam desconhecer a inconveniência delas e como supunham que os sofrimentos da humanidade em vez de serem o resultado transitório de leis inelutáveis eram tão somente devidos a *anarquia* já social, aconselharam como remédios estabelecer a troca sobre as bases da reciprocidade, reformar o ensino profissional e fazer exactas e completas estatísticas do trabalho.

A reciprocidade, a que os operários se referem, já suficientemente a analisamos; é o crédito gratuito; é a abolição do juro; é verdadeiro despotismo, que, depois de espoliar o capital, deixaria na miséria os operários se lhe fosse possível durar muito.

A instrução variada, que permita aos membros das classes laboriosas passar sem grande dificuldade para ocupações diversas deve produzir notáveis benefícios, porque auxiliará as evoluções industriais, adaptando melhor ao progresso toda a população laboriosa, corroborando a harmonia dos interesses gerais e desenvolvendo a capacidade produtiva de cada homem. Contra a estatística do trabalho também não há argumentos a opor, antes cremos que todos concordarão na conveniência dela

Mas não nos iludamos; a instrução não é obtida sem aplicação; a aplicação supõe tempo disponível é tranquilidade de espírito; se os operários necessitarem empregar quase todo o dia na fábrica as horas restantes mal lhes darão para o indispensável descanso. Até a frequência de aulas por seus filhos só terá lugar quando o trabalho das crianças não for indispensável à família; assim, o desenvolvimento intelectual do operário é questão complexa que não depende somente da boa vontade de aprender; liga-se à própria organização da família, e às relações entre as quantidades de trabalho e de capital existentes na indústria. Os operários são assaz interessados em se não deixar levar somente por seus desejos, nem acreditarem que só é justo o que lhes dita a dolorosa posição de muitos deles.

Suponhamos que os salários são suficientemente remuneradores numa ocasião dada; aumenta porém, o número de operários, seja por virem de outros lugares, ou passarem de outras ocupações seja pelo desenvolvimento da população; apesar daquele aumento, pode não se ampliar o consumo dos produtos em que se empregam os referidos trabalhadores que há-de suceder inevitavelmente. Não tendo havido causa para subir a importância destinada aos salários, e tendo crescido a concorrência entre os que trabalham forçosamente acontecerá que alguns deles hão-de ficar sem ocupação ou que o salário há-de diminuir; qualquer destes efeitos é doloroso e pode produzir graves danos; porém, a causa não está na maldade do capital; reside na própria concorrência que entre si fizeram os operários se atacarem o capital se o espoliarem poderão por um pouco obter condições favoráveis; mas é evidente que por este caminho depressa hão-de chegar a destruir todo o lucro das empresas e, conseguintemente, a generalizar a miséria, que de súbito fará recair sobre os causadores dela muito maiores males do que esse que os levou a voltarem-se contra o capital.

Esta doutrina é inteiramente aplicável às coligações industriais de que tanto se há falado ultimamente e de cujos efeitos bem como de suas causas, justo é que nos ocupemos.

Não tratamos de discutir a questão perante a lei: da parte respectiva do código penal, inspirada por princípios que não seguimos, terá de ocupar-se algum dia o poder legislativo, e cremos que então será melhor regulado o direito individual e o de associação(*); temos quase unicamente a examinar à luz da economia política.

(*) «Qualquer pessoa, que, usando de algum meio fraudulento, conseguir alterar os preços, que resultariam da natural e livre concorrência nas mercadorias, géneros, fundos, ou quaisquer outras coisas, que forem objecto de comércio, será punido com multa, conforme a sua renda, de um a três anos.

Se o meio fraudulento for a coligação com outros indivíduos, terá lugar a pena logo que haja começo de execução.

Será punida com a pena de prisão de um a seis meses, e com multa de 5$000 a 200$000 réis;

Constituindo-se em *greve,* os operários pretendem obter aumento de salário, ou diminuição das horas de trabalho: em ambos os casos requerem que lhes seja dada maior parte na produção.

Ora os produtos correm no mercado por certo preço, proveniente das condições da concorrência entre os que empreendem o fabrico, assim como entre os que executam e entre os que vendem. A quantia paga pelos consumidores se distribui entre os vendedores, os capitalistas, os empresários, e os trabalhadores. A *greve* não se dirige ao comércio para obter melhor preço, nem aos fornecedores de fundos para que abatam a taxa de juro; emprega-se inteiramente contra os donos da fábrica, requisitando melhor remuneração em cada hora de trabalho.

A três causas assaz diferentes pode ser devida a coligação dos operários:

1º Guerra ao capital.

2º Sofrimentos de uma classe de trabalhadores.

3º Exame das condições do mercado, e conhecimento de que pode e deve ser diversa a distribuição dos resultados da fábrica.

1º A guerra ao capital, feita por meio da *greve,* é um erro certamente resultante de não compreenderem os operários as relações íntimas entre eles mesmos e o preço dos produtos

Assim, para melhor estudaremos o assunto, suponhamos que um produto é vendido por cem; estes cem constituem a remuneração de todos que mais ou menos directamente concorreram para a *existência* actual dele, isto é, com as propriedades especiais que possui; quando pagamos por 500 réis uma faca, esses 500 réis devem dar numerosas verbas, que paguem o trabalho do que extraiu o minério que o tratou cuidadosamente, que o pôs em barras, que o levou às fábricas, o submeteu a variados processos, o conformou para certos usos, o colocou num cabo de matéria diversa, o acondicionou com outros produtos análogos para ir talvez a remotas cidades, o transportou por mar ou por terra, o despachou na alfândega, o levou para o escritório do comerciante, o conduziu para a loja de venda a retalho, e dirigiu todas estas operações. Esse disco de metal, cujo valor é de 500 réis, há-de remunerar todos os trabalhadores referidos e milhares de outros, que mais ou

1º Toda a coligação entre aqueles que empregam quaisquer trabalhadores, que tiver por fim produzir abusivamente a diminuição do trabalho, se for seguida do começo de execução.

2º Toda a coligação entre indivíduos de uma profissão, ou de empregados em qualquer serviço, ou de qualquer trabalhadores, que tiver por fim suspender ou impedir, ou fazer subir preço do trabalho, regulando suas condições, ou de qualquer outro modo, se houver começo de execução.

Os que tiverem promovido a coligação, ou a dirigirem; e bem assim os que usarem de violência ou ameaça para assegurar a execução, serão punidos com a prisão de um a três anos, e poderá determinar-se a sujeição a vigilância especial da polícia, sem prejuízo de pena mais grave, se os actos de violência a merecerem».

(Artigos 276º e 277º do Código Penal de 10 de Dezembro de 1852.)

menos directamente participarem na produção da faca; milhares e milhares, escrevemos nós, podendo dizer milhões e milhões; com efeito a ténue quantia que há-de remunerar o transporte num navio, a seu turno entra (embora por tenuíssima parcela) no pagamento de quantos fizeram a embarcação; o mesmo poderíamos dizer dos que fabricaram as máquinas ou cooperaram na educação dos diversos trabalhadores, e empresários, ou ainda na construção dos prédios em que se abrigam o comércio e a indústria.

Antes de passarmos avante, olhemos atentamente para esta maravilhosa associação de todos os homens, revelada no simples emprego da moeda: afirmam os socialistas a anarquia; proclama a Internacional a falta de solidariedade; estudamos porém os fenómenos sociais e nem um só nos impressiona que não seja fruto da mais admirável de todas as associações; ao vê-la durando centenas de séculos talvez e adquirindo tanto mais forças, quanto maior é o número das gerações volvidas à terra; ao encontrar a civilização como resultado inevitável da existência humana, em vez de ser fruto dos planos de portentoso reformador, atribuímos ao desconhecimento das leis naturais os clamores contra os fundamentos da sociedade.

Que associação jamais foi tão admiravelmente ilustrada que descobrisse melhor meio do que a moeda para levar a toda a parte o pagamento de todos os serviços? Qual inventou outro modo de tão bem medir os esforços de cada um e apreciar todos os valores?

Mas o estudo da moeda é complicado; teríamos do longamente nos desviarmos, se houvéssemos de escrever quanto ele exige; voltemos, pois, ao ponto de partida, e prossigamos a análise das *greves*.

Os 500 réis, como já dissemos, remuneram todos os produtores; o que vendeu a faca recebe o que ela lhe custou, mais um lucro; o fabricante faz o mesmo; e é esta série de lucros que sustenta as empresas qualquer que seja sua natureza; sem lucro, o negociante, o industrial, e o agricultor, mudariam de ocupação ou nunca poderiam progredir; se o lucro se convertesse em perda, os empresários ficariam sem os capitais, e a indústria, desapareceria com ela a humanidade.

Há, portanto, condições naturais da prosperidade, e decadência das indústrias; sem lucro não podem medrar as fábricas e se experimentam perda, rapidamente falecem. Isto nos ensina que se os operários conseguirem aumentar de tal sorte os salários, que daqueles 500 réis não fique lucro suficiente para compensar o empresário, e até para atrair outros, a produção declinará.

Estas consequências são evidentes e insuperáveis; podem reunir-se todos os socialistas e aviar milhares de receitas de solidariedade, colectivismo e cooperação, em doses receitadas por Karl Marx, ou Proudhon, ou Fribourg; os factos continuarão a aparecer conforme sua ordem natural; debalde as *greves* sucederão umas às outras e farão novas exigências; o mal se propagará com suma rapidez, e a miséria

geral, miséria irremediável será o dividendo negativo desta associação mutualista.

A *greve* como guerra ao capital, sem outro pensamento que a inspire, é portanto um perigo e um prejuízo enorme para os trabalhadores; e note-se que o pior de todos os resultados seria alcançarem o que desejam; pois que provocariam a decadência industrial donde se conclui o erro de seus ardentes votos.

Examinemos a questão por outra face.

O produto vende-se por 500 réis, e daí, vão por exemplo, 200 réis para salários; ficam 300 réis para máquinas, matérias-primas, juro de capitais tomados de empréstimo, renda de casa, sustentação de família e, finalmente, para lucro. Queremos admitir que a coligação operária consegue que vão 250 réis para salários; ficam outros 250 para tudo que deixamos mencionado; mas se em tal ramo de trabalho os operários assim ganham mais, os que se ocupam noutras ocupações quererão passar para ele; ao dono da fábrica oferecem-se trabalhadores que pedem talvez 240 réis; que há-de fazer? Não os admitir? Seria rematada loucura. Admiti-los? Terá de expulsar alguns dos que alcançaram maior salário.

Assim a coligação para conseguir a permanência dos efeitos desejados carece de suprimir a concorrência entre os próprios operários e nos não sabemos que liberdade haveria no povo, que proibisse a cada qual propor um preço pelo seu trabalho.

Assim, a *greve* como guerra ao capital aparece-nos sempre como irracional cometimento do qual somente derivariam os maiores males.

Nem deixem os operários de ter bem presentes os sofrimentos a que se obrigariam, alcançando uma posição que não pudessem sustentar; se por força conseguissem extorquir uma remuneração, que o estado económico do fabrico não permitisse manter, se por terem tirado ao manufactor a melhor parte de seus lucros, o forçassem à decadência em vez de pequenos salários não haveria nenhuns enquanto o lucro suficiente não reaparece.

Em última análise o preço deve remunerar quantos produzem; permanecendo o mesmo, os grevistas colocam os manufactores entre as exigências do consumo e as suas; se destarte conseguem levar quase todo o lucro inscientemente secam a fonte que os refrigerava, e amplificam os domínios do pauperismo.

2º A *greve* também pode ser consequência de grandes sofrimentos de uma classe de operários: recebem pequeno salário que mal chega ao pagamento da alimentação da família: uns se oneram com dívidas, outros vivem famintos; a tristeza precede a desesperação; nas conversações da infelicidade o entendimento nem sempre é bem ouvido; a mais insensata resolução parece a melhor; e antes de pensarem nas condições da indústria podem os operários decidir a formação de greve.

Dois casos inteiramente opostos cumpre considerar: o primeiro dá-se quando os donos de fábrica sofrem também, como sucede nas crises

industriais; o mal a todos aflige; grandes haveres se perdem; vastas manufacturas param; o horror do silêncio vem substituir a alegrias das lides fabris. Tais *greves* aumentam o mal, em vez do o minorarem porque apressam a decadência de estabelecimentos que ainda podiam manter-se no meio da tempestade social, ou os fabricantes as aproveitam para suspenderem o trabalho, que já lhes cansava prejuízo.

O segundo caso é aquele em que a miséria dos operários provém da grande concorrência que fazem entre si; neste caso, e como já dissemos, não são os empresários culpados na baixa do preço do trabalho, nem será fácil conseguir duradouro melhoramento dele, antes de profunda reforma nos costumes dos trabalhadores.

Para boa compreensão do que fica dito, notemos que o rápido crescimento da população operária em desarmonia com os meios de subsistência é, as mais das vezes, o efeito de terem trabalhadores tomado encargos, e aspirado a prosperidades, que não conformavam com suas posses; tal facto corresponde a evidente atraso intelectual ou moral; se a população operária obtivesse aumento de salário sem merecer esse acréscimo, isto é, sem haver adquirido melhores qualidades, os novos recursos iriam alimentar novos desenvolvimentos da população, e hábitos que destoavam inteiramente das condições económicas do tempo, em que fossem realizados; logo esse acréscimo produziria, maior mal, em lugar de o diminuir. Quem quiser o bem geral, em vez de se contentar com o posto ignóbil de lisonjeiro, parece-nos que há-de propor a tais operários alguma coisa melhor do que a *greve*; falar-lhes-á dos deveres da família, e mostrar-lhes-á como a vida se alimenta da vida; não os inclinará a desregramentos de outra ordem, nem aconselhará o impossível, nem pintará com negras cores os laços conjugais, ou o berço das criancinhas; somente despertará o sentimento moral o sentimento religioso, o respeito do que é elevado e santo, naqueles que houverem de entrar no templo que se chama — casa— , e desempenhar as augustas funções de chefe espiritual e temporal da família; não procurarão extirpar-lhes com diamantino ridículo os germes de puros afectos e jamais cometerão o sacrilégio de negarem a prodigiosa influência da família sobre o desenvolvimento moral do indivíduo, que se completa na esposa, e nos filhos; porém mostrar-lhes-ão que ser bom esposo e bom pai equivale a subir a alta dignidade, para a qual cumpre ir bem preparado quem não quiser ser indigno.

Entendem os internacionalistas que os operários devem de si próprios alcançar a emancipação; louvável pensamento, que é preciso venerar na prática; verdade incontestável que, porém, ainda não compreenderam aqueles que a enunciaram; quando a estudarem cuidadosamente saberão melhor a profunda influência de seus próprios actos sobre o salário; e em vez de fazerem crua guerra ao capital, declará-la-ão a perniciosos hábitos, ou meditarão mais na importância de certas acções.

3º Resta-nos escrever das coligações pensadamente feitas, depois de maduro exame das circunstâncias da produção.

Os operários estudaram o fabrico, e souberam que o lucro era muito maior do que nos outros ramos de produção em geral; se nenhuns outros operários poderem ser chamados, ou o manufactor perder consideravelmente na suspensão do trabalho, de certo a *greve* alcançará o que deseja; mas este passo é arriscado, a não se darem as referidas condições, isto é, ser o lucro mui elevado, e outros operários poderem substituí-los como tantas vezes há sucedido nestas lutas do trabalhador com o empresário.

Outra condição, e que até deve ser mencionada em primeiro lugar, é que os grevistas possuam recursos para manterem o combate; se os não possuírem, hão-de sucumbir com presteza, depois de se haverem indisposto com os mestres; ficarão em piores circunstâncias em vez de melhorarem.

O estudo económico das *greves* nos mostra portanto que *somente podem produzir bom resultado para os operários aquelas que atacarem empresários que lucrem desmesuradamente, estando os* grevistas munidos *de capitais.*

As *Trades-Unions,* de que já falamos(*), têm por fim especial amontoar dinheiro para auxilio de coligações; a Internacional pratica de modo análogo; o que prova terem os operários compreendido que sem tais recursos não poderiam sustentar sua pretensão; apesar disto, enganaram-se reiteradamente, porque nem sempre os coligados estudaram a situação económica das manufacturas, nem sequer a força dos adversários.

Os unionistas e internacionalistas foram ainda mais longe: conheceram também praticamente que a concorrência desconcertava seus planos; por isso algumas vezes recorreram à ameaça, e aos insultos a seus companheiros que se prontificavam a ir trabalhar nas oficinas abandonadas pelos *grevistas;* além de coligarem na mesma região todos os trabalhadores de igual mester, pretenderem unir por uma associação universal todos os *assalariados.*

Este plano merece considerado: vê-se que os operários pretendem:

1º Acumular capitais para combaterem os donos de fábrica, e alcançarem maior salário.

2º Concertarem seus movimentos de sorte que destruam os efeitos da concorrência entre si próprios; que, portanto não só em cada país não se prestem alguns trabalhadores a substituir os *grevistas,* mas também que os estrangeiros não venham ocupar o lugar deles.

Já vimos os resultados inventáveis das *greves;* e por isso corremos risco de nos repetirmos se nos detivermos em analisar este plano; porém entendemos que ainda tem cabimento mais algumas reflexões.

(*) Vide pág. 13.

Tão vasta sociedade, a ponto de ser universal, é moralmente impossível; numerosas terras hão-de ficar livres da associação; aí não haverá luta encarniçada e sistemática à volta dos estabelecimentos fabris; rapidamente se formará o capital; o salário há-de elevar-se; e os povos, que forem vítimas de indiscretas coligações, hão-de na própria ruína dar lição severa aos que de artifícios e extorsões quiseram fabricar felicidade; conhecerão os operários o erro cometido, e noutro caminho procurarão lenitivo para seus sofrimentos.

Havemos até agora suposto que os preços não mudavam por causa das *greves;* se, porém, subissem (procurando assim o mestre receber dos consumidores o que aumentava em salário), é evidente que diminuiria o consumo, e o número de trabalhadores empregados havia de forçosamente diminuir.

Encaremos pois, a outra luz as tentativas do internacionalismo.

Admitamos que a Internacional consegue universalizar-se; faremos parte dela nós todos que trabalhamos, não escapara ninguém a esta famosa lei de recrutamento; desaparecem as nações, e em vez de reis, ministérios, e parlamentos (muitos dos quais não deixarão à menor saudade), teremos a severa fisionomia de Karl Marx. Declarar-nos-emos todos em *greve* uns contra os outros. Será esse o dia enorme da emancipação. Hão-de subir todos os salários. Diminuirão as horas de trabalho. Não haverá utopia que não reine.

Examinemos os resultados para sabermos que espantosas ilusões andam a requerer foros de fidalguia no ministério do interior do império da ciência.

Menor tempo de trabalho, e maior salário quer dizer que os produtos saem mais caros; há-de a carestia manifestar-se-á no mercado: os consumidores comprarão por maior preço; os operários, que também consomem terão pois de gastar mais; em tudo quanto comprarem dispensarão o aumento de salário.

Nem nos objectem que os factos nos contradizem, e que ainda se não provou que a carestia sucedesse à satisfação dos desejos dos grevistas; podemos replicar que também se não demonstrou que os preços não sofressem com tais lutas, que os factos até agora ocorridos diferem muito de uma coligação universal; que, finalmente, o preço das mercadorias tem o salário como um de seus elementos.

Há na história económica uma série de factos que suficientemente exemplificam a doutrina exposta: antigos monarcas frequentemente aumentaram o valor nominal da moeda, cuidando que multiplicariam riquezas; a um peso de ouro, ou prata, que até certa época chamavam 30 réis, atribuíram o valor de 100, ou 200 réis; óptimo recurso para maus devedores, que o haviam recebido por 30, e obrigavam os credores a aceitá-lo em pagamento como se valesse 200; aqui temos realizada a alta de todos os salários; acaso resultou algum bem desta falsificação? Tão somente variaram os pesos da moeda e ficou à lição da experiência

mostrando as consequências de tão imorais e danosas violações do direito; não havia segurança nos contratos porque os reis, que se diziam com direito divino legislavam como legislariam ladrões ou emissários de Satanás, que pretendessem perturbar a sociedade; os preços subiram proporcionalmente com aquela espécie de falsificação; lucraram por instantes os tesouros reais; e houve prejuízos em quase toda a parte.

A seu turno os operários da actualidade, bem que inspirados por outras ideias, querem proceder como os velhos monarcas; pretendem que a um trabalho determinado seja atribuído maior valor; mas se esta pretensão se generalizasse, se fosse possível remunerar mais cada dia das lides fabris, a troca desfaria as vantagens puramente aparentes.

Ainda mais. A tentativa é impossível; na sociedade existe determinada quantidade de haveres; o dividendo é, portanto, uma verba fixa em cada momento; se para divisor tomarmos o número de operários não poderemos a nosso grado fixar o que há-de tocar a cada um: as leis dos números hão-de impor-nos sua fatal resolução.

Também o salário não pode ser igual para cada homem, sob pena de se remunerar diversamente o mesmo serviço; quem julgará justo pagar com igual quantia o trabalhador que é solicito, instruído, e vigoroso, e aquele que, além de fraco, é ignorante é desleixado?

Sob pena de subordinar o labor humano a esta cruel igualdade aparente que equivaleria a dizer que um é igual a 10 ou 100, — o mundo económico há-de atender ao serviço prestado é aceite pela sociedade; se estivesse considerando o valor dos produtos não pelo que determina a concorrência, mas sim pelo tempo que o produtor dispendeu, a que absurdos não seria levada? Haveria ao mesmo tempo muitos preços no mesmo mercado; careciam os compradores de saber a procedência dos objectos, e provavelmente assistir à fabricação, porque de certo não seriam tão crédulos, que recebessem como expressão de verdade a declaração do vendedor.

Voltemos agora à conclusão que há pouco tiramos da análise das coligações; é a seguinte: Somente podem produzir bons resultados para os operários aquelas *greves* que atacarem empresários que lucrem desmesuradamente, estando os grevistas munidos de capitais(*).

Porém se de uma parte há lucros importantes, exagerados (se assim quiserem dizer); se de outra há capitais disponíveis, qual é o caminho a seguir? O mais trivial senso está dizendo que é formar empresas que concorram com essas a que são atribuídos grandes produtos. Quando o operário se queixa ao empresário, e ao mesmo tempo se encontra em flagrante delito de proprietário e capitalista? — para que desperdiça tempo assaz precioso e abisma capitais abundantes na tentativa de

(*) Expliquemos a palavra desmesuradamente; o termo pode parecer menos correcto perante a ciência; mas não nos levem a mal havê-lo escrito para significar que os lucros num ramo de trabalho são consideravelmente superiores aos da maioria.

obter maior remuneração? Estabeleça uma fábrica, e será resolvido o problema. Ou as *Trades Unions* e a Internacional possuem pouquíssimos capitais (e neste caso fraca luta podem manter), ou tem avultadas riquezas, e montem fábricas para combater industrialmente os mestres que incorrerem no seu anátema.

E esta concorrência de capitais é o único meio de alcançarem os operários a satisfação de seus desejos; se houver somente uma máquina de certo não será possível empregar mais do que certo número de trabalhadores; se as economias realizadas obtiverem duas ou três, e a suficiente matéria-prima, assim como a faculdade de consumir os produtos, poderá ser empregado um número duplo ou triplo de assalariados; se estes se instruírem e também realizarem economias conseguirão produzir mais, e portanto tanto crescerá seu rendimento.

Quando os lucros são excepcionais, é porque os capitais não abundam nesse ramo de trabalho; mas em vez de os espavorir, convém atraí-los; porque aliás ditarão a lei os poucos que permanecerem; já vimos que em quanto se confiava do rigor das leis civis e eclesiásticas o crédito gratuito ou o decrescimento da taxa do juro, os capitais escasseavam; veio a liberdade de transacções, e o salário melhorou; da mesma sorte sucede em toda a espécie de trabalho, pois que a concorrência reduz os lucros ao mínimo compatível com as condições sociais, ao mesmo passo que excita cada qual a obter para si o máximo interesse; como, porém, o lucro deriva da venda; como para vender muito é preciso produzir de sorte que sejam atraídos numerosos compradores; como, enfim, o maior número de compradores se dirige aonde mais barato é o produto, assim a concorrência aparentemente anárquica subordina a indefinida variedade dos movimentos económicos a unidade da tendência porá a baixa do preço; destarte se harmonizam o interesse individual e o geral; assim, sem o saberem, os egoístas colaboram com os espíritos elevados.

As gerações olhando para a longa história humana, verão, desde o começo, a tendência, de todas as forças sociais para um fim único; aí se encontrará a prova de que os mais variados sentimentos, que levavam os homens em direcções tão diversas, eram destinados a produzir obra inteiramente harmónica; aí se lerá, a óptima luz, que entre as obras que os homens produzem para realizarem seus planos particulares (obras aparentemente disparatadas, tantas vezes devidas a sentimentos opostos) há providencial cooperação para a sucessividade de civilizações cada vez mais excelentes. O egoísmo tem a vantagem social de se prejudicar a si próprio na luta com outros egoísmos. Deixêmo-lo caminhar com os olhos fixos na terra que trabalhe curvado, já que não pode fitar a luz do céu; é também um operário da civilização; a natureza o criou vigoroso e fácil de estimular porque assim mais rapidamente contribui para a fundação do império da fraternidade; que importam os planos que as inteligências individuais vão formando? O Supremo Ordenador

vai dirigindo harmonicamente os variadíssimos trabalhos, embora muitos seres não compreendam esse fim superior.

Não cuidemos que é puramente um mal a importância que têm tomado as coligações operárias; ela mostra que a vida se engrandece em todas as camadas sociais; o organismo vigoroso, imaginado para as manter, e que saiu inteiro da inteligência dos trabalhadores, — as *Trades-Unions* e a Internacional — manifestam que neles há importante força de organização, e que compreenderam bem uma parte do assunto; a própria Internacional, até na quadra dos maiores desvarios recomendou o máximo cuidado com a declaração de greves porque para mantê-las são precisas importantes somas que correspondam aos salários perdidos; resta que, depois de terem obtido avultados capitais, os empreguem aberta e inteligentemente na fundação de fábricas; experimentem suas doutrinas; amestrem-se no trabalho da direcção das indústrias, e assim poderão julgar onde está a verdade, e reconhecer quem segue utopias.

Por isso que sinceramente desejamos o progresso de todos, e conhecemos quanto é útil a posse de maiores cabedais, somos a favor de todas as tentativas de fundação, e desenvolvimento de instituições que provoquem a economia e a tornem maximamente produtiva; por isso prezamos as sociedades cooperativas, as caixas económicas, as companhias e sociedades de seguros mútuos, as associações de previdência, e de ensino, enfim todas quantas trabalhem para a civilização do homem, e tornem cada vez mais dependente do esforço próprio o engrandecimento individual.

O que não podemos admitir é a doutrina que ao mesmo tempo obriga o capital a não receber juro, taxa os lucros, e eleva a seu grado os salários; além de errónea esta doutrina é incoerente e cruel; se o operário quer ter liberdade para fazer *greves* em nome de que direito há-de obrigar o capitalista a abandonar o seu capital? Igual justiça haveria em impor ao trabalhador a obrigação de trabalhar pelo simples alimento. Privilégios, não os queremos para ninguém; não os advogamos em favor de pobres, nem de opulentos; privilégio quer dizer lei particular, lei de excepção, e, portanto, lei contrária à natural; e desta luta com a natureza não pode o homem sair vitorioso; forçosamente a civilização definhará vivendo nela.

Para esclarecer algumas das asserções deste capítulo, transcreveremos a seguinte narração de importantes factos.

«Eis aqui, conforme os dados publicados por M. Reclus, em 1863 o que custou a greve de Preston:

Quaisquer que sejam as vantagens que as coligações possam oferecer aos operários, a de Preston dá um triste exemplo do preço delas. Havia 17.000 operários que não trabalhavam durante 38 ou 39 semanas.

Elevou-se a perda em salários a 10.000.000 francos ou ainda a mais segundo outros calculadores.

A greve esvaziou os cofres de várias Uniões, pois foi apoiada por outras indústrias. Em socorros absorveu 2.400.000 francos.

As economias perdidas, os objectos abandonados em montes de piedade, as doenças, a deterioração de mobília, e vestidos, proveniente de prolongada miséria, devem ter causado perdas enormes; como não podemos avaliá-las não as computaremos no nosso cálculo.

Perda para os operários 12.400.000 francos.

Se, como se acreditou os lucros realizados então pelas fiações de algodão equivaliam à importância dos salários, a perda foi de 10 milhões; suporemos porém, que se elevou

| | |
|---|---|
| somente a | 7.500.000 francos |
| Deterioração do material | 1.200.000 francos |
| Diminuição de fregueses | 1.250.000 francos |
| Perda de juros sobre o capital empregado | 7.267.500 francos |
| Outros industriais atribuem a esta *greve* uma perda de | 531.000 francos |
| Juntando os | 12.400.000 francos |
| Total | 30.148.500 francos |

Elie Reclus diz com razão que a mais dispendiosa paz é preferível uma guerra vitoriosa. E prova-o do seguinte modo: em tempo de crise os patrões diminuem o número dos trabalhadores. Há falta de consumo; trabalho restrito, e ainda mais restrito salário, são distribuídos por maior número de mãos. Pelo contrário, os operários desejosos do aumento de salário, escolhem a ocasião de maiores encomendas para reclamarem maior paga. Se o empresário não aceita expõe-se à *greve*. Suponhamos que lhe pedem aumento de 5 por cento. Vem a luta. Vejamos as condições:

Suponhamos que o salário anual é de 975 francos. Os operários pretendem 1023,75 para obterem por mês 85,31 em vez de 81,25.

A *greve* portanto é para ter 85 prováveis em vez de 81 certos. Dure a coligação um mês e vença; tendo perdido 15 franco, para os reaverem pelo aumento de 5 por cento hão-de trabalhar 20 meses.»[1]

Podemos também reunir num quadro o *custo* de outras *greves*:

| *Greves* de | Número de operários | Dias perdidos | Seu valor em francos | Subvenções | Juros e lucros dos fabricantes | Total de perdas |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Padiham | 800 | 162.400 | 435.000 | 198.750 | 957.000 | 1.500.750 |
| Clithero | 3.000 | 126.000 | 337.000 | 84.375 | 742.500 | 1.163.875 |
| Blacburn | 40.000 | 840.000 | 2.250.000 | 562.500 | 4.950.000 | 7.762.500 |
| Ashton | 22.000 | 924.000 | 2.475.000 | 316.750 | 5.445.000 | 8.236.750 |
| Colne | 1.500 | 525.000 | 1.406.000 | 351.000 | 3.093.750 | 4.851.000 |
| Bolton | 12.000 | 504.000 | 1.350.000 | 337.500 | 2.970.000 | 4.657.500 |
| Londres | 10.000 | 1.820.000 | 8.125.000 | 2.030.125 | 962.500 | 11.117.625 |

[1] *Le Salaire et les associations coopératives par J. Moreau*. Paris, 1866, pág. 29 e seg.

As perdas excederam 39 milhões de francos, e os dias perdidos compunham 136 séculos.

Não supomos que as grossas somas, que aí deixamos designadas fossem todas completamente perdidas; representam o preço da experiência; nela aprenderam muitos operários que devem de ter o máximo cuidado na formação de coligações; nela se habituaram a discutir os assuntos industriais; este ensinamento é precioso; mas para que saia por menor preço àqueles que dolorosamente o procuram é preciso que ao espírito de coligação se não oponha a força, ou a não classifique entre os crimes; quando a *greve* se limita a declarar que os operários não trabalharão senão por maior salário, representa a união de direitos individuais; somente quando ameaça quando pratica desordens, quando pune os operários que se prestam a trabalhar por menor preço, quando, numa palavra, ataca a liberdade alheia, é que merece condenação e castigo. Para proibir a *greve* não basta provar que perturba a indústria; igual acusação se poderia fazer a todo o acto de concorrência.

E é para notar que muitos daqueles que mais combatem as ideias socialistas são também dos que mais defendem a liberdade das coligações; igual facto presenciou o país ainda há poucos meses quando se discutia a célebre portaria acerca das conferências do Casino; os que mais a atacavam eram na também adversários declarados do socialismo; quem desatendeu ao espírito liberal que presidiu à argumentação, concluiu talvez que era capcioso o procedimento de tais oradores, e que na realidade prezavam o socialismo; não o estimavam; porém entendiam que as questões económicas se não decidem à baioneta; que as melhores opiniões conquistam inteligências somente por meio da discussão, por meio do ensino; que tirar a palavra é armar o braço; que abater as tribunas da praça pública é lançar os fundamentos delas em clubes de conspiradores.

Da mesma sorte, a coligação, que é quase sempre nociva aos interesses materiais do operário, exprime o estado da sua inteligência no tocante a questões económicas; não havemos de prender os trabalhadores, e obrigá-los a cursar as universidades (onde também às vezes se ensina um pouco de socialismo, como se fosse boa economia política); havemos, sim, de esclarecê-los; ora a mais importante lição é a que vem dos factos.

Que nossos leitores lancem um olhar retrospectivo para a sua vida: que seria deles se lhes houvessem proibido toda a experiência? Teriam permanecido no seio das mais nocivas ilusões. Ora a educação do homem não é feita somente na infância e na adolescência; é obra de toda a vida; a família de que tiramos origem, aquela que fundamos, e a sociedade, são outras tantas escolas onde os acontecimentos, impressionando nosso espírito, o desenvolvem, e o fortalecem. A pedagogia não deve estudar somente as primeiras idades do ser humano; porém

sim tomá-lo em todo o curso da existência e descobrir os processos de produzir o máximo progresso com um dado esforço.

Mas se os factos nos dizem que sem experiência não é possível adquirir ciência, como havemos de condenar as coligações em quanto expirem simplesmente a concorrência? Dir-se-á que nos iludimos; que as *greves* aumentam as más paixões em vez de as diminuírem; porém aqueles que mais as estudaram obtiveram provas em contrário. A história das próprias *Trades-Unions* mostra as notáveis transformações efectuadas por elas no viver dos operários. Ouçamos o que a este respeito escreveu o Conde de Paris:

«O direito de reunião permite a todas as ideias e aspirações mostrarem-se ao público, exprimirem-se francamente, e submete-as a crítica da opinião pública. Assim as uniões reúnem-se a propósito de tudo; mas, instruídas pela experiência não discutem questões abstractas: ocupam-se cuidadosamente de seus negócios. Estas discussões práticas oferecem ocasião de se apresentarem os homens mais dignos de as dirigir. Convidam o público às suas deliberações para o interessarem por elas, e destruírem quaisquer suspeitas. Ninguém lhes contesta esse direito, ainda que o exerçam com aparências ameaçadoras, como aconteceu quando mais de vinte mil membros das Uniões, levando suas bandeiras, tomaram parte numa demonstração política. A polícia unicamente se ocupou de regular a circulação dos carros, por modo que não perturbassem tão longa procissão.

De certo esta liberdade favoreceu a fundação, e o progresso só das Uniões; mas que timorato espírito ousaria deplorar tal facto, se daí proveio a desaparição das sociedades secretas da Grã-Bretanha? A liberdade as tornou inúteis, permitindo a cada qual reclamar francamente o que seus membros podiam propor-se a obter por manejos ocultos. As teorias mais contrárias à ordem social podem ali ser apresentadas impunemente se o público desejar ouvi-las, mas, em compensação os mais ardentes reformadores não contam, para triunfarem, senão com o emprego de meios legais. As instituições liberais que regem os ingleses, lhes permitem esperar de sua própria perseverança e da equidade nacional a reparação de todos os agravos que julgam fundados; e sabem que as conquistas assim vagarosamente realizadas terão maior duração do que se resultassem da força. Houve no congresso de Lausanne brilhante prova deste respeito da legalidade: os delegados ingleses haviam-se queixado amargamente da jurisprudência que, havia meses, privara de toda a protecção legal o capital das Uniões; quis o congresso pronunciar um voto de censura contra os juízes que tal sentença proferiram. Os ingleses se opuseram declarando a iniquidade da lei, e que se esforçariam pela alteração dela; mas que, em quanto fosse a lei, respeitariam os juízes que a aplicassem.

Em todas as épocas os poderes, que restringiram a liberdade, se orgulharam de abafar as questões sociais, ou de explorar em proveito

próprio as paixões que produziram. Pretenderam com o silêncio proteger as classes ricas contra os desvarios populares e, por iniciativa de sua autoridade, promover os interesses da classe laboriosa melhor do que ela o saberia fazer: duplo e fatal erro, que prepara cruéis surpresas aos povos embalados em tais ilusões! A ausência de publicidade, e de livre discussão, envenena, sem as resolver, as questões sobre que, por algum tempo, lança véu enganador; e deixa cavar um abismo entre as diferentes classes de homens pertencentes a mesma sociedade, à mesma nação. Tais questões convém tratá-las como as minas de hulha, onde o mais subtil veneno anda misturado a inesgotáveis tesouros: se excluírem o ar, acumular-se rapidamente o gás mortífero; se, porém, forem ventiladas, extrair-se-á sem perigo o poderoso motor da indústria moderna.

«Aqueles que têm a recear mais a explosão das paixões populares, são os mais interessados em impedir que fermentem a sombra. Não menos devem recear a meia-liberdade que não lhes permite responder a teorias senão com teorias e a quimeras com dissertações inoportunas sobre direitos abstractos, que, deixando a todos o direito da palavra somente para lhes recusar a prática diária dos negócios impede, o incessante contacto em que todas as ideias se adoçam e depuram».(*)

Por concordarmos inteiramente com estas opiniões, expostas com tanta clareza, e elegância, as transcrevemos com o desejo de as vulgarizar; andamos sobejamente costumados a ver homens, que se dizem liberais, oprimidos com o pensamento de que a liberdade de discutir é o processo mais eficaz de arruinar o mundo social; por isso julgamos necessário tranquilizá-los com a opinião de escritores que viram de perto as lutas da palavra entre as classes operárias.

Páginas não menos expressivas que as do autor citado, têm sido escritas na França já depois dos crimes da Comuna; homens insuspeitos, que combateram esse governo efémero não confiam de leis repressivas a salvação da república; apesar da devastação de Paris, apesar de quanto se tem propalado acerca da Internacional, procuram estudar atentamente as classes operárias, e entre diversas instituições pedem uma que nasceu das terríveis *Trades- Unions* da Grã-Bretanha.

Com efeito a Inglaterra sofreu com as uniões; porém, ao mesmo tempo os operários se instruíram; pouco a pouco reconhecemos quanta prudência deviam guardar nas coligações; enfim, chegaram a constituir conselhos de árbitros, de que fazem parte operário e mestres, os quais decidem as questões concernentes ao salário, horas de trabalho, etc.; não se pode dar como obrigatória a decisão do conselho; mas quase sempre vale tanto como se o fosse; porque aí antes de se levantar o conflito, se examinam pausadamente as questões, se investiga o estado

(*) *Les associations ouvrières,* par Mr. le Comte de Paris (Louis Philippe d'Orleans), pág. 311 e seg.

da indústria, se ouvem os argumentos contrários, e se previnem portanto as lutas, que usavam prejudicar trabalhadores e fabricantes; feito isto, e publicados os documentos que esclarecem a opinião pública é de crer que só uma profunda convicção leve a combatê-la.

Tão bons resultados têm produzido estes conselhos, que numerosas *Trades-Unions* fazem muito menor despesa um colaborador da *Revue des Deux Mondes* escreveu o seguinte:

«Actualmente, segundo esclarecimentos de pessoas competentes, avaliamos em quarenta o número dos conselhos que funcionam com bom êxito em diversos centros da indústria da Inglaterra.

Pode dizer-se que neste país está julgada a questão dos conselhos de arbitragem industrial. Recentemente, o parlamento aplaudia o Sr. Mundella, o qual declarava que, devido às Trades-Unions, o sistema de arbitragem tinha produzido óptimos efeitos, e que na Inglaterra podia nisto servir de exemplo à Europa e à América. As classes operárias estimam a nova instituição. Ainda há pouco tempo tivemos o prazer de assistir em Londres à deliberação de um congresso de delegados de sociedades operárias, que 300.000 sócios. Depois de eloquentes palavras dos fundadores dos conselhos de Nottingham e Wolverhampton, acolhidas com entusiasmo foi votada a seguinte proposta:

«Os membros das *Trades-Unions*, representados nesta assembleia, obrigam-se doravante a não começar jamais uma *greve* sem terem primeiro proposto aos patrões a fundação de um conselho de arbitragem perante o qual haveria a discussão do assunto».

Depois de examinar as condições da França o mesmo colaborador conclui:

«Baldadamente procuramos melhor correctivo da liberdade das associações operárias do que o próprio exercício da liberdade. Certamente as uniões sindicais (conselhos de arbitragem) cometerão graves, e funestos erros económicos; porém qual é a classe, que, chegada a liberdade, não começou por cometer erros? Que as classes médias fraternalmente auxiliem o operário, e extingam velhos ódios; desta sorte facilitarão a solução do problema social».(*)

Assim se escrevia na França em Junho de 1871, num periódico sisudo, e grave. Entre nós, e por esse mesmo tempo, tratava-se de dissolver a câmara electiva para sustentar no poder uns infelizes ministros, cujo chefe, quando tratava da questão social no seio do parlamento, nunca soube produzir mais do que alguns períodos de inoportuna indignação; nem era de estranhar que assim procedesse quem, embora distinto por numerosas mercês régias e pelo modo brilhante porque há representando o reino em congressos estrangeiros, com louvor de homens competentes nunca foi considerando como reformador esclarecido, ou como estadista que compreendesse as necessidades da sua

(*) Eugène d'Eichtal, *Revue deu Deux Mondes*, 15 juin 1871.

época; mais estranhável nos pareceu que outros parlamentares distintos confiassem antes na repressão do que na liberdade. Apontar os salutares efeitos das libérrimas discussões, e vulgarizar a opinião de escritoras competentes, é tanto mais preciso entre nós quanto é certo que ainda não perdemos o costume de perguntar antes de tudo, o que se pensa e o que se faz no estrangeiro.

Se a análise das coligações nos mostrou que somente em casos muito especiais podem elas ser úteis aos operários chegaríamos a conclusões análogas se estudássemos as condições de qualquer empresa industrial, agrícola, ou mercantil. Aí veríamos que desempenha especial papel cada um dos elementos produtores; e que é grave erro pretender tirar a cada qual a função que necessariamente lhe cabe. O empresário traça o plano e reúne as matérias-primas, as máquinas, e o trabalho; tirai qualquer destas partes, e a produção deixara de existir, ou ficará sujeita a grandes transtornos; se da fábrica levarem as matérias-primas nem as máquinas, nem os operários poderão produzir; se os trabalhadores cruzarem os braços, ficarão improdutivas as matérias primas e as máquinas; finalmente se não houver quem indague das condições da produção e do consumo, quem saiba os preços em diversos mercados, quem adiante capitais, ou inspire confiança aos mutuários, e, enfim, quem se responsabilize pelos resultados aleatórios da empresa, a fábrica deixará de funcionar. Existe, portanto, harmonia entre o trabalho desses elementos de produção; e quaisquer que sejam os dissentimentos sobre a parte de cada qual, nenhum dos contendores se esqueça de que visam todos amo mesmo fim.

O operário que estudasse com atenção as relações íntimas entre os agentes produtores, claramente veriam que é indispensável a toda a empresa um homem ou até uma corporação, que um dirija com cuidado se for mal dirigida, rapidamente desaparecerá, e os trabalhadores serão dos que mais sofreram com a ruína da fábrica.

Outro erro não menos grave consiste em considerar o salário corno remuneração que derroga a dignidade humana quando em verdade é a forma de pagamento que melhor se amolda a circunstâncias peculiares de muitos trabalhadores; em primeiro lugar, porque sendo uma quantia fixa, os não coloca na dura posição de serem privados por algum tempo do indispensável à subsistência, e os segura contra os riscos da empresa; em segundo lugar, porque não obriga a participar nos cuidados de gerência. Quem não possui outros bens que a força física e a instrução pode sempre tomar parte em empresas que reclamam adiantamento de capitais? A remuneração aleatória é própria de quem necessita de uma quantia certa? Pôr a pergunta é neste caso o mesmo que dar a resposta.

Não desconhecemos nem negamos as vantagens que pode produzir a participação dos operários no lucro das fábricas; abundam exemplos delas em importantes centros industriais; o trabalhador que tira directo proveito do bom resultado da empresa, naturalmente se interessa mais

por ela e se aplica melhor do que todo aquele que somente aguarda uma remuneração fixa; porém o reconhecimento dessas vantagens difere muito de admitir que em numerosíssimos casos seja preferível o salário simples; circunstâncias especiais levarão a admitir uma ou outra forma de pagamento, a qual deve proceder de livre contrato e não de imposição.

Não é só o operário que recebe salários; os funcionários públicos, desde o rei até ao ínfimo empregado, os directores de sociedades anónimas e muitas outras pessoas que tem remuneração fixa, são trabalhadores assalariados; acaso sua dignidade sofre com tal forma de pagamento?

Demais, a retribuição fixa não toca somente aos operários; vai também aos capitalistas; os que emprestam dinheiro em troca de obrigações de crédito predial, ou de companhias de vias férreas, ou por meio de letras, esperam uma quantia determinada; o trabalho anterior que guardaram e acumularam em vez de o dissiparem, recebe um salário, que se chama juro e que só pelo nome difere daquele. Um e outro pagamento são essencialmente iguais; a questão, portanto, não está na forma da retribuição, mas sim na grandeza dela. O operário, — que é capitalista da sua instrução, de suas forças adquiridas, de seu ofício como o argentário é capitalista de seu dinheiro, — o operário não julgue abatidos seus brios pela recepção de salário, nem cuide que a moeda com que o remuneram, é um símbolo de servidão.

As próprias associações operárias não tem podido totalmente fugir ao pagamento do trabalho com quantias determinadas; porque de serem operários os membros delas não se segue que não existam dificuldades da empresa, e não seja muitas vezes nocivo aceitar certos indivíduos para sócios; só os trabalhadores escolhidos que se sujeitam às ordens da direcção, e que procedem honradamente podem ser acolhidos como membros de associações que desejem subsistir.

A ruína de numerosas empresas instituídas por operários tem sido o natural, embora duro processo, com que a liberdade tem ensinado muitos a fazerem justiça a doutrinas sedutoras; nessa rude experiência quantos não terão conhecido que o trabalho do empresário é espinhoso que os regulamentos fabris são necessários; e que o capital é indispensável, e digno de remuneração? O operário não combata o salário; procure elevá-lo e empregá-lo bem; a elevação há-de vir quando a concorrência for menor, ou o trabalhador valer mais, isto é, tiver maior instrução unida a boas qualidades morais; o razoável emprego do salário permitir-lhe-á inscrever na receita uma verba proveniente dos juros do capital que houver constituído.

Neste capítulo não nos referimos a crimes que tantas vezes praticaram os grevistas, por nos parecer desnecessário falar deles; ainda ninguém se lembrou de os elogiar, ou de elevá-los ao grau de realização de teoria económica; todos são concordes em condená-los.

Também não discorremos acerca das *greves* dos empresários; porém ao leitor será fácil aplicar-lhes a doutrina exposta; como noutros capítulos ainda teremos de ocupar-nos das relações entre o trabalho e o capital, aí se encontrará o complemento do que deixamos escrito neste.

## XI

### *Continuação da história da Internacional. O recrutamento; o imposto indirecto; o proteccionismo. Resolução do congresso de Genebra. Planos de organização de sociedades de trabalho e de comércio. Os fabricantes de bronzes em Paris e a Internacional. A greve de Roubaix. Manifesto acerca da guerra provável entre a Franca e a Prússia. Congresso de Lausanne. Resoluções mais notáveis. Defesa da abolição da herança por um internacionalista. Manifestações políticas.*

No capítulo sexto do relatório apresentado ao congresso de Genebra pelos operários franceses, há queixas veemente contra o imposto, especialmente contra o serviço militar e a prestação do trabalho; aquele é na realidade um dos mais odiosos e que reclama em tantas nações pronta reforma; nós por exemplo temos uma lei de recrutamento imprópria do presente século; pois que a força militar ainda é indispensável à actual civilização, e os povos necessitam sustentar direitos com baionetas; pois que a defesa da pátria é dever de todos, conciliemos quanto possível a educação militar com o serviço livre no exército; aquela, obrigando a todos, representará um dever comum; este será o núcleo de defesa sem perturbação das indústrias. A tal respeito o relatório disse muito pouco, e apenas indicou o mal, cuja existência é inegável.

Depois de algumas queixas, em grande parte infundadas contra a organização financeira, as quais seguem razoáveis palavras acerca do imposto indirecto, há um capítulo em que vem as seguintes e memoráveis palavras acerca do proteccionismo:

«Digam o que disserem hoje os partidários da protecção, que a apresentam como sistema de garantia do trabalho ao operário, e do mercado nacional ao fabricante; cumpre-nos afirmar que a protecção não passava de garantia para o proprietário, o industrial, e o comerciante era quase sempre um monopólio».

É porém, de notar que os autores destas palavras não gostam: da liberdade muito mais que da protecção; deixam-nas em crua guerra, e querem a paz na indústria pela supressão gradual dos riscos do comércio, pela cooperação, que, baseada na reciprocidade e na justiça, não pode admitir entre os contraentes mais do que contrato mútuo de serviços equivalentes.

Desta doutrina já dissemos bastante; é a de Proudhon, mais palavrosa que rigorosa; equivale a dizer que nenhuma escola de fisiologia suprime a doença, nenhuma *segura* a paz do corpo; mas que certa ciência acaba de descobrir a última hora que essa paz se alcança repartindo igualmente a substância alimentícia por todos os órgãos.

Assim exposto lealmente e comentado o pensamento da França operaria a prossigamos na história da Internacional; se até agora houvemos de extensamente escrever das doutrinas advogados no relatório, foi para irmos pouco a pouco analisando a revolução social a que tendem os modernos operários; ao menos poderemos doravante caminhar com maior velocidade; pomos de parte numerosos incidentes por certo dignos de menção em obra completa acerca da Internacional, mas desnecessários ao conhecimento das questões que nos últimos anos ocupam os operários, e que todas as classes devem conhecer e estudar; porque não é voltando costas a quaisquer argumentos ou impondo silêncio que se cultiva o terreno espiritual e se civiliza o mundo; a inteligência não é menos digna de cuidados que os pântanos que inficionam povoações; pois se a estes aplicámos solicitamente custosos processos que lhes tiram a insalubridade e às vezes os convertem nos melhores terrenos, porque não havemos de ser racionais na cultura de nosso semelhantes, empregar toda a arte do nosso espírito e recorrer a todas as forças do entendimento, do coração até, para fazermos subir o gérmen de verdade por entre as camadas de erro, que a tantas almas ofuscam? Sejamos fortes para sustentar nosso direitos, mas não cuidemos que a bondade e a doçura tem pouco valor; ou que a simpatia pelos que sofrem, e a compaixão pelos que ignoram são luxo inútil da sensibilidade humana.

Posto isto, entremos no congresso de Genebra, e ouçamos tranquilamente suas resoluções; decidiu: estabelecer casas correspondentes em toda a Europa; cotização mensal dos sócios para os gastos gerais de correspondência; publicação de uma folha mensal; estabelecer o ensino profissional internacional; emigrações e imigrações parciais dos associados; estrita observância do princípio da reciprocidade.

Aprovou também a proposta dos delegados franceses, para a formação de uma sociedade cooperativa internacional de crédito mútuo e emprego dos associados; e não só com este fim, mas ainda para abrir armazéns onde os sócios praticassem a troca de mercadorias por mercadorias, sem outra despesa que os gastos de registo (Ignoramos quem pagaria o transporte o aluguer dos armazéns, os guardas de mercadorias, etc.). Como se tanto não fosso bastante para os mais ousados empreendedores propôs-se ainda a abrir escritórios internacionais dos objectos da indústria dos associados, e a comanditar as associações cooperativas que realizassem a ideia de justiça e de solidariedade entre todos os sócios.

Alguns oradores pronunciaram discursos notáveis: Becker afirmou que a sociedade ia sair do antagonismo para organizar a harmonia e a paz, sendo as classes trabalhadoras o novo Messias. Coullery opinou

que o operário devia esperar somente dos esforços próprios a sua emancipação. Fribourg explicou, conforme entendeu, a anarquia e a insolidariedade actual, esperando que o futuro constitua em cada trabalhador um operário, um capitalista, e um consumidor. Enfim, cada qual apresentou liberrimamente suas opiniões, nem todas acordes. Os delegados ingleses consideravam importantíssimo animar e suscitar as *greves* dando-lhes organização internacional; contudo, não nos consta que a assembleia deixasse de seguir opinião mais cordata, defendida pelos operários da França.

A Internacional começou a ocupar a atenção pública; a polícia imperial arrestou os papéis acerca do congresso, que os operários ingleses traziam consigo; só por intermédio do respectivo ministro obtiveram a restituição deles. A filial parisiense constituiu-se definitivamente e aprovou estatutos. A imprensa atribuía a nova sociedade um prodigioso número de membros e ninguém a desmentia; porque a Internacional, se conhecia seus próprios factos, aproveitava da consideração que lhe davam. Os sócios de Paris trataram de organizar os já mencionados armazéns internacionais porém reconheceram, escreve um deles, que só poderiam fundá-los quando a Internacional tivesse milhões de associados.» E o crédito mútuo? A este respeito achamos o seguinte num livro que contém narrações importantes:

«O plano consistia em pedir a cada um dos aderentes uma quota semanal de 10 cêntimos, destinar os fundos reunidos à compra de máquinas para um grupo de trabalhadores, e sustentá-lo enquanto a concorrência dos capitais dificultasse o trabalho e os lucros; depois, quando este grupo tivesse forças suficientes para conservar-se de per se, proceder do mesmo modo com outro grupo com um terceiro, e assim por diante até que em cada profissão se constituísse um grupo de produtores e houvesse lugar de abrir armazéns onde os produtos fossem vendidos pelo custo; emitir-se-ia um papel para trocas, a fim de evitar o uso da moeda nos armazéns societários».

Isto escreveu Fribourg um dos fundadores da Internacional, ainda que adverso às demasias dela; não é, portanto, suspeito; acrescenta, porém, que o regímen imperial proibia realizar estes e outros projectos! Lembra logo perguntar porque não os praticavam na Grã-Bretanha, ou na Suíça? Mas que lei francesa proibia tão inocente forma de indústria? Não a conhecemos pelo contrário, parece-nos que a sociedade projectada era uma espécie das cooperativas as quais o império não proibiu, antes pretendeu animar; a liberdade completa não permitiria escrever aquela desculpa; e se a experiência fosse realizada, cairia como as oficinas da república de 1848, se pretendesse ir além das sociedades que o mundo conhecia antes dos projectos internacionalistas.

Que plano aquele! Tão mesquinho e com vaidade de compreender todo o mundo! Para que manter uma produção raquítica? Não seria muito mais útil fundar a fábrica somente quando pudesse sustentar a

concorrência? Para isto que havia a fazer senão economizar é reunir fundos? Mas então a empresa não tinha novidade alguma; seria como outra qualquer, à parte a tabuleta; para ter novidade, era preciso... perder durante algum tempo, e saldar os prejuízos com a conta da caixa da Internacional! E que diremos da venda pelo custo? Não há riscos a calcular, nem fazendas que ficam por vender, nem trabalho de direcção!

E que debalde procuram os operários outro caminho que não seja o de se elevarem pela economia pondo ao serviço dela a força da associação. Toda a luta em que andam há tantos anos — e em que 1848 e 1871 ficarão sendo notáveis datas, — é a longa experiência com que ao mesmo tempo irão atraindo a atenção geral para as questões económicas e aprendendo pela dor, pelo martírio, muitas verdades que a ciência humana já demonstrou; a todos nos acontece assim; os que mais sabem ignoram muitíssimo; por isso, operam, falam, e pensam de modo assaz diverso daquele porque se haveriam, se conhecessem toda a verdade; à custa de sofrimento e decepções que os erros lhes trouxeram, se vão elevando e instruindo. Uma vez, é uma dinastia que desaba, por ter querido prender a suas ambições um grande império. Outra vez é a crise comercial gravando nas camadas de miséria os vestígios da existência de imoderada especulação, ou de grande ignorância das leis económicas. Outra vez é a torpeza dos costumes alargando a superfície das chagas sociais e deixando — em acontecimentos mal percebidos pelos que neles figuraram — o sinal profundo e indelével da indiferença religiosa, mal encoberta aos contemporâneos em ineficaz prescrições legais; deixai passar o tempo; a outro sol hão-de futuros entendimentos contemplar a sociedade morta, reconstituí-la e animá-la; o anjo da ciência tocará sua trombeta; ressuscitada essa geração, das pedras tumulares sairá a luz que a todos alumie, a todos esclareça; a morte, servindo a nova vida, permite ao homem actual considerar o que ele próprio teria sido nos tempos anteriores; então, a inteligência amplifica-se; o espírito se fortalece; e a ciência do que aconteceu fica sendo ao mesmo tempo a sólida garantia de não volvermos a antigos erros, e a ligação intangível da actualidade a todo o passado.

A Internacional, da mesma sorte que tantas outras análogas empresas de antigos operários, é um misto de muitos erros e de algumas verdades; representa, como já dissemos a força material e moral das classes laboriosas na actualidade; pouco instruídas sobre a organização natural do trabalho, não é de estranhar que procurem no impossível o seu engrandecimento; fazendo sofrer aqueles cujos direitos atacam, sofrem também, e com o preço de cruéis experiências pagam o conhecimento da verdade. A todos que sinceramente se dedicam a humanidade, cabe difundir a luz, a fim de que a luta seja menor, e fique melhor garantida a prosperidade das futuras gerações, isto, é, a felicidade daqueles aos quais estamos vinculados pelo amor de família.

Entre o congresso de Genebra e o de Lausanne houve algumas *greves* importantes em que a famosa sociedade exerceu influência.

Os operários fabricantes de bronzes em Paris tinham fundado uma sociedade de *crédito mútuo,* entre cujos fins se contava o de socorrer aqueles a quem faltasse trabalho; era uma espécie de associação de resistência no caso de *greve,* ou, ao menos, podia servir para isto; contava já 5.000 sócios; os donos de fábrica certamente não viam tal progresso com satisfação; parece que aproveitaram um pedido feito, por operários a três de seus chefes como pretexto para declararem a todos os trabalhadores que tinham a escolher entre continuarem nas oficinas e permanecerem no *crédito mútuo;* estes resistiram, formaram *greve,* e os patrões a seu turno se coligaram. Os *grevistas* receberam socorros de sociedades operárias; em reuniões públicas exaltavam os espíritos e davam notícia de qualquer ocorrência importante; houve tentativas de acordo, e já se iam acabando, os fundos que alimentavam a coligação; nesta conjuntura muitos operários se alistaram na Internacional, como quem busca socorro; a célebre sociedade não queria dar mostras de fraqueza; vários operários foram a Inglaterra pedir auxílio a seus irmãos do outro lado de Mancha, e levaram de companhia dois fundadores da Internacional; uma folha britânica publicou uma carta da comissão executiva na França ao delegado dela em Londres, na qual encontramos as seguintes palavras:

«Em nome da Associação vos convidamos a fazer grandes esforços a favor de considerável número, de operários parisienses que pedem socorro a seus irmãos de Londres por intermédio da Associação.

Noventa e sete fábricas despediram 1.500 operários, que, não, cedendo, procederam muito bem. A sociedade paga a cada operário despedido 20 francos por semana, o que é difícil; no começo da coligação havia em caixa 35.000 francos; agora há somente 20.000. Carecemos de 10 a 15.000 francos, e poderemos pagar 5.000 francos mensais às *Trades Unions* que no-los quiserem emprestar. Lembrai-vos de que os patrões não podem resistir por muito tempo; de sorte que, se tivermos pronto auxílio, alcançaremos grande e bom êxito».

Alguns milhares de francos vieram de Londres e chegaram à associação quando se achavam reunidos muitos de grevistas aquela soma produziu o desejado efeito: cuidaram os patrões que os operários poderiam sustentar por muito tempo a luta, e por isso apressaram-se em vir a um acordo.

Animados pelo resultado, os alfaiates também se coligaram, mas saíram mal da luta, e os internacionalistas não os protegeram.

No mesmo ano de 1867 os fabricantes de Roubaix introduziram na tecelagem um certo melhoramento, que dispensava alguns operários; entenderam estes que, em vez de serem despedidos, deviam ter parte nos novos lucros e como não lhes fosse concedido o aumento de salário procederam com o maior desatino; um regulamento fabril que impunha multas a quem cometesse certos erros, veio acrescentar a irri-

tação; espalharam por toda a parte o terror; 25.000 operários percorreram as ruas desordenadamente, invadiram sete fábricas, destruíram teares, rasgaram peças, entraram em casas de dois patrões saquearam-nas, atiraram mobília à rua, lançaram fogo a dois estabelecimentos, e praticaram outros actos que provaram mais uma vez a audácia da ignorância e da maldade. A chegada de alguns batalhões de linha, e dois esquadrões de couraceiros pôs termo a estas crueldades; muitos operários voltaram às fábricas; porém, passados alguns dias, formaram *greve;* então a Internacional parisiense dirigiu-lhes uma carta, em que há o seguinte parágrafo:

«Quaisquer que sejam vossas justas queixas nada pode justificar os actos destruidores, de que sois culpados, lembrai-vos de que para vós é sagrada a máquina; que tais violências danificam a vossa causa e a de todos os trabalhadores; que finalmente, dais armas aos adversários da liberdade e aos caluniadores do povo.»

Excelentes palavras, que os operários não deviam esquecer; mas se a Internacional assim provava imparcialidade, no mesmo documento havias outros períodos em que se pretendia desculpar a revolta, e se censurava a intervenção da força armada; seria o mesmo censurar os corpos de bombeiros por acudirem as casas incendiadas; não menos inaceitável é a doutrina exposta por estas palavras: «Nós os trabalhadores reconhecemos o direito dos operários a um aumento proporcional de salário quando uma nova máquina lhes impõe maior produção». O sentido é pouco claro; em geral a máquina permite produzir mais, e às vezes com menor trabalho do operário que a dirige; mas, de qualquer modo, se a vantagem fosse para o trabalhador, que ficaria para o inventor? Em verdade, a doutrina é cómoda para a preguiça, mas é uma condenação de todos os aperfeiçoamentos.

O *Diário dos Debates,* analisando a carta, escrevia assim:

«Melhor fora dizer à população operária que, se tivesse melhores costumes e fugisse das tabernas, assaz frequentadas no norte da França, não estaria tanto à mercê dos incidentes que podem suspender o trabalho. Os correspondentes da Internacional desempenhariam melhor a missão de chefes inteligentes se tivessem dito aos operários:

Viveis na ignorância, instruí-vos; aproveitai-vos da facilidade com que podeis aprender. Muitos dentre vós não sois sóbrios; corrigi este defeito; trabalhai durante os seis dias da semana; preparai algumas economias para o tempo da falta de emprego. Os operários da Alemanha do Norte não ganham mais do que vós, e contudo reuniram capitais para 900 ou 1.000 bancos populares, formados conforme o tipo recomendado por Schultze Delitsch, os quais funcionam como caixas económicas e instituições de crédito.»

Ainda que algumas destas frases pareçam duras, maior serviço presta aos operários quem lhes diz todas as verdade, do que os escritores que os lisonjeiam ou os fortalecem no erro.

Pouco depois falavam os jornais da provável guerra entre a França e a Prússia; é justo dizer que a Internacional disse por esta ocasião algumas palavras mais sensatas do que a vontade dos chefes das nações; um manifesto dos membros parisienses, depois de lembrar que em breve teria de haver um congresso em que as máximas questões económicas seriam tratadas, exclama assim:

«Mas quê! Tudo desaparece. Intensas e repugnantes nuvens envolvem a terra e parecem pressagiar completa destruição.

Levantai-vos, povos! É a guerra! Ilumina-se o horizonte. É o canhão que vomita a morte e projecta nas obscuridade suas luz sinistra; a terra treme; é o choque dos homens substituindo o das ideias; repercute a fuzilaria, e um milhão de máquinas humanas, laboriosas e pacíficas, há pouco vergadas ao trabalho que as devora, e mal retribui vão precipitar-se umas sobre as outras para executarem o fatal decreto.

Oh! possam estes soldados ainda ontem cidadãos e companheiros de nossos trabalhos, sentir despertar-se neles os sentimentos de igualdade, de dignidade, de solidariedade, que baseavam nossas relações; possam, enquanto é tempo, lembrar-se da divisa inserida na bandeira da Internacional: *Trabalho, Solidariedade, Justiça.*

E os trabalhadores, escapando esta vez ao domínio das aristocracias interessadas na luta dos povos, tratarão neste congresso operário, em que agora repousam suas esperanças, as graves questões que a guerra, com suas horríveis práticas, não pôde resolver.»

Ao mesmo tempo que as relações franco-prussianas pareciam prestes a mudarem-se em batalhas, trabalhadores de ambas as nações proclamavam as vantagens da paz, e o grupo de Paris tentou formar uma sociedade internacional para conseguir o desarmamento das nações. Não o encubramos: as palavras dela eram mais próprias do século décimo nono que a pavorosa luta há pouco empreendida e sustentada por causas e com fins verdadeiramente mesquinhos.

O congresso, a que se referia a proclamação da Internacional começou pouco depois; foi em Setembro de 1867 que cinquenta delegados se reuniram em Lausanne; aí lastimaram os delegados franceses a fraqueza dos progressos da novas sociedade; Paris tinha só 600 membros e um *deficit* de 466 francos; não eram também muito alegres as informações de outras partes das Europa; mas nem por isso deixou de ser acalorado o debate e mostrarem alguns internacionalistas suas perniciosas ideias económicas. Eis algumas resoluções do congresso:

«O congresso entende que se os esforços actualmente feitos pelas sociedades operárias, se generalizassem com a mesma forma, tenderiam aí constituir o quarto estado tendo sob ele o quinto, ainda mais miserável; o pressuposto perigo da criação da quinta classe, proveniente dos esforços actuais das associações operárias, desvanecer-se-á à medida que o desenvolvimento da moderna indústria torna impossível a produção em pequena escala.

A actual fabricação em grande funde os esforços individuais e torna a todos necessário o trabalho cooperativo.

Para obviar a este perigo compreenda o proletariado que a transformação social só poderá definitivamente operar-se por meios que tornem toda a sociedade conforme com a razão e a justiça.

Contudo, o congresso entende que todos os esforços dos associações operárias devem ser animados, fazendo porém desaparecer delas quanto possível, o direito de imposição do capital sobre o trabalho, isto é: deve penetrar nelas a ideia de mutualidade e de federação.

No actual estado da indústria que é a guerra, haja auxílio mútuo para a defesa do salário; mas ao congresso cumpre declarar que o fim principal é a supressão do salariado.

Pois que o ensino gratuito é um contra-senso, se atendermos a que é pago pelo imposto; e que nenhum pai tem o direito de deixar os filhos na ignorância o congresso concede ao Estado o direito de substituir os pais somente quando não possam cumprir seus deveres.»

Como pouco antes se houvesse fundado em Genebra uma *liga da paz e da liberdade,* e tivesse pedido a adesão da Internacional, o congresso respondeu:

«Considerando que a guerra onera especialmente a classe operária pois que, tirando-lhe meios de subsistência, também a obriga a derramar sangue em conflitos que ela não criou;

Que a paz armada paralisa as forças produtivas e intimida o trabalho com a ameaça de guerra;

Que a paz, primeira condição do bem estar geral, a seu turno deve ser consolidada por nova ordem que não reconheça a exploração de uma classe por outras;

Decide o congresso aderir plena e sinceramente à liga da paz, que há-de constituir-se a 9 de Setembro em Genebra, sustentando-a energicamente em tudo que ela puder tentar para abolir os exércitos permanentes e manter a paz, a fim de chegar o mais depressa possível à emancipação da classe operária e a sua libertação do poder e da influência do capital, assim como à confederação de Estados livres em toda a Europa.

Considerando que o pauperismo e o desequilíbrio económico são a principal causa da guerra; e que para chegar a suprimi-la não basta licenciar exércitos, mas também urge modificar a organização social de modo que a repartição das riquezas seja mais equitativa, o congresso subordina a sua adesão ao facto de ser aceite à doutrina exposta.»

Um dos relatores, o cidadão belga César de Paepe, defendeu uma teoria segundo a qual a terra deve ser de propriedade colectiva e abolida a herança em certos graus. Os delegados alemães, ingleses e belgas se mostraram partidários da comunidade da terra, e dos instrumentos de trabalho; os italianos e franceses os não acompanharam até aí, e a questão ficou adiada para outro congresso.

Finalmente, e para concluirmos os factos desta assembleia, que prendam mais de perto ao assunto sujeito, um relator francês, Vasseur, dizia assim:

«Os esforços das nações devem tender para tornar o Estado proprietário dos meios de transporte e circulação, a fim de aniquilar o poderoso monopólio dais grandes companhias, que submetendo as classes operárias a leis arbitrárias, atacam a dignidade, e a liberdade».

Depois da assembleia de Lausanne encontrámos no congresso da paz e da liberdade alguns representantes da Internacional; aí se tratou de mútuo auxílio entre as classes operárias e a burguesia, a fim de serem obtidas algumas liberdades políticas e à emancipação económica do proletário.

Pouco depois a célebre associação entrava na manifestação política junto do túmulo de Manin, assim como na que protestava contra nova ocupação de Roma pelas tropas imperiais. Pois que os deputados de Paris não acompanharam tais provas públicas de aspirações democráticas daí certa indisposição contra Júlio Favre, a quem Fribourg atribui tais palavras dirigidas a alguns operários que lhe perguntaram se a burguesia estava disposta a auxiliar os proletários. «Vós próprios fizestes o império; só a vós corre a obrigação de o destruir.» A aparição da Internacional na cena política não passou despercebida à polícia; vários processos foram intentados, a associação dissolvida como ilegal, e a delegação parisiense parece que teve de liquidar.

A estas perseguições atribui Fribourg os desvarios internacionalistas; afirma que a sociedade houve de procurar maus auxiliares, tais como os *blanquistas* e o general Cluseret, e tornar-se defensora do comunismo. O mesmo autor escreveu:

«Divide-se em duas partes a história da Internacional: ao primeiro período, que denominarei parisiense, correspondem a fundação e os dois primeiros congressos; a Internacional é *mutualista* isto é, não pede à colectividade senão a garantia de execução de contratos livremente discutidos, livremente consentidos; porém depois dos processos intentados pelo império a direcção moral forçosamente sai das mãos dos trabalhadores franceses, passa à Bélgica, e neste segundo período, chamado russo-alemão, a Internacional torna-se comunista ou autoritária.»

Assim, um dos fundadores da Internacional quer mostrar que, se não fora aquela perseguição, a sociedade produziria benefícios em lugar de danos; mas se grandes foram os erros do governo imperial, também os factos provam que já ao primeiro período da Internacional apareceram nos congressos várias doutrinas que iam além do que Fribourg menos exactamente denomina mutualismo; pois em Lausanne, como há pouco vimos, não esteve a ponto de ser votada a propriedade colectiva do solo? Não foi aí tão mal apreciada a influência das sociedades cooperativas? Em Genebra tudo fora uma tentativa, uma verificação de forças; em Lausanne já se conhecem os frutos de perniciosas ideias;

se factos estranhos à Internacional agravaram as consequências, ao passo que um bom governo, e os cuidados das outras classes poderiam mitigá-las e de certo convertê-las em bem; se daqui havemos de tirar proveitosa lição, e precioso esclarecimento sobre a marcha da questão social, nem por isto devemos negar os resultados fatais de certas teorias, quando os adversários delas não sabem organizar-se e combatê-las no campo da razão.

## XII

### *Resoluções do congresso de Bruxelas. A Associação Internacional da Democracia Socialista. O congresso de Basileia e a propriedade territorial. O que é a liquidação social. Conferência de Londres em 1871. Análise da propriedade do solo. As máquinas. A abolição da herança e seus resultados. Exame da propriedade em geral. Os actos da comuna.*

No congresso de Bruxelas nem sequer foi respeitada a liberdade de discussão; a minoria nem conseguiu declarar seu voto sobre matéria grave; as seguintes conclusões mostram quais doutrinas acharam apoio nesta assembleia:

«Considerando que estes grandes instrumentos de trabalho (minas de hulha e caminhos de ferro) estão fixos ao solo, e ocupam importante parte dele, que é o domínio gratuitamente dado à humanidade; considerando que são de tal grandeza e importância que, a não constituírem perigoso monopólio, exigem a intervenção da sociedade inteira em face daqueles que os utilizam;

Considerando que necessariamente exigem a aplicação das máquinas e da força colectiva;

Considerando que as máquinas da força colectiva, hoje existentes para vantagem exclusiva dos capitalistas, devem no futuro aproveitar somente aos trabalhadores; e que portanto as indústrias, em que tais forças são indispensáveis devem ser empregadas por grupos emancipados do salariado;

O congresso entende: 1º que as minas de hulha e de outras matérias, assim como os caminhos-de-ferro, numa sociedade normal, pertencem a colectividade social representada pelo Estado, mas o Estado regenerado e submetido à lei da justiça; 2º que as minas e caminhos-de-ferro sejam concedidos pela sociedade não a companhias de capitalistas como agora, mas a companhias operárias, mediante duplo contrato: um que constitua a companhia operária, e garanta à sociedade a exploração científica e racional, preços muito próximos do custo, direito de exame das contas da companhia, e, portanto, impossibilidade da reconstituição do monopólio; o outro, garantindo os direitos de cada sócio».

A outra resolução refere-se à propriedade agrícola; considerando a necessidade de grandes empresas, e de tratar da agricultura como minas e dos caminhos-de-ferro; atendendo a que a terra é a «matéria-prima de todos os produtos, sem provir de qualquer trabalho particular», o congresso entendeu que as evoluções económicas farão que o solo seja concedido a companhias agrícolas, em condições análogas às de mineração.

Acerca de canais, estradas, florestas e linhas telegráficas, igualmente votou que ficassem propriedade colectiva da sociedade.

Também as máquinas foram objecto de discussão; considerou-as como um dos mais poderosos meios de despotismo e extorsão empregados pelos capitalistas; mas entendeu que hão-de fundar um sistema de produção que acabe com o salariado; as suas resoluções diziam assim:

1º Só por meio de mais sociedades cooperativas, e a organização do crédito mútuo poderão os operários chegar a possuir máquinas.

2º Contudo, no estado actual, os operários constituídos em sociedades de resistência devem intervir na introdução das máquinas e exigir garantias ou compensações para os trabalhadores.

Jaclard pede uma base filosófica para a sociedade; essa base é o ateísmo; considerou como transacção as ideias religiosas de Robespierre, e como ridículas as de 1848; tudo que não é o ateísmo, se lhe afigura despotismo; quer a guerra social, a total revolução que sobre os restos de seus adversários crave o estandarte das novas ideias. O congresso votou contra estes princípios por 80 votos contra 30; mas os dissidentes se demitiram e fundaram a *Aliança internacional da Democracia Socialista*. Eis alguns extractos do programa:

«A *Aliança* é ateísta; quer a abolição dos cultos, a substituição da ciência à fé, e da justiça humana à divina.

Quer a igualdade política, económica, e social das classes e dos indivíduos de ambos os sexos, principiando pela abolição da herança, a fim de que no futuro o gozo seja igual à produção de cada qual.

Quer para todas as crianças de ambos os sexos, desde que nasçam igualdade de meios de desenvolvimento, isto é, de criação, de educação e instrução em todos os graus das ciências e das artes, convencida de que esta igualdade, a princípio económica e social, produzirá cada vez maior igualdade natural, fazendo desaparecer as desigualdades fictícias, produtos históricos de uma organização social, tão falsa como iníqua.

Pois que todos os actuais Estados políticos e autoritários se reduzem cada vez mais a simples funções administrativas deverão desaparecer na união universal das associações livres».

Em Basileia, no ano de 1869, há novo congresso da Internacional e aí é votada a abolição da propriedade territorial, passando o solo a pertencer ao Estado; a renda servirá a pagar os serviços públicos; aos cultivadores individuais serão feitos arrendamentos vitalícios e de maior duração às sociedades operárias; avalia-se a herdade no princípio e no

fim do arrendamento; a haver maior valor, o Estado o recebe; se tiver decrescido, o Estado se indemnizará pelo preço dos bens móveis do explorador. A administração do domínio territorial será confiada a um conselho municipal.

Esta proposta foi vigorosamente combatida por alguns franceses; porém a maioria aprovou-a.

Bakounine discursou sobre a necessidade da *liquidação social* explicando-a assim:

«É a expropriação, de direito, de todos os actuais proprietários, pela abolição do Estado político e jurídico, o qual é a sanção, e garantia única da actual propriedade, e de quanto se chama direito jurídico; é também à expropriação de facto, em toda a parte, até onde for possível, pela própria força das coisas e dos acontecimentos.»

Finalmente, ainda em Setembro de 1871, houve em Londres uma conferência de delegados da Internacional; noticiaram os jornais que aí foi recomendada a formação de secções de mulheres, a organização da estatística operária, a instituição de sociedades de resistência, que mantenham os operários durante as suas lutas contra o capital, e o estudo dos meios mais próprios para ser obtido o apoio da população dos campos.

Uma resolução do congresso respeita à organização política dos operários e diz assim:

«Considerando a interminável reacção que violentamente sufoca todo o esforço de emancipação operária, e pretende manter pela força bruta a distinção e dominação das classes opulentas, resulta:

Que contra este poder colectivo não pode proceder o proletariado como classe, a não ser que se constitua como partido político distinto, oposto aos formados pelas classes possuidoras;

Que tal constituição é indispensável para assegurar a vitória da revolução social e fazê-la atingir seu fim supremo: a extinção das classes.»

A conferência agradeceu à federação espanhola seus importantes trabalhos em favor da Internacional.

Tendo até agora exposto os mais importantes princípios internacionalistas, ainda encheria volumoso livro o complemento de seu minucioso exame; já nos ocupamos de parte deles, quando escrevemos do relatório dos delegados franceses agora tentaremos em poucas páginas concluir a análise dos que foram aprovados nos congressos.

Quer a Internacional a propriedade colectiva do solo, e a distribuição dela por sociedades operárias que paguem renda ao Estado, como até agora se paga o imposto.

O fundamento do colectivismo consiste em ter sido a terra concedida por Deus a todos os homens, isto é, ser um bem gratuito, como o ar, ou a água; e portanto comum. Este fundamento é falso.

Tomemos um pedaço de pano, e um trato de terra; consideremos um vestido e um campo, que o lavrador cultiva. Num e noutro há quali-

dades naturais, que nada custaram aos homens; em ambos também, há trabalho que representa dispêndio de forças humanas. O vestido vemos claramente que não podia aparecer feito; a terra parece que saiu tal qual da natureza; mais é certo que as partículas do solo foram revolvidas pelo arado, ou pelas enxada; aí se lançaram adubos; numerosas regas as tornaram mais produtivas; tudo isto representa longos trabalhos como o vestido manifesta e resume o labor de quem colheu, fiou, teceu, e afeiçoou as matérias-primas. A terra é *feita* pelo homem, como um tecido, ou um móvel; a madeira tem propriedades naturais, que nada custaram; mas a cultura das árvores, e a construção de mobília gasta forças, e representa especiais trabalhos, que provieram de *certos e determinados indivíduos e por isso constituem propriedades individuais;* não são unicamente um sistema de forças gratuitas; vive e perpetua-se ali a obra dos operários, dos capitalistas, dos empresários, de todos quantos aí dispensam parte da sua vida. Que importa que o solo permaneça imóvel, e com aparência análoga à que sempre conhecemos nele?

A realidade é outra; porque onde havia somente algumas rasteiras plantas quase inúteis, hoje se acumulam as árvores, se ostentam as flores, se baloiçam as searas; a prosperidade do povo, que substituiu o deserto, é a prova mais clara de que a terra não é completamente a mesma, e que a inteligência assinalou aí sua gloriosa passagem; nessas escuras camadas a analise económica encontrará vestígios da obra do espírito humano, e esses vestígios são um dos fundamentos da propriedade individual. Para dizer com segurança que a terra nos foi dada gratuitamente, prove-se que a humanidade toda é uma louca enorme que lida há séculos e séculos, sem que tenha conseguido aumentar o préstimo do solo que pisa. Compra o proprietário as máquinas, reúne matérias fertilizantes e a esterilidade se transforma em precioso solo, ou a fecundidade se torna fertilidade; acorrem cidadãos laboriosos e com a própria ciência *instruem* a terra transmitindo lhe o esforço que o espírito dirige; vai nos vastos campos contínuo lidar, que se entranha no solo, para aí misteriosamente unir todas as forças naturais e conduzi-los a determinado fim; corresponde a terra com a abundância; é então que o colectivismo aparece para negar a obra do homem e afirmar que os campos assim transformados são economicamente iguais ao que foram antes da cultura!

Replicarão os internacionalistas: «Porém os primeiros homens tiveram a terra gratuitamente; nela podiam exercitar suas forças, dela colher frutos sem que entre eles e o solo viesse colocar-se o proprietário, que hoje os escraviza; essa escravidão é, portanto, anti-natural; só do arbítrio humano pode nascer; cumpre, pois, extingui-la».

Não é preciso extingui-la porque não existe; a gratuidade, qual foi nos primeiros dias da humanidade ainda hoje se conserva; quando o proprietário arrenda, um campo ele não pede a renda por causa da terra, qual era primitivamente, mas sim por via dos capitais que dispendeu em melhorá-la; da mesma sorte que o fabricante de tecidos recebe dinheiro

por eles, não por terem os fios a propriedade de servirem a certos fins, mas porque no fabrico do tecido se dispendeu trabalho humano.

Uns poucos de donos de prédios rústicos se dão à cultura deles; todos colhem cereais que levam ao mercado; estabelecem entre si a concorrência, como outros quaisquer vendedores; não fixam os preços acrescentando ao valor de seu trabalho o das propriedades naturais do solo, mas sim atendendo ao que lhes custou o produto; e se muitas vezes podem alcançar maior remuneração não sucede por diverso modo noutra qualquer espécie de trabalho, pois que em todas, ora se obtêm altos proventos, ora suficiente paga, ora avultado prejuízo; *as qualidades naturais do solo passam gratuitamente nas vendas, como passam a qualquer matéria-prima; só o trabalho humano está sujeito à flutuação dos valores porque também só dele pode provir o valor.* Nem sirva de dúvida o alto preço de algumas propriedades que produzem géneros de superior qualidade como o sucede como certos terrenos vinícolas; o mesmo fenómeno aparece em todo o vasto domínio industrial; qualquer fábrica remunera melhor os trabalhadores especialmente adestrados numa dada ocupação.

Se tantas razões não servissem a mostrar-nos o justo fundamento da propriedade territorial, e da renda; se não estivéssemos convencidos de que as qualidades naturais de qualquer objecto não as paga ninguém, e que as ondas do mercado somente se formam de trabalho humano, aí teríamos os factos para nos esclarecerem; os prédios rústicos, entre nós, não rendem mais do que as fábricas; e da propriedade urbana muita há que mal remunera os donos; agricultura passa também por crises, e a concorrência exercida no mesmo país, não raro faz declinar várias regiões; se, porém, a renda não fosse a remuneração do trabalho, o proprietário de terras devia ser sempre um homem excepcionalmente opulento.

Como a Internacional renova antigos erros, convém (ainda com risco de repetições desagradáveis) que examinemos cuidadosamente a fisionomia económica do solo; tomemos ainda um punhado de terra; e já que nos afirmam que é um elo de cadeia que prende os pulsos do operário, provemos que ali reside o sinal da libertação do homem.

Esse punhado de terra, que suporemos pertencente a terreno culto, não é o mesmo que há séculos; milhares de geólogos, de químicos de físicos e de agrónomos trabalharam perseverantemente para conhecerem as qualidades dos diversos terrenos, e acharem meios cada vez mais fáceis de obter os produtos agrícolas; centenas e centenas de mecânicos, aproveitando os sucessivos adiantamentos da matemática e das ciências naturais, lidaram séculos, inventaram e aperfeiçoaram máquinas agrícolas; de todas estas maravilhosas obras se aproveita mais ou menos todo o agricultor, pois que nenhum lavra, aduba, semeia e colhe como faria o homem nos primeiros dias do viver agrícola; e se a cada punhado de terra participa de tantas descobertas, se as lucubrações de numerosos

séculos assim vão até à mais humilde cabana levar poderosos auxílios, quem se apresenta em nome dos sábios, dos inventores, e dos vulgarizadores, a receber o foro perpétuo de sua perpétua colaboração? Ninguém o pede, ninguém o recebe, ninguém o dá. A concorrência apareceu entre os inventores, como existia entre os que trabalhavam segundo os processos ordinários; aqueles que a princípio usavam de suas descobertas como de segredos, tirando daí excepcionais proventos (justa parte de excepcionais inteligências e de profunda aplicação), esses mesmos lutando pacificamente entre si, as tornaram conhecidas, e destarte mostraram a toda a sociedade um novo meio de produzir mais facilmente! Assim, cada invenção revela um segredo da natureza, o qual aumenta o *fundo comum* da sociedade; qualquer pode aproveitá-lo, como aproveita o ar que passa, ou a água que vai correndo.

Newton chegou a formular a lei da atracção universal, *pensando sempre* nos fenómenos astronómicos segundo sua própria confissão; hoje podemos saber tal lei por qualquer livro elementar de cosmologia; assim os bens comuns da humanidade tem crescido prodigiosamente; as penosas lucubrações de nosso antepassados, o martírio dos santos da ciência, a luta do espírito humano com a matéria, fundaram a sociedade actual, e lhe entregaram grandes verdades, que recebemos com o mesmo trabalho que teríamos, se os livros, em que viessem escritas nos fossem dados por Deus no alto do Sinai.

Iludidos pela aparência, cuidam muitos superficiais observadores que da luta económica jamais pode resultar lucro para todos; se, porém, conseguirmos pôr em evidência que os sucessivos aperfeiçoamentos da indústria melhoram todas as classes, teremos provado uma das mais importantes harmonias do progresso, que na esfera do trabalho representa o espírito da fraternidade manifestado no plano providencial das evoluções humanas.

E para o provarmos, que mais nos é preciso além de factos muito vulgares? Por exemplo: aperfeiçoou-se a fabricação de um tecido, que outrora custava por metro tanto como um hectolitro de trigo; vendendo esta quantidade de cereal pode o lavrador obter hoje um metro e vinte centímetros; passado algum tempo, se aperfeiçoa a agricultura e o trigo custa menos a produzir; o fabricante, dando a mesma extensão de tecido (1,20 m) alcançará um hectolitro, mais alguns litros, 112 litros, por hipótese.

Qual é o resultado destes dois aperfeiçoamentos? Com o mesmo esforço que outrora, os dois produtores alcançam

1, 20 m de tecido
112 litros de trigo,

em vez de

1 metro de tecido
100 litros de trigo.

Houve, portanto, lucro para a humanidade em geral; se o mesmo trabalho obtém maior produção, cada indivíduo vale mais perante a natureza. Só a ignorância pode ver anarquia ou despotismo no libérrimo jogo das leis naturais, tão fecundas em benefícios para todas as classes.

O operário pede, o operário quer que a terra seja gratuita, como no princípio do mundo! E chama assim liberdade ao que seria completa escravidão! Pretende que a terra não tenha valor; que, portanto, ainda não fosse fecundada pelo capital; que os homens de hoje se reduzissem à existência primitiva, a qual, necessitando da luta continua com as inclemências do tempo, e com os próprios animais, era fatalmente dotada de instintos selvagens, únicos direitos dessa época por serem os únicos meios de obter subsistência!

Ainda hoje os internacionalistas podem encontrar a ventura da terra gratuita em quase toda a sua pureza, que se dirijam às sociedades incipientes; que vão aos povos onde a civilização não penetrou; aí lhes será fácil encontrarem vastos terrenos cuja posse imediata pouco lhes custará; mas essa vastidão, em vez de os elevar, há-de oprimi-los, enfraquecê-los, e dar-lhes a morte ou a loucura; improvisadamente levados de nações cultas para inóspitos lugares, uma nostalgia de nova espécie, a saudade da luz moral e do progresso, lhes converterá em sepultura o que julgaram que havia de ser duradouro e próspero trono mas se conseguissem libertar-se de tantos horrores, voltados à antiga sociedade haviam de conhecer o valor dela; que para saber a geração actual quais os bens que frui, lhe é indispensável estudar os males que sofreram seus antepassados.

Resumindo: a terra não é hoje como foi outrora. Transformou-a o esforço humano; mas actualmente ainda passam gratuitamente na troca as qualidades naturais do solo; acima delas representando enormes benefícios da civilização, e como herança comum, também são transmitidas a todos os homens descobertas realizadas por nossos antepassados; de sorte, que em vez de ter a civilização escravizado qualquer classe, a nenhuma deixou de facultar meios de viver melhor. Sendo cada objecto o efeito de trabalho cada vez menor, maior número de objectos pode obter cada indivíduo, e, conseguintemente, gozar mais.

Nem nos deixemos impressionar pela alta de preço de vários géneros, especialmente os alimentícios; além de que uma parte desse aumento é devida à maior abundância de metais preciosos, procede quase toda da mudança de relações económicas entre os campos e as cidades, e do menor progresso da agricultura, sendo também muitas vezes (embora se não tenha dado a devida importância a esta causa) o resultado de melhor distribuição das riquezas.(*)

(*) Poderíamos apresentar numerosas provas da baixa de preços; mas a pressa com que somos obrigados a concluir este livro só nos permite aproveitar uma nota que escrevemos num curso de economia política, ainda inédito, e no qual compendiávamos alguns

Não devemos deixar de expor uma distinção especiosa em que o internacionalismo baseia a propriedade colectiva: afirma o direito de gozar e possuir os frutos do trabalho; mas entende que o capital sendo simples instrumento do indústria, não produz de per si, e unicamente torna possível a produção; que, portanto, não deve impor leis ao trabalho, nem tem direito a remuneração porque não produz; portanto o sistema social deve ser de modo que assegure a todos o direito de propriedade individual, isto é, do resultado do seu trabalho, mas ponha à disposição da sociedade o que é património comum, os instrumentos da indústria. Assim a propriedade colectiva e a individual ficarão em perfeita harmonia, e o colectivismo imperará na esfera industrial.

Ignoramos a impressão que este argumento fez aos que o leram; não estranharemos que a muitos deixe inclinados um pouco em favor desta parte do internacionalismo; porém não é o fundamento dela mais seguro que o de outras anteriormente combatidas.

O colectivismo traz em si próprio a refutação iludindo-se com distinções erróneas, olvida que esses instrumentos de indústria são resultado evidente, incontestável, do trabalho individual; se pretende assegurar este, como há-de trazer para o fundo comum grande cópia de frutos dele? Que traiçoeira doutrina é essa que, havendo feito os máximos encómios ao trabalho individual, o ataca e o persegue e o espolia apenas é realizado?

É certo que, de per si só, o capital não produz: o papel, a pena e a tinta, de que me sirvo para traçar estas palavras, não podem de per si escrevê-las; porém se tal razão valesse alguma coisa, também o capital poderia dizer que tudo lhe pertence, porque sem maquinismos, ferramentas e utensílios é impossível toda a produção; em verdade, este argumento não merece as honras de fundador de uma escola onde o bom senso tenha entrada.

Se ao menos a propriedade colectiva pudesse dar ao trabalhador alguma esperança de felicidade...; mas não; quando o operário economizar, e obtiver ferramentas ou máquinas, o colectivismo dar-lhe-á a suprema ventura de as ver ir de sua casa para o fundo comum; empregá-las-á qualquer invejoso, ou qualquer pródigo, que não pode

esclarecimentos que sobre esta matéria nos dava o relatório de Miguel Chevalier acerca da exposição de 1862:

O sódio que em 1840 custava 1.260$000 réis por quilograma, vendeu-se em 1850 a 144$000 réis; em 1860 por 1$440, e 1$080 réis.

O sulfureto de carbono custava há vinte e quatro anos 36$000 réis; em 1862, 180; o alumínio baixou de 180$000 réis (preço de 1854) a 2160; fazendas de algodão de 480 réis, obtêm-se em tempo normal por 120; os merinos cujo preço era 12$600 réis o metro em 1805 não valem mais de 1$800; o cianureto de potássio baixou de 90$000 e 72$000 réis a 2$060 e 1$800 réis; o ácido sulfúrico vale hoje doze vezes menos que no fim do século passado, a lavagem de ouro na Califórnia obrigava à despesa de 13$500 réis por metro cúbico; hoje bastam pouco mais de 5 réis; uma máquina de vapor sistema Watt, e da força de 50 cavalos custaria com fornos, e chaminés, cerca de 18.000$000; compra-se hoje por metade.

admitir valor na virtude da economia, pois que julga que o capital vale tanto como o ar; o pobre trabalhador que viveu sobriamente para, ao cabo de alguns anos, montar oficina, conhecerá o erro em que caiu; ignorámos quem, no seio de tal sistema de harmonias, gostará de economizar, e capitalizar; sabemos, sim, que o colectivismo iguala a zero a importância do capital, ao mesmo tempo que o considera de muito valor para a produção; e que depois de se inclinar assaz reverente ao trabalho individual, pomposamente decreta, como admirável síntese, que é dos meus vizinhos, o que eu capitalizo, assim como (por compensação que não deixa de me agradar) é meu tudo quanto capitalizam meus vizinhos. Esta doutrina faz-nos lembrar um trabalho literário que, versando sobre a propriedade e expondo obscuramente uma teoria *nova,* inspirou a um espírito epigramático as seguintes palavras: ainda não compreendi, a não ser que o meu chapéu não é meu, assim como se me figurou que a doutrina do autor também não pertence a nenhuma inteligência.

E que diremos da pretensão de repartir a terra por associações operárias? Que esperam daí? A cultura mais aperfeiçoada? Faltam os capitais, os homens sabedores das práticas agrícolas, e a tendência para a associação. Quererão extinguir a concorrência? Dar-se-á entre associações como se realiza entre particulares. Pretenderão acabar com a propriedade? Pertencerá a grupos, em vez de caber a indivíduos; ou não pertencerá a ninguém, e tirar-se-á o estímulo ao trabalho, que é a esperança de aquisição. Ainda que todos fossem diligentes, como se haviam de repartir os produtos? A ser por igual, aquele que trabalhasse como dez não receberia mais do que o produtor de um. Se fosse conforme a obra, aí teríamos a desigualdade, origem da suposta anarquia. E quando os terrenos passassem a outras associações, como se avaliariam? Um dos congressos responde que se calcularia o aumento do valor! Aqui, temos, pois o reconhecimento de que no solo está a obra do capital, e de que a terra culta não pode ser gratuita.

Não menos insensato é atribuir a renda ao Estado como se fosse o único imposto; as contribuições são para pagamento de certos serviços que os membros de uma nação mandam organizar; a todos cabe pagá-las; impô-las somente na produção agrícola seria insuportável desigualdade.

Nem as máquinas escaparam às desconfiadas doutrinas do congresso de Basileia! Quer que o uso delas seja acompanhado de indemnização aos operários! Que diria a Internacional, que reputa óptimas suas próprias ideias, se lhe aplicassem tal doutrina? Obrigá-la-iam a indemnizar todos aqueles que fossem perturbados em seus interesses pelas novas doutrinas socialistas. Demais, se o operário deve ser indemnizado porque a máquina o desloca, a mesma razão assiste ao inventor para pedir indemnização àqueles que pretendem continuar no emprego dos antigos processos; assim a humanidade se cansaria em matar o progresso, em esmagar a inteligência, em condenar o desenvolvimento do

espírito humano, em obrigar todos os homens a esperar pelo último retardatário, que invocasse os derradeiros direitos da última imperícia! A Internacional lança olhar inimigo às máquinas, que são o fruto de todos os trabalhos intelectuais; que são característica do reino hominal; que resumem outras tantas batalhas em favor das classes pobres; que permitem a rápida diminuição dos valores; que elevam a força relativa do homem; que andam, enfim, a robustecer a camada de progressos materiais sobre a qual há-de erguer-se rapidamente a riqueza moral!

Quanto melhor procederia a Internacional se dissesse aos operários: Sem máquinas não há progresso; nelas se exprimem utilmente as mais altas lucubrações do espírito humano; sem ela, estaríamos reduzidos não só à miséria material, mas também à ignorância; graças a ela, irá sendo cada vez menos pesada a condição do homem; outrora, centenas de milhares de artífices não produziriam o que hoje faz uma só fábrica; e contudo, a soma do salário anual de poucas centenas de trabalhadores corresponde ao juro do capital suficiente para a fundação de uma grande manufactura; o que quer dizer que entre centenas de operários se distribui o que outrora irá repartido por muitos milhares. É certo que nesta concorrência dos braços do homem com as rodas, os êmbolos, e as caldeiras das máquinas, muitas vezes sucede serem despedidos da fábrica numerosos trabalhadores; nas não é menos verdade que o capital, economizado os salários por causa da introdução do novo maquinismo, vai animar outras indústrias, atrair a elas mais operários, porventura alguns dos que ficaram desempregados; ao mesmo tempo, a barateza, conseguida pelo uso de melhores processos, proporciona a maior número de famílias certos bens que até aí não conformavam com suas posses; não raro sucede produzir a baixa de preço tal aumento de consumo, que o fabrico do mesmo objecto é dentro de poucos anos suficiente para ocupar maior número de braços do que antes de introduzida a máquina.

Há, pois, um *mal passageiro e particular,* ao lado de um *benefício geral e perpétuo.* Havemos de trocar aquele pela enganosa esperança de extinguir este? Enganosa lhe chamamos, porque o mal da falta de trabalho não será extinto pela guerra às máquinas; antes subsistirá mais grave, porque, tirando ao homem o estímulo de se desenvolver abate-lhe o espírito e a decadência moral do indivíduo produz forçosamente a miséria. Pelo contrário, as lições terríveis, dadas pela concorrência das máquinas, esclarecem o problema, e indicam o remédio; elas dizem os funestos resultados da ignorância, da prodigalidade, e da imprevidência; elas conclamam que o operário deve aproveitar em instruir-se todo o tempo que puder; que lhe cumpre economizar quanto possível no dias de bom salário para aqueles em que é diminuto, ou nulo. Manifesto a todos o papel da economia, provado por factos impressivos que a *máquina da previdência extingue* os *males passageiros da introdução de todas as máquinas,* o homem dificilmente cairá na miséria, e à volta dos palácios da indústria não mais serpeará a torrente do pauperismo.

Também a herança foi combatida pela Internacional; sequiosa de igualdade, quer que todos gozem somente o que produzem; esquece-se de que a desigualdade não nasce dos testamentos, mas sim é inelutavelmente decretada pela natureza; não atende a que muitas das mais notáveis riquezas foram adquiridas e não herdadas, sendo até este facto um dos mais importantes caracteres dos grandes resultados da liberdade económica; dir-se-á que considera a riqueza pecuniária como a única deste mundo, porque só essa pretende tornar igual; todas as demais, que tantas e tão importantes são, parece que as não conhece; negando a herança, nega de certo a doação, o auxílio caridoso, é o próprio direito de educar filhos, de instruí-los, de alimentá-los, de vesti-los, é até de os amar, além de um certo grau igual para todos os outros indivíduos, pois que na instrução, na educação, no vestido, no alimento, e no amor vai uma parte da propriedade paterna, que influi sobre o futuro dos filhos, e que é verdadeira herança. O gozo que a mãe sentir em beijar suas criancinhas, em vinculá-las ao coração pelos afectos, em lhes cultivar o sentimento religioso, há-de ser interrompido por visitas domiciliárias de agentes internacionalistas, que venham examinar se a medida *igualitário legal* do afecto está cheia nessa casa, e se é um dever o acto de levar algumas gotas a outras moradas! E tudo isto se há-de fazer, não por caridade, não por expansão de nobilíssimo sentir, mas por um regulamento, onde se prescreverão as relações espirituais como os antigos erradamente prescreviam sobre os fios de cada tecido.

Seria baldado empenho (nem o pretendemos) negar a diferença de haveres; a todos é constante a distância económica entre a casa estreita do pobre, e os vastos aposentos do rico; mas não apliquemos a análise a medir somente essa distância: também sob aparência de prazeres pode viver a miséria moral, o desconforto da alma, a luta da consciência, a discórdia entre as diversas partes da família; ali a falta de objectos, que o pobre julga inteiramente supérfluos, é as vezes tão sentida como a de alguns alimentos nas habitações de infelizes operários; ali reiteradamente sucede que uma educação perniciosa constitui em necessidades urgentes o que unicamente deveria ser considerado como conforto, que acontecimentos muito vulgares podem arrebatar; ali, o hábito do luxo, inteiramente desacompanhado da noção teórica, e da prática do trabalho, fatalmente produz a decadência quando a solicitude em administrar se não torna ofício regular.

Nem deixemos de ter na devida conta duas verdades, que parecem desconhecidas; a primeira é que muitas vezes os ricos são simples administradores dos capitais que possuem; a segunda consiste em que a *capacidade de gozar é muito* menor do que parece.

Em verdade, os homens que amontoam capitais não podem empregá-los sem os confiarem da indústria, ou do comércio, ou da agricultura; vão, portanto, alimentar diversos ramos de trabalho, como

se pertencessem a uma banco; decorrem anos, e o proprietário se torna um cadáver; de tanta opulência deixa tudo à excepção da mortalha, do caixão e do túmulo; todos os poderosos senhores poderiam proferir aquelas palavras que um poeta da Alemanha pôs na boca de Napoleão, recebendo seu filho na sepultura:

«Mein Kind, das ist die Breite
Von meinem ganzen Land»

E os bens dos ricos ficam no mundo contribuindo para a produção, levados pela torrente circulatória aonde houver maior probabilidade de lucro, mas onde tanto podem encontrá-lo como a perda; esses bens entram nesta associação universal, a humanidade, em que todos somos sócios, em que todos mutuamente nos auxiliamos conforme nossas vocações, e nosso destino. Outras vezes o que amontoa dinheiro adoece de fadiga, e a sumptuosidade de seus tesouros só lhe rende o arrependimento das demasias de trabalho; outras ainda, vem a morte arrebatar-lhe os parentes a cuja prosperidade tencionava dedicar suas economias.

Suponhamos que o opulento não poupa, antes dispende prodigamente; a prodigalidade é o distribuidor de suas riquezas; lá se difunde com rapidez pelos que lhe fabricaram objectos; dentro de mais ou menos anos, a sua casa será presa da miséria. Se, porém, dispende muito, mas na medida de seus réditos, não se pense que a capacidade consumidora é tal que possa obter inúmeras satisfações; um gracejador inglês costumava dizer-se o verdadeiro proprietário da maior parte das fortunas dos lordes, pois que ele gozava a formosa vista de seus carros, de seus palácios e de seus adereços; conforme um conto alemão, um pobre homem agradeceu a um poderoso senhor as pedras preciosas que o adornavam; ao que este respondeu que se enganava, porque nenhumas lhe dera; replicou o pobre que o engano era do rico, porque a pedraria servia igualmente aos olhos de ambos, com a diferença de que o proprietário tinha o incómodo de a guardar.

Longe de nossa intenção, e até de nossos hábitos apresentar anedotas como profundos argumentos; recordámo-las pela verdade que há nelas sob forma popular; é, porém, indubitável, como já dissemos, que há um limite na *capacidade de gozar* este elemento da questão da propriedade, e da distribuição de riquezas não sabermos que tenha sido convenientemente apreciado sendo, contudo, assaz claro que a maior parte dos homens não tiram do que possuem todo o bem possível; os donos de sumptuosos gabinetes de pinturas, por exemplo, quantas vezes os aproveitam menos do que algum de seus amigos que os visitam? O mesmo se pode dizer de muitas outras manifestações da riqueza, maiormente enquanto os costumes quase obrigam a importantes despesas em sacrifício de puras aparências. Cada ser humano tem determinada faculdade de gozar, e portanto o gozo não ultrapassa cer-

tos limites; e se nos lembrarmos de que há muitos prazeres que a riqueza não conquista, melhor conhecermos que não só o problema da prosperidade humana é assaz materialmente posto quando se circunscreve à repartir bens que o dinheiro alcança, mas também que os proprietários de direito são naturalmente forçados a não tirarem de seus haveres senão uma parte do fruto que eles dão; se as diferenças de riqueza individual ou, como vulgarmente se diz, de fortuna, são muito grandes, por certo são muito menores as do gozo; pois que além de entrar muitas vezes maior infortúnio em habitações opulentas, do que nalgumas casas modestas, os capitais de um só indivíduo se distribuem por numerosas pessoas, que tiram benefício deles associando-os a seu trabalho; de sorte que, muito mais do que parece, a riqueza individual se espalha por toda a sociedade, é são muito menores, do que à primeira vista se imaginariam, as diferenças do bem estar.

Ainda levada pela ideia de falsa igualdade, assim como pela de guerra aos capitais, a Internacional votou uma resolução contra as sociedades cooperativas, quando se limitem a auxiliar pelo modo ordinário a classe operária; a Internacional quer que o capital não viva ali como em toda a empresa, e que tais instituições se convertam noutros tantos elementos de guerra aos capitalistas.

A sociedade cooperativa, já o dissermos noutro capítulo, é mais poderosa do que a caixa económica para estimular o operário a capitalizar; por isso desempenha importante papel; nesta qualidade está a sua recomendação especial; facilitando a formação de capitais, aumenta a concorrência, e conseguintemente distribui os lucros entre maior número de indivíduos. Habitua também o operário às dificuldades das empresas, apresenta-lhe de modo impressivo a aliança entre o capital e o trabalho, e mais cedo aproveita os espíritos empreendedores espalhados nas classes laboriosas.

Mas o conseguimento de tudo isto supõe que os cooperadores não desviam a sociedade de seus fins naturais, nem pretendem à realização de arrojados sonhos: se, por exemplo, as economias forem destinadas a sociedades de produção, os operários hão-de obedecer à um regulamento de fábrica, assim como as assembleias gerais dos bancos se subordinam aos estatutos; desde que rejeitarem qualquer direcção, suceder-lhes-á como a um exército, cujos corpos não obedecessem às ordens do comandante, é considerassem indignidade humana à própria disciplina.

Das sociedades cooperativas, consideradas como instrumento de guerra ao capital, já suficientemente escrevemos quando tratamos das *greves*.

Dos caminhos-de-ferro e telégrafos explorados pelo Estado, ou por companhias operárias, não temos de falar muito; basta dizer que os homens, por se destinarem a operários, não possuem virtudes excepcionais; hão-de fazer o que praticam as companhias ordinárias; não consti-

tuirão empresas com o fim de servirem o público pelo preço do custo, mas sim para lucrarem; o preço mais módico provém sempre da concorrência; podem os artifícios legais tomá-la maior num ramo de trabalho; porém faltará noutros; porque as leis não criam capitais, nem aptidões.

Também não nos ocuparemos da igualação económica e intelectual dos dois sexos; o problema é curioso; mas não achámos à tese fundamento fisiológico nem moral.

Temos analisado as principais doutrinas internacionalistas; poderíamos também procurar opiniões de membros da célebre associação nas gazetas em que publicaram as mais veementes acusações, devemos até dizer — as mais rudes calúnias, — contra o capital, contra o exército, contra a magistratura, e contra o clero; em vez de combaterem os monopólios de várias espécies que ainda se baseiam em inconveniente legislação, os internacionalistas desceram ao convívio, e por má ventura concitaram a alguns dos actos, que macularam o governo da comuna de Paris; mas essas páginas, escritas com ódio, condena-as a consciência do próprio escritor, quando algum tempo decorreu depois das horas de infernal inspiração em que as traçaram.

A história da comuna parisiense pôde, até certo ponto, mostrar-nos os resultados práticos das doutrinas divulgadas e defendidas calorosamente entre os operários; porém, não devermos considerá-la, já o dissemos, como totalmente produzida pela *Internacional;* é certo que esta associação cometeu o grave erro de não só louvar as aspirações dos *comunalistas,* mas também aprovar todos aqueles enormes atentados, que encheram de dor o mundo civilizado; porém a comuna de certo não nasceria, se o governo da França tivesse prudentemente evitado a guerra; apesar dos numerosos desastres das armas imperiais e republicanas, as forças da comuna eram menores que a dos restos do exército; aplicada toda a solicitude na livre discussão durante dezoito anos, a população parisiense teria adquirido ideias que melhor garantiriam à paz e o progresso, do que os esplêndidos planos de Hussman, e os *favores* da imperial majestade.

Empregada por muito tempo a repressão, as mais extravagantes ideias se desenvolveram nas trevas; espoliadas do direito de trabalhar, isto é, de se exercerem nas lutas do pensamento formaram monstruosos produtos intelectuais, que no dia do juízo final do império não podiam deixar de manifestar-se em terríveis actos. Que ideia pode fazer dos negócios públicos aquele a quem proibiram o emprego de muitos meios de análise, e a quem contestaram o direito da publicidade?

A comuna de Paris é lição para a democracia, e para os conservadores ou retrógrados. A democracia mostra os escolhos de que deve fugir, os crimes que lhe cumpre evitar, e os erros que podem desvairá-la. Aos anti-liberais apresenta os resultados de um sistema, que tinha por fundamento o governo pessoal.

Julgando, portanto, de probidade histórica distinguir entre as cenas de vandalismo, e os actos que exprimem um corpo de doutrinas, mencionamos em seguida o objecto dos principais decretos da comuna: — Abolição do recrutamento, e obrigação de serviço na guarda nacional, imposta aos cidadãos válidos. — Separação da Igreja e do Estado; supressão do orçamento dos cultos, pelo tesouro; incorporação dos bens das corporações religiosas nos próprios nacionais. — Abolição do juramento político. — Supressão de trabalho nocturno nas fábricas; proibição de impor multas a operários e outros empregados públicos e particulares. — Supressão de muitos jornais. — Constituição de sociedades cooperativas, que explorassem as fábricas abandonadas, estipulando-se, para o caso de voltarem os donos, as condições de cessão definitiva e indemnização. — Destruição da coluna da praça Vendôme e da casa de Thiers. — Registo do trabalho em todas as administrações, isto é, relação dos operários sem trabalho, e dos mestres que os procuram. — Proibição da mendicidade.

Tais foram os actos em que o governo de Paris manifestou seus princípios. Atendendo às circunstâncias excepcionais, vê-se que seria impossível pôr em obra a felicidade imaginada pelos modernos socialistas; mas, ao menos, deviam os decretos mostrar qual a organização do trabalho desejada pelos membros da comuna; porém seus escritos nada nos revelam; a população que esperava da comuna a salvação da França, tão somente sustentou efémera guerra civil e escreveu com o facho incendiário a sentença proferida pelas más paixões; os factos mediram a distância entre a facilidade de traçar planos e à dificuldade de os executar.

Conhecidas as loucuras económicas e políticas da comuna, vejamos seu programa administrativo: eis aqui alguns períodos de um de seus papéis oficiais:

«Paris quer a autonomia absoluta do município, estendida a todas as localidades da França e assegurando a cada uma a integridade de seus direitos. Os direitos do município são: o voto do orçamento municipal, receitas e despesas, fixação e repartição do imposto, direcção dos serviços locais, de polícia interior e do ensino; administração dos bens municipais; escolha, por eleição ou concurso, dos magistrados e funcionários municipais de todas as ordens; garantia absoluta da liberdade individual, da liberdade de consciência e da liberdade de trabalho; intervenção permanente dos cidadãos nos negócios municipais pela livre manifestação das suas ideias e a livre defesa de seus interesses; organização da polícia urbana e da guarda nacional. Paris nada mais pede como garantia, ficando bem entendido que a administração central, delegação das comunas, realizará os mesmos princípios; mas, em favor de sua autonomia, reserva-se operar como entender, dentro de sua circunscrição, as reformas administrativa e económicas reclamadas pelo povo, criando instituições que desenvolvam e propaguem a instru-

ção, a produção, a troca e o crédito, e universalizem o poder e a propriedade.

A unidade, qual no-la impôs o império, é a centralização despótica, inteligente, arbitrária, e onerosa. A unidade política, segundo a vontade de Paris, é a associação voluntária de todas as iniciativas locais, o espontâneo concurso de todas as energias individuais».

Esta doutrina é análoga à de Proudhon, a qual já suficientemente analisámos; contém verdades de ordem administrativa unidas a erros económicos; a teoria da descentralização reconhece como suas muitas das palavras do plano comunalista; a imparcialidade irá até recomendá-las a publicistas e estadistas: acrescentando, porém, que as instituições económicas aconselhadas pela Internacional contradizem o espírito descentralizador.

## XIII

## *Conclusão*

A humanidade progride; as revoluções sociais são inventáveis e necessárias; a história ensina que baldados têm sido os esforços de todos os dominadores para evitarem as evoluções económicas e políticas; não há um só momento em que o ser humano deixe de trabalhar para sucessivas transformações; porém, da mesma sorte que há períodos em que o solo melhor nos patenteia seu labor interno, seu poder maravilhoso, também de longe em longe esta obra incessante se torna mais sensível. Na actualidade não são os internacionalistas os únicos agentes revolucionários; também o partido liberal, quer o denominem democrata, quer o julguem defensor de não sabemos quantos *radicalismos,* combate em prol do desenvolvimento individual; quebrado o modelo que a França oferecia a algumas nações latinas, estas reconheceram melhor que a ideia da soberania nacional tem de aparecer não somente em raros plebiscitos, ou violentadas eleições, mas também nos diversos graus da hierarquia política é administrativa. O Estado-tutor tende rapidamente a converter-se em Estado-gerente; a ideia de autoridade concilia-se melhor com a de liberdade: os monopólios declinam; a concorrência toma todos os trabalhos e sujeita-os a suas salutares leis. Cada indivíduo, cada município, cada distrito, progressivamente se aproxima de representar a união da liberdade com a responsabilidade. Velhos preconceitos, e interesses pertinazes se opõem à reforma; porém a necessidade dela se torna cada vez mais imperiosa; a agitação que vai por toda a parte obrigará a reconhecê-la como vínculo de amizade e de paz entre os que agora se combatem.

Fora das nações latinas a opinião liberal alcança novas forças. Os trabalhadores da Grã-Bretanha vão mostrando que compreendem as leis naturais da sociedade; embora seja Londres a sede do conselho da

Internacional, foi Paris a sede da comuna; embora na Inglaterra haja tantos e tão numerosos *meetings* e poderosas sociedades operárias, a livre discussão prepara as reformas, ainda aquelas que contrariam os interesses da aristocracia. Na Alemanha, o desenvolvimento das ciências lança as bases de profundas alterações; e na Áustria, a legislação feita para a Hungria abriu caminho à autonomia de outros povos.

A revolução não é somente política e económica; é também religiosa; encontramo-la no próprio limiar da igreja católica; a declaração da infalibilidade do Sumo Pontífice dividiu os fiéis: na Alemanha é já considerável o movimento anti-infalibilista; e os esforços de Roma para restaurar a antiga influência do pontificado sobre os governos temporais talvez impulsem muitas nações a instituírem a liberdade da Igreja no seio dos Estados; então a piedade será mais sincera, e o sentimento religioso aparecerá com vigor nas relações sociais. O estudo das ciências cada vez mais profundo e rigoroso reflectiu-se no domínio das crenças religiosas; a uns inclinou para o triste e escuro materialismo; outros confirmou-os na convicção da existência de Deus, e do destino do homem para uma vida superior à que têm no globo terrestre; a humanidade necessita uma espécie de *renascença* do sentimento religioso, a qual corresponda a todos os progressos das ciências, e, a bem dizer, os harmonize e coroe; a libérrima discussão auxiliada por novos e poderosos instrumentos de análise, chamará todas as inteligências para a cultura das relações com o Criador; assim dirigido o espírito, nos negócios transitórios imperará menos qualquer mesquinho interesse do que o nobre e sublime pensamento da observância do dever e da defesa do direito; não sabemos quão largo será o período em que o *senso comum* será consideravelmente superior ao actual; mas na agitação que vai por toda a sociedade vemos causas de grandes transformações, porque ela representa admirável poder.

É nestas épocas de combate que as forças se engrandecem, e os erros perdem parte de sua influência; as ideias socialistas fizeram progredir a economia política: sem elas, talvez o génio de Bastiat produzisse frutos vulgares em lugar das *Harmonias;* em quanto a França foi dominada por Napoleão, nenhum livro assinalou análogos progressos; hoje a economia política é obrigada a vulgarizar-se, a tornar cada vez mais compreensíveis suas verdades, e a corrigir erros que ainda contém.

Muitas pessoas hão-de supor que valendo mais aquela ciência do que as doutrinas internacionalistas, e sendo muitas destas assaz perniciosas, convém impôr-lhes silêncio; deplorável meio de ensinar! Se da mesma sorte procedessem todas as escolas, não poderiam sair delas senão sábios falsificados; pois que nunca lhes haviam permitido expor as dúvidas que inevitavelmente os embaraçavam, mais tarde esta cruel educação daria os envenenados frutos da hipocrisia, ou do servilismo, se não rebentasse em pavorosas revoluções; nem os amigos de medidas preventivas devem olvidar que na organização dos Estados há

muito que corrigir; que nas escolas públicas nem sempre são ensinadas as melhores doutrinas; e que, portanto, não é a vida presente um modelo tão perfeito que ninguém deva tocar-lhe, nem discuti-la, nem pedir amplas reformações.

Nós, os portugueses, por exemplo, havemos de dizer que é salutar e racional o nosso organismo político? Apaixonar-nos-emos pelo primeiro grupo que abusar do poder para alcançar maioria? Amaremos cegamente a hereditariedade das funções legislativas, ou o processo eleitoral que tantas vezes sacrifica os direitos dos cidadãos aos interesses da facção dominadora? Amedontrar-nos-á a simples probabilidade de se tirar ao Estado a faculdade de distribuir mercês honoríficas? Tremeremos ao pensar que se desfaz a suprema influência do poder executivo sobre o legislativo? Cuidaremos que se perde a nossa pátria quando as ministérios não conseguirem viver do régio favor, ou quando uma revolta vergonhosa não obtiver do chefe do Estado elogio e prémio? Haverá quem pense que no baterá à porta a miséria quando os representantes do povo negarem aos governos as mais amplas autorizações, ou condenarem abusos em lugar de os absolverem? Julgarão os portugueses que pioraremos quando apagarmos no orçamento quaisquer verbas, correspondentes a exagerada influência do Estado no negócios do município ou do distrito? Ou que as indústrias perigarão se extinguirmos todos os privilégios?

Bem sabemos que a Internacional não nos ministra ideias novas, e superiores as já conhecidas, para organizar racionalmente o Estado; mas sem a oposição dela talvez a política tendesse para a corrupção, e os partidos não compreendessem que é preciso tratar de mais alguma causa do que decidir a quem há-de pertencer o mando; em lugar de se guerrearem por mesquinharias, definir-se-ão claramente diante dos grandes problemas políticos e económicos; levantarão e defenderão com honra a sua bandeira cultivando a verdade, segundo a compreenderem, com espírito recto e coração patriótico, a fim de que seu procedimento não fundamente severas acusações contra a ordem estabelecida.

Portugal necessita entrar no estudo das questões que agitam a Europa; o nosso movimento literário é, porém, tão vagaroso, que não devemos desprezar todo o estímulo de progresso; esse estimulo é a concorrência, é a discussão de quaisquer alvitres; quando o internacionalismo tentar invadir-nos, confundamo-lo com o esplendor da nossa razão; saibamos ganhar prosélitos como ele, e envergonhemo-nos de ter sido tão pouco produtiva a nossa capacidade que, por exemplo, um dos mais importantes negócios que no ano de 1871 agitaram a Academia Real das Ciências foi... a eleição do presidente!

Concedamos ao internacionalismo quanto lhe devemos conceder por amor da liberdade: reconheçamos-lhe o direito de apreciar nossas doutrinas, e nosso procedimento; de emprestar gratuitamente seus capi-

tais; de fundar bancos de troca, armazéns onde os objectos sejam vendidos pelo preço do custo, e fábricas onde a igualdade do salário seja um facto; que dano resultaria daqui? Desejáramos nós quem nos emprestasse dinheiro sem juro, e trabalhadores óptimos que somente quisessem um salário como o de qualquer transportador de terra; se alguma causa temos a lastimar é que estas empresas tenham de durar pouco; mas ao menos os empresários compreenderão depois a economia política, em vez de a denominarem pouco honrosamente. A perda será seu professor.

Se alguém nos disser que todas os metais tem direito a ser ouro, e que a natureza as criou iguais; se nos alegarem que uma química espoliadora comete a crime de considerar o ouro diferente do cobre, ou do ferro, não poderemos convencer nossos adversários, e atraí-los para os nossos princípios alcançando a feitura de uma lei, ou a expedição de uma portaria (processo mais adaptado aos hábitos sinceramente liberais da política portuguesa), na qual se imponha silêncio aos defensores da igualdade metálica; de bom aviso seria deixar que os crentes na virtude do cobre minuciosamente o analisassem e experimentassem; que o pusessem de combinação com outros corpos; que, finalmente, seguissem o caminho que leva da ignorância à ciência.

Nem fique por dizer que nas próprias regiões oficiais há um pouco de socialismo; já não falamos do que o orçamento revela em muitas de suas páginas; referimo-nos a alguma causa mais grave: ao ensino oficial; numa compêndio de ciência financeira, para uso da universidade, encontramos citado com elogio um trecho de Rousseau, que é verdadeiramente socialista, e que se refere à organização do imposto! Consideram-se ali autoridades importantes em sintelologia o citado Rousseau, e B. de Saint-Pierre! Num livro de economia política, premiado há poucos anos pelo governo português, trata-se a questão das máquinas como a trataria Sismondi; sobre liberdade de comércio estabelece-se uma distinção gasta e perigosa! Num compêndio de filosofia de direito falta-se concisamente de umas certas lesões, e de uma *equivalência de valores,* que nos parecem vizinhas do socialismo. Noutro, anteriormente publicado, a economia política é ainda mais ofendida. Quando na literatura oficial, apesar do mérito e ilustração dos que nela figuram, achamos vestígios de internacionalismo, temos razão para pedir que antes discutamos, do que impunhamos nossas ideias.(*)

E que juízo formará da questão quem, levando a análise mais longe, tomar conhecimento das opiniões individuais? Trave o menor debate, e verá que os argumentos vulgares de muitos que atacam o

(*) As obras a que nos referimos são as dos srs. Jardim *(Estudos de direito financial)*, Ferrer, Rodrigues de Brito *(Filosophia do Direito)* e Rebello da Silva *(Economia Política)*. É evidente que o nosso fim não é negar o mérito destes escritores, mas sim mostrar que a Universidade de Coimbra e o Conselho Geral de Instrução Pública também foram um pouco socialistas.

internacionalismo não são tão correctos, que mereçam qualquer mercê régia pelos serviços prestados à ciência; pelo contrário há muitas pessoas que são internacionalistas... sem o saberem; não queremos dizer que o sejam totalmente; só afirmamos que empregam um misto de economia pública e de socialismo em doses que diferem segundo sua ilustração e inteligência.

Quantas pessoas, que se têm na conta de inimigos do internacionalismo, esperam do Estado benefícios que ele não sabe, nem pode difundir pela sociedade? Quantas julgam que dos poderes nacionais depende toda a prosperidade dos povos? Assim o espírito público se abate, se amesquinha, e as ideias políticas obstam aos progressos da liberdade.

E que diremos da errada noção do trabalho? Buscai-a nos hábitos, e na educação; acredita-se mais numa carta de estudos, do que num ofício; ou se não se acredita, sacrificam-se os filhos aos preconceitos sociais; as vocações são desprezadas, e os seres humanos, violentados desde princípio, vão formando uma população de pretendentes sem mérito. Daqui resultam dois males igualmente graves: o primeiro é a decadência de muitas casas, que poderiam passar prósperas a filhos activos e ilustrados em qualquer mester, a segunda é que às indústrias faltam homens que poderiam engrandecê-las por sua especial educação, e comunicarem úteis noções a seus companheiros. A agitação social não contribuirá para distribuir melhor os indivíduos segundo suas vocações? Cremos que sim: a este alvo convergem os progressos da ciência e da arte, que demandam maiores conhecimentos na indústria, as associações operárias, a liberdade política, que rapidamente funde todas às classes, e a própria renovação do sentimento religioso, o qual muito coopera na destruição de todas as distinções que não são fundadas no saber e na virtude; por isso vemos na agitação social mais alguma cousa do que os crimes da comuna, ou a pueril defesa da propriedade colectiva.

Em última análise: respeitemos a liberdade de todos, e só reprimamos e combatamos corajosamente aqueles que tentarem violar nossos direitos. Que o socialismo brade contra a *burguesia* como possuidora de capitais; com o tempo há-de reconhecer, (como já dizia Chevalier em 1848) que o mal não está no capital, mas sim na escassez dele. Que organize sociedades cooperativas; aí conhecerá a missão das máquinas, e do capital, convertendo-se as doutrinas económicas; siga dedicadamente o mutualismo, já que não pode compreender que a solidariedade está na própria organização natural; após essa concepção das relações económicas, virá outra que mais aproxime da verdade. Que os internacionalistas censurem todos os erros de qualquer governo; será mais uma voz em favor do progresso. Que analisem quaisquer vícios dá educação actual; será mais um passo para a prosperidade comum. Em troca de tudo isto queremos somente... iguais direitos. Que o ope-

rário respeite as opiniões alheias, em vez de as caluniar; que considere seus próprios actos, e estude a parte que tomem na infelicidade que o aflige; que não levante dentro das próprias classes laboriosas as distinções mais desumanas; que o oficial não trate rudemente o aprendiz, castigando-o com crueldade ou carregando-o de trabalho. Que o cumprimento dos deveres domésticos lhe mereça maior cuidado que o vício, e a devassidão; que seja carinhoso para com sua mulher e seus filhos, pelo menos ao mesmo tempo que exigir atenções de outra qualquer pessoa; que seja pontual no serviço, e não carregue com a preguiça os gastos de produção, ou o labor de seus companheiros; que não queira igualar a vida do homem laborioso e económico à daquele que na voragem de loucas despesas lança quanto ganha. Que não espere da passagem dos capitais de umas a outras mãos a transformação social; essa transferência não determinaria a perfeição dos novos possuidores; não é de uma conta de companhia que resulta a felicidade humana. Que se subordine as condições do progresso, e ponha todo o empenho em progredir também, a fim de que possa acompanhar a marcha social. Que se não julgue abatido por viver do salário, pois que salário, sob uma ou outra forma, recebem quantos trabalham; a soma paga em juros, por exemplo, e o salário da herança, que transmitiram todas as gerações anteriores, e da economia, que a actual vai realizando. Que harmonize suas queixas contra a sociedade e a pureza de seu procedimento, e respeite todos os direitos, os quais são outras tantas forças de civilização.

Nem o operário creia que as associações são úteis senão quando organizam forças, livremente concertadas; toda a opressão que houver no seio delas será um princípio deletério; associação mais vasta da que todas a quantas o homem tem dado estatutos, é a do mercado, que compreende todas as nações; a Providência lhe pôs leis, que devemos estudar de preferência a pobres sonhos; ali é permitida a entrada de quantos trabalham; ali são remunerados os esforços, conforme o préstimo social. Esta liberdade de trabalhar, esta completa concorrência, ame-a fervorosamente o operário, porque é ela quem permite que os Cobdens e os Lincolns, e os Franklins subam as posições sociais, que seu mérito lhes marca; ela preside a luta da espécie humana, pela qual o indivíduo sucessivamente se aperfeiçoa, e nas novas qualidades adquiridas tem um seguro contra o risco de voltar a civilizações atrasadas(*); é no campo dessa luta que os falsos sistemas são reduzidos a seu justo valor; ao passo que expulsos daí se transformam em instrumentos de guerra.

(*) Num artigo já citado acerca de Karl Marx lemos que a sua doutrina é o *fourierismo* correcto e aumentado pela crítica darwiniana; parece-nos, porém, que no mundo social é a concorrência que representa a *força electiva* e dá lugar à eleição natural. A frase concorrência *vital* é de Darwin, o qual não deixa de citar o economista Malthus.

* *
*

Outrora o ideal da humanidade foi a pobreza; instituições numerosas o representaram; porém dentro de breve tempo se reconheceu que esse ideal não compreendia todos os fios do homem; porventura, reagindo contra tão pernicioso pensamento, o amor da riqueza o substituiu a ponto de ser confundida com ela a felicidade; as diferenças de haveres foram apontadas como causa do infortúnio de muitos; acreditando-se que o mal não podia estar no plano divino, cuidou-se que a repartição das riquezas extinguiria os sofrimentos. Examinando o internacionalismo, e procurando conhecer no misto das suas teorias o facto-princípio que explique a formação delas no entendimento de muitos operários, pareceu-nos encontrá-lo especialmente na crença de constituírem a igualdade e a riqueza o bem estar humano: daí vem o considerar a Internacional como outras tantas injustiças o juro, a propriedade do solo, a introdução de máquinas e até a parte do capital nas sociedades cooperativas; na esfera política, a descentralização advogada pelo internacionalismo é um instrumento que abate as diferenças entre as localidades; finalmente a perseguição aos lucros, e até as ideias de Bakounine são modos de representar o referido princípio. Se o moderno socialismo fosse inspirado tão somente pelo princípio da igualdade, não revelaria um progresso da inteligência de certas camadas sociais; porém junto desse princípio achamos outro, que merece atenção; é o do individualismo; o operário repugna a entrar em combinações políticas, indigna-se quando julga que especulam com ele, e procura no esforço próprio a sua felicidade; é certo que ignora muitas leis da produção e da troca; mas acaso as sabia antes do moderno socialismo? Não; agora, ao menos, principia a analisar-se melhor, e a conhecer uma propriedade da sua organização.

Se nos dessem o seguinte problema: determinar o tempo dentro do qual um indivíduo, que pouco pode estudar, há-de conhecer pela experiência as leis do trabalho humano, teríamos de responder que não éramos aptos para achar a solução, nem o problema estava formulado precisamente; mas sabemos que a humanidade não descobriu no primeiro dia a omnisciência, e que ainda hoje sabe pouquíssimo; portanto o erro é o antecessor da verdade. O socialismo ainda não chegou a transformar-se na economia política; porém já se não volta para o Estado pelo mesmo modo, já não procura nele o proteccionismo, e a beneficência; forma do trabalho unia ideia mais elevada; e embora o leve por caminho errado, não vive em regiões tão afastadas da verdade; alguns anos de experiência, e compreenderá as leis económicas muito melhor, do que se o obrigarmos a viver na região das quimeras. Conhecerá que a felicidade não consiste na igualdade, e que a ventura perfeita não a há na terra; sem o princípio do individualismo o espírito dos internacionalistas ficaria abatido pela experiência e prefeririam tal-

vez a servidão, ou a pobreza à liberdade e à opulência; com aquele princípio, saberão que o desenvolvimento das faculdades é o verdadeiro fim da nossa existência terrestre; convencidos de que o mal é nosso companheiro inevitável reconhecê-lo-ão talvez como um portentoso processo que, adaptando-o para regiões superiores, deixa na terra, como sinal sublime de vistas providenciais, o progresso da humanidade.

O internacionalismo, bem o sabemos, dirige-se a outro alvo; mas qual foi à época em que o homem trabalhou conhecendo o último fim a que suas obras se destinavam? Cristóvão Colombo descobriu a América pensando que acharia um caminho para a Índia; era o novo mundo necessário à civilização: o resultado das ilusões de Colombo harmonizou-se com o plano providencial do progresso; o internacionalismo sonha cidades douradas e enormes riquezas materiais; são elas à sua Índia; após os sofrimentos da viagem encontrará um mundo que não previa; mas se o proibir-nos de pensar na existência de uma Índia fantástica, e lhe tomarmos a embarcação em que pretende navegar tormentosos marés, talvez não possamos alcançar desde já as vantagens do comércio com um novo mundo.

# *ÍNDICE*


Pág.

I Introdução ..... 5

II O problema da distribuição de riquezas. Tentativas de fundação de uma sociedade cosmopolita de operários em 1840, 1841 e 1860. A exposição de Londres em 1862 ..... 8

III As Trades-Unions. Um meeting a favor da Polónia. O manifesto dos operários franceses nas eleições de 1863. Opinião de Proudhon. Característica da sociedade moderna. Revolução francesa. Revolução de 1820. Consequências ..... 13

IV O meeting a favor da Polónia, e os delegados da indústria francesa. Mensagem dos ingleses. Aspirações políticas e económicas dos operários. Pacto fundamental da Internacional, e programa do futuro congresso. Funda-se a agência de Paris. Karl Marx ..... 19

V Agência da Internacional em Paris. Trabalhos de conferência de Londres em 1865. O trabalho intelectual e o manual. Erro fundamental do Internacionalismo. O que são as classes laboriosas. O congresso de Genebra ..... 27

VI O congresso de Genebra. O fim da Internacional. A gratuidade do crédito. Refutação desta doutrina. Identidade entre a remuneração dos trabalhadores e a dos capitalistas. A gratuidade do crédito seria a aniquilação do progresso. Erros da Igreja acerca do juro ..... 35

VII A mulher e a família. Relação íntima entre este assunto e as transformações sociais. A instrução. Distinções e analogias entre a sociedade anónima e a cooperativa. Erro fundamental do moderno socialismo sobre este ponto. Doutrina de Proudhon acerca do mutualismo. Insuficiência de seus argumentos. O mutualismo económico e político ..... 42

VIII O mutualismo pretende substituir as actuais formas de associação. Exemplo desta doutrina: uma companhia de seguros, e uma companhia de proprietários. O mutualismo de Proudhon seria o despotismo. A harmonia da concorrência. As formas políticas e económicas, e sua influência

sobre o progresso humano. O mutualismo inverte completamente a questão social ..... 50
IX O socialismo e suas aspirações políticas. O mutualismo é incompatível com a descentralização, conforme a entende a escola liberal. Últimas consequências da descentralização. Concorrência entre os particulares, município, distrito e o Estado. Tendência da humanidade para este ideal, revelada pela história. A comuna e os acontecimentos que a originaram ..... 57
X As *greves*. Análise da doutrina dos delegados franceses. Causas e efeitos das coligações. Exame de cada uma das causas. O preço distribuindo-se por todos os colaboradores. A moeda exprimindo a associação e a solidariedade entre os homens. Limite fatal das exigências dos operários. Resultado da concorrência dos trabalhadores. Conselho aos operários. *Greves* que podem alcançar bom resultado. Harmonia desta análise com a doutrina dos preços. O que seria o mundo económico se houvesse greve geral. Custo de várias *greves*. Resultados profícuos das Trades-Unions .. 65
XI Continuação da história da Internacional. O recrutamento, o imposto indirecto e o proteccionismo. Resolução do congresso de Genebra. Planos de organização de sociedades de trabalho e de comércio. Os fabricantes de bronzes em Paris e a Internacional. A greve de Roubaix. Manifesto acerca da guerra entre a França e a Prússia. Congresso de Lausanne. Resoluções mais notáveis. Defesa da abolição da herança internacionalista. Manifestações políticas ..... 83
XII Resolução do congresso de Bruxelas. A associação internacional da democracia socialista. O Congresso de Basileia, e a propriedade territorial. O que é a liquidação social. Conferência de Londres em 1871. Análise da propriedade do solo. As máquinas. A abolição da herança e seus resultados. Exame da propriedade em geral. Os actos da comuna ..... 92
XIII Conclusão ..... 107

# CRISE MONETÁRIA E POLÍTICA DE 1876

## CAUSAS E REMÉDIOS

*Proporcionemos à extensão das nossas desgraças a grandeza do nosso sentimento do dever e da intensidade dos nossos esforços. Tenhamos confiança em nós mesmos; e traduzamos esta confiança pela energia do nosso trabalho, pela constância da nossa cordura, e pela solidez das nossas convicções.*

(Miguel Chevalier, no Colégio de França, em 14 de Julho de 1871)

# I

## *O Mercado monetário no princípio de 1875. Exemplo de delirante entusiasmo dos que tinham dinheiro disponível ou pareciam tê-lo. Fenómenos económicos e políticos: a opinião pública é favorável ao gabinete.*

Estávamos no princípio de 1875. Ia-se volvendo, segundo as indicações do calendário, aquele primeiro mês, cujo nome vem de Jano. Desta importante figura dos anos da mitologia romana se conta que tinha a faculdade de conhecer o futuro tão bem como o passado; veio-lhe este dom sobrenatural por presente de Saturno, o qual, expulso dos céus por Júpiter, encontrou nas terras daquele rei o acolhimento que lhe negavam lá nas alturas. Houve então naquela porçãozinha do mundo uma época de inaudita ventura, uma verdadeira idade de ouro: favores de deuses a povos por intermédio de réis da fábula.

Em Portugal, que também pode trazer nas veias algum sangue de Jano, porque somos todos da raça latina (à parte maior ou menor dose de plebeísmo ou de aristocracia) — em Pórtugal, no mês de Janeiro de 1875, havia grande actividade nas praças portuguesas; apesar do tempo correr frio, a temperatura financeira estava muito alta. Parecia ter também vindo a elas algum Deus, não como aquele de que fala o Novo Testamento, não como o fundador do cristianismo, o que se rodeou de gente pobre, o que morreu pela revolução moral que fez no mundo; mas sim um Deus fabricante de ouro e prata, senhor de minas, e com jeito para redigir programas de sociedades anónimas. Se este Deus fazia lembrar a vida sublime de Jesus, era somente por causa do esposo de Maria, o qual, atenta sua profissão de carpinteiro, bem podia fazer muitos bancos.

Ouçamos a linguagem dos factos, e vejamos se o Saturno veio a devorar os filhos, e a ser causa de saturnais. Eis uma notícia publicada no *Comércio do Porto*, de Janeiro de 1875:

«Abriu-se ontem às 10 horas da manhã, e encerrou-se às 2 horas da tarde, a subscrição para o Banco Comercial de Guimarães. *Foi tão*

*grande a afluência de subscritores, não só nesta cidade como na província, que não tem sido possível até agora saber qual é a soma a que se elevou a subscrição.»*

Pouco depois, verificou-se que as acções subscritas eram:

| | |
|---|---|
| No Porto | 639.747 |
| Em Braga | 169.881 |
| Em Guimarães | 473.572 |
| | 1.283.200 |

O depósito de dinheiro, como *sinal* entregue pelos subscritores, montou a cerca de 3.208 contos de réis.

A comissão instaladora, impressionada favoravelmente pelo acolhimento que os capitalistas fizeram ao seu modesto anúncio, resolveu elevar o capital a 600 contos; mas, ainda assim, teve de conceder somente:

Um quarto da acção a quem subscreveu de 1 até 25.

Meia acção aos subscritores de 26 a 50.

Uma acção aos de 51 a 100. E assim por diante, até que os de mais de 1.200 recebiam 3/4 por cento das que assinaram.

Não investiguemos se a lei permite emitir quartos de acções; o que há de mais importante nestes acontecimentos é o desembaraço, o arrojo, o valor com que se apresentou o capital. Parecia ofendido de que lhe pedissem tão pouco; só o Porto depositou logo 1.600 contos.

Todos sabem que não foi esta a única instituição de crédito fundada naquele tempo; a afluência de subscritores não se explicava pelas vantagens reais de fundar um banco onde podia ser útil à indústria e à agricultura, como aquele a que agora nos referimos; o capital acudia vertiginosamente a qualquer parte onde havia sociedades anónimas a fundar, e especialmente bancos, ou onde se contraíam empréstimos do governo. Ao mesmo tempo as inscrições subiam, os costumes da Bolsa propagavam-se como a modas, o jogo em fundos espanhóis tornava-se prodigioso, e Portugal era proclamado aqui e no estrangeiro como nação que realizava admiráveis progressos. O diário das câmaras mostrava que a parte pensante do país apoiava e acompanhava com suma alegria esta sumptuosa evolução da sociedade portuguesa. O diário oficial inseria as cotações também oficiais, cada vez agradáveis, mais auspiciosas, e quotidianamente assegurava aos súbditos que Suas Majestades e Altezas, estes penhores sagrados da nossa liberdade e independência, tinham perfeita saúde. Éramos todos felizes. Possuíamos um rei sem doenças; tínhamos inscrições altas, caminhos-de-ferro, empréstimos, dívida flutuante, bancos, e um governo seguro de si e do seu *deficit*, apoiado pelo país e possuindo a plena confiança da coroa, o que era prova de que o ministério trabalhava pela felicidade de nós todos.

## II

***Circunstâncias penosas de muitos subscritores de sociedades anónimas. Mal estar de várias províncias no meado de 1875. O ano termina com aspecto de prosperidade, e 1876 começa com feição risonha. Opinião do governo acerca da riqueza pública. Crise de Maio. Empréstimo por obrigações dos caminhos-de-ferro do Minho e Douro. Mais uma vez, o mercado monetário é favorável ao governo. A crise em Agosto. Medo, e terror pânico dos credores.***

Um ano decorreu; um ano só. Tinham-se suscitado certas dúvidas nos próprios capitalistas acerca da administração pública, e da solidez dos bancos. Vários títulos baixaram; algumas sociedades anónimas tinham ficado em mero projecto; falara-se em dificuldades de efectuar entradas; gerências houve que julgaram indispensável adiar a cobrança; celebraram-se reuniões, e deram-se passos significativos de estreiteza de recursos; ainda mais: as colheitas tinham sido más em várias regiões, e o grito da miséria já se ouvia.

Em Julho de 1875, escreveu a *Gazeta do Algarve*: «De dia para dia se desvanecem as esperanças que ainda houve de alguma colheita de figo. Tem pecado quase todo e sido sacudido da árvore pelas imensas nortadas, que não deixam limpar as magras eiradas, arrojando a grande distância *a palha, que neste ano é preciso ajuntar como se fôra ouro.* Os proprietários têm mandado vender os porcos que tinham nas fazendas, a ver se assim conseguem colher algum triguinho que sobre dos quinteiros. Não há memória de tamanho desastre.»

O *Jornal de Viseu*, de 27 de Junho do mesmo ano, escrevia: «Estamos ameaçados de um ano de fome! A seca prossegue a passos agigantados. As ventanias continuam esterilizando tudo. As searas de milhos nas terras altas estão quase perdidas, e as dos baixos terão a mesma sorte. Corre que as casas de *prego* estão já vergando sob o peso de grande quantidade de objectos que constantemente ali vão ser depositados.»

Outra folha dizia, em 2 de Julho: «Os carregadores abriram já em Aveiro o preço ao sal novo. Causa dó referir a cifra a que chegou, por que os pobres marnotos não tiram para pagar aos criados. O preço estabelecido são 5$000 réis o barco de quase seis moios. A razão disto é não haver quem o tire, porque a barra não dá fácil entrada e saída a navios ainda de pequeno lote, e os pobres marnotos não podem remir-se senão vendendo por tão diminuto preço.»

Mas apesar de todos estes factos, além doutros que, por abreviar, não mencionamos, como, por exemplo, a falta de água; e apesar de ser pouco para inspirar grande confiança o conjunto dos fenómenos económicos revelados pelos balancetes dos bancos, permaneciam sintomas de prosperidade. Vários empréstimos públicos, aliás avultados, realiza-

ram-se em condições relativamente excelentes. Os títulos de dívida pública subiam. Aumentava-se a extensão das vias férreas. Construíam-se estradas mais do que permitiam as autorizações parlamentares. Mantinha-se a reserva, e a maioria do público português continuava gastando como quem estava convencido que éramos verdadeiramente felizes sob o ponto de vista económico.

O poder executivo acudiu ao Algarve conforme pôde e soube: naquela província os clamores da gente infeliz diminuíram; o norte do reino foi abastecido de milho. Os marnotos passaram o ano conforme Deus e eles souberam. No começo de 1876 e já nos fins de 1875, tudo era aparentemente sólido e próspero aos olhos de muitos observadores.

Eis o que pensavam os homens competentes:

«O resultado das operações do tesouro realizadas depois da última sessão legislativa, a subida dos nossos fundos, e o aumento dos rendimentos públicos, são uma prova do melhoramento, cada vez mais importante, das nossas finanças.

O progresso económico do país acompanha o progresso financeiro do tesouro de um modo que a todos é patente, e que não carece de demonstração.

A nossa situação financeira é favorável, e o nosso futuro auspicioso. Se acontecimentos IMPREVISTOS não vierem perturbar o regular andamento dos negócios e interromper o desenvolvimento da riqueza do país, *deveremos ter começado a amortização da nossa dívida consolidada* muito antes do longínquo prazo em que a reversão para o estado da propriedade dos caminhos-de-ferro concedidos às companhias nos traga a posse destes importantes valores. *Poucos países na Europa vêem hoje, como o nosso, a sua situação financeira em caminho tão próspero, e diante de si um futuro tão lisonjeiro.* (Relatório do Sr. Ministro da Fazenda, apresentado à Câmara dos Senhores Deputados em 11 de Janeiro de 1876.)

A imprensa ministerial falava por modo análogo. Um dos mais solícitos defensores da administração fazendeira deste gabinete exclamava com júbilo: «Finaliza o ano de 1875 de modo financeiramente auspicioso, e não parece legar aos vindouros dificuldade de nenhuma espécie».

Outra autoridade, e esta irresponsável: é o discurso da coroa, peça parlamentar sempre de grande sizudeza e alcance político, filha do amor dos povos, e do inalterável empenho da coroa em trabalhar para o bem nacional com auxílio da Divina Providência. Aí se lêem as seguintes consoladoras palavras: «*A prosperidade crescente dos diferentes ramos de actividade nacional tem feito mais produtivos muitos dos actuais impostos, e dispensa o país de novos sacrifícios.* Com acertada economia nas despesas, que não prejudique os serviços e progredindo no desenvolvimento da riqueza pública, iremos sucessivamente melhorando as nossas condições económicas e financeiras.» (Chefe do Estado, no discurso de 2 de Janeiro de 1876). O primeiro destes dois períodos era afirmação solene da confiança do gabinete no estado solidamente

feliz de Portugal. O segundo (que tem a extraordinária vantagem de servir para todos os tempos e de ser aplicável quer à Turquia ou à Pérsia, quer a Portugal ou à China) — o segundo período mostrava que o governo esperava que durante o novo ano continuasse em análoga progressão a actividade do capital e do trabalho.

Prova indiscutível de que estávamos nas mais invejáveis condições, era a seguinte nota:

Preço dos fundos portugueses

| | | Internos | Externos |
|---|---|---|---|
| Em 30 de Junho ..... | 1870 | 32,87 | 34 |
| » 31 de Dezembro ..... | 1870 | 33,78 | 33 |
| » 30 de Junho ..... | 1871 | 36,12 | 35,75 |
| » 31 de Dezembro ..... | 1871 | 40,25 | 39 |
| » 30 de Junho ..... | 1872 | 44,55 | 43,25 |
| » 31 de Dezembro..... | 1872 | 44,11 | 43,50 |
| » 30 de Junho ..... | 1873 | 45,01 | 42,875 |
| » 31 de Dezembro ..... | 1873 | 45,50 | 45 |
| » 30 de Junho ..... | 1874 | 47,86 | 47,75 |
| » 31 de Dezembro..... | 1874 | 47,71 | 48,75 |
| » 30 de Junho ..... | 1875 | 50,90 | 53,125 |
| » 31 de Dezembro ..... | 1875 | 51,95 | 55 |

O governo assegurava: «*Este preço deve aumentar ainda no corrente ano, visto que preponderam as mesmas causas que o tem sucessivamente elevado; e que nem para as despesas ordinárias, nem para as extraordinárias, que se acham previstas, se apresenta a necessidade de emitir novos títulos de dívida consolidada, nem mesmo de alienar os que constituem reserva do tesouro*».

Os relatórios dos bancos não estavam todos completamente de acordo com estes juízos. Falavam alguns como quem desconfiava da solidez de parte das transacções; porém a confiança nos actos e nas palavras do governo pareceu manter-se inabalável da parte do que estamos costumados a denominar maioria do país: as câmaras apoiavam-no com entusiasmo, ou coisa que o valia; os mercados monetários, internos e externos, davam-se por satisfeitos. Nem os prejuízos em fundos espanhóis, e a baixa do preço de acções de bancos novos causaram impressão notável no público. As negociações de bolsa faziam-se como se fôssemos nação de vastos recursos; exemplo: no mês de Fevereiro, durante 12 dias, houve transacções sobre fundos espanhóis no valor de 366 milhões de reais na praça de Lisboa. A capital podia ter pouquíssima água, consumir poucos alimentos azotados e viver sobre um foco de infecção; mas, ao menos, seria difícil encontrar terra onde

relativamente se arriscassem tão grossas somas; era um jogar que parecia mais de príncipes, que de gente laboriosa com haveres provenientes do trabalho próprio.

Embalde a comissão de fazenda na câmara alta lavrou um parecer onde se dizia que a situação era grave, posto que não assustadora, e impunha aos poderes do Estado o dever de serem económicos e escrupulosos na administração da fazenda. Não era o Sr. Bispo de Viseu que assinava isto. Eram amigos do governo. Ignoramos se o executivo os ouviu. Se os julgou visionários, fez como o mercado; as inscrições conservaram o seu valor; mais autorizados do que palavras de políticos pareciam ser os preços dos título, esta expressão correcta do bom senso de tantos compradores deles, segundo o pensar do mesmo bom senso.

Mas, quando entrou o mês de Maio, faliram algumas casas da praça do Porto, outras suspenderam pagamentos, e houve corrida aos bancos; generalizou-se o receio de que o mal grassasse com rapidez; porém algumas conferências em Lisboa, um telegrama assegurando que viriam *prontos e eficazes recursos*, finalmente a remessa de dinheiro e os empréstimos a quem mais parecia carecer deles, — tudo fez de novo crer a muitas pessoas que apenas fora acidente efémero o que tinha parecido princípio de grande calamidade. As folhas ministeriais afirmaram inalteravelmente que o país voltara ao estado normal. Os títulos de dívida pública e os de algumas sociedades anónimas sustentaram-se na alta. A par destes factos persistia o baixo preço, e até a decadência do valor de outros papéis de crédito; numerosos jornais insistiram em que a crise não havia passado.

Quem tinha razão? Muitos capitais portugueses continuaram a afirmar que o ministério via perfeitamente os fenómenos. Tanto era cheio de sinceridade a opinião do gabinete, que abriu no país a subscrição para a 4ª emissão das obrigações dos caminhos-de-ferro do Douro e Minho. Tanto era cheio de franqueza o falar dos possuidores de dinheiro disponível, que logo correram a confiá-lo ao tesouro. O governo queria vender 41.380 obrigações; o público repetiu quase o que fez aos instaladores do banco de Guimarães: achou pouco, e entrou pelas repartições do Estado, com mãos cheias de ouro, e até foi necessário recorrer à polícia para que o amor das obrigações de caminhos de ferro não ofuscasse o amor das costelas próprias e alheias. Os mercados portugueses subscreveram 414.037 daqueles títulos, ou 37.263.330$000 réis nominais[1]. Quem não teve a dita de assinar, ou de

[1] Resultado da subscrição:

| | Subscritores | Obrigações |
|---|---|---|
| Lisboa | 2.337 | 315.932 |
| Porto | 1.318 | 95.207 |
| Braga | 706 | 2.195 |
| Viana | 478 | 754 |
| | 4.839 | 414.088 |

obter quanto queria, ofereceu prémio. As inscrições subiram em Londres. O *Times* designou-as entre os títulos que eram procurados, apesar da depreciação dos fundos estrangeiros em geral.

Três meses depois, quando estava quase chegado o vencimento de empréstimos contraídos em Maio por vários bancos e banqueiros, novas dificuldades surgiram: e apenas o Banco do Porto, o Comercial de Viana e a casa Carmo, Sobrinho & C.ª suspenderam pagamentos, a desconfiança tornou-se tão grande e tão geral, que aí vimos subitamente embaraçados, tolhidos em seus movimentos, e impossibilitados de cumprir seus deveres, quase todos os nossos bancos. Poucos dias antes, formulavam-se ásperas censuras contra o Banco de Portugal por não continuar prestando socorros aos que os obtiveram dele no mês de Maio; os factos, porém, vieram mostrar que não tinha forças para salvador no estio que fora como salvador tão adorado na Primavera. Ele também precisava de ser salvo. As proporções fantasticamente divinas desapareceram; ficaram as forças sinceramente humanas, que permitem fechar as portas, e até pedir, sendo preciso, o auxílio da polícia.

As inscrições baixaram a 45; venderam-se títulos que não era costume levar ao mercado; as acções de algumas sociedades anónimas não obtinham sequer cotação; e particularmente chegaram a ser vendidos por 9$000 réis valores nominais de 50$000, que pouco antes davam 45$000 réis. Outros foram ainda pior recebidos. As notas do Banco de Portugal sofreram desconto. Entre particulares, ofereceram-se a preço ínfimo títulos pagáveis dentro de breve prazo.

O pânico dos credores foi tão grande em 1876 como o tinha sido em 1874-1875 o entusiasmo dos subscritores; não se haveria manifestado maior, se os bárbaros de qualquer região estivessem já invadindo o país, e cada português se apressasse a deixar a pátria legando-lhe o pó dos sapatos e levando consigo a coragem de credor e o dinheiro de cosmopolita precatado. O pobre do senhor D. João VI, grande parte da

Um dos mais ilustrados escritores ministeriais dizia assim: «O resultado da 4ª emissão das obrigações veio confirmar o que tínhamos dito com relação à recente crise monetária. Este resultado foi tão satisfatório como o das três emissões precedentes, o que prova a existência de avultado capital disponível. Estranho seria, na verdade, pensar que uma prosperidade relativa, mas atestada por factos incontroversos, tinha desaparecido porque falira uma casa que tinha arquitectado uma fortuna fantasmagórica sobre o jogo de fundos espanhóis, porque suspenderam os seus pagamentos duas ou três casas de segunda ordem no Porto, e porque o pânico dos primeiros momentos fez retrair temporariamente os capitais mais tímidos do giro habitual dos negócios.»

E mais tarde: «Os depósitos dos bancos não se têm ressentido da subscrição. Se alguns destes estabelecimentos se conservam ainda um pouco cautelosos nas suas operações de desconto, provém isto de causas anteriores, que todos conhecem. A última crise produziu um desequilíbrio que levará algum tempo a desaparecer totalmente; mas como a crise não afectou de nenhum modo o crédito do Estado, a última emissão de títulos do tesouro não podia também agravar ou prolongar os efeitos da crise, como havia quem receasse.» (28 de Junho).

nobreza e algum povo não tiveram maior medo em 1807, quando vieram cá os franceses. Em breves dias era já outro o aspecto do mercado monetário: chegava de fora algum dinheiro, e sabia-se que estavam partindo para aqui avultadas quantias. O governo dava a miraculosa receita da moratória; numerosos homens de negócio mostravam confiar plenamente nas notas de todos os bancos. As folhas afectas ao ministério afirmavam, além de outras coisas, que o doente estava já na mais segura e risonha convalescença; para apressar a aquisição da saúde, saíam à luz novas disposições legalíssimas, explicando a moratória, louvando as associações comerciais, e facilitando a certos bancos a mobilizações de títulos de dívida pública. As inscrições subiram de novo, e com pressa, envergonhadas de se terem assustado. Os mercados estrangeiros continuaram a cotá-las quase como se Portugal tivesse dado provas de grande prosperidade; a Inglaterra, tão hábil em comércio, e que todos têm na conta de grande conhecedora das nossas condições económicas, procedeu a respeito do tesouro português nestes dias de susto monetário, como se o pânico fosse puro gracejo.

## III

### *Conclusões. Porque a opinião do mercado monetário acerca dos negócios públicos não inspira inteira confiança. Exame dos factos. A dívida flutuante e o deficit. Reiteradas e notáveis contradições entre as mais solenes promessas do gabinete e o mais evidente curso dos acontecimentos e dos actos dele. Ilusões do público acerca da influência dos novos caminhos-de-ferro no progresso da receita.*

Tais foram os factos. Formam parte da matéria do nosso estudo. Não temos de negá-los, mas sim de analisá-los. Encarados no conjunto, revelam-nos claramente:

1º — Que a indústria bancária, e outras para as quais o capital concorreu avidamente, a fim de se unir sob a forma de sociedade anónima, foram a principio considerados como assaz lucrativas.

2º — Que foi geral a opinião de que o país entrara numa quadra de excepcional prosperidade, e a gozaria longo tempo.

3º — Que se concertavam autorizadas manifestações da vida nacional para fazer crer que o público atribuía ao governo actual parte importante dos bens que fruíamos.

4º — Que as instituições de crédito se multiplicaram demasiadamente, e o mercado em breve reconheceu o erro que praticara; mas, em vez de impedir de pronto o desenvolvimento de nocivas consequências, deixou que fossem chamadas prestações para as quais não havia dinheiro disponível.

5º — Que ao través dos dois profundos abalos por que passaram as praças portuguesas em Maio e Agosto de 1876, o crédito público e também a confiança neste ministério pareceram manter-se quase inalteráveis.

Não desconhecemos as acusações formuladas pela oposição política; havemos também escrito reiteradamente contra o gabinete; mas todos os factos nos dizem que a maioria dos capitalistas, cujas transacções e cujo pensar influem na cotação dos títulos, confiou, e à hora em que escrevemos parece confiar ainda no gabinete.

Infelizmente, esta confiança não é bastante para nos assegurar no poder executivo excelentes qualidades. Esta confiança vem até certo ponto daqueles mesmos que sustentaram durante algum tempo a formação de bancos, e sociedades anónimas; daqueles mesmos que correram e suaram, que se empurraram e se apertaram para ter acções de companhias; daqueles mesmos que pouco depois conheceram o mal que haviam praticado e não tiveram força para o extinguir na origem; em vez de o extinguirem, aumentaram-no arruinando-se e arruinando o país; esta confiança vem daqueles mesmos que sendo subscritores, isto é, donos da casa, não tiveram iniciativa suficiente para desfazer desde logo os estabelecimentos que eles não podiam manter.

Seríamos, pois, demasiadamente crédulos se puséssemos inteira fé na sua opinião; pois que já uma vez se mostrou tão errada, vejamos se tem sido mais esclarecida acerca do estado das nossas finanças e da actual administração.

Necessitaria um livro o exame por menor destes dois pontos; somos, porém, forçados a não parar diante deles senão alguns instantes.

Ponhamos brutalmente de lado a questão da moralidade, e da liberdade na política. Olhemos o vasto organismo nacional como essencialmente destinado a fazer subir os fundos, e a acrescentar o que se denomina riqueza material. Uma das funções do governo deveria ser neste caso: diminuir os encargos perigosos para o tesouro, aumentar-lhe os recursos, libertá-lo de dívidas, e, sendo possível, formar um fundo de reserva para casos de prejuízos extraordinários na fortuna pública.

Tem o gabinete conseguido, ou procurado conseguir tudo isto ?

Respondem os documentos oficiais:

1º — *A dívida flutuante cresceu quase sem interrupção*, ainda que o gabinete conhecia e declarava os perigos dela: «*A dívida flutuante*, que, nas circunstâncias em que temos estado, tem sido um recurso necessário e inevitável, dizia o Sr. Fontes, *não deixa* contudo *de ter os mais graves inconvenientes, e pode ser origem de dificuldades quase insuperáveis num momento dado*. Absorvendo uma grande parte do capital disponível no nosso mercado, e afastando-o do comércio e das indústrias, inutiliza duplicadamente um poderoso instrumento do progresso,

não só porque desvia do mais útil emprego as somas imobilizadas no tesouro, como porque *faz elevar o preço do dinheiro para todas as aplicações, em virtude de uma concorrência com a qual é impossível competir. Nas praças estrangeiras a dívida flutuante tem inconvenientes e perigos não menos graves, colocando sobretudo o governo numa posição pouco digna, à mercê da especulação e de acontecimentos imprevistos, que podem até comprometer seriamente o país.*» (Relatório apresentado à câmara dos deputados, a 3 de Fevereiro de 1872.)

Não temos que acrescentar a esta opinião lucidamente exposta. O governo conhecia os perigos graves que trazia a dívida flutuante, e os horríveis males que causava a todos os ramos de trabalho; mas aumentou-a agora como a havia aumentado em 1867, depois de também haver exposto os perigos dela. Olhemos para os algarismos:

1º Período

| Datas | Dívida flutuante |
|---|---|
| 13 Setembro 1871 | 12.180.803$147 |
| 31 Dezembro 1871 | 14.668.746$440 |

2º Período

O governo contrata um empréstimo com a casa Erlanger (24 Junho 1872). Recebe cerca de 3.469 contos de réis. Em 31 de Dezembro, a dívida flutuante era ainda igual a 13.748.133$586 réis. Em 7 de Janeiro de 1873, o governo dizia assim: «Com uma operação financeira, destinada a consolidar a dívida flutuante, poderemos considerar a situação financeira do país não só isenta de todo o perigo, mas tão sólida como nunca o esteve desde o estabelecimento de regímen constitucional.»

Mas, apesar de tão boas palavras, não se pense que a dívida flutuante se convenceu de que não devia crescer. Neste segundo período achamos os seguintes algarismos:

| | |
|---|---|
| 31 Dezembro 1872 | 13.748.133$586 |
| 30 Junho 1873 | 16.418.558$990 |

3º Período

O tesouro contrai em boas condições o grande empréstimo nacional, que produziu cerca de 16.000 contos de réis[1]. Era esta a operação que devia tornar verdadeiramente sólido o estado financeiro do país.

[1] Produziu 16.263.106$811 réis segundo o relatório de 12 de Janeiro de 1875. Produziu 15.599.781$617 réis, segundo o relatório de 19 do mesmo mês, feito o encontro de juros do 1º semestre de 1874.

Os documentos oficiais dizem-nos ainda o seguinte acerca da mesma espécie de dívida:

| | | | |
|---|---|---|---|
| 30 Junho | 1873 | (não consolidada pelo empréstimo) | 212.452$139 |
| 30 Junho | 1874 | | 2.107.012$430 |
| 31 Dezembro | 1874 | | 3.682.900$000 |
| 30 Junho | 1875 | | 3.653.500$000 |
| 31 Dezembro | 1875 | | 5.284.450$000 |
| 30 Junho | 1876 | | 6.595.500$000 |
| 31 Julho | 1876 | | 7.195.550$000 |

Assim, enquanto à dívida flutuante, o governo promete acabar com ela; mas aumenta-a.

2º — *O deficit não foi extinto.* Houve tempo em que diminuiu; mas, apesar do acréscimo do produto dos impostos, apesar deste aumento haver excedido os próprios desejos do gabinete, o desequilíbrio financeiro não desapareceu. Em 7 de Janeiro de 1873, o gabinete apresentou várias propostas financeiras, por meio das quais, além de outros recursos, esperava a completa extinção do *deficit.* Algumas dessas propostas não foram aprovadas; apesar disto, o progresso natural da receita foi tão grande, que no mesmo dia de 1874 o gabinete dizia aos senhores deputados: «O estado da fazenda melhorou consideravelmente durante o último ano. Este melhoramento resume-se nos dois seguintes factos: o aumento das receitas *que nos permite calcular a extinção completa do deficit,* e a consolidação da dívida flutuante, que torna mais fácil e desassombrada de dificuldades a gerência financeira.»

O próprio governo vinha mais tarde provar que novamente se enganara nas suas previsões. No relatório de 12 de Janeiro de 1875, se lê o seguinte:

«Pelas contas da gerência do tesouro, relativas ao último ano económico de 1875-1876, veréis que a receita total ordinária e extraordinária foi de 26.179.032$046 réis, e a despesa de réis 28.479.322$398, resultando à primeira vista um *deficit* de 2.300.300$352 réis.» Em seguida, o governo pretende provar ao país que, em vez de *deficit,* houve até saldo positivo; é porque houve despesas especiais e extraordinárias que importaram aproximadamente em 2.445 contos. Foram as que constam deste quadro:

| | |
|---|---|
| Dívida de juros atrasados à Junta de Crédito Público ... | 874 contos |
| Reserva chamada às fileiras ..... | 736 contos |
| Praças, além de 18.000 ..... | 92 contos |
| Cavalos, além do número fixado no orçamento ..... | 28 contos |
| Exposições de Londres e Viena ..... | 33 contos |
| Estradas, despesa extraordinária ..... | 229 contos |
| Construção de ramais no caminho de sueste ..... | 190 contos |

| | |
|---|---|
| Doca de Ponta Delgada | 83 contos |
| Hospital Estefânia | 8 contos |
| Penitenciária | 60 contos |
| Cais e pontes da alfândega | 42 contos |

Este quadro era acompanhado pelo seguinte dizer: «Subtraídas estas verbas, resultaria não só a extinção do *deficit*, mas ainda um saldo positivo. Não vos ocultarei que, segundo a minha opinião, uma parte destas despesas extraordinárias deverá ainda repetir-se em alguns anos seguintes, se continuarem as circunstâncias ocasionais que as motivaram.»

Assim temos: *deficit* à primeira vista; saldo positivo à segunda vista; *deficit* à terceira vista. Estas três vistas encerram-se numa só: desequilíbrio financeiro de 2.300 contos, como resposta dos factos às reiteradas promessas de equilíbrio feitas solenemente pelo governo. O Sr. Fontes disse uma vez na câmara que não se deviam fazer os cálculos acerca do Estado como se fossem contas de caixeiro. Estas são das que os caixeiros não fazem, sob pena de serem despedidos.

Quiséramos ser breves; mas é indispensável demorarmo-nos um pouco no exame do quadro de despesas e das opiniões do gabinete. Vejamos quanto vai de ilusório nestes documentos oficiais.

Quando se trata de calcular aproximadamente o *deficit* no seguinte ano, o ministério conta com todas as receitas, mostra bem quanto cresceram, e termina com a frase animadora: *o deficit* vai ser desta vez extinto. Esquece então que novas despesas podem porém vir agravar a situação do tesouro; nem sequer conta com gastos que dependem dos seus planos administrativos, como o chamamento da reserva, as exposições, a penitenciária, as estradas, etc.; como se tudo isto ainda não fosse censurável, o gabinete põe de lado os encargos de juros atrasados; abstrai assim de elementos importantes; e acerca de felicidades fundadas em erros de escrituração faz anúncios pomposos como se a realização dos seus programas só pudesse ser impedida por força maior. Passado um ano, quando os erros têm de ser confessados, inventam-se as primeiras, as segundas, e as terceiras vistas; as vistas do cosmorama financeiro passam rápidas; o contribuinte paga; o tesouro estraga; e o espectáculo repete-se, apesar do alto preço da experiência!

Não param nisto os tristes enganos que adormeceram ou fascinaram grande parte do país; quando se enumeram as virtudes governativas, diz-se que o gabinete mantém a paz, que apresenta desenvolvidas as forças militares, que aumenta a viação, que... não há mais virtudes fundamentais: há, porém, ainda uma consequência: robustecer o crédito. Mas, quando se trata de explicar o *deficit*, enumeram-se principalmente como desculpa várias despesas com o aumento das forças militares e com a viação! As virtudes no elogio passam a servir de obstáculo ao equilíbrio financeiro na exposição dos acontecimentos! Não nos atreve-

mos a dizer que tudo isto é ridículo; sabemos só que o país há-de sofrer muito por se ter enganado tanto.

Pode um actor aparecer no palco cénico entrajado ora de um, ora de outro modo; represente hoje numa comédia de Molière, e apareça-nos amanhã numa tragédia de Shakespeare; diga-nos agora opiniões opostas àquelas que ontem foi obrigado a declamar com entusiasmo; ganhe louros dando vida aos monumentos literários. Mas a administração da fazenda nacional não é simples empresa de espectáculos. E os perigos amontoam-se quando a ilusão ou a leviandade ocupa o lugar que devia caber ao exame luminoso dos factos, e à exposição sincera deles.

Era nesse mesmo relatório de 1875 que o gabinete repetia a promessa de extinguir o *deficit*. Referindo-se aos cálculos orçamentais, escrevia desembaraçada e alegremente: «*Isto provoca quanto modestamente e pelo seguro são calculados os nossos orçamentos de receita, e justifica plenamente a suposição de que um deficit de 600 a 700 contos de réis será geralmente coberto pelo excesso da receita efectiva sobre a que é calculada*».

A 11 de Janeiro de 1876, novo desmentido que o governo dava a si próprio: «Se na gerência do último ano económico foi ainda necessário recorrer à dívida flutuante na importância de réis 1.636.487$570, foi este facto unicamente devido a algumas despesas extraordinárias». E pouco depois: «O *deficit* de 1876-1877 é calculado em 735.925$772 réis. Mas... crescendo as receitas muito mais que aquela soma, será o *deficit* orçamental sobejamente coberto e excedido pelas receitas deste ano, e o equilíbrio do rendimento e despesa do tesouro ficará no ano futuro assente em sólidas bases».

A nota da dívida flutuante e os factos já corridos até hoje mostram que, mais uma vez, o governo prometeu o que não pode realizar. E sucedeu isto apesar de ser tão grande o desenvolvimento da matéria colectável, que os rendimentos do tesouros excediam a expectativa do governo. Os nossos cálculos de receita são modestos, e inferiores à realidade, exclamava contente o gabinete. Mas as despesas eram imodestas; o país teve de paga-las, e o desequilíbrio financeiro não foi extinto. Debalde os capitais portugueses auxiliaram o tesouro; debalde se consolidou a dívida flutuante; ela tende a aproximar-se nova e rapidamente do que era em 1873. Tantos esforços baldados! Tanto trabalho quase perdido, a não ser a experiência que dele resultou e que há-de ficar como lição severa, como aviso aos próprios homens opulentos.

3º — É inegável que o governo aumentou as fontes de receita, ampliando ou modificando alguns impostos; porém, os trabalhos mais importantes a realizar neste ramo de finanças, tais como a reforma das tarifas aduaneiras, do imposto predial, do de consumo, etc., foram apenas o objecto de leis de secundário valor. O que havia de difícil não o empreendeu, apesar da paz em que vivemos, do longo tempo que tem estado com a gerência do país, e da grande maioria que o tem apoiado.

O aumento das receitas, provenientes dos impostos, vê-se da seguinte nota:

| Anos | Receitas | Aumento |
|---|---|---|
| 1870-1871 | 15.414 contos | — |
| 1871-1872 | 16.365 contos | 951 |
| 1872-1873 | 17.433 contos | 1.068 |
| 1873-1874 | 19.615 contos | 2.182 |
| 1874-1875 | 20.936 contos | 1.321 |

O próprio governo escreveu: «Do importante aumento da receita dos impostos nos três anos anteriores ao último, somente a menor parte foi devida às novas leis tributárias. Porém, o aumento no último ano é mais para notar, porque, não se tendo criado outros impostos, é todo devido ao crescimento da matéria tributável e ao melhoramento da cobrança.»

Não desconhecemos o auxílio que a viação presta ao desenvolvimento das indústrias; e o governo, mais de uma vez, aludiu aos esforços que fez para a rápida construção de estradas ordinárias e caminhos de ferro; mas, sem negarmos tudo isto, ainda aqui se nos depara mais uma ilusão em que o público tem vivido; as vias de comunicação não se aprontam de um para o outro dia; e geralmente a sua influência exerce-se pouco a pouco. O ministério entrou em Setembro de 1871; já em 1871-1872 a receita cresceu 951 contos, e em 1872-1873 subiu 1.068 contos; a progressão manifestou-se antes que fosse possível sentir-se no imposto o auxílio prestado ao trabalho por cuidados especiais com a viação. Os próprios caminhos-de-ferro, de que tanto se tem falado, e cuja continuação nós também desejamos, tem por enquanto pequena extensão, e abriram-se ainda há pouco. O do Douro e do Minho foram principiados em 1873; a circulação neles começou em 1875. A extensão do 1º era de 38 kilómetros, e a do 2º era de 54; não podiam contribuir para o acréscimo da receita do estado até ao fim de 1874-1875, senão por haver maior número de operários empregados neles, e pelas transacções que a sua construção demanda.

E seria perigoso admitir doutrina contrária a esta; teríamos de a ver logo desmentida por factos de muita significação: as linhas ao sul do Douro são muito mais extensas que as do norte; cerca de 278 kilómetros de Lisboa a Badajoz; 229 do Entroncamento ao Porto; 154 do Barreiro a Beja; etc. Ora quando estas linhas estavam concluídas, e sendo o gabinete composto do Sr. Fontes e correligionários seus, houve uma crise financeira, em lugar de manar das vias férreas inesgotável riqueza. Tínhamos o Sr. Fontes e a viação; tínhamos no parlamento, a apoiar o gabinete, a *parte pensante* do país. O poder moderador depositava inteira confiança no ministério; e contudo o Sr. Fontes, que era ministro da fazenda, por tal modo arriscou a situação do tesouro que não podemos salvá-lo, o tesouro, senão a preço de sacrifícios enormes.

Devemos ainda citar factos mais recentes. Em 1873-1874 a receita proveniente de impostos cresceu 2.182 contos; o governo calculou que nesta soma entravam mais de 1.500 contos provenientes do melhoramento das condições económicas do país (V. Relatório de 12 de Janeiro de 1875); ora em 1874-1875 o aumento procedente da mesma origem foi unicamente de 1.321 contos, quando já estavam feitas as tais maravilhosas estradas, e prontos os afamados caminhos. Os factos continuam a depor no mesmo sentido: em 1875-1876 a dívida flutuante cresce e a crise manifesta-se; o ano de 1876-1877 começa ainda pior; as receitas diminuem. As estradas desenvolvem-se. Onde está a influência da viação?

Oh! Por certo que é poderosa; e não há governo sério que deixe de ocupar-se dela; precisamos de mais vias férreas e de mais estradas ordinárias. Reclamam-nas todos os ramos de trabalho. Necessita-as o progresso da nossa pátria; mas elas não autorizam os louvores que têm alcançado para o gabinete, nem produziram o efeito que o ministério lhes atribuiu. Tão errados andaram aqueles que viam nos caminhos ferro a causa principal das desventuras de 1867-1870, como errados vão agora os que pensam que o governo e a viação, que ele promoveu, foram as principais causas do crescimento da riqueza. Poucas nações haverá, infelizmente, onde a crítica dos fenómenos governativos seja tão acanhada, tão contraditória, tão desmemoriada, e tão fácil de se transviar! Quantos elogios, quanto louvor por se construírem algumas dezenas de quilómetros de via férrea! Descubriram-se neste facto de simples administração pública tão grandes méritos, como se os ministros se houvessem por ele erguido até à plana dos Stein, dos Turgot, dos Robert Peel! As mais esplêndidas reformas, que demandassem lucubrações de génio e que levantassem o espírito de um povo, não ganhariam maiores encómios, nem teriam maiores triunfos do que estas obras, aliás muito úteis, mas que nem custaram um debate parlamentar, nem tiveram grande oposição, e que nem sequer foram feitas conforme as prescrições da lei. E contudo a lei é, ou deve ser, a expressão da nossa soberania, da nossa liberdade; e quem naquelas alturas desnecessariamente a ofende, e permanece no erro, mais ou menos ataca a sociedade nas suas bases, e lança no laboratório político, não um alimento, mas um veneno.

A análise dos documentos oficiais mostrou-nos:

1º — Que a dívida flutuante cresceu rapidamente, havendo o governo prometido acabar com ela[2].

[2] Evidentemente, a dívida flutuante não é sempre um mal; têm-na até, com tal ou qual proveito, as nações melhor organizadas, como o negociante ou industrial pode ter letras a pagar; mas a dívida flutuante que se acumula de uns para os outros anos é um perigo, especialmente para nações cujo mercado monetário facilmente se assusta, e facilmente confia.

2º — Que o *deficit*, embora diminuído, não foi extinto, havendo o governo prometido cada ano extingui-lo no próximo ano, e asseverando que calculara as receitas modestamente.

3º — Que a influência das vias férreas e das estradas construídas desde 1871-1872 não explica de modo algum o acréscimo da receita; e que, pelo contrário, cresceu menos quando foi mais notável o progresso da viação.

Estes são os factos; mas outro facto não menos inegável é a confiança depositada no governo por grande parte do país. Retiram-se depósitos, baixa o preço das acções, não há quem queira muitas delas, e contudo as inscrições, momentaneamente deprimidas, quase voltam à sua primitiva posição de honra. A seu turno, o gabinete julga que esta confiança não foi abalada, quer em Maio, quer em Agosto.

A *Revolução de Setembro* dizia: «O Porto, que viu por um momento o sobressalto nas suas casas comerciais e bancárias, o Porto afirmou agora que confiava plenamente no ministério que presidia aos destinos do país; e o ministério acabou de provar que era digno dessa honrosa confiança.» (11 de Maio.)

«São bem favoráveis já as notícias da crise comercial; e os receios desvanecem-se ante o apoio franco e decidido que o governo não hesitou em conceder para evitar perigos, e conjurar catástrofes, que se anteviam iminentes.

Pelo que respeita à crise conjurada, só nos resta dizer com um economista distinto que é esse um acidente da prosperidade progressiva». (12 de Maio) «Com bastante pesar dos terroristas não se vê, felizmente, o menor indício que negue o bom êxito dos trabalhos aplicados a serenar a crise.» (27 de Maio)

Agosto provou o contrário; mas o governo ainda se julga muito digno de louvores:

«Os que se acham em apuros, os que criaram talvez as dificuldades com que todos lutam, os que são vítimas inocentes de erros alheios, que é o que fazem?

Dirigem-se ao governo, imploram a sua protecção, reconhecem que só ele tem crédito; e, à sombra da sua benéfica intervenção, dos seus desvelados esforços, é que a confiança renasce, que os espíritos se

Este perigo da dívida flutuante conhece-o perfeitamente o governo. O Sr. Fontes, quando, em 1867, deixou imprudentemente crescer essa dívida até 13.329 contos, ao passo que fazia despesas inúteis, como se o dinheiro não fosse do país, o Sr. Fontes dizia: «Esta dívida que corresponde a uma parte do *deficit* acumulado de diversos exercícios, e que iguala em importância a receita geral do tesouro em um ano, *não pode assim continuar sem muitos inconvenientes económicos e sem grande risco para o governo do estado em determinadas circunstâncias. A concorrência inevitável do tesouro no nosso pequeno mercado de capitais é fatal para o comércio e para as indústrias;* e o direito de reclamar de três em três meses, geralmente falando, a importância das letras vencidas *pode criar apuros e dificuldades que sejam impossíveis de superar, ou que obriguem o país a enormes sacrifícios para sustentar o crédito.*»

tranquilizam, que o povo espera sossegado, e que os díscolos, ávidos de desgraças, hão-de ver malogrados os seus desígnios.

Confiam no governo as classes úteis, e confiam bem. O instinto e a experiência diz-lhes que só dali lhes pode vir a salvação; e este consenso unânime é que dá vida, força e robustez à situação.» (20 de Agosto de 1876.)

Este trecho do artigo de 20 de Agosto é o melhor de todos. Espalha uma luz viva e imensa por sobre uma questão grave. Um país onde todos, todos os súbditos, estão desacreditados, mas onde o executivo está cheio de força e de crédito, parecia-nos simplesmente impossível; mas este facto da história portuguesa em 1876, por isso mesmo que é oposto às leis naturais da sociedade, mostra-nos que passamos do período risonho da prosperidade ao período celestial dos milagres. Isto explica o decreto da moratória: à parte a modéstia, deviam ser sublimes, como o quadro da Transfiguração, os momentos em que o gabinete, adquirindo faculdades taumaturgas, e portanto excedendo Pombal, pôde exclamar, perante o grande terramoto mercantil: «Cuidemos dos vivos, e ressuscitemos os mortos.»

## IV

### *O prestígio do gabinete virá a extinguir-se como se extinguiu o da acção dos bancos. Diminuição das receitas. Necessidade de aumentar o imposto. Algumas palavras aos juristas.*

O prestígio do governo é semelhante ao que tinham a princípio as acções de um banco; o prestígio que passou, porque se fundaram sociedades anónimas em demasia, como o de governo há-de passar, porque despendeu exageradamente, e perdeu a melhor das épocas para fazer reformas úteis assim nas finanças como na administração e na política. Os capitalistas concorreram com dinheiro para o tesouro; a riqueza pública desenvolveu-se, mas o gabinete nada disto soube aproveitar; os encargos do tesouro cresceram; em vez de se melhorarem os serviços, de sorte que os funcionários públicos fossem poucos e bem pagos, paulatinamente se deu cabo de algumas das economias realizadas depois da revolução de Janeiro.

Gastou-se ilegalmente em vários ramos de administração, como se não houvesse parlamento, nem carta constitucional; el-rei e os ministros assumiram repetidas vezes poderes ditatórios; um ministro confessou até na câmara que tinha empregado mais em estradas do que a lei lhe permitia; no ministério da guerra despende-se conforme o governo entende que é útil; mas enquanto à observância das disposições legais não há grande cuidado. Às dezenas e às centenas de contos de réis, atingem-se milhares em poucos anos. Postos neste caminho os negó-

cios públicos, chegamos em 31 de Julho a ter a dívida flutuante que urge consolidar. Qual será a situação do tesouro no fim do semestre corrente? As receitas devem diminuir, principalmente nas alfândegas; e destas costuma vir o maior dos rendimentos do estado; só a de Lisboa deu, por exemplo, em 1874-1875, 5.656 contos; a do Porto 3.787; e a de consumo em Lisboa 1.588; basta uma diminuição de cinco por cento para que o *deficit* aumente cerca de 500 contos; os dados estatísticos do corrente ano já mostram, infelizmente, o efeito da crise em parte dos réditos aduaneiros.

Rendimento das duas principais alfândegas

| Meses | 1875 | | 1876 | |
|---|---|---|---|---|
| | Porto | Lisboa | Porto | Lisboa |
| Janeiro | 250 | 461 | 319 | 486 |
| Fevereiro | 322 | 399 | 346 | 455 |
| Março | 363 | 499 | 386 | 559 |
| Abril | 399 | 539 | 417 | 566 |
| Maio | 333 | 491 | 368 | 503 |
| Junho | 315 | 455 | 313 | 419 |
| Julho | 343 | 532 | 333 | 477 |
| Agosto | 339 | 479 | 287 | 414 |

A contribuição bancária, calculada em 140 contos, que poderá ser em relação ao corrente ano económico? A diminuição das transacções, inevitável nestas circunstâncias, deve produzir maior ou menor abatimento em quase todas as fontes de receita. Acrescentem-se os adiantamentos aos bancos, e o desfazer-se o contrato acerca das classes inactivas, e não sabemos se outros; pense-se a que preço obteremos dinheiro nos mercados estranhos dentro em breve ainda quando não sobrevenha uma guerra quase europeia; junte-se a tudo isto que no orçamento estão destinados somente 186 contos para encargos da dívida flutuante, apesar da oposição demonstrar que provavelmente seria necessário muito mais[1]; e ver-se-á que o *deficit* tomará em 1876-1877 proporções tais que, ou mudamos de sistema, ou chegaremos a situação análoga à de 1867.

Não podemos desejar que as inscrições baixem. Lucraríamos em pertencer a um país bem governado e solidamente acreditado em toda a parte; a exposição dos factos é, porém, necessária, a fim de que os

[1] O Sr. Braamcamp notou que sendo já de 5.284 contos a dívida flutuante, só o juro de 5 p. c. levaria 275 contos, além de 32.500$000 réis para câmbios, etc.; como se contentava o governo com 186 contos? O Sr. Ministro da Fazenda sustentou que «nem pelo lado da legalidade, nem pelo lado da conveniência se podia dizer que a verba fosse insuficiente.» Sucedeu como sempre. A realidade mostrou que nem o dobro bastaria! Que triste equilíbrio financeiro!

capitais se não arrisquem, e os preços se não formem tão distantes do que as coisas valem realmente, que depois venham súbitas e perigosas baixas; por certo consideramos garantido o juro dos títulos de dívida pública; só grandes males, que poderemos evitar, seriam causa de que os não pagássemos; porém é de crer que, havendo necessidade de recorrer em breve ao imposto, as inscrições hajam de suportá-lo mais ou menos, como já o suportaram os títulos dos bancos. Os juristas não gostarão disto, mas é tão possível como provável que tenham de ver entrar esses valores para a matéria colectável; será este, ainda assim, o menos duro dos resultados de auxiliarem com a sua opinião, aliás sincera, um governo que administrou pessimamente; porque, enfim, o gabinete não é o só culpado; o gabinete não erraria tanto, se não andassem a elogiá-lo com a mais convencida eloquência os que limitavam os seus elementos de crítica a pouco além do preço das inscrições e de algumas dezenas de quilómetros de vias férreas. Ainda que de boa fé se enganassem, nem por isso estes enganos deixam de sair caros a quem neles cai; o mesmo sucede ao negociante que indevidamente põe toda a sua confiança num freguês; venda-lhe muitas mercadorias a prazo, e no fim de alguns anos virá a reconhecer os prejuízos de ser muito infundado o crédito que lhe concedeu.

E dizemos que é necessário o imposto, porque assim o indicam os próprios documentos mais fidedignos. Se quando a receita crescia como raras vezes cresceu, se quando estávamos num período deslumbrantemente feliz não conseguimos equilibrar o rendimento com os gastos, que sucederá agora que o *deficit* pode ascender a alguns milhares de contos de réis, e a dívida flutuante, ainda quando se consolide, obrigará a maiores encargos? Contentar-nos-emos de acreditas cegamente nuns cálculos agora mesmo publicados, segundo os quais haverá em 1876-1877 um saldo de 616 contos a favor do tesouro?

Não traz popularidade o falar de imposto; mas traz grandes males o encobrir a necessidade dele; aumentam-se os perigos, quando sacrifícios relativamente pequenos podem vencê-los.

Os que pensam de outro modo acerca das inscrições, os que julgam que o governo é garantia de bem estar, não leram de certo as páginas deste opúsculo, nas quais, servindo-nos das palavras do próprio gabinete, e dos dados que o ministério da fazenda ministra ao público, provamos a futilidade das suas promessas, e a aparição de todos os sintomas que constituem dificuldades financeiras. Mas não nos acreditem os admiradores desta nociva situação; nós somos dos defensores da democracia; e a democracia, apesar de por fim de contas ser uma grande manifestação da dignidade humana, é mal vista por muitos membros da classe dos juristas; um dia eles todos, todos, hão-de compreendê-la e amá-la; mas enquanto a detestam ou a receiam, enquanto julgam que é sua protectora a monarquia ditadora-parlamentar, não podem proibir a si próprios grandes dúvidas sobre as intenções dos democratas; pois bem;

cuidai que vos enganamos e informai-vos por vossos olhos; trata-se dos vossos interesses; e bem vedes que não vos recomendamos agora qualquer livro francês ou alemão, ou inglês que podia ser genuína e nacionalmente republicano, visto que a república já fala e escreve expeditamente na França, na Suíça e nos Estados Unidos. Recomendamos, por bem de nós todos, a leitura dos relatórios que deixamos citados, e também um pouco do orçamento e do diário das câmaras.

E concedei que vos recorde um facto vosso ou de vossos antecessores: em Julho de 1865, o tesouro vendeu inscrições a 50 1/2. Dir-se-ia um tempo de prosperidade. Em Setembro ainda davam 49 e um pouco mais. Encontrou-as nesta cotação o vosso financeiro, o Sr. Fontes; cerca de dois anos depois S.Ex.ª era obrigado a contratar um empréstimo com Stern, emitindo inscrições a 38 1/2. Sabeis que o Sr. Fontes errou muito; mas não foi por vontade própria vender títulos àquele preço: pouco tempo antes havia S.Ex.ª feito passar uma lei que parecia prometer que não mais careceríamos da venda de inscrições; porém saíram-lhe os cálculos tão certos como a propósito do contrato de 14 de Outubro de 1865, e como as promessas do actual gabinete; e contudo é um orador cheio de recursos, um talento brilhante, um adversário parlamentar digníssimo; qualidades excelentes, mas que não bastam para vos garantir o preço actual das inscrições.

Se, em lugar de vos iludirdes mais tempo, vos informardes bem do que se passa aqui nesta nossa terra, nem vos tomará pânico terror, nem continuareis a estiar esta situação, excepto se ela mudar de sistema; ao passo que, se a série de desenganos vier tarde e com movimentos arrebatados, veremos as inscrições descer demasiadamente, o que será prejuízo para vós e para a nossa pátria.

Mas, quando chegarmos a dizer algumas palavras sobre os remédios aconselhados contra a crise, voltaremos a conversar convosco, e talvez aí nos compreendamos um pouquinho melhor.

## V

### *Causas da crise. Doença moral, a ambição. Cegueira do governo. Os bancos e as contas correntes com garantia. Comparação com a crise do Brasil de 1864. Erros do gabinete e do público.*

Quais foram as causas da crise?

Quase as deixámos indicadas na singela narração de vários episódios do mercado: comparem a avidez das acções, e de obrigações em 1875 ao pânico de Maio e Agosto de 1876. Ambição descomedida, totalmente desrazoável naquele tempo; desânimo pueril, terror quase risível agora.

Em 1875 e já em 1874, exercitou-se largamente a faculdade perniciosa de obter a riqueza sem trabalho útil: entrou-se numa lotaria cheia de perigos; jogou-se a paz do espírito, o bem-estar da família, e até aquele dote que é tão grande força moral na desgraça, o qual se chama dignidade humana. Jogou-se a não poder ser mais. Jogou-se até enlouquecer. Foi uma epidemia cruel. Não atacou o estômago, ou os pulmões. Deu bem forte e bem certo no coração e na cabeça, no pensar, e no sentir. Há por aí ruínas morais que assombram! Cegou o espírito dos doentes; cerrou-lhes os ouvidos a quanto há de racional e nobre. Nos bolsos de alguns *comunistas* de Paris acharam-se ordens para incendiarem vários lugares dessa monumental cidade. Aqueles homens eram presa de vários erros acerca do capital, e haviam sofrido imenso na defesa da pátria. No coração de alguns de nossos especuladores encontrar-se-iam as devastações exercidas sobre a própria amizade e sobre a consciência, por ordem imperiosa da paixão do ouro. Quando compromissos incumpríveis foram o resultado da luta dos títulos de crédito, recorreu-se às vezes aos mais indignos processos para não cair na pobreza, ou para satisfazer a algumas obrigações.

A crise veio principalmente disto. O governo é que não via onde levavam os desvarios do mercado. Em 12 de Janeiro de 1875, dizia ele, cheio de sincera alegria: «Mencionaremos, por último, outro facto de ordem económica não menos importante: a fundação dos bancos e outras sociedades anónimas no decurso do último ano económico. São inegáveis as vantagens que desta associação de capitais tiram a indústria e o comércio, e os lucros indirectos que por vários modos resultam ao tesouro de *todas estas fundações* que estimulam e promovem a produção.» E, ainda em 1876, o mesmo governo escrevia assim: «O progresso económico do país acompanha o progresso financeiro do tesouro de um modo que a todos é patente, e que não carece de demonstração.»

E não carecia. A dívida flutuante ia crescendo bem à vista de todo o mundo que tinha vista. As despesas faziam'o mesmo. E o *deficit*, caso retrogradasse, caminhava depois com bom passo. Por isso, o governo comparava o estado financeiro com o económico.

O movimento bancário dos últimos anos esclarece-nos sobre um dos principais agentes da crise. Há muito que esse movimento nos parecia indicar a aproximação dela. Nos seguintes extractos de um artigo que escrevemos no *Comércio do Porto*, em 16 de Junho de 1875, verá o leitor que, sem negarmos a existência de avultados capitais, e o desenvolvimento da riqueza, oferecíamos algumas objecções aos demasiadamente confiados nos progressos recentes:

«Na folha oficial foi inserida ultimamente a estatística dos bancos estabelecidos em Portugal; um dos quadros contém algumas das adições que constam dos balancetes mensais de 1874; o outro resume todo o movimento bancário de 1858 a 1874, aproveitando os documen-

tos publicados com referência ao dia 31 de Dezembro de cada um daqueles anos e dos intermédios.

No quadro seguinte damos todos os resultados finais a que chegou o autor da estatística publicada no *Diário*; tomamos como unidade o conto de réis, para simplificação deste trabalho:

| Anos | Dinheiro em Caixa | Descontos | Empréstimos sobre penhores | Depósitos | Circulação de notas |
|---|---|---|---|---|---|
| 1858 | 2.477 | 4.333 | 2.395 | 3.182 | 1.855 |
| 1859 | 3.593 | 5.013 | 2.380 | 3.488 | 2.924 |
| 1860 | 2.941 | 6.306 | 2.571 | 4.088 | 2.433 |
| 1861 | 2.156 | 6.725 | 2.583 | 4.033 | 2.128 |
| 1862 | 1.182 | 8.588 | 2.531 | 4.405 | 2.640 |
| 1863 | 3.427 | 11.463 | 2.233 | 5.235 | 2.492 |
| 1864 | 4.431 | 15.399 | 3.035 | 6.022 | 2.260 |
| 1865 | 3.564 | 16.187 | 4.185 | 6.140 | 2.482 |
| 1866 | 3.442 | 15.266 | 7.645 | 6.182 | 2.318 |
| 1867 | 3.288 | 15.466 | 6.639 | 6.288 | 2.116 |
| 1868 | 3.046 | 14.189 | 6.469 | 5.766 | 2.249 |
| 1869 | 3.917 | 13.111 | 6.921 | 7.095 | 2.434 |
| 1870 | 3.682 | 15.468 | 5.626 | 7.701 | 2.598 |
| 1871 | 4.136 | 14.674 | 5.469 | 9.557 | 2.923 |
| 1872 | 5.826 | 15.869 | 5.972 | 12.167 | 3.258 |
| 1873 | 7.403 | 16.509 | 5.209 | 15.649 | 3.364 |
| 1874 | 6.993 | 21.991 | 6.040 | 17.167 | 3.660 |

«Convém notar, em primeiro lugar, que todos os estabelecimentos de crédito estabelecidos em Portugal foram fundados por iniciativa de portugueses; os capitais estrangeiros não vieram erigir entre nós casas bancárias; um só dos bancos estrangeiros tem caixas filiais neste reino; é o London and Brazilian[2]. Um país que há cerca de vinte anos tinha somente dois bancos, e hoje os conta por dezenas, tem dado prova de poderosa iniciativa; nem contra esta asserção valem os factos que revelam mais o entusiasmo indiscreto de um momento, do que o produto do reflectido exame das necessidades do mercado; ainda quando se faça o desconto que quaisquer fantasmagorias de recente ou de velha data, chegar-se-á sempre aquela conclusão, que os factos autorizam.

Merecem especialmente ser considerados o desconto de letras, os depósitos, e as somas em caixa. Percorrendo a respectiva coluna do quadro que acima traçamos, vê-se que os máximos do desconto se deram nos anos de 1865 e 1874; e que antes de chegar a 16.187 contos

[2] Poderíamos ainda exceptuar parte da Sociedade Financeira e Agrícola.

naquela primeira data, subiu rapidamente de 11.463 e 15.399 contos de 1863 a 1864; na segunda parte do período a que se refere a estatística há um fenómeno análogo: depois de voltar muito vagarosamente aos 16.000 contos desde 1869 até 1873, o desconto passa de 16.509 a 21.991 em 1874. Se a existência de dinheiro em caixa não nos mostra a mesma uniformidade nos movimentos que findam hipoteticamente em 1869 e 1874, vemos porém, que a importância de moeda existente nos cofres dos bancos em 1874 era menor do que em 1873, da mesma sorte que no ano do máximo desconto (1865) foi inferior à do antecedente (1874). *Pouca importância teriam estes factos que parecem estabelecer analogia entre a actualidade e uma época pouco próspera, se não concordassem com observações semelhantes, feitas em várias épocas em países estranhos, e não houvesse outros sintomas de mal estar. A estatística vem neste caso dar mais um aviso, e calmar aos arrojados em demasia que é tempo de serem cautelosos*[3].

Apesar de muito importante a verba dos descontos, vemos que os empréstimos sobre penhores não continuaram descendo; o último ano foi também de rápida alta; quase que chegamos à cifra respectiva a 1868; ora naquele ano e em alguns dos que o antecederam, as dificuldades comerciais obrigaram a recorrer a meios diversos dos habitualmente usados quando é rápida a circulação das mercadorias, fácil a venda e quase certo o lucro. Em 1874 não houve embaraços mercantis; pelo contrário, as observações feitas nos diversos pontos de passagem dos produtos harmonicamente dizem que foi um ano de prosperidade; cremos, porém, que o aumento dos empréstimos sobre penhores representa no último período um papel diverso do que teve em 1864 a 1869; naquele tempo o mutuante exigia garantias reais; o crédito pessoal declinava; o comércio havia retrogradado, e conseguintemente não originava tantas letras; *pelo contrário, em 1874, cada qual procurou obter dinheiro não só descontando títulos que representavam operações a prazo, mas também oferecendo em penhor o que mais facilmente costuma ser recebido pelos bancos; a especulação na bolsa, o jogo de títulos, tomou amplitude até então desconhecida em Portugal;* o amor da riqueza, a ânsia de obtê-la rapidamente, impulsou as operações cuja segurança não foi sempre incontestável, nem incontestada.

Precisaremos ainda fazer notar que os empréstimos sobre penhores impressionarão muito mais, se estiverem debaixo dessa denominação todas as somas obtidas com garantia de títulos que permitem abrir uma conta corrente. Para que se faça ideia, embora pouco aproximada, da

[3] Há muito, numa reunião que houve na Companhia Aurifícia para se tratar de edificação de prédios, dissemos que o exame dos balancetes fazia crer na aproximação de uma crise. Tardou mais, porém, do que supusemos. O público teve reiterados avisos. Além de numerosos artigos de jornais, publicaram-se vários opúsculos, entre os quais merece ser mencionado especialmente: «*Os bancos em Portugal em 1875*», por J. J. Pinto Coelho.

latitude que esta operação tem alcançado, pomos em seguida o que a tal respeito nos informam alguns dos últimos balancetes:

| Bancos | Letras descontadas | Contas correntes |
|---|---|---|
| Utilidade Pública ..... | 963.338$064 | 564.594$998 |
| Português ..... | 1.203.125$050 | 1.339.882$278 |
| Do Porto ..... | 446.344$199 | 691.263$826 |
| Nacional ..... | 307.966$317 | 225.244$523 |
| Comércio e Indústria ..... | 178.032$430 | 159.284$620 |
| Comercial de Lisboa ..... | 237.328$288 | 87.533$725 |
| Do Minho ..... | 899.029$177 | 871.400$688 |
| Comercial de Braga ..... | 916.858$258 | 1.031.819$565 |
| Mercantil de Braga ..... | 22.069$800 | 48.022$510 |
| Comercial de Viana ..... | 898.519$147 | 875.161$700 |
| De Viana ..... | 130.054$707 | 76.311$750 |
| Mercantil de Viana ..... | 60.035$350 | 7.663$442 |
| Da Régua ..... | 640.256$102 | 7.704$026 |
| Do Douro ..... | 521.015$298 | 9.593$494 |
| Da Covilhã ..... | 412.303$961 | 5.004$219 |
| Da Póvoa de Varzim ..... | 54.938$260 | 3.650$000 |
| De Chaves ..... | 108.872$972 | 27.429$700 |
| De Bragança ..... | 15.910$000 | 5.140$775 |
| Sociedade Financeira ..... | 246.059$959 | 30.967$893 |

«Não mencionamos outros estabelecimentos de crédito, porque na maior parte dos balancetes restantes não se encontra separada a importância de empréstimos em conta corrente; o certo é que dos algarismos que aí deixamos se conclui que esta espécie de mutuo com penhor orça por mais de dois terços das letras descontadas; é natural que o exame de todos os balancetes nos levasse a resultado diferente do que fundamos sobre o exame do que se passa em dezanove bancos; mas não é provável que se afastasse muito dele; ainda quando supusemos o total das contas correntes igual a um terço dos descontos, chegarmos à verba de 13.000 contos como termo somatório dos diversos empréstimos sobre penhor, pois que assim podemos considerar do ponto de vista económico não só as operações que trazem exactamente esse nome, porém ainda aquelas de que mais especialmente acabamos de nos ocupar.

Não ficará muito longe da verdade quem admitir que a maior parte desses milhares de contos de réis não são destinados a operações comerciais ordinárias, não representam circulação de mais mercadorias, não correspondem a maior quantidade de produtos que sirvam o progresso da sociedade; pelo contrário, é natural que favorecessem o *jogo da bolsa, no qual o entusiasmo é de ordinário tão grande como a levi-*

*andade; um pequeno incidente lhe dá arrojo, outro pequeno incidente lhe causa medo pueril.*

De certo os acontecimentos de 1875 não ministram melhor ou maior matéria para esperança em futuro próximo do que a ministrou o estado das praças portuguesas ao findar o ano de 1874; *aos que se dão à indústria bancária*, a todos aqueles que mais se distinguem pelo espírito empreendedor, *cumpre considerar nesses factos assaz eloquentes, e proceder de modo que a retrogradação seja como a retirada empreendida por exército bem disciplinado sob as ordens de distinto general.*»

Os algarismos concernentes a 1875, publicados há bem poucos meses, não eram mais agradáveis; tendo crescido o capital bancário, os descontos subiram também muito; mas os empréstimos sobre penhores ainda em maior proporção; às contas correntes sucedeu certamente o mesmo.

O comerciante, e o industrial podem ter acidentalmente necessidade de empenhar quaisquer valores, ou hipotecar os seus prédios; uma conta corrente como garantia é também útil em numerosos casos; mas o título essencialmente comercial é a letra de câmbio, ou de terra: esta representa em geral a renovação de operações; e os banqueiros, examinando cuidadosamente as assinaturas que usam figurar nelas, podem, com maior ou menor trabalho, chegar a conhecer se se trata de títulos de favor ou de transacções sérias. A conta corrente permanente, crescendo sempre, e com especialidade no tempo de grande jogo da bolsa, é um perigo que está a crescer também a todo o instante, e tanto mais quanto mais ela se generaliza em grande escala a todos ou quase todos os estabelecimentos de crédito.

O dinheiro assim mutuado não se destinou a alimentar o trabalho de modo verdadeiramente útil: serviu, as mais das vezes, para manter aparato nocivo, porque era insustentável e tantas vezes vaidoso; ministrou capital de giro ao jogo de fundos; manteve preços que não podiam subsistir, e como os penhores eram em parte esses mesmos fundos, os bancos iludiram-se e iludiram. O capital verdadeiramente existente era muitíssimo inferior ao que se supunha. O juro pago pelos mutuários permitia engrossar os lucros e facilitava a formação de dividendos; mas como as acções não encontravam quem as quisesse com prémio, e as prestações eram exigidas, o jogo arruinou a maioria dos jogadores: arruinou-os pelos juros que pagaram, pelas despesas que fizeram julgando-se ricos, pelo tempo que perderam; e até pelos prémios que tantos deram comprando títulos, mais tarde assaz depreciados.

O pior foi começar estas operações arriscadas, ou não parar a pequena distância. A esperança num futuro, que nunca chegou, impeliu com força por um caminho progressivamente inclinado e perigoso. Muita gente, vendo tanto banco feito à pressa, pouco disposta a acreditar em ciência improvisada, e sabedora de factos menos animadores, teve a prudência precisa para não arriscar ali os seus haveres. Os bolsistas perderam-se por que o desenvolvimento do capital não acompa-

nhou o desenvolvimento da sua fantasia. O que dizemos do comércio das acções aplica-se igualmente ao dos fundos espanhóis.

Estes factos não são privativos do nosso país. Têm-se dado em tantas praças estrangeiras!... Por lá também vivem homens parecidos com os entusiastas de 1873-1875 e medrosos de 1876. Se vários de nossos leitores estiveram no Brasil há alguns anos, ouviram de certo falar da crise de 1858, ou assistiram a ela. Que disseram os relatórios oficiais, e os depoimentos particulares? Ouçamos a sua linguagem:

«O desvio de avultada soma de capitais circulantes que foram fixados em empresas, umas mal executadas e que por isso se tornaram desastrosas, outras de renda muito incerta e remota; as imprudentes especulações no comércio de importação, e o descomunal jogo dos títulos de valores, devem ter sido as principais causas que geraram tantas perturbações.» *(Ribeiro de Carvalho.)*

«Assim se ia imobilizando o capital além do que permitiam as circunstâncias, e conseguintemente diminuindo-se os recursos disponíveis durante a reprodução; daí os avanços em larga escala sobre valores móveis, aumentando-se desta arte o crédito que o capital flutuante tinha abonado ao capital fixo; como não era possível improvisar capital para acudir pontualmente às obrigações contraídas, as acções de umas empresas eram dadas em garantia para pagamento de outras a fim de evitar-se os compromissos; e assim a definitiva realização das entradas era adiada ou abandonadas as acções quando os sacrifícios ulteriores a fazer eram maiores que as quantias já dadas em pagamento. *(Comissão de inquérito* nomeada pelo governo brasileiro.)

«Fascinados com uma aparência enganosa de prosperidade e progresso, que sempre se dá no processo da conversão do capital flutuante em fixo... destruíamos, pensando o que edificávamos. *(J. C. Mayrinck.)*

«O gérmen ou princípio do mal que impregnava a atmosfera comercial era o sistema imprudente de dirigir os negócios, o espírito temerário que induzia casas de pequenos capitais a lançarem-se em grandes operações, as grandes facilidades dadas pelos estabelecimentos bancários, que forneciam temporariamente os fundos para iniciar essas operações imprudentes, o jogo desenfreado que se fazia em acções e outros valores facilmente transmissíveis, *enfim, a desmoralização que reinava no negócio em geral.*» (A. Fry & C.ª)

«A criação de novos bancos de emissão, as novas facilidades que lhes ofereciam para adiarem as liquidações, aliás necessárias, ao restabelecer do equilíbrio entre o capital girante e o fixo, e finalmente a inundação da circulação pelos bilhetes dos novos bancos, deram em resultado o piorar a situação do câmbio. *(Comissão da Praça do Comércio do Rio.* — Presidente, Guimarães Peixoto. Secretário, João José dos Reis).

À parte o que se refere às notas, tudo isto é aplicável a Portugal na quadra de especulação agora finda.

Imobilizaram-se capitais, e desperdiçaram-se também. Governo e particulares erraram muito. Estradas ordinárias, caminhos de ferro, navios de guerra, fortificações, espingardas, canhões, tudo isto é indubitavelmente indispensável a um Estado nas actuais condições de civilização; mas se, por causa de tudo isso, estragarmos e arruinarmos as finanças, padecerão as indústrias que se queria favorecer, e poderão até perigar a independência pátria e a paz que se desejava tornar firmes. Quando se dizia ao gabinete que gastava de mais e sem lei, embora com rei, as folhas ministeriais respondiam: querem que se não trate da viação, da força pública, da marinha, etc., etc.? Chegaram a ponto de quase chamar traidores à pátria os que eram menos arrojados que eles, e só pretendiam que se despendesse conforme as posses desta grande associação que se chama Portugal. Tomáramos nós todos as vias férreas centuplicadas; mas se não há dinheiro para elas? Preferimos poucos melhoramentos com segurança a muitos com a certeza de grandes perturbações.

E não é impunemente que se administra, esquecendo as relações necessárias entre a produção e o consumo, entre o capital fixo e o circulante. Se um manufactor empregar quase todo o fundo próprio e de crédito em máquinas e edifícios, terá de suspender a fabricação, e talvez os pagamentos; as máquinas que não trabalham dão prejuízo duplo; porque não só gastam cuidados em vez de darem produtos, mas também a descoberta de outras mais aperfeiçoadas as coloca em desvantajosas condições quando venham a funcionar de novo. Da mesma sorte sucede com os melhoramentos materiais de um povo, se não podem constantemente ser utilizados, ou se tão somente o podem ser em escala decrescente durante certo período. Chamassem qualquer industrial, expusessem-lhe com clareza o problema financeiro posto aos nossos estadistas, ouvi-lo-iam de certo estranhar que durante quatro anos tanta gente se iludisse acerca do fim do caminho em que puseram a administração pública.

E não foi só imobilizar em demasia. Foi também desperdiçar estouvadamente. Custaria a fazer o catálogo de todos as despesas condenáveis. Relembremo-nos um trecho: Gastaram-se 856 contos em 1873-1874 com a reserva, cavalos além do número legal, e praças além de 18.000. Em 1874 e 1875 despendeu-se quase o mesmo. Ora que necessidade tínhamos de tudo isto? Ainda menor que a das vistosas paradas, ou de uma porção de festas que por aí houve. Afinal a reserva foi indo para sua casa, depois de afastados de trabalhos úteis tantos homens laboriosos. E as reformas? Mais da quarta parte dos actuais oficiais reformados receberam reforma desde 1871. O Sr. Fontes pode gabar-se de ter quase completamente *reformado* o exército!

O governo prometera tudo quanto há de bom em finanças; mas não sabemos por que processos lógicos aplicados à solenidade dos seus programas e à sisudeza dos discursos de El-Rei, chegou a concluir que devia, por sua honra, conservar o *deficit* e ampliar a despesa. Por todo a parte se deparam, provas disto. Citemos ainda uma: Nos primeiros onze

meses do ano económico de 1875-1876, o governo tinha excedido em milhares de contos a autorização legal para as despesas anuais. Virão alguns esclarecimentos provar que ainda há descontos a fazer. Esclareçam e descontem à vontade; nunca poderão provar que a situação financeira não tenha piorado, ou não esteja reclamado cuidados especiais.

Quase motejando da economia, não a praticando nunca, insaciável em pedir emprestado, enganando-se em todos os seus cálculos, mas afirmando sempre circunstâncias excepcionalmente prósperas, esta situação não só arriscou a sua própria fama, porém deu ainda perigoso exemplo aos particulares, e favoreceu o desequilíbrio dos orçamentos deles.

Quanto mísero luxo se sustenta por aí à custa da boa educação física e moral! Quanta superfície brilhante, ocultando podridão! Quanto esforço inútil, ou antes pernicioso, para encobrir a verdade! Quantas falsas ideias acerca do viver modesto, e dos devedores da família! Apressámo-nos a imitar vãos costumes de nações estranhas, e somos refractários ao que nelas há de sério, profundo, e civilizador. Estamos ainda no período semi-ridículo de um sentimentalismo piegas. A educação dirige-se mais ao brilho efémero nos bailes, nos passeios, nos teatros e nas praias, do que ao desenvolvimento das forças do entendimento e do corpo. Bagatelas românticas são mais sabidas que a arte de viver. O *cancan* ou o *fado* têm maior crédito do que as grandes manifestações do belo. As festas de família vêm para o noticiário ou para os comunicados. Só os comunicados encerram elementos riquíssimos para a história deste período sem crenças, sem vigor, sem perseverança. O baptizado, o casamento, a *soirée*, a chegada e partida de ss. ex.as, a *caridade* tudo isto é matéria de comunicados, que às vezes comprometem com os próprios elogios. Os adoradores são às vezes ridículos; mas os adorados alegram-se de encontrar o seu nome no jornal. Inventou-se até uma secção intitulada o *High-life* para receber as notícias do que outrora ficava no quadro formoso das alegrias domésticas. O *high-life*, em vez de ser grandioso, tornou-se caricato. Somos também o povo que compra 1.400.000 bulas, isto é, 1.400.000 exemplares de compêndios de doutrina pior do que a do *Syllabus*, e que tem só umas 2.700 escolas oficiais de ensino primário. Temos receio do casamento civil, e ao mesmo tempo abundam os divórcios. Suportamos ainda um pouco das doenças próprias de um povo, cujo espírito público foi abatido pela teocracia, pelas instituições aristocráticas, e pela realeza do direito divino. O partido liberal anda clamando há uns poucos de anos contra as associações católicas, e ainda não pode formar outras tantas sociedades, que discutam assuntos religiosos e políticos; paradas sim; essas são vistosas e concorridas; muitos vivas, muitas luminárias, espectáculos, etc. Vem o príncipe de Gales a Lisboa? Damos-lhe logo aparato militar para seu regozijo, e até a casa real manda pôr a sete chaves por alguns dias a tristeza pela morte da infanta D. Isabel Maria. Deus a tenha na sua santa presença. Vamos folgar, e logo choraremos. Nem o luto desviou a realeza de presidir às fes-

tas, nem às dificuldades mercantis impediram o comércio de Lisboa de receber aparatosamente Sua Alteza. A crise de Maio veio surpreender os folgazões portugueses; era a liquidação de contas que principiava. As festas acabaram, quando misturadas já com vozes tristes e aflitas.

Sendo tão frívolos os nossos costumes, apesar da inegável laboriosidade que temos, — evidentemente os exemplos do alto, os discursos lisonjeiros, a animação para despender, produziram resultados que também entraram no grande fenómeno chamado crise. Seria desprezar uma parte importantíssima da questão não considerar a influência moral que têm no consumo as ideias dominadoras acerca da família, do luxo, da educação. É este um ponto a que teremos de voltar.

Outra causa da crise, ou de pelo menos da maior extensão dela, foi o medo que se apoderou dos depositantes e portadores de notas. Ainda mais: os próprios accionistas desacreditavam os bancos, sendo assim cooperadores daqueles que os prejudicavam a eles próprios. Tal foi o pavor, que não cuidaram de investigar se havia estabelecimentos sólidos. E, sem combinação de vontades, mas inspirados pelo mesmo sentimento, os depositantes e portadores de notas fizeram *greve*: as pretensões deles exprimiram que não estavam resolvidos a ter mais contratos de crédito com essas sociedades anónimas. Correram às tesourarias, e receberam o que lhes era devido ou obrigaram os devedores a suspender pagamentos. É muito possível que os levasse a este passo a desconfiança de que a moratória pedida por uns fosse mais tarde causa de a solicitarem muitos; e, em verdade, ainda quando se tenha o amor da pátria suficiente para emprestar ao tesouro pela taxa do mercado ou mais alta ainda, não é com grande entusiasmo que se corre o risco de não receber durante um ano ou dois o que é nosso.

Nesta ruína de crédito deu-se um facto que o público mal fará, se esquecer. Hão-de vir muitas pessoas bradar contra a emissão, expor a necessidade de limitá-la ou de a tornar monopólio de um grande banco. Este assunto não pode ser tratado aqui. Dizemos só que não há na crise de 1876 um único fenómeno que fale mais a favor da unidade que da multiplicidade da emissão. Em Lisboa, onde há a unidade, o banco de Portugal suspendeu pagamentos logo à primeira corrida. No Porto sustentaram-se alguns durante uns poucos de dias, e quase todos pagaram esses títulos. Sucedeu como em 1846: o banco de Lisboa foi mais fraco do que o Comercial do Porto.

Afirmou-se que as folhas oposicionistas espalharam notícias aterradoras; e que por isso o público se lançou sobre as tesourarias. Se assim fosse, a oposição mereceria as maiores censuras; porém mostraria grande poder. Todos os fenómenos da bolsa, que estudamos anteriormente, afirmam unânimes que a maioria do capital era favorável ao governo: depositantes e portadores de notas não são pessoas muito pobres e muito alheias ao trato dos negócios; como pôde a oposição, continuando nas acusações ao governo, fazer mudar o pensamento geral de um para o

outro dia? E se tudo proveio de falsos boatos contra o gabinete; se ele ficou envolto na desconfiança, como se alegou mais tarde que ele salvou tudo? A crise era e é, infelizmente, mais forte do que as forças oposicionistas actuais. Factos desta ordem vêm de origem mais poderosa. Se ainda há quem tenha dúvidas a este respeito, desengana-lo-á o tempo de modo talvez ainda mais impressivo que o visto em Maio e em Agosto.

Por sua vez, o governo tem sido acusado como principal promotor da crise. Culpado nela já vimos que o era. Culpado e muito, porque poucos ministérios têm vivido em quadra tão adaptável a grandes, a utilíssimas reformas, e poucos têm sido tão avessos a elas; mas seis estadistas que dirigem superiormente os negócios do Estado não são o país inteiro, nem haveriam persistido naqueles altos lugares se as assembleias eleitorais, o mercado, e até as demonstrações de estima pública em várias províncias os não tivessem fortemente apoiado. Se há provas de corrupção, de vendas de votos, e de muitas outras proezas que dão direito à influência pública, por certo que não houve só corruptores e compradores. Se muitíssimas pessoas fechavam os ouvidos à exposição de ilegalidades, e suspeitavam de ambiciosos, ou quase petroleiros os que desejavam a observância das leis ou a economia, ou a severidade, é porque este poder, que se chama opinião, permitia ao gabinete violar as leis, gastar à sua vontade, etc., etc. (cada qual compreenda nos etc. o que melhor entender); e ainda se julgava muito reconhecido por causa dos caminhos-de-ferro, e da reserva; cremos que também por causa da dívida flutuante, que chegou a receber elogios sérios. Quem ignora que alguns projectos de *meeting* contra o gabinete eram mal vistos por muitos daqueles que tinham relações mais ou menos íntimas com papéis de crédito? Indubitavelmente, o ministério não deve suportar o peso de faltas que são também do espírito nacional.

Consignar estes factos não é esquecer outros. Já os designamos; para quê repeti-los? Só juntaremos que, segundo a nota da dívida flutuante de 31 de Dezembro de 1875, só o Banco de Portugal era mutuante de 1.275 contos. Quais foram as somas que posteriormente confiou do tesouro? Pagou o governo todas as letras para o salvar das consequências da corrida, ou agravou-lhe as circunstâncias?

Outro facto não menos impressivo foi recorrer ao mercado nacional para a recente emissão de obrigações de caminhos-de-ferro. Quando já os sintomas da crise eram, evidentes, e a necessidade de capitais estranhos se manifestava, piorou a situação, vendo-se pouco depois forçado a mandar vir dinheiro de Londres a toda a pressa! Fez-se tudo isto sem intenção de prejudicar o país; mas a imprevidência deu-se; e as consequências havemos de as pagar nós todos.

Teríamos ainda a ocupar-nos da facilidade com que a praça do Porto arranjou tantos gerentes de bancos, e de referir-nos a vários defeitos da organização bancária; mas passemos adiante, para não tornarmos ainda mais longo o nosso trabalho.

## VI

***Remédios contra crise. A moratória, e seus nocivos efeitos. A fusão. Incoerência dos accionistas. Deveres à fusão. Deveres da praça do Porto. Deveres dos bancos. O contrato acerca das classes inactivas. O empréstimo para os navios de guerra. O dinheiro que veio de fora. Outros remédios.***

Que remédio havemos de aplicar contra a crise? Para no entendermos a este respeito não esqueçamos que um remédio supõe um mal; não admitamos, pois, que todas as imprudências cometidas hão-de ficar sem punição. Posto isto, examinemos primeiro senão o rei dos remédios, ao menos o remédio de rei. Foi a moratória. Conhecemo-la todos, mas não sabemos bem o que ela é ao certo. Vimo-la e revimo-la, tanto na sua simples natureza, como em face dos esclarecimentos que Sua Majestade houve por bem dar-nos; porém ainda as dúvidas não se sumiram todas ante a luz vinda do trono. O decreto era singelo; dizia:

«Atendendo às circunstâncias em que se acham neste momento as praças monetárias do país;

Considerando quanto importa, no interesse do crédito, dar tempo aos estabelecimentos bancários e comerciais para que se habilitem a continuar regularmente as suas operações;

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1º O vencimento e pagamento de letras, notas, promissórias, depósitos, títulos comerciais e fiduciários entre particulares, bancos, companhias ou sociedades, é suspenso e prorrogado por sessenta dias a contar do dia de hoje; e durante o mesmo prazo ficam suspensos o efeitos jurídicos dos protestos, e não correm as prescrições dos referidos títulos.

Art. 2º O governo dará conta às cortes das disposições contidas no presente decreto.

Os ministros e secretários de estado das diversas repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 18 de Agosto de 1876 — Rei. — *António Maria de Fontes Pereira de Mello — António Rodrigues de Sampaio — Augusto César Barjona de Freitas — António de Serpa Pimentel — Antônio Cardoso Avelino.*»

As associações comerciais de Lisboa e Porto aprovaram a moratória; a da capital quase a pediu: «Uma moratória por um prazo de 30 a 60 dias, e que segundo consta à direcção é o alvitre para que se inclina o governo, dizendo-se até já ponto resolvido, embora providência de consequências graves, parece ser a primeira a dever ser tomada.» A do Porto representava aos 22 de Agosto: «O decreto de 18 de Agosto veio *incontestavelmente* dar alguma tranquilidade aos ânimos sobressaltados por acontecimentos a que os nossos mercados não estão habituados.»

E, realmente, desde que se quebram todas as relações legais entre os devedores e os credores, e que estes não podem reagir eficazmente, o salto, o sobressalto e a corrida a casa dos que devem não têm proveito algum: o sobressalto não se manifesta nas tesourarias; fica no domínio das conversações; o decreto varre-o dos lugares onde podia dar na vista, e assim forma à pressa uma aparência de tranquilidade.

Quem não deve não paga por enquanto, eis a moratória na sua nudez; porém esta providência não é para todos; restringe-se aos títulos comerciais; as demais obrigações são exigíveis como antes de 18 de Agosto; e os devedores delas bem podiam ter capitais representados em títulos, que por causa do decreto não lhes fosse dado realizar.

Um pequeno capitalista emprestou por letras vencíveis até 18 de Outubro somas com que havia de concluir um prédio em construção e já alugado, pagar aluguer e ocorrer a outras despesas penosamente adiáveis.

Donos de fábricas têm de distribuir salários no fim da semana, comprar à vista diversas matérias primas, ou remeter fundos por causa de ordens que se não cumprirão, caso queiram enviá-los somente em fins de Outubro.

Chefes de família, pequenos depositários em caixas económicas, ou sociedades cooperativas, tinham formado com tenaz e virtuoso esforço os capitais necessários para entregar aos senhorios a primeira prestação no S. Miguel, ou pagar despesas da educação dos filhos, etc.; talvez até contassem com o depósito para alguns gastos de casa.

A todos estes e a outros muitos, por mais inocentes que fossem na crise, a moratória não podia ser senão prejudicial; tornava-se para eles um perigo assaz grave; ameaçava-os até de não terem feito meios de conservação durante algum tempo. Feito nas melhores intenções, aconselhado na hora do terror, o decreto era um grande revolucionário, pior do que revolucionário, promotor da anarquia. Aquele primeiro artigo, pequeno e estreito, era um grande progenitor de fome, e desordem.

As circunstâncias gravíssimas do momento desculpam o expediente da moratória, e explicam a infeliz maneira por que foi decretada. Ordenar que uma parte da sociedade se separe das outras por 60 dias nas suas funções essenciais; decretar esta morte temporária dentro de um corpo vivo; decretá-la para títulos comerciais, e esquecer todos os outros[1], favorecer muitos daqueles que haviam causado o mal, é um destes actos que arrastariam em breve uma crise pavorosa, se a *providência* fosse totalmente adoptada.

A moratória não dava crédito. Suspensos os pagamentos do Banco de Portugal, Lusitano, Ultramarino, União, Comercial de Viana, do Porto, e outros, não se encobria o mal, nem se evitava. O pânico havia

[1] Não aprovamos a moratória. Estamos a analisá-la, e não a apoiá-la.

chegado ao ponto culminante; era quase indiferente que a suspensão se estendesse a mais algumas casas ou não, tão grande e tão geral tinha sido a pressão financeira.

A moratória servia de dar tempo aos bancos e banqueiros para se proverem de numerário? Mas esse tempo sabia-o dar o código comercial, ouvidos os credores, que eram simplesmente a outra parte contratante, a qual o gabinete não ouviu, nem podia ouvir de um para o outro momento. E esse tempo estava dado por sua própria natureza. Não tendo capital disponível, os devedores requeriam moratória; e, apenas os fundos chegassem, anunciariam que não precisavam dela. A crise tinha superabundantemente provado em Maio que nem isto era preciso. Às suspensões de pagamentos não seguiam logo as declarações de falência; algumas daquelas apenas deram origem a concordatas, várias das quais, se fossem publicadas com o activo e o passivo, trariam a lume curiosos esclarecimentos. Os portadores de títulos sobre os bancos não iriam desde logo requerer a abertura da falência; os anúncios de remessa pronta de numerário haviam de mostrar-lhes o caminho a seguir; a própria lei das sociedades anónimas obstava à aceleração de falência no meio do pânico; ela diz no art. 43º: «As sociedades anónimas, quando *sem justa e legítima causa* houver cessação de pagamentos, podem ser declarados em estado de falência a requerimento de um ou mais credores.» Os tribunais de comércio, formados de negociantes, e presididos por juízes especiais, sabiam bem que as circunstâncias eram extraordinárias, e que a cessação quase geral provinha de um facto que praticam todos os bancos do mundo, ainda os mais sabiamente regidos: não existir na tesouraria a moeda em ouro e prata por valor igual à soma dos depósitos e das notas.

Nas leis estavam portanto as providências bastantes para que a suspensão não levasse à falência; o tempo de pedir e receber recursos não o mudou a moratória, porque a telegrafia, o correio, e os navios não apressaram por causa dela o movimento deles próprios; as praças estrangeiras não ficaram acreditando mais em nós por não pagarmos as suas letras durante sessenta dias; o público também não podia lucrar com o declararem todo carecido de favor nos seus pagamentos por títulos comerciais. Receou-se desordem? Por parte de quem? Dos credores? Esses tinham permanecido cidadãos pacíficos na sua tristeza diante das portas fechadas. A moratória por 60 dias, quando os recursos deviam vir em 8 ou 15, ou 30, servia só para os irritar.

Quem tivesse crédito no estrangeiro devia ficar alegre por não ser obrigado a pagar, e poder preparar-se paulatinamente; os outros, se por modo indirecto não conseguissem recursos, ver-se-iam forçados a vender títulos, ou alienar prédios, ou contrair hipoteca, ou empenhar. E, nessa conjuntura, a própria moratória agravava as dificuldades marcando um prazo muito mais longo que o indispensável, ainda partindo das ideias que inspiraram o governo. Quem não ficava mal era a gente

de má fé; essa aí tinha 60 dias para não pagar, e arriscar os haveres dos credores sem receio de justiça pronta.

Não temos de falar muito das dúvidas sobre letras estrangeiras, e juro de mora. O governo resolveu-as nesse decreto. O código comercial diz nos artigos 443º e 288º:

443º — As contestações judiciais que respeitarem à apresentação, aceite, pagamento, e protestos de falta de aceite ou de pagamento e sua notificação, serão decididas segundo as leis do país, onde têm sido feitos ou deverem ser praticados estes actos.

288º — Tem lugar o decurso e contagem de juros todas as vezes que se dá mora no pagamento de dívida comercial.

O primeiro destes artigos estabelecia um princípio bastante claro para resolver a dúvida concernente às letras estrangeiras. O segundo não nos parece estar no mesmo caso. A mora não provinha de simples falta do devedor; agora um decreto a autorizava; o governo fez bem explicando o seu pensamento[2].

As associações comerciais de Lisboa e Porto, representaram não só sobre esses pontos, mas também a respeito de outro, que é fundamental: como se entendem os 60 dias de que fala o decreto? Ele principia a contá-los de 18 de Agosto; acabam em 18 de Outubro; logo, todos os títulos comerciais vencíveis dentro desses dois limites têm vencimento em 18 de Outubro. A associação comercial de Lisboa lembrou ao governo que era impossível realizar nas poucas horas de um dia a liquidação de tantas transacções de dois meses. Declarou o decreto impraticável. Pediu que durante 30 dias a contar de 18 de Agosto, os efeitos comerciais pudessem gozar da moratória de 60 dias; e que os vencíveis no segundo mês (18 de Setembro a 18 de Outubro) tivessem moratória de 30 dias, mas contando-se sempre de data a data.

A Associação Comercial do Porto considera boa a moratória; mas acrescenta que longe de ser um bem dará resultados funestos, se tudo quanto se vencer durante 60 dias houver de ser pago num só. Lembrou como acertado que todos os prazos de títulos vencíveis de 18 de Agosto a 18 de Outubro fossem prorrogados por 30 dias, contando-se data a data.

Os títulos comerciais a vencer naquele período tinham sido formados numa época de actividade e prosperidade relativas; é certo que uma parte importante foi paga por ocasião das corridas, ou ficou suspensa por falências e moratórias legais; ainda assim, é preciso mais uma vez pensar no terror que se apoderou do gabinete para explicar a disposição que as associações comerciais logo declararam irrealizável e funestíssima. O numerário guarda com a massa das transacções uma relação matemática, rigorosíssima. Se há, por exemplo, mil contos de

[2] A associação comercial de Lisboa lembrava que se adoptasse, em falta de convenção, a taxa do Banco de Portugal no dia do vencimento; mas o artigo 281º do Cod., citado pelo governo, parece-nos preferível.

réis em giro numa praça, e que não pode cada uma das peças que o compõe fazer mais de vinte pagamentos nas horas úteis de um dia, não se efectuem, quando muito, senão 20.000 contos de pagamentos em numerário; mas cada praça costuma ter somente o numerário indispensável às suas operações quotidianas, e uma reserva. Quando o crédito se contrai, quando as notas e os cheques perdem um pouco da confiança pública, o ouro e a prata vêm a ser ainda mais precisos no período em que se vencem obrigações tomadas antes daquela contracção e daquele descrédito. Como supôs o governo que num dia os metais preciosos haviam de ter a velocidade suficiente para percorrer o caminho distribuído por dois meses? Cada devedor tem de preparar-se com o numerário suficiente para embolsar todos os credores? Não o há disponível. Irá primeiro receber? Mas esses a quem recorre serão, como ele, credores e devedores.

O governo respondeu com paternal carinho e em termos de muito amor às duas corporações. Sua Majestade fez-lhes saber que lhe foi muito grato o zelo patriótico dos alvitres prudentes e judiciosos que lhe mandaram; não menos agradável lhe foi o receber a luz da experiência delas. Outras coisas análogas lhe foram não só agradáveis, mas até sumamente gratas. Sua Majestade, porém, apesar das ponderosas razões do comércio, via a crise diminuir sensivelmente, e entendia que de certo as obrigações a vencer em 18 de Outubro, por causa da moratória, serão poucas; e, ainda quando assim não venha a ser, Sua Majestade mandou acrescentar na portaria que o governo tomará mais tarde as providências que as circunstâncias exigirem.

As associações representaram em 22 e 23 de Agosto. El-Rei estava em Vidago, onde há excelentes águas com propriedades medicinais, porém que não produzem o milagre da ubiquidade. Sua Majestade teve de meditar, e talvez de discutir telegraficamente com os seus ministros, visto que se tratava de explicar e emendar um decreto de subido alcance; graças à rapidez com que das regiões altas se pode ver para os mercados, já a 26 o ministério e Sua Majestade sabiam que as obrigações a pagar em 18 de Outubro haviam de ser poucas. Ao menos este acto oficial dizia tacitamente que tantos indivíduos se arrecearam a tal ponto das consequências da moratória, que logo cuidaram de a evitar. Assim, as apreciações da moratória, feitas por pessoas competentes, são as seguintes:

Juízo formado pela Associação Comercial de Lisboa: É boa, mas o modo porque a decretaram exige impossíveis.

Juízo formado pela Associação Comercial do Porto: A moratória é boa, mas as disposições que concernem obrigam-na a produzir funestos resultados.

Apreciação dos factos escritos por ordem de El-Rei: aumenta cada dia o número de indivíduos que procuram fugir da moratória; prestam nisto um serviço valioso. Para 16 de Outubro poucas devem ser as obrigações a pagar.

Assim, todos são concordes em que o executivo praticou erros graves a propósito desta imprevidente providência.

A França teve dois governos que no mesmo calamitoso período permitiam a moratória: nas leis de 10 e 24 de Março, e 4 de Julho de 1871 os dias para prorrogação não foram contados como no decreto português. A comuna de Paris decretou em 16 de Abril de 1871 que o reembolso das dívidas a prazo, contraídas até então, seriam pagáveis em três anos por duodécimos, e sem aumento de juros. O decreto de 18 de Agosto é pior do que estes todos. O do Brasil, de 17 de Setembro de 1864, continha um artigo análogo ao nosso; mas tomaram-se outras disposições, e adoptaram preceitos especiais para as falências dos banqueiros e casas bancárias, assim como sobre as moratórias particulares. Veja-se o decreto de 17 de Setembro. Ali mesmo levantaram-se clamores contra a fraudes que o favor oficial pareceu animar muito. nenhum destes factos da experiência estranha parece ter servido ao governo quando fez o decreto de 18 de Agosto.

A prorrogação tal qual foi concedida, é muito iníqua; não se ampliaram igualmente os prazos de dívidas vencíveis num dado período. Quem tiver letras para 18 de Outubro não tira o menor proveito da moratória; a quem as tinha para 18 de Agosto deu-se espera de 60 dias. Isto seria equitativo, se com o volver desses dias decrescessem e acabassem as dificuldades de obter dinheiro; mas não é assim, porque os perigos que o decreto acumulava para 18 de Outubro seriam tais, que ainda vendendo com grande prejuízo mercadorias e títulos, não se obteriam os recursos indispensáveis. O bem senso de muitas pessoas as tem levado a evitar quanto possível o emprego do remédio aconselhado pelo governo. Estabelecida assim uma espécie de seguro mútuo contra os sinistros que a moratória vinha de causar, o dia 18 de Outubro e os seguintes serão um pouco menos calamitosos; porém a este respeito a previsão é difícil: faltam elementos para ela; só é certo que tanto menor será o mal quanto mais o organismo social seguir pelo caminho oposto ao que o gabinete lhe indicou. O inconveniente que, porém, nenhum trabalho e nenhuma combinação poderá evitar é a desconfiança mais ou menos geral; é a maior dificuldade de saber com que recursos se deva contar, ainda que haja em carteira muitas letras; é o embaraço, posto aos movimentos naturais do comércio, e da indústria, exactamente quando era urgentíssimo afastar de diante dos diversos ramos de labor todos os óbices, e alumiar o caminho por que marcham. Sendo indispensável apressar a circulação e atrair o numerário, a moratória espanta-o, obriga-o, a acumular-se inutilmente, e ordena-lhe que mais tarde faça num dia o que era costume efectuar em sessenta dias.

Outro remédio contra a crise, repetidamente aconselhado por pessoas cuja autoridade é incontestável, é a fusão de bancos. Diminui-se o capital empregado em estabelecimentos de crédito porque se extin-

guem mútuas dívidas, ficam sendo menores as despesas de administração, verifica-se o que há de perdido e o que há de sólido no activo, e constitui-se enfim um banco digno de confiança em vez de uns poucos menos habilitados a trair a cooperação dos capitalistas. Além disto poder-se-ão evitar liquidações, que as mais das vezes causam consideráveis prejuízos.

Um facto ao mesmo tempo curioso e notável, o qual caracteriza a fraqueza ou a desorganização da burguesia, deve ser recordado e comentado aqui. Há poucas semanas formaram assembleia geral os accionistas do banco do Porto. Corria a discussão acalorada. Extremavam-se bem os campos. Haviam-se já trocado palavras que manifestavam paixão. Os ânimos estavam exaltados em presença das circunstâncias da praça, do prejuízo que os accionistas daquele banco poderiam sofrer, e ainda por dissensões antigas, mas infelizmente não de todo extintas. Um dos membros da assembleia, profundamente convencido de que a fusão debelará grande parte do mal que hoje aflige o mercado, expôs neste sentido as suas ideias; falou com sinceridade e sem rodeios; quando afirmou que um dos maiores obstáculos da fusão eram as gerências, a assembleia cobriu-o de aplausos: ele havia dito o que estava desde muito no pensar e no sentir da imensa maioria dos accionistas de bancos! Sobre isto disseram-se ainda palavras e deram-se explicações aparentemente confirmativas daquela asserção.

Triste espectáculo é este! Há mais de um ano que se principiou a falar vagamente em fusão. Esse pensamento propaga-se. Fazem-se diligências para realizá-lo. Mas diz-se que as gerências baldam todo o empenho dos accionistas! Ouvindo isto fica-se crendo que os gerentes são os donos da casa, e os accionistas humildes criados! A crise anuncia-se, a desconfiança paira sobre o mercado, as suspensões de pagamento e as falências aterram o público, o organismo bancário quebra-se, e durante esta série de fenómenos que trazem a desgraça consigo, não há uma só convocação de assembleia geral de qualquer banco para discutir o tão preconizado projecto! E que fez a Associação Comercial? Que providências tomou? Que conselhos deu? Qual foi a sua iniciativa? Que impressão fez no seu espírito o desenvolvimento progressivo da especulação em papéis de crédito? Que providências pediu sobre a legislação das sociedades anónimas, das falências, dos cheques e da circulação fiduciária?

Debalde procuraríamos trabalho eficaz quer da parte desta associação, quer da parte dos accionistas dos bancos. Dizem que a fusão é excelente. É indispensável proceder a ela segundo afirmam, porém a sua actividade não vai mais longe do que produzir este pensamento, encará-lo por várias faces, e lastimar que os indivíduos eleitos por esses mesmos que se lastimam, — os indivíduos, cujo mandato pode ser cassado por esses mesmos que se julgam arriscados seus haveres, — sejam inimigos de tal plano!

Ignoramos qual é a resistência oposta pelas gerências. Narramos os factos quais aí se passam aos olhos de todos. Comentámo-los como os entendemos. Encontramos neles mais um sintoma da assombrosa decadência do espírito público. Vem-nos deles mais uma prova da urgência de nos examinarmos como sociedade portuguesa, de considerarmos os vícios que ameaçam arruiná-la, e apodrecê-la, e de nos erguermos como povo que tem ainda perante si um futuro de glória.

* *
*

A fusão de bancos deve produzir algum bem; mas dará talvez menos do que se pensa: o público mal passará a confiar no estabelecimento novo, só porque se corrigiram alguns defeitos dos actuais; a origem dele fará conservar dúvidas que se desejavam remover. Demais o plano encontrará dificuldades, que ainda não vimos prevenidas nos artigos escritos sobre a matéria.

Ponhamos um exemplo. Dois bancos, A e B têm os seguintes haveres:

| | A | B |
|---|---|---|
| Em dinheiro | 200 | 100 |
| Acções do Banco Nacional | 150 | 80 |
| » do Comercial de Lisboa | 50 | — |
| » do Ultramarino | 20 | 15 |
| » do da Régua | 10 | 12 |
| » do Insulano | 72 | 80 |
| Obrigações de caminhos de ferro | 80 | — |
| Letras | 590 | 720 |
| | 1.172 | 1.007 |

Para simplificar ponhamos de lado o débito; suponhamo-lo por um pouco inteiramente extinto. Os dois bancos apresentam os seguintes elementos comuns:

150 contos em dinheiro, 80 em acções do banco Nacional, 15 do Ultramarino, 10 do Régua, 72 do Insulano, além de 590 contos em letras.

Exceptuando as letras, os elementos referidos são idênticos; a reunião das duas instituições numa só far-se-ia, por exemplo, entrando para um novo banco os haveres dos antigos: mas como se hão-de apreciar os elementos diferentes? As próprias letras não serão sobre os mesmos indivíduos: como deverão ser computadas? E os títulos restantes? O mercado está hoje em condições tão anormais, que os preços cotados não podem ser reguladores; seria preciso, antes de

tudo, um exame assaz minucioso dos bancos para que a fusão pudesse ter bases económicas aceitáveis. Aqui não se podem reservar vantagens especiais, dependentes do futuro, para uma das partes contratantes segundo os títulos que trouxer, porque tudo tem de ser logo expresso em dinheiro, e em acções. (Lei de 22 de Junho de 1867, art. 6º e 7º)

Os credores também têm de dar voto sobre esta matéria. A fusão não só depende dos accionistas. Cada banco oferece garantias especiais, cuja confusão não é permitida independentemente da vontade dos garantidos. Estes não podem resolver sem que lhes patenteiem o estado do banco, ou lhes assegurem devidamente o reembolso dos respectivos créditos.

Por qualquer lado que olhemos a fusão, vemos pois sempre clara e evidentemente indicada a necessidade de examinar com todo o cuidado a situação dos estabelecimentos a fundir. Os accionistas sabem quais são seus direitos? Pois exerçam-nos, se julgam preciso exercê-los. Se não julgam, melhor é não falarem mais da fusão.

Resta saber quais os bancos que necessitam ser fundidos. Quem os conhecer que os aponte. Às gerências cabe contribuir para que as condições dos respectivos estabelecimentos sejam quanto antes conhecidas.

Alguns melhoramentos podem, porém, efectuar-se, ainda quando a fusão se não realize. Cancelem-se as acções de conta própria, que nenhuma lei autoriza, antes as supomos contra a legislação vigente. Acabem todas as filiais, cujo movimento prove a conveniência de extingui-las. Diminuam-se os ordenados dos empregados, ou torne-se menor o quadro deles, sempre que for precisa esta economia. Formulem-se os balancetes com maior minudência. Publiquem-nos até cada semana os bancos que pretenderem atrair prestamistas. Procure-se garantir aos depositantes a prazo os seus créditos, a fim de que o dinheiro deles se conserve mais tempo no giro comercial.

Há no país dois sistemas de organização bancária: um ao sul, onde o banco de Portugal predomina com seus privilégios. Outro ao norte, assente sobre a base da concorrência na emissão, e sobre um princípio empírico acerca da mínima reserva metálica em relação aos depósitos à ordem e às notas circulantes. A cidade do Porto especialmente se distingue no uso deste segundo sistema. Grandes crises o experimentaram, e por enquanto não deu resultados que o condenem. O banco de Portugal não pode mais do que alguns estabelecimentos emissores desta cidade. Quando se discutir e regular a circulação fiduciária, ele não poderá alegar melhores razões do que outro qualquer para obter o monopólio dela, porque sucumbiu logo no começo da nova luta, embora houvesse prestado grandes serviços em Maio. Ele não é como o banco nacional da Áustria, ou o da Inglaterra, ou o da França. Estes aumentam a emissão para diminuir as crises; e o público recebe com

alegria os títulos deles; reputa-os como se foram moeda. A França teve por causa da guerra de 1870 o curso forçado, e as notas conservaram-se ao abrigo das depreciações costumadas. O Banco de Portugal, apesar dos importantes melhoramentos realizados pela actual direcção, não conseguiu inspirar aos portadores de notas e aos depositantes a confiança indispensável a quem tenha de desempenhar missão superior à das outras instituições. Ele, que nasceu da crise de 1846, achou-se aos trinta anos em piores condições que alguns bancos do Porto. Mas é também inegável que os erros graves praticados nesta praça concorreram muito para a crise que atravessamos. Erros na especulação de bolsa, na fundação de sociedades anónimas, e na política. Ao Porto corre o dever de restaurar o seu crédito, de se mostrar digno de instituições económicas liberais; e este dever ordena-lhe que se não limite a dirigir pedidos ao governo, mas sim que, sem pavor diante do mal, o combata, sofrendo com virtude as consequências dele, em vez de as agravar adiando-as. Os que trabalham pela fusão não se contentem de simples conversações particulares; provoquem as convocações de assembleias gerais; não receiem as discussões, porque agora, ou se discutem as altas questões que esta grande crise traz no seu ventre, ou se prepara um futuro horrível. Passou o tempo em que todos os relatórios satisfaziam com tanto que se distribuísse um dividendo volumoso; a magreza dos esclarecimentos já não pode ser tida como prudência; hoje é preciso conhecer onde está o esfacelamento e a ruína, onde está a força e a solidez. Depure-se o mercado; caia o que deve cair; liquidem-se as contas de jogos, do crime, da ambição, e da ignorância; quebrados os encantos, desfeitas as ilusões, aprestemo-nos com a dor da experiência para a alegria de uma nova época de trabalho inteligente, e honrado, que traz consigo a satisfação das mais altas necessidades da existência humana.

Ainda quando os bancos se fundam, os prejuízos não se extinguirão. Debalde se pretenderá suster os apressados passos da morte que aí vai devorando tantos valores, há pouco florescentes; com eles vão reputações que pareciam sólidas, e influências monetárias, há pouco adoradas na praça. Reduzem-se assim a condições normais os elementos que haviam ocupado posições insustentáveis; estas mudanças de lugar, feitas repentinamente, constituem uma revolução no mercado, que se reflecte na família, e que às vezes arranca diamantes e sedas para as substituir por miseráveis trajes. Os remédios agora aconselhados só podem evitar que a revolução exceda certos limites, e traga consigo a miséria de muitos inocentes; mas o próprio remédio supõe doença; e como esta é grave, a cura será difícil, o sofrimento inevitável, e a convalescença demorada, salvos inesperados acontecimentos.

Não cremos que a fusão sirva para fundar agora um banco digno de inteira confiança; além disto as dificuldades dela são grandes; nem

temos por completamente claro que a actual legislação baste para efectuar[3]. Já dissemos o que seria mais fácil e produziria melhores resultados. Acrescentemos sobre isto algumas palavras.

Parte do numerário há meses circulante saiu dos bancos e das casas bancárias para se refugiar nos cofres particulares das cidades, das vilas, e até das aldeias. Recebemos do estrangeiro ouro a prazo para substituir esse numerário; ou havemos de entregá-lo em breve, ou aceitar condições onerosas; de todo o modo, urge atrair lealmente os metais agora escondidos, mas não perdidos. Se a maior parte dos bancos actuais não adoptam os mais eficazes meios para mostrar que o público deve confiar neles; se accionistas e gerências não se compenetram deste pensamento, o comércio estagnará longo tempo, e a crise poderá tomar proporções mais graves ainda. Tornar-se-á indispensável então que os outros elementos, os elementos sãos, se combinem e formem caixas de desconto e empréstimo. Não se julgue insensato propor isto num período em que os estabelecimentos bancários são em demasia. Em demasia são os que inspiram desconfiança. Dos que a merecem ao público há demasiadamente poucos. A própria Associação Comercial de Lisboa assim pensou de certo, quando recomendou ao governo que urgentemente executasse a Lei deste ano que ordenou a fundação duma caixa de depósitos; mas esta caixa duvidamos que se organize com presteza e nas condições desejadas; além disto previnamo-nos para o caso de não ser forte e sólido o próprio crédito do tesouro.

[3] A fim de não tornarmos demasiadamente extenso este opúsculo pomos em nota algumas linhas cujo desenvolvimento nos levaria longe.

Quando em 1846 se tratou de fundir o banco de Lisboa e a Companhia Confiança Nacional surgiram também dificuldades; foram vencidas, é certo; mas a relação dos valores dos dois estabelecimentos mostra entre os de ambos grande analogia; as principais transacções eram com o tesouro e companhias ligadas a ele. (Vide *Organização do Banco de Portugal* — Lisboa, 1847, e *Relatório* de 28 de Fevereiro de 1848 apresentado às cortes pelo ministro da fazenda em 8 de Março.) "

Em 1873, Viena de Áustria sofreu uma crise maior que todas as antecedentes. A 10 de Junho, seis bancos apresentaram o projecto de se fundirem num só, diminuindo o capital. Outros propuseram o projecto de se fundirem num só, diminuindo o capital. Outros propuseram depois a liquidação, reduzir o capital. A 21 desse mesmo mês, o governo publicou um decreto para facilitar a formação de sociedades provenientes de bancos a fundir. «Apesar disto, escreve Max Wirth, a liquidação, a redução, e especialmente a fusão, não querem ir por diante, porque os interessados aguardam que as transacções se restabelecem, e porque também cada uma das partes que advogavam a fusão apreciava a inevitável liquidação da crise.» (V. Max Wirth, *Geshichte der Handelkrisen* — Frankfurt — 1874.)

A nossa lei fala da dissolução das sociedades anónimas, porém não previne o caso da fusão. Será preciso que as assembleias gerais decidam que as sociedades se dissolvam para que depois se fundam; mas depois da dissolução a existência jurídica das sociedades é só para a liquidação, e os credores podem nomear uma comissão junto dos liquidatários (art. 40º e 44.º). É possível ainda dentro destes apertados limites passar para a fusão? Mas é evidente que, sem uma lei especial, se poderão levantar novos embaraços.

Em poucas palavras: há dinheiro disponível em muitas mãos; há grande falta dele, desesperada urgência dele, em outras muitas mãos; há desconfiança acerca de transacções até agora feitas; há ainda elementos sãos, muitos nomes respeitados, em que o público talvez ponha toda a sua confiança, e que aos avultados recursos monetários juntem a capacidade reconhecida. Reúnam-se aqui, e em outras cidades. Formem sociedades anónimas para o desconto e empréstimo sobre penhores determinados, como as jóias, as obrigações de crédito predial, os títulos de algumas empresas, e inscrições; formem caixas hipotecárias e bancos rurais; constituam até caixas económicas; levem aos bairros industriais o seu auxílio, e desta sorte, se o comércio não for imediatamente socorrido, declinarão menos e até em breve se desenvolverão, os principais ramos de trabalho, as bases mais sólidas da prosperidade pública[4].

Insistimos neste ponto porque é fundamental. A depressão do crédito foi muito grande. Só dos bancos do Porto diminuiu a circulação de notas 860 contos durante o mês de Agosto; o depósito em conta corrente, 1.500; se o Banco de Portugal e outros já no balancete de Agosto apresentaram verbas que parecem significar crédito restabelecido, isto não basta para nos tranquilizar.

Outra providência vantajosa seria o estabelecerem entre si relações mais íntimas alguns bancos, e reunirem os seus esforços aos de modestos estabelecimentos de crédito industrial que há no país; conheceriam assim melhor as condições da indústria aqueles que talvez em breve tempo façam relevantes serviços, auxiliando-a.

Prestando a alguns bancos o dinheiro que estes deveriam continuar a ter fora das suas caixas pelo contrato sobre as classes inactivas (*C. L.* 22 de Março de 1872, e 1 de Julho de 1867), o governo procurou pôr à disposição do comércio e da indústria novos recursos que devem orçar por 3.600 contos. Isto equivale a um empréstimo; porém os auxílios deviam ser dados conforme as necessidades gerais, ao passo que este acto do executivo se amolda somente às necessidades e às relações de alguns bancos. A portaria de 21 de Agosto manda lançar à conta dos bancos a parte correspondente dos encargos, com que foram levantadas as somas mandadas vir de Londres; mas, se o governo tiver de reformar os contratos de empréstimo, a diferença dos encargos será de certo contra o tesouro. Demais, o Estado deixa de receber o que os bancos se obrigaram a dar-lhe. Conclusão: aumento de dívida flutuante ou consolidada, pior situação da fazenda pública, desigualdade no distribuir dos socorros.

Fala-se também na restituição do empréstimo de 1.750 contos para navios de guerra, contratado com o *Lusitano* a 29 de Maio de 1875, em obrigações de 90$000 réis, das quais o banco tem, cremos nós, somente

[4] Em 1873, por ocasião da crise de Viena, deu bom resultado a formação de comissões de negociantes, que facilitaram o redesconto.

539 contos; será outra desigualdade, e esta ainda mais censurável; escolher um credor, o maior de todos, para lhe entregar aquela soma, esquecer que a actual crise tem sido principalmente causada pela especulação de bolsa, desfazer uma parte de um contrato sem examinar até que ponto esse banco haja concorrido para a crise, é ampliar perigosamente a ditadura. Oxalá que o ministério pense muito, e examine bem a questão antes de resolver tratar assim o dinheiro dos contribuintes; a imprudência nesta conjuntura, e a tal respeito, pode produzir os efeitos de uma provocação insensata.

Vieram do estrangeiro grandes provisões de numerário; em poucos dias Lisboa recebeu 1.491.824 libras, das quais um milhão para o tesouro; o Porto recebeu 106.926 $^1/_2$ ; parece que o governo contratou ainda mais 300.000 libras com Youle; total destas adições, cerca de 1.898.750 libras, ou 8.544 contos; o ministério desenvolveu grande actividade; e manifestou-se mais uma vez a confiança nele e na fortuna pública; porém não nos contentemos com isto só. Pensemos nos seguintes factos: o desconto diminuiu em muitos bancos; algumas casas bancárias, excelentes intermédios àqueles e a pequenos comerciantes, contraíram consideravelmente ou suspenderam as suas operações; os depósitos a prazo serão em grande parte exigidos, se a desconfiança continuar; neste caso, a importação de numerário, embora até certo ponto muito útil, não poderá estorvar a nova retirada de capitais para o cofre do avarento, ou do precatado, ou do tímido: é isto o que é preciso evitar; mas se as associações comerciais, as industriais, o accionistas, as gerências dos bancos, os homens influentes nas praças e nos bairros operários, continuarem nesta inactividade para tudo que é organização de esforços úteis; se o governo, (como depreendemos de seus actos) e os amigos dele (como vemos em publicações que podemos considerar semi-oficiais) continuarem a proceder na infundada convicção de que as condições normais estão quase restabelecidas com o numerário de Londres, com os compromissos de negociantes e de casas comerciais, com a moratória, etc., agravaremos o mal, adiando-o.

As circunstâncias são muito difíceis; e para vencer as dificuldades é indispensável conhecê-las. Encobri-las, é trabalhar para completa ruína; analisá-las corajosamente, é o primeiro passo para as superar. Desde Maio até hoje a desconfiança pública ainda não cessou; os depósitos a prazo e à ordem continuaram a fugir de muitos bancos, apesar de se afirmar que desaparecera a crise. A baixa dos títulos tem sido tão grande, que se pode calcular já em mais de 15.000 contos de réis a diminuição da riqueza mobiliária durante alguns meses só em títulos de dívida pública interna, acções de bancos, e várias sociedades anónimas. O consumo de quase todos os produtos há-de restringir-se consideravelmente; durante algum tempo a indústria e a agricultura ressentir-se-ão disto, apesar da prosperidade do comércio de vinhos, de não serem más colheitas de vários produtos e de não ser a crise imediatamente

mercantil. Somos, demais, um povo pouco económico, entre o qual os hábitos de gente rica facilmente são imitados, mas não podem ser mantidos. A opinião pública é às vezes tão pouco ilustrada que aprecia os governos mais pelos resultados causais do que pelos esforços deles. No mercado monetário figuram muitas pessoas, que de certo não consultam cuidadosamente os documentos oficiais, mas que falam das finanças, como se as soubessem de cor. Quantos argentários não haverão acreditado que a dívida pública tem crescido pouquíssimo durante esta administração? Há-de causar-lhes espanto que, bem feitas as contas, viéssemos a endividar-nos como se houvéssemos emitido 50.000 a 60.000 contos em inscrições desde que o Sr. Fontes é presidente de conselho! E note-se ainda que sendo a nossa receita, termo médio, pouco superior a 22.000 contos, vai mais de metade para juros de dívidas! Quantos elementos da crise vieram de serem poucos os acontecimentos de gente endinheirada! Como se deixaram iludir facilmente! E o pior é que as flutuações do seu pensar são outras tantas flutuações no mercado! Um pouco de estudo é um seguro contra os maus especuladores, e vale mais do que um aperto de mão dos ministros, ou uma mercê de Sua Majestade.

Acerca de outros perigos da situação ouçamos que vive perto dos doentes.

As associações comerciais de Lisboa e Porto reconheceram a possibilidade e a probabilidade de uma crise de trabalho. A desta cidade exprimiu-se como segue: «A direcção resolveu pedir a atenção de V. Ex.ª, como membro do governo, para que seja conjurada outra crise mais terrível ainda que a de que se trata: a do trabalho; e para isso toma a liberdade de lembrar, como meios eficazes de a prevenir, que muito convém alargar a escala dos trabalhos públicos, embora o tesouro nacional faça sacrifícios; e promover, quanto possível, que donos de fábricas e oficinas de toda a espécie não despeçam trabalhadores por falta de numerário para pagar-lhes os jornais. Deste modo o trabalhador honesto terá meios de obter o seu sustento, e aos mal intencionados faltará pretexto para alterarem a ordem pública, cuja manutenção é do máximo interesse social.»

Se a associação comercial portuense meditasse um pouquinho mais, não escreveria estas linhas. Se diante de seu espírito se desenhavam já os acontecimentos sinistros que podem acompanhar uma crise de trabalho, custa a crer que o prospecto do mal só lhe inspirasse tais palavras, que contém doutrina perigosa; o povo de Paris, exaltado pelas paixões mais fortes, iludido em política e em economia, apoiava nos clubes vermelhos doutrinas análogas às que se revelam naqueles períodos. É perigoso nesta conjuntura propagar confiança tão vasta no auxílio governamental. Nós, que somos adversários do gabinete, nós defendê-lo-íamos contra esses pedidos. O ministério não tem, não pode ter numerário para socorrer muitas das fábricas portuguesas, a fim de que elas não despeçam quais-

quer operários honestos. As leis da produção e do consumo claramente o mostram. Os próprios socialistas sabem que nas actuais circunstâncias se não devem requerer estes favores, por que seria pedir milagres. A ordem pública é do máximo interesse social; mas a ordem nas ideias não o é menos; e quando vemos tal corporação dirigir-se desta sorte ao governo, receamos que a anarquia no pensar sobre matérias sociais seja ainda maior de que a própria crise.

Nunca imaginamos que representantes da Associação Comercial do Porto, imitando o governo, propagassem involuntariamente, e nas melhores intenções, princípios com odor de sistemas comunistas, ou socialistas! S. M. El-Rei elogiou-os! Não dizemos que a representação cheirasse a petróleo, porque deixamos o emprego desta palavra à ciência dos homens sérios e conservadores. Mas a associação comercial ignora a história das crises? Bem ricos são os Estados Unidos; e em 1873 só na cidade de Nova Iorque havia 10.000 operários sem trabalho, socorridos por instituições de beneficência. Em todo o Estado do mesmo nome, houve 182.000 trabalhadores que não tinham que fazer. Viena, em Dezembro de 1873 e Janeiro de 1874, viu emigrar 14.000; em Fevereiro, 18.830 pessoas estavam desempregadas apesar de não terem tido grande culpa no jogo de bolsa. Por amor do crédito desta cidade, e, ainda mais, por amor da ordem, pedimos à associação comercial que não faça criar esperanças de realização impossível. Assuntos desta gravidade estudam-se cuidadosamente, antes de dar sentença a respeito deles. Demais, convém não falar antecipadamente nos mal intencionados. É uma imprudência que pode valer uma provocação.

A Sociedade de Socorros Mútuos Auxiliadora houve-se com maior prudência. Elegeu uma comissão para estudar o assunto, e propõe-se a discuti-lo na companhia de delegados de todas as outras sociedades análogas. No relatório dessa comissão fala-se também de pedir auxílio ao governo; mas isto é apenas parte de um plano complexo; a Auxiliadora encarou a questão na sua triste realidade: ela compreendeu que, se a crise vier, será indispensável recorrer até à própria beneficência pública, e unir com a maior solicitude todos os esforços da filantropia, e do capital disponível. Se os projectos desta associação têm lacunas, ao menos encontram-se neles alguns traços aproveitáveis[5]. A Associação Comercial de Lisboa também não procedeu mal aconselhando a construção do caminho-de-ferro da Beira com capitais estrangeiros; pomos agora de lado o modo ilegal de abrir concurso, como há pouco

[5] O projecto propõe: Consultar as sociedades cooperativas sobre o auxílio que podem dar pequenos industriais; e ver se conseguem que os bancos redescontem letras garantidas ou endossadas por elas. Promover a criação de sociedades cooperativas. Obter socorros por subscrição pública, requerer o auxílio do governo, da câmara e do conselho de distrito. — Solicitar dos donos de prédios a maior indulgência sobre o pagamento de alugueres de casas ocupadas por operários.

não consideramos já a legalidade acerca da moratória. Aquela construção poderá ocupar muitos operários que talvez de outro modo não continuem a ter trabalho; e aprontará mais um elemento de progresso, mas sob a condição de adoptarmos novo sistema de vida política e administrativa.

Outros remédios têm sido propostos, como a execução rigorosa da lei das sociedades anónimas, haver só um banco emissor, garantir o governo certa emissão dos estabelecimentos actuais, não abonar juros aos depósitos, etc.

A lei das sociedades anónimas precisa ser alterada e emendada; o gabinete já pensa nisto, segundo somos informados; a responsabilidade dos subscritores está mal assegurada; os poderes dos accionistas são pouco garantidos; o próprio modo de organizar os corpos gerentes e fazer os estatutos dá grandes largas aos especuladores; a doutrina sobre obrigações a emitir demanda também modificações, etc. Mas, além destes defeitos (que não ofuscam os merecimentos incontestáveis da lei), o governo deixou amontoar elementos de crise sem impedir um pouco a formação dela como até certo ponto impediria obrigando a cumprir a legislação vigente[6].

Um só banco emissor é outro projecto a discutir. A matéria é vasta. As leis de circulação fiduciária não vão ser já reformadas. Basta, pois, lembrar que um só banco emissor em Lisboa suspendeu logo pagamentos, e os emissores no Porto foram pagando um pouco melhor. Já duas vezes se deu este facto. Lembraremos ainda que as notas dos bancos portuenses foram sempre em proporções tão acanhadas, e tão inferiores aos depósitos, que se elas vão ser condenadas, temos de acabar primeiro com estes, ou ser injustos.

A garantia das notas dada pelo governo, além de outros inconvenientes, obrigaria a levar tão longe a ingerência do Estado nos negócios particulares, que nós preferiríamos que o tesouro tentasse emitir bilhetes pagáveis à vista nas suas repartições de Lisboa e Porto; preferiríamos, se tivéssemos de escolher. Como não temos, não somos a favor de nenhum de esses remédios nas circunstâncias actuais.

Alguns bancos já não abonam juros aos depósitos. Dividem-se as opiniões de ilustres publicistas sobre esta matéria. Preferiríamos o depósito com juro maior ou menor, segundo a ocasião; poder-se-ia fixar o máximo do depósito à vista para cada depositante, e ainda o máximo para depósito a três ou sete dias. Cremos até que se há-de voltar em breve ao abono do juro.

Mas precisamos de terminar, a fim de que o opúsculo destinado a vir prontamente a lume não se torne volumoso livro. Concluamos, pois a nossa tarefa.

[6] Em Setembro e Outubro de 1875, já indicámos vários defeitos da legislação portuguesa, confrontando-a com a Bélgica, França e Alemanha, e pedimos a sua reforma.

## VII

### *A crise. Ruína de um sistema económico, e de um sistema político. Erros particulares e públicos. Remédios. Breves palavras aos políticos e à burguesia.*

A crise de 1876 é a ruína de um sistema económico, e de um sistema político. O sistema económico procurava dar a riqueza a quem não produzia coisas úteis. O sistema político procurava achar a civilização fora do progresso moral. Ambos foram condenados pelos factos; as ruínas deles hão-de servir de memoranda lição.

Que seria da virtude, e da inteligência bem dirigida, se a crise não visitasse os nossos mercados? Acaso não foi já muito longo o império, o baixo império, da especulação, umas vezes insensata, outras vezes criminosa? Era tempo que principiasse a retomar suas proporções verdadeiras quanto por artifícios perniciosos se sustentara com aparências brilhantes.

Muitos recuam espavoridos ante estas cenas da destruição; e contudo nos restos esparsos da fortuna pouco antes invejada pode a inteligência humana ler distintamente a prova de que são enfim más as consequências de todo o esforço oposto ao ideal de socorro mútuo, de sincero amor, e de tal cooperação, que têm inspirado tudo quanto no desenvolvimento da nossa vida sobre o globo terrestre consegue tornar nobre e santa essa mesma existência. Na linguagem sublime das lições que a natureza nos dá quando extrai do mal o bem, esses restos dizem que a sociedade não se engrandece com o jogo, com as tramas dos especuladores, com o luxo provocador, e com as intrigas das facções.

Sim: caíram dois sistemas. A crise não é só monetária, mas também política; rebentou aquela mais cedo do que esta, porque a gerência dos bancos, e os factos do mercado são mais compreensíveis do que os fenómenos políticos.

Mas os sintomas percursores de esta outra crise manifestam-se já. As promessas do gabinete não se realizaram; aos seus cálculos saíram notavelmente errados. Afirmou a necessidade de reformar a carta, a instrução publica, o exército e a administração; e no decurso de cinco anos, apesar do apoio da maioria parlamentar, não realizou nenhuma dessas reformas. Quis no código militar a pena de morte, e os actos de indisciplina multiplicam-se. Empenhou a palavra acerca do registo civil e não a resgatou no vencimento. Calculou repetidamente a extinção do déficit e da dívida flutuante; o deficit continua; a dívida aumenta. Disse que as inscrições subiriam em 1876 e elas baixaram. Considerou sintoma de prosperidade todo o desenvolvimento de sociedades anónimas e a crise rebentou em Maio. Asseverou em Maio que ela estava já vencida, e ela ressurgiu temerosa em Agosto. Quaisquer que sejam os actos

louváveis do gabinete, por modo algum alteram as conclusões que tiramos do sistema governativo. O ministério abandonou o seu próprio programa, como se os acanhados expedientes da habilidade política lhe agradassem mais do que actos grandiosos do talento de estadistas. O valor ministerial será cotado como título de banco mal dirigido, e com activo desacreditado; mais tarde virá a queda do gabinete.

Mas esta queda não resolve as questões que agora se impõem ao espírito publico; melhor seria até que permanecessem estes ministros, se os erros de governação têm de continuar.

Indispensável, necessário, urgente, é mudar de sistema, e não simplesmente de homens, se não queremos crises financeiras e políticas a breves espaços.

Este sistema não o inventou o governo; mas empregou-o com maior arrojo e por mais tempo; é o sistema que trouxe a indiferença publica, o egoísmo assolador, a corrupção eleitoral, e uma tolerância imoral de costumes políticos; tem feito perder autoridade a muitos estadistas ilustrados; desorganizou os partidos; abriu dissensões na própria oposição, levando até parte dela a coligar-se mais de uma vez com os governos contra outra parte; produziu revoltas como a de 1870; engendrou ditaduras; feriu o exército na disciplina; estorvou reformas úteis e necessárias; adiou questões importantes; desprestigiou os corpos legislativos; criou à própria coroa situações ilegais; gerou ministérios fracos, e, enfim, lançou a anarquia não só nos poderes públicos mas também nas ideias, trazendo assim a decadência moral.

Uma das crises de tal sistema dá-se agora, e ameaça trazer grandes males, se o não combatermos com perseverança, e patriotismo. Desde a revolução de Janeiro (a qual quase não deu ministros, e necessitou lançar-se nos braços de conservadores) até à revolta de 1870, que a Europa condenou com frases que nos envergonharam; desde essa revolta, em que se conquistaram pastas e legações à custa de tiros e de indisciplina, até à segunda ligação de um partido democrático em 1871 com os conservadores; desde as eleições desse ano até agora, — os acontecimentos provam que o sistema governativo em que temos vivido é um perigo permanente. Não cuidem que só ameaça a coroa, o que pouco valeria, porque a realeza não é indispensável ao bem estar dos povos; alguns vivem perfeitamente sem rei; pode porém arriscar seriamente o progresso do país, o que arriscaria também a nossa independência.

O verdadeiro sistema de governar exige que todo o país faça política sua, em vez de se contentar com um procedimento regrado por esta frase tão insensata como vulgar: «tão bons são uns como os outros». Estas palavras são a proclamação da indiferença nacional como sistema; e; tendendo a que se esqueçam os deveres de cidadãos, estabelece em privilégio de uns poucos de homens o governo do Estado.

A linguagem habitual mostra-nos a que extremos de miséria somos chegados: as palavras — «ele faz isso por política» — exprimem que um indivíduo contrariou a sua consciência, ou foi faccioso, ou violou as leis; uma das mais nobres ocupações aí vive desconceituada, e a ela se confia a paz, o progresso, a independência!

Quais são as crenças sinceras de que vive a nossa sociedade política? O poder eleitoral passa como instrumento do executivo; o executivo desfaz-se do legislativo o mais depressa que pode; a máquina administrativa dá-nos parte da sua história na das eleições, e do recrutamento; mas acaso julgam que uma sociedade pode longo tempo viver sem ideal, sem princípios que a animem, sem convicções profundas que a dirijam, e sem correntes de ideias que mantenham o equilíbrio entre as necessidades da conservação e as do progresso? Desprestigiados os poderes fundamentais, perdida a crença no próprio direito do eleitor, que fica de respeitável neste organismo nacional?

Dão-se entre nós estes factos no período em que por todo o mundo civilizado se efectuam trabalhos admiráveis no domínio das ciências políticas, e os direitos e deveres humanos são esclarecidos por novas luzes. Em vez de nos prepararmos para evoluções pacíficas elevando continuamente o nível da instrução, passam anos sem que uma só lei manifeste compreensão do movimento intelectual dos outros povos! É quase sempre fora do parlamento, fora dos discursos oficiais, fora dos esforços administrativos, que se nos deparam provas de que também entre nós se vão assimilando os trabalhos do estrangeiro; mas se os governos se obstinarem em prezar mais a formação de maiorias do que o progresso nacional, que virá a ser corrente de ideias extra-oficiais? Que virá a ser dessa corrente, se os poderes públicos, postos no plano inclinado em que vão, arrastados pela vertigem da ditadura de várias espécies, recorrerem à ilegalidade para as combater, como recorrem a ela tantas vezes para se sustentarem?

No século passado os cortesãos de Luís XVI supunham muito seguro o velho regime; quando a revolução já tinha tomado a Bastilha ainda o infeliz rei nada sabia do que se passava. O duque de Liancourt contou-lhe tudo; o rei perguntou-lhe: «Então é uma revolta?» «É uma revolução, Senhor,» respondeu o duque. Em 1848, A. de Tocqueville dizia na câmara dos deputados: «Diz-se que não há perigo, porque há motins; diz-se que as revoluções estão longe de nós, porque não há desordem material na superfície da sociedade. Creio que vos enganais. Sem dúvida a desordem não está nos factos, mas entrou profundamente nos espíritos. É minha convicção que a esta hora adormecemos sobre um vulcão.» Os amigos do governo protestavam. Duchatel dizia mais tarde ao embaixador da Áustria que tudo ia muito bem. Em Fevereiro a revolução de 1848 rebentava para triunfar.

Não sabemos se aqui rebentará uma revolução; sabemos sim que existem aqui muitos elementos de anarquia moral; pensamos que uma

revolução traria agora consigo acontecimentos calamitosos, sem poder restaurar à custa deles a sociedade portuguesa; sabemos que as transformações de que o país necessita devem ser precedidas, não da revolução armada, ou da revolta, ou da desordem, mas da discussão, do nosso mútuo ensino como cidadãos; temos primeiro de organizar as reformas no nosso pensamento, de revolucionar com boas ideias o nosso cérebro; seguir o caminho inverso é abalar inutilmente a sociedade, e escrever leis que logo morrem. Olhemos para a Espanha. Previnamo-nos a tempo, a fim de que não tenhamos de sofrer como ela.

Nossos antepassados de 1807, 1820 e 1832 suportaram ora a guerra internacional, ora a guerra civil para manter ou conquistar a independência e a liberdade. Nós, homens de 1876, temos a combater noutro campo: na escola e nas assembleias. É um combate nobre, que produzirá a fundação de partidos com poder para governo bom.

Superabundam provas da quase impossibilidade de efectuar progressos com o actual sistema. Digamos uma que vale por muitas: à longos anos discursa-se, declama-se, grita-se contra a emigração, desenha-se com severas cores a sorte de muitos emigrados. A estatística fala também: de 1870 a 1874, por exemplo, foram para o Rio de Janeiro 46.828 portugueses; destes eram menores de 14 anos 9.157, ou quase a quinta parte; faleceram 9.636, ou mais de outro quinto. De 1861 a 1874 emigraram para a Bahia 835 portugueses; 443 eram menores; durante esse período faleceram 668 portugueses. O nosso cônsul dizia do Rio de Janeiro, em 1875: «Dos emigrantes aqueles a quem cabe mais desgraçada e comovente sorte são os que vem para fugir ao recrutamento,... os menores de 14 anos; os pais, para os não verem soldados, preferem arremessá-los para o Brasil, muitas vezes sem a mais leve recomendação.»

A câmara dos deputados abriu um inquérito em 1873: publicou-se um livro volumoso; formularam-se projectos de lei; mas nem o inquérito nem os projectos deram o menor resultado; ficou tudo na mesma; se a emigração era um grande mal, os poderes constituídos não trataram de o debelar; o dinheiro vindo do Brasil continuou a deslumbrar o país, que olha cuidadosamente para as cotações do câmbio do Rio, inquire as somas que se recebem do império de além-mar, e não faz a conta das vidas de irmãos que perdemos, nem dos sofrimentos que lá oprimem tantos. O país esquece que o dinheiro não basta, e que é também preciso saber empregá-lo. O país não reflecte que é necessário desenvolver os elementos de vida própria que temos cá, em vez de esperar-mos vergonhosamente pelas riquezas que venham de longe.

Pelo que respeita ao recrutamento, esse continuou qual estava, com as suas crueldades, com a sua desmoralização crescente; os poderes públicos não conseguiram de si próprios algumas horas de sentimentos justos para com a infância condenada a fugir da pátria, para com a família condenada a perder os seus membros mais queridos. A organi-

zação da força armada funda-se nisto; olhai para as bases da garantia oficial da independência e da ordem; olhai bem; repousa sobre a desumanidade legal, acrescentada pela desmoralização eleitoral. Pensai nestes factos, cidadãos, quer sejais cultivadores, ou operários de fábricas, ou proprietários, ou capitalistas, ou escritores. Poderemos subsistir como nação civilizada se diante dos maiores horrores cruzarmos os braços? Estimai a paz; lembrai-vos, porém, que a vossa indiferença é uma guerra constante ao vosso próprio bem estar, e gera um vulcão debaixo de vós, se não constitui um pântano.

* *
*

Voltemos à crise monetária, que pode vir a ser mercantil e industrial. Não há leis que evitem desde já a volta de perturbações do mercado. Leia-se a história das que vieram já durante este século. Mas a reforma dos costumes particulares pode minorá-las: — amemos o trabalho, honremos toda a ocupação útil, saibamos ser pobres, se a pobreza é condição provisória da honra. Ou é tola a opinião dos que nos vêem quais somos, ou prezarão mais a simplicidade doméstica do que o fausto mantido pela violação do dever .

Duas palavras à burguesia: a burguesia vem do trabalho; saiu do terceiro estado; a extinção da aristocracia favoreceu-lhe os progressos: não esqueça pois os seus progenitores. Atraiçoá-los-ia se não fosse trabalhadora, e democrata. Fica-lhe bem tudo que é útil e deveras civilizador como a serra, o machado, a trolha, o alvião, a enxada, o martelo, o buril, o remo, a lançadeira, o tear, o pincel, o arado, as grandes máquinas, a pena. Manejou-as a burguesia, ou constituíram a distinção económica de seus antepassados. Sem esses instrumentos haveriam sido vadios, parasitas, lixo animado. Distinções fidalgas na burguesia são caricaturadas, ao passo que esses instrumentos enobrecem quando inteligentemente empregados. Cuide a burguesia de animar a agricultura, e a indústria; funde escolas; fomente as artes e as ciências. Portugal possui grandes recursos. Os sinais de progresso económico são evidentes; mas há ainda campo vastíssimo a explorar: na superfície total do continente, que é de 8.962.529 hectares, há para cultivar cerca de 4.000.000. Que vastas colónias dentro de casa! Outro terreno inculto em grande parte é o cerebral, o solo das ideias, a terra prometida onde vivem as artes, as letras, e as ciências. Na Suíça, para não falar de outras nações, o ensino é uma questão vital para todos os partidos. «A Suíça, diz Laveleye, não tem esquadra, nem portos; os produtos exóticos chegam-lhe com enormes gastos de transporte; faltam-lhe o ferro e o carvão; e contudo as cifras do seu comércio externo, comparado com a população, elevam-se a mais que as de qualquer outro país, incluindo a Inglaterra. Porque sucede assim? Pela habilidade de seus operários, pela inteligên-

cia dos seus industriais e comerciantes, isto é pela superioridade dos conhecimentos.» A lei de Zurique diz assim: «As escolas públicas adoptarão um sistema de ensino tal, que as crianças de todas as idades possam tornar-se cidadãos úteis, seres morais e religiosos.» Dixon conta que perguntara a um mestre escola da Suíça alemã: «Os vossos discípulos pertencem a todas as classes sociais?» «Pertencem, respondeu ele; este rapaz é filho do professor Fulano; aquele de cara inteligente , é filho de um cocheiro» «Então Fulano não põe dúvida a que o filho tenha por condiscípulo o filho de um cocheiro?» «Não, porque entre nós a posição vem do talento. Se *A* iguala *B* no saber, é igual a ele na importância.»

Estas palavras dizem-nos que um bom cocheiro vale mais que um bom título, e poupam-nos largas reflexões. Pense nelas a burguesia. Olhe para si própria, e diga-nos se os seus costumes conseguiram criar alguma escola de arte, inspirar a pena ou o pincel; somos um povo sem museus, quase sem monumentos modernos. Como hão-de picarescos hábitos servir para formas belas e eternas?

A França pareceu quase aniquilada pela guerra com a Alemanha; e contudo restabeleceu-se depressa. Como? Pelo trabalho, pela economia, pela inteligência, pelo entusiasmo. Tomemos as crises de 1876 como invasão de inimigos. Derrotemo-los, aperfeiçoando os diversos ramos de trabalho. Peçamos à terra e à oficina o que as flutuações da bolsa não podem dar-nos, ainda que lhes ofereça-mos a dignidade própria. Perderam-se muitos valores, mas ficaram-nos braços vigorosos, terreno fértil, clima próspero, e temos diante do nosso entendimento as lições do desengano. Procuremos a salvação no campo, na fábrica, e no mercado. Sejamos sinceros para connosco mesmos. Vejamos as aspirações a uma falsa grandeza ou à opulência imerecida no espelho da própria história de cada um de nós. Eduquemos nosso espírito no que é verdadeiramente grande. Gloriemo-nos de ser alguma coisa útil. A família, e a nação não podem prosperar fora da cultura do que é religioso, moral, e justo. Que as nossas mãos estejam calejadas; são destinadas à produção. Que o nosso corpo se endureça; tem de servir bem um infinito de pensamentos. Mas que o nosso espírito viva puro e que o nosso coração conserve os sentimentos mais altos. Assim, as crises passam depressa.

# A CIRCULAÇÃO FIDUCIÁRIA
# E A PROPOSTA DE LEI ACERCA DO BANCO DE PORTUGAL
# (1877)

A Circulação Fiduciária

Meu caro Agostinho Pinheiro

Recebi e agradeço a sua carta. Obrigado pela atenção que lhe mereceram as palavras que a 17 de Janeiro próximo passado proferi na assembleia da Associação Comercial.

Não estranhe que lhe responda em poucas linhas; além de razões que me obrigam a ser pouco extenso, entendo que, uma vez discutidos os pontos fundamentais, o acidental exigira simplesmente a aplicação mais ou menos minuciosa de princípios expostos, ou obrigaria a considerar de pouco proveito para o nosso caso.

Há na sua carta uma parte em que o Agostinho Pinheiro me atribui opiniões que não tenho acerca da liberdade; até parece cuidar que julgo possível e útil extinguir imediatamente as alfândegas! Assegurando-lhe que eu ignorava completamente que a minha escola liberal era a que V. assevera que eu frequento; afirmando-lhe que foi para mim grande novidade o que me noticiou sobre o meu modo de pensar em política económica, passo já a outro lugar da sua estimável carta, porque não vale o papel e a tinta o falar de mim.

Protestando amor da liberdade, o Agostinho Pinheiro acrescenta que na prática essa liberdade precisa de restrições; que é perigoso aplicá-la sem reserva a todos os actos da vida dos homens e das nações; que a justiça é princípio superior à liberdade; que a lei é uma força superior que contém o homem quando a sua razão periclita; etc. Admitamos tudo isto como axiomático; suponhamos que nas suas palavras se não descobre o seguinte círculo vicioso: para ser justo o homem precisa de ser livre, e para ser livre precisa de ser justo; demos como indiscutível que a lei é feita para conter os excessos da liberdade, em vez de ser um dos resultados das faculdades e relações sociais existentes num dado momento; eu receio tanto controvérsias sobre pontos fundamentais da filosofia do direito, que lhes prefiro estabelecer por hipótese que V. tem muita razão e que neste particular estamos de acordo.

O que eu, porém, não esperava, é que depois da sua declaração de princípios, o Agostinho Pinheiro os pusesse de lado tão depressa; a pág. 12 e 13 já diz assim: «Mas quando nós procuramos estudar as ques-

tões à luz da experiência, quando temos por fim assegurar o nosso bem-estar, o bem-estar da sociedade a que pertencemos, acontece algumas vezes sermos obrigados a sacrificar às considerações de princípios e as nossas próprias simpatias à utilidade prática.» Em seguida cita a existência de dois monopólios «que nenhum país ousou abolir ainda, o dos correios e o da fabricação de moeda.» Sobre as vantagens deste último baseia V. as do exclusivo da emissão de notas.

Assim lá foram para o canto os princípios que V. havia estabelecido; e ficamos a olhar exclusivamente para a utilidade prática e para o monopólio da fabricação da moeda. Acompanho-o nesta mudança de lugar. Já vê que não oponho dúvidas à escolha de terreno em que assente o seu campo científico. Vejamos os frutos que ele lhe dá; resumem-se nas seguintes palavras suas: «Não terá o Estado o dever de precatar a faculdade da emissão de notas, que não são afinal senão a representação de moeda, delegando-a num estabelecimento cujas funções ele regule e inspeccione atentamente? Não é da conveniência do Estado, como da conveniência do público, que assim como se garante a unidade do peso e do valor das espécies metálicas, por meio do exclusivo da fabricação, se garanta igualmente a unidade do crédito das notas, por meio do exclusivo da emissão ? Não haverá o mesmo proveito e a mesma necessidade, nos dois casos, de prevenir as fraudes e os abusos da concorrência, estimulados pelo atractivo do lucro?»

Estes argumentos reduzem-se às seguintes proposições: 1ª A nota representa moeda. 2ª A nota deve satisfazer só princípio da unidade. 3ª O Estado deve garantir a unidade do crédito.

1ª *A nota representa moeda.* Mas qualquer escrito da dívida e toda a promessa de pagar, a *representam* também; se daí se deve concluir alguma coisa para a nota, não fiquemos a meio do caminho; previnamos os abusos da concorrência; previnamos a fraude; um só estabelecimento bancário deverá ser autorizado a realizar todas as operações cujos títulos representem moeda. Quem quiser escapar a esta condenação de grande parte do trato mercantil, agrícola e fabril, volte aos tempos em que só havia a troca; porque onde houver necessidade de representar de qualquer modo a moeda, aí haverá a santidade do monopólio para nos precatar contra os infames abusos da concorrência. É possível que daí resulte uma retrogradação enorme; será, porém, compensada pela extinção do atractivo do lucro; e ficará de pé o monopólio, cuja inocência é reconhecida, cujas intenções merecem canonização, e cuja pureza de vistas é testificada pela história de todos os tempos.

2ª *A nota deve satisfazer ao princípio da unidade.* Mas que é a unidade da nota? É ser do mesmo papel e de tinta sempre a mesma? É não se estragar com a chuva, ou com o fogo? A 3ª proposição esclarece este ponto.

3ª *O Estado deve garantir a unidade do crédito.* Deverá, mas não pode; se ele disser que é capaz de o fazer, os factos hão-de desmenti-lo; se lhe impuserem legalmente essa obrigação, não há-de cumpri-la.

Em que país tem qualquer governo faculdades para tanto? Pois não é a experiência quem nos diz que, *ainda* havendo exclusivo, as notas podem perder do seu valor? Não temos visto o curso forçado em terras de monopólio? Não tem esse título bancário sofrido tantas vezes desconto? Onde ficou a unidade de crédito? Para a admitirmos seria preciso provar primeiro que a aritmética é uma mentira. Custaria a acreditar na persistência com que se fala da unidade de crédito garantida pelo exclusivo, quando a depreciação das notas se tem dado e se dá nas terras de monopólio ou de *tendência* para ele; custaria a acreditar nessa persistência, dizia eu, se as ilusões acerca de crédito não fossem tão fáceis de formar e tão difíceis de extinguir.

Digo-lhe sinceramente que me parecia desnecessário levar mais longe, perante seu lúcido espírito, a resposta a essa parte fundamental dos seus argumentos, se eu não soubesse que esta matéria, apesar da evidência do que fica dito, é das que mais dúvidas tem causado. Por isto escrever-lhe-ei ainda um pouco sobre o que pode ser o exclusivo perante a referida unidade.

Aceitemos como lei a proposta do governo acerca do Banco de Portugal; extinguem-se enfim estas criminosas notas dos bancos das províncias e a emissão é feita exclusivamente por aquele estabelecimento; o capital dele sobe a 16.000 contos, ou ao duplo do actual; o ilustre comissário régio vigia atentamente pelo cumprimento das leis. Funciona, enfim, graças a Deus e ao poder legislativo, aquele supremo dispensador do crédito. As filiais ou agências estendem pelo país inteiro a sua influência benéfica; então a circulação de notas, em lugar de ser igual a 4.700 contos em todo o reino, elevar-se-á pelo menos a 7.000 ou 8.000; um quarto do capital do banco estará em fundos públicos; de depósitos afluirá também maior quantia; serão, por exemplo, uns 5.000 contos; as obrigações à vista subirão assim a 13.000 contos; haverá em caixa 4.666 contos conforme a lei; o resto poderá estar empregado em letras, ou empréstimos ao tesouro, ou contas correntes com garantia, etc.

Desejará que me dissesse como o exclusivo pode impedir que algumas letras deixem de ser pagas; que diversas contas correntes estejam mal garantidas; que o tesouro (de quem o banco depende) tenha dificuldade em pagar; que o mercado de Lisboa ou das províncias especule demasiado em qualquer género, etc. O exclusivo não assegura também contra as corridas, nem contra a suspensão de pagamentos; e sendo assim, como pode garantir a unidade de crédito?

Veja o que sucedeu ainda há pouco ao banco de Portugal: tinha o exclusivo em Lisboa, e suspendeu ali primeiro o pagamento das notas do que na filial no Porto onde há concorrência; parece-me até que esta filial estava preparada para continuar pagamentos por mais tempo. Em 1846 o banco de Lisboa, com o monopólio bem garantido, foi pessimamente administrado, suspendeu pagamentos e deu-nos, como efeito das suas relações com o tesouro, a praga do curso forçado.

Talvez o A. Pinheiro me diga que então o Banco de Lisboa, assim como hoje o de Portugal, não tinha o completo exclusivo da emissão no reino; mas eu não atinjo o que isto queira provar para os factos ocorridos na capital, onde o monopólio reinava à sua vontade. Ao menos aí devia estar garantida a unidade de crédito; e foi aí exactamente que essa unidade menos se manteve, quer em 1876, quer em 1846.

É verdade que o meu amigo diz a pág. 14 e 15: «Sob o regime da liberdade da emissão bastaria que as notas de um dos estabelecimentos bancários se depreciassem para que fossem recebidas com menor facilidade, e mais ou menos afectadas do mesmo descrédito as notas dos outros bancos emissores.» Mas se a suspensão de pagamentos do *União* precedeu a de pagamentos do de Portugal, já a 16 de Agosto este último *tinha em caixa somente 471 contos, devendo só em notas 2.232 contos*; supor que ele resistisse no dia 18, se não fora o ocorrido com a *União*, quando no dia 17 a situação tinha piorado, a ponto que a direcção pedia ao governo *medidas extraordinárias* — é o que o seu ilustrado espírito de certo me não pede que admita.

E quando os factos de 1876 não bastassem, recordar-lhe-ia os de 1846. V. mesmo afirma que as notas do Comercial do Porto eram preferidas às do banco de Lisboa; não pode, pois, ser acusado aquele de falência deste; não foi a concorrência desta cidade que gerou o terror e a corrida na capital. Logo o exclusivo não garante a unidade de crédito da nota.

O Agostinho Pinheiro acrescenta ainda: «Nesta época não havia o monopólio, ou havia de facto dois: o do banco de Lisboa em Lisboa, e o do Comercial no Porto. Se o exclusivo fosse a causa da depreciação devia actuar igualmente nas notas emitidas por ambos os estabelecimentos. Se actuou só em um deles, é porque a causa do descrédito era estranha do exclusivo.»

Não me leve a mal o dizer-lhe que este trecho, que talvez lhe parecesse rigoroso, é muito inferior à sua capacidade e ao seu talento. O exclusivo podia num lugar produzir um resultado diverso do que produzia noutros na mesma ocasião. Bastaria que as circunstâncias fossem diversas.

Porém eu não sustento, nem sustentei jamais, que o monopólio fosse sempre causa da suspensão de pagamentos, e que a liberdade fosse capaz de garantir-nos contra crises, ou contra a falência dos bancos; ao passo que todos aqueles que defenderem no monopólio a virtude de manter a unidade de crédito das notas estão obrigados a provar que o banco de Lisboa não suspendeu pagamentos em metal em 1846. Nós os que acreditamos que exclusivo e liberdade são coisas humanas, que trazem o bem e o mal consigo, não temos de defender-nos actualmente diante dos que advogam, como o Agostinho Pinheiro, o elixir receitado pelo meu amigo e distinto publicista o sr. António de Serpa; mas V., meu caro adversário, que vem dizer que o exclusivo é a garantia da unidade do crédito das notas, está obrigado a provar que não existiu a crise de 1846 e que é fabulosa a depravada lenda do desconto delas.

Ainda V. alega o emprego da moeda ideal, ou de banco, a qual circulou, em séculos que não vão longe, em várias praças estrangeiras; assevera que foi introduzida para obviar aos inconvenientes da diversidade de peso, de valor, e de nomenclatura das moedas que então giravam; apesar da diversidade de circunstâncias diz V. que «pela liberdade da emissão pode, em dado período, chegar-se a uma situação que demande providência semelhante.»

Declaro-lhe que não compreendo; é vergonha dizer isto, porque indubitavelmente a culpa é da fraqueza da minha inteligência. A moeda de banco determinava relações de pesos de metal; as notas desacreditadas, isto é, que exprimem decrescimento ou extinção de crédito, hão-de ser sempre expressas em moeda corrente nas cotações ou igualadas a zero; para que, e como, a intervenção de uma moeda ideal? Para que, especialmente não havendo curso forçado? Segunda vez lhe confesso que não compreendo; e por abreviar não aproveito a sua recordação histórica para expor como nesses séculos o *instinto* da *liberdade* teve de achar meio de combater as fraudes do monopólio real e feudal de fabricação de moeda.

Deixemos estas considerações miúdas, e vamos, se V. quiser, examinar de outro modo o que pode fazer o exclusivo.

Suponha que a lei, para nos garantir de inundações, que são verdadeiros *abusos* de concorrência das nuvens, e também dos confluentes dos rios e até dos vales, ordenava a unidade de cada estação, e certa média de temperatura e água nos dias de Inverno, da Primavera, do Estio, e do Outono. Certamente parecia desrazoada esta pretensão, por não estarem os céus, os mares, e a terra à disposição da soberania popular portuguesa. Todos acreditariam que as forças da natureza não se subordinariam aos mandados do poder legislativo. Quem sabe? Talvez que essas forças logo em seguida mandassem chover, além do limite marcado, em S. Bento e no palácio da Ajuda.

Pois se esta pretensão de legisladores lhe parece insensata, não me parece menos a de garantir a unidade do crédito de um banco; esse crédito não se pode fixar na data da lei, nem determinar pelo serviço de um comissionário; o banco vai operar no mercado, onde trabalham os mais variados elementos económicos, políticos e morais; não é um Deus para os dominar; é uma unidade sujeita a errar, e a falecer; pode supor-se poderosíssimo, e talvez acorde débil no dia seguinte. A lei não lhe obteve seres infalíveis para a direcção dele, nem lhe alcançou boa fortuna para todas as operações. Ainda em 1875 o banco de Portugal de certo se considerava muito distante de uma injúria da sorte, qual a que sofreu há meses; ainda em 1876 procurou dominar o mercado, corrigindo o curso dos câmbios; e pouco depois suspendia pagamentos; chegava até ele o tremor da terra mercantil, que, porém, deixou intactos alguns pequenos institutos de crédito. Já vê que pretender garantir a unidade da nota é pretender dominar o mundo

social; e por isso não errei na comparação que fiz com a lei que proibisse as inundações.

Cunhar moeda é fácil; chama a gente a química, a física, a mecânica e elas obedientemente nos dão todas as garantias possíveis de que certo produto é de ouro, tem certo peso e certa liga. *Antes de emitida a moeda*, a ciência humana examina-a, e até lhe pões a efígie do rei e as armas da nação; vai correr mundo com os símbolos da nossa querida nacionalidade; resume em breve espaço verdades da história e da indústria. Mas onde estão os processos para pesar a ciência e a probidade dos directores? Onde o poder sobre-humano para erguer o monopolista acima das evoluções sociais que produzem as crises, a desconfiança, a bancarrota? E se tais processos não existem, se tal poder não o há na terra, como se há de garantir essa tão celebrada unidade?

Poderia findar a minha resposta, porque está, para mim, sem base a sua argumentação; mas, contando com a sua benevolência, acrescentarei ainda o seguinte:

O A. Pinheiro diz (pág. 22) que à iniciação da liberdade bancária entre nós se devem as premissas da crise de 1876; mas tratando de emissão de notas a sua carta; tendo continuado os bancos emissores do Porto a funcionar regularmente; havendo todas as presunções de que estas casas de crédito sofreram muito menos do que algumas das que não emitiam notas, — não lhe parece, relendo o seu livro, que tais palavras nada provam contra a liberdade de emissão? Não está convencido de que escreveu um pouco precipitadamente? Se alguma coisa provassem, provariam contra as operações de depósito, de conta corrente *garantida*, de descontos, etc. Se os bancos emissores tivessem sido causa da crise por suas operações levianas, entenderia eu as suas palavras, e até estranharia menos as do gabinete; mas estando provado que as notas de província não foram exageradamente lançadas em circulação, como se julga necessário o exclusivo?

Estou certo de que V. compreende bem que não tenho o menor empenho em encobrir os erros cometidos aqui no Porto, donde sou natural. Sei que houve muitos e enormes. Quando se distribuíam dividendos por conta de lucros logo depois do primeiro semestre de 1876, mais duma vez escrevi numa folha da capital palavras que bem demonstravam que, em meu entender, alguns desses dividendos eram sem fundamento; quanto ocorreu desde então mostra que, infelizmente, eu não me enganara; é, porém, de sentir que fosse tão longe a crença em fantasmagorias, e que nem sequer houvesse quem provocasse a imediata convocação de assembleias gerais.

Apesar disto não esqueçamos que a maioria dos que se ocupavam de transacções bancárias se deixaram mais ou menos levar do espírito da época; de certo era diminuto o número de pessoas convencidas de que a crise viria tão depressa, ou pelo menos em tão grande escala. Não foi só no Porto que se deu o jogo de fundos; foi também na capi-

tal. O relatório do Banco de Portugal diz assim: «O jogo sobre fundos espanhóis assumira em Lisboa e no Porto proporções desastrosas; as transacções diariamente realizadas na bolsa de Lisboa, por exemplo, subiam a milhões de escudos. No dia 3 de Fevereiro elevavam-se a 4.680.000 escudos, no dia 14 a 4.890.000; durante o primeiro trimestre do ano realizavam-se assim compras e vendas, ou antes promessas de umas e outras na cifra total de ... 70.223.029$000 reis.» Além disto havia muitas transacções fora das bolsas.

Não foram só os pequenos bancos que se enganaram; iludiu-se também o de Portugal; desde Janeiro até 18 de Agosto de 1876 mutuou a vários estabelecimentos de crédito 3.073 contos de réis; se lhes confiou estas somas, julgou que eram dignos de auxílio, isto é, que as principais transacções deles não prendiam directa ou indirectamente com o jogo da bolsa, ou que este jogo não trazia consigo funestos acontecimentos; acaso hoje estará ele convencido de que só emprestou para auxiliar operações úteis? A verdade é que o banco se enganou, quer apreciando as forças alheias, quer as suas próprias. Cuidou que poderia ser o *supremo dispensador de crédito* e caiu como outros.

E já que empreguei as palavras que vão sublinhadas, peço licença ao A. Pinheiro para rectificar a asserção que encontro a pág. 33 da sua amabilíssima carta: «pouco importa (escreveu o meu amigo) que... o banco de Portugal ficasse sendo o *supremo dispensador do crédito* como enfaticamente se tem dito. V. sabe o valor real destas frases sonoras que se proferem adrede para produzirem efeito no ânimo das multidões menos esclarecidas.» O meu amigo está enganado. Não foi gente endiabrada, não foram promotores de *meetings*, ou excomungados oposicionistas, que este riso e fúria soltaram às turbas essas palavras em tom de mofa. Quem escreveu foi a direcção do banco de Portugal no relatório de Agosto de 1876. Lá se encontra o seguinte, que tenho diante de mim em letra redonda: «Se o Banco de Portugal deve continuar... a ser considerado o supremo dispensador do crédito, o estabelecimento bancário ao qual possam recorrer em momentos de angústia os outros bancos e o comércio sério das duas praças de Lisboa e Porto, convém fortificá-lo, etc.»

Bem faz V. em condenar aquelas palavras, e em asseverar que não há supremos dispensadores do crédito; mas já vê de onde vem a classificação; não a fizeram especuladores políticos malditos; fê-la o próprio banco; V. condena-a; porém não se esqueça de que a proposta que V. defende é claramente fundada na infundada crença de que se podem construir supremos dispensadores de crédito. Ora eu estou convencido de que o Banco de Portugal teria sido menos infeliz se não procurasse desde 1873 desempenhar esse papel.

Insisto neste ponto que é importante.

Esse banco, desde que teve bom resultado o grande empréstimo há mais de três anos feito para transformar a gorda antecessora da actual dívida flutuante, cuidou que todos o ficaram tendo como «o recurso

supremo, mas seguro, com o qual, em momentos de embaraço durante uma crise, todos contam poder vencer as dificuldades e conjurar os perigos de uma tempestade eminente.» É ainda no citado relatório que se lêem estas palavras. Ora evidentemente é grande motivo de desequilíbrio económico a crença de que existe esse recurso supremo nas ocasiões de crise; acumular elementos de desordem, aumentando as operações ruinosas pondo confiança nos supremos dispensadores de crédito, é quebrar as relações entre a liberdade e a responsabilidade, é provocar as crises em lugar de as evitar.

E para que se pede o monopólio da emissão, o aumento do capital, etc.? O relatório do banco bem o deixa ver; é para que tal estabelecimento se torne supremo dispensador. O prólogo da resposta do governo vai de acordo com esta infeliz aspiração.

Infeliz sim; porque fomenta o mal, quando satisfeita, em lugar de o prevenir. Se o êxito do empréstimo de 1873 levou tão longe as pretensões de uns e as esperanças de outros, que sucederá estabelecido o monopólio em todo o reino e aumentará o capital?

A resposta a esta pergunta pode formulá-la dentro dos limites das probabilidades, quem meditar na parte conhecida da história do banco de Portugal em 1876; não só se arriscou, mas também se prendeu demasiadamente ao tesouro. Apesar da má situação do país, apesar de acontecimentos que prenunciavam dificuldades financeiras, o banco viu-se obrigado por suas operações a arranjar em Londres até Abril 148.979 libras, além de várias remessas já feitas. Uma dessas operações foi com a Junta do Crédito Público. Para evitar que dos seus cofres fosse retirado muito ouro, *solicitou do governo* em 11 de Março uma providência, que prontamente foi tomada e que lhe ampliou a faculdade de sacar. Em Abril, porém, a existência metálica diminuía muito. Vários bancos desta cidade haviam já solicitado do de Portugal a abertura das contas correntes; ele não lhes acudiu; e creio que fez muito bem. Em Maio rebenta a crise; suspendem pagamentos alguns banqueiros do Porto. O supremo dispensador recorre apressado ao governo *mais uma vez;* pede-lhe, em 6 de Maio, que aceite a proposta que, por intermédio dele mesmo, lhe fora pouco antes apresentada para realizar em Londres um suprimento de 200.000 libras em condições muito moderadas de juro, e sobe garantia de inscrições em importância superior à totalidade daquelas de que o banco podia dispor nesse momento. Antes que os estabelecimentos de crédito portuenses pedissem auxílio do Estado, já o havia solicitado com urgência o Banco de Portugal; o governo *mais uma vez* diferiu; e bem preciso era o socorro pois a 15 de Maio, antes de chegadas as remessas por conta do banco, e por conta do Estado, a reserva em oiro descia a 581 contos, e as notas em circulação representavam ainda 2.417 contos! Para a caixa filial no Porto foram enviados uns 735 contos; mas alguns estabelecimentos de crédito mal puderam aproveitar-se logo deles, porque infe-

lizmente não tinham a sua carteira fornecida de títulos que convém possuir nestas ocasiões.

O banco, confiando nos seus esforços e cuidando serenar o mercado, facilitou-lhes um pouco os empréstimos. Ao mesmo tempo dava-lhe um facto assaz deplorável, e que não sabemos se tem precedente: o banco aceitava «a garantia *subsidiária* dada pelo governo aos empréstimos feitos a diversos estabelecimentos bancários da cidade do Porto na importância de 356.999$255 réis, nos meses de Maio e Junho de 1876.» O acto do gabinete era de ditadura; o próprio governo louvavelmente pediu às câmaras *bill* de indenidade; mas nem por isso as operações assim feitas deixaram de ser muito irregulares; seria mais louvável que o banco se recuasse a praticá-las, porque eram ilegais; em 15 de Janeiro de 1877 ainda estava o débito desses estabelecimentos em 232.607$000 réis; oxalá que daí não venha prejuízo para o Estado; mas, de qualquer modo, parece evidente que na distribuição dos auxílios houve uma desigualdades assaz condenável e que o banco de Portugal se não opôs a ela como lhe cumpria.

Em seguida o banco *solicitava do governo*, e logo em 18 de Maio lhe era concedido, elevar a 6% a taxa de juro. Serenou aparentemente o mercado por algum tempo; mas o câmbio baixou de novo; o banco de Portugal debalde fazia saques; a reserva em ouro continuava a diminuir; quatro dias depois de suspensos os pagamentos de um banco e de um banqueiro do Porto, o banco de Portugal já realizava em cobre todas as suas operações; tinha receio de lançar de novo na circulação as notas de oiro. A 12 de Agosto telegrafava para Londres ordenando a remessa de 60.000 libras; e a 14 *mais uma vez* solicitava do governo «a intervenção da agência financial de Londres, para mais rapidamente poder fazer uso dos créditos do banco, ampliando aquele primeiro pedido com 100.000 soberanos». A reserva, apesar de entradas poucos dias antes 32.000 libras, desceu a 471 contos em 16 de Agosto; as notas em circulação eram 2.232 contos.

Antes de passarmos adiante, recapitulemos os seguintes dados:

| Dias | Notas em circulação | Reserva em oiro |
|---|---|---|
| 15 de Maio ..... | 2.417.290$000 | 581.791$000 |
| 22 de Maio ..... | 2.745.540$000 | 1.795.740$000 |
| 30 de Junho ..... | 2.495.490$000 | 1.074.891$000 |
| 22 de Julho ..... | 2.617.510$000 | 933.100$000 |
| 31 de Julho ..... | 2.378.450$000 | 751.916$000 |
| 16 de Agosto ..... | 2.232.410$000 | 471.247$000 |

Este quadro mostra que a baixa considerável da reserva não proveio principalmente do troco do notas; a diferença entre o máximo e o mínimo da circulação é somente de 513 contos; ao passo que os extre-

mos da reserva distam entre si 1.324 contos. Convém não esquecer isto, a fim de que se reconheça que os males provenientes da circulação fiduciária têm sido entre nós muito inferiores ao que parece julgar-se.

Apesar de tão fraco, ainda o banco pretendeu socorrer alguns estabelecimentos da capital. Imagine-se a que estado de debilidade se reduziu! Contava com dinheiro de Londres em breves dias; porém a 17, antes de suspender pagamentos o União, *mais uma vez* recorre ao governo de sua majestade o supremo dispensador do crédito. Pede-lhe, «para logo, providências extraordinárias». A 18, suspende pagamentos o Lusitano, que, sendo de Lisboa, e vizinho do exclusivo, certamente se não meteu, nem directa, nem indirectamente, com especuladores de bolsa; em seguida, uma corridazita ao banco de Portugal obrigou este a fechar as portas e abrir novamente a rendosa fonte das representações ao governo, pedindo *mais uma vez* providências extraordinárias de carácter geral. No dia 18 o decreto da moratória tranquilizava os espíritos, mas sem carácter geral; tranquilizava somente os que tinham o triste carácter particular de devedor. E sabe quanto importavam ainda as notas em circulação? 2.015 contos. Os depósitos haviam descido a 1.379 contos. Já vê que a oscilação se deu principalmente fora do domínio das notas; apesar disto persiste-se em acusar a circulação fiduciária; esquecem-se os depósitos!

A direcção do mesmo banco, informada de que o governo, desejando auxiliar as instituições de crédito, se prontificaria a liquidar a conta dos adiantamentos feitos para pagamento às classes inactivas, solicitou em 21 de Agosto «a liquidação e final pagamento desses adiantamentos para a época que de comum acordo se convencionasse, e bem assim pediu que por conta *dessem entrada nos cofres do banco ou ficasse à sua disposição uma parte do suprimento levantado em Londres, nunca inferior a 500.000 libras.*» Mais uma vez o governo veio socorrer o banco, e assim «habilitou a direcção a precisar o dia em que de modo completo se poderia dizer restabelecida a situação normal do banco.»

Aqui tem, meu caro Agostinho Pinheiro, um trecho da história das infelizes aventuras de um que pretendeu ser supremo. Custou-lhe caro o sonho de grandeza que ninguém lhe encomendou. O próprio sr. Agostinho de Serpa, que é um dos nossos escritores que melhor manejam a ironia, escreveu no seu relatório de 9 de Janeiro: «Os factos vieram provar de um modo triste, mas inequívoco, que o que ao banco de Portugal faltava eram as forças e não a vontade.» É o que de certo aconteceu a V. e a mim, e aos seus e meus vizinhos. Todos quisemos, todos desejamos ardentemente salvar o país; só nos faltou a força! Que pena não termos força! É realmente duro não salvarmos a pátria só por não possuirmos esta bagatela!

Há, porém, uma diferença entre nós e o banco de Portugal. Nem eu, nem V., nem os nossos vizinhos nos pusemos a clamar que, se nos queriam para supremos dispensadores do crédito, era precioso que nos dessem o monopólio da emissão de notas em todo o reino; ficamos

com a consciência da nossa fraqueza, com a lição dos factos, e tristes pelos sofrimentos de tantos de nossos concidadãos. Parece-me até que se qualquer de nós houvesse tantas vezes pedido o auxílio do governo, teria pejo de se zangar por não se ter saído bem do papel de supremo, que inconsideradamente houvesse tomado para si. Também não ousaríamos reclamar o exclusivo quando os factos incontrastavelmente dissessem: 1º que apesar de serem as notas recebidas como moeda das repartições públicas e de existir o monopólio em Lisboa, aí perdemos confiança pública; 2º que para nos mantermos até 18 de Agosto, repetidas vezes recordaremos ao Estado, recebendo dele auxílios importantíssimos; 3º que para mais depressa cumprirmos nossas obrigações para com os credores, suplicamos larguíssimo socorro do tesouro; 4º que muitos comerciantes, e muitas companhias nos deram a sua protecção moral. Se isto lhe acontecesse, creio que V. exclamaria cheio de convicção: «Não valho mais do que os outros. Errei como tanta gente errou. Não devo pedir o monopólio, eu que tão incapaz me mostrei de corresponder ao que as doutrinas do monopólio obrigam.»

Dir-lhe-ei algumas palavras acerca da proposta governamental.

Esta proposta tende a monopolizar a emissão de notas. Já lhe disse, em parte, o meu pensar sobre isto. Acrescentarei que, além de ser impossível garantir a unidade de crédito das notas, este exclusivo equivale a atribuir a um só instituto um instrumento de crédito, e assim deixar os outros em condições inferiores; não me responda que a experiência diz o contrário nos grandes dividendos de bancos não emissores; isto prova somente que, apesar de não emitirem notas, esses bancos sabem às vezes operar de modo mais lucrativo do que alguns bancos emissores; seja como for, as notas em geral têm vantagens para o estabelecimento que as faz circular. *O seu fim, assim como o dos outros meios de tomar dinheiro a pequena taxa, é diminuir, em igualdade de circunstâncias, a taxa das operações activas dos bancos.* A concorrência estabelece-se; a vantagem auferida da emissão permite servir o público por menor preço. É o mesmo que sucede com o emprego de qualquer máquina. Cite-me quantos economistas e estadistas quiser para provar que se abusa do crédito, e por causa disto os preços sobem. Responder-lhe-ei que estes factos são excepcionais como as crises; e que se deles houvermos de concluir também contra a letras, as contas correntes, os depósitos, etc.

O estabelecimento de sucursais, *ou* agências nas capitais dos distritos pode ser muito útil; mas para isto não é preciso o monopólio. Não há banco, ainda de modestas, ainda de modestas proporções, que não tenha agências em todos esses sítios. As sucursais são difíceis de fundar; ou hão-de parecer-se com agências, ou o banco terá pequeno capital para elas. Além disto *a proposta permite às filiais não pagar imediatamente as notas o que tira a estes títulos um dos seus caracteres mais notáveis e mais proveitosos.*

A base 6ª manda receber na repartições públicas, na Junta do Crédito, e na Caixa de depósitos, como de fossem moeda corrente, as notas do banco de Portugal. Isto parece-se com a disposição que já existia; mas é um perigo para o Estado; não sei para que havemos de ligar o tesouro tão intimamente ao banco, *maiormente não havendo garantia especial para notas.*

A base 10ª estabelece o juro de 5% para as operações a 3 meses, salva permissão do governo; isto que dizer que o juro subirá sempre que o mercado o ordenar, ou que a sorte do banco ficará à mercê de um ministro malquerente ou pouco ilustrado. Esta ligação é prejudicial ao público e ao banco. Já lhe não falo dos abusos a que em tempo deu lugar a taxa de 5%, embora não seja impossível que se repitam.

Quer ver como, sem monopólio, nem favores do Estado, a comissão fiscal do banco de Portugal falou aos accionistas em 2 de Janeiro de 1877? É instrutiva a sua opinião.

«A agência de Funchal apresenta um tal envolvimento que parece estar no caso de ser substituída por uma caixa filial. É de todo a conveniência ir estabelecendo agências nos pontos importantes do país e promover, por meio delas, a circulação fiduciária em todo o reino; e só assim a circulação fiduciária do banco poderá assumir o grau de importância que deve ter à vista do crédito deste estabelecimento.»

«Está o Banco de Portugal no estado de segurança e de fácil realização que o tornam apto para uma brilhante situação como banco de circulação, merecendo o grande crédito que tem dentro e fora do país, atestado entre outros pelo facto de logo em seguida à crise monetária de 1876 haver recebido novas propostas para a ampliação de créditos a descoberto nas praças estrangeiras.»

A direcção falava a mesma linguagem. O interesse do banco há-de, pois, levá-lo a ampliar a circulação fiduciária, e a criar agências ou sucursais. Posso enganar-me, porém creio que é do próprio interesse dele tornar-se independente do Estado; as suas ligações com o tesouro têm sido fatais para ele e para o público; chegada a hora do perigo, a sua supremacia reduz-se a proporções mesquinhas: distracta dívida flutuante como fez ainda há pouco; pede auxílio ao governo, quer dizer, ao crédito de nós todos como nação; confessa a sua impossibilidade de emprestar um ceitil ao tesouro, como fez em 1866; e requer providências extraordinárias, como em 1876. Sem estas funestíssimas ligações, sem pretender infundadamente tornar-se regulador do mercado, e tendo à sua frente direcções tão ilustradas como no último período da sua existência, creio que teria alcançado tantos ou maiores lucros, e prestado maiores serviços ao país.

Não no iludamos acerca do valor do Estado; tenhamos cuidado em não copiar à pressa instituições estranhas. A Inglaterra e o seu crédito público diferem muito de Portugal e das suas crises financeiras periódicas.

Parece-me acertado estabelecer condições gerais para a emissão de notas; condições em parte empíricas, em parte demonstradas. Todos

que satisfizessem a elas seriam hábeis para emitir, da mesma sorte que são hábeis para contratar quantos possuem certos predicados legais. Eu nunca cheguei a compreender como, fora disto, a lei possa ser de alguma utilidade.

O Agostinho Pinheiro quer que se estude a questão, mas receia que os inquéritos não dêem nada; porém se a apresentação da proposta já deu lugar a opúsculos de O. M., do sr. João António de Freitas Fortuna, e de V., se já nas assembleias se ouviram opiniões dos srs. visconde de Macedo Pinto, Mariano de Carvalho, Henrique Kendall, Ramalho Ortigão, Eduardo Moser, Freitas Fortuna, e outros, porque não havemos de esperar alguma coisa dos inquéritos? Diz V. que têm tido êxito medíocre os ensaiados entre nós; mas lembro-lhe e da exposição internacional do Porto que serviu de grande auxílio à nossa política de tratados comerciais. Pelo que respeita ao da emigração e da marinha contém esclarecimentos muito úteis.

Não tenho tempo de tocar noutros pontos da sua bem escrita carta; deixo sem resposta o que se refere à política bancária da Europa; direi só que se engana a respeito da Suíça e da Itália; e que é a meu favor o que cita de um discurso de Robert Peel; tudo isto se refere porém a uma questão secundária, que poderia ferir vaidades, se eu as tivesse, mas que pouco valeria para a questão principal.

Sobre o seu plano de substituição duma parte da proposta governamental, digo-lhe só que me parece menos aceitável: necessitava um novo privilégio e serviria antes para auxílio do Banco de Portugal, do que para bem geral, ou para vantagem dos demais estabelecimentos de crédito.

Pelo que respeita às relações da proposta com a crise, quem poderia esperar que o governo principiasse as suas providências preventivas pela regulamentação da moeda fiduciária? Não foi a crise um funesto desvio do caminho seguro do trabalho lícito e fecundo? Não provou ele a existência de perigosos elementos no mercado dos capitais? Tudo mostrava que um dos melhores meios preventivos consistia em atrair esforços para a agricultura, para a indústria e para o comércio estranho ao jogo da bolsa; apesar disto, nem o mais superficial exame das condições daqueles ramos de trabalho! Nem o aproveitamento de terrenos, ou de águas, nem a propagação de bancos rurais, nem a reforma da lei das sociedades anónimas, nem a reforma do ensino primário e profissional, nem a do recrutamento nem do sistema tributário, nem do código comercial. Em vez disto, continuamos a caminhar pela mesma estrada como se não houvesse nela tantos perigos. Quer-se que ressuscitemos um monopólio e o engrandeçamos; viverá a par do de crédito predial, que já tem sido tão nocivo.

Ainda um reparo.

O Agostinho Pinheiro confronta a emissão de notas nas províncias com a do banco de Portugal; peço licença para dizer que são infundadas as conclusões que daí tira: 1º porque as notas deste estabeleci-

mento são obrigatoriamente aceites nas repartições públicas, e as das províncias não. 2º porque não demonstrou que o uso dos cheques seja relativamente tão grande em Lisboa como no Porto. Ora os cheques substituem até certo ponto as notas. Omito outros motivos.

Não afirmo nem nego as suas conclusões. Só digo que V. não as fundamentou devidamente; e a história das evoluções desta espécie de moeda fiduciária importa muito para o nosso caso, embora o relatório do governo se esquecesse disto, como se esqueceu de tantas outras partes da questão.

Não trato agora de saber se considerações de ordem financeira ou política podem tornar útil a organização de um banco emissor, que preste relevantes serviços na administração da fazenda pública. O relatório do governo e a sua carta não se ocupam disto; e eu não tenho elementos bastantes para me decidir imediatamente a tal respeito, nem preciso de discutir agora matéria tão grave.

Escrevo-lhe esta carta à pressa, longe de livros e de documentos que talvez viesse a propósito citar; mas pareceu-me que podia ir assim a minha resposta, sem escudo de uma só autoridade, visto serem inegáveis os factos que narro, e de fácil análise os argumentos que produzo.

Quando tiver diante de si uma nota de banco e uma moeda de oiro, rogo-lhe que peça a elas o esclarecimento da questão que tantas controvérsias tem causado. A nota dir-lhe-á: eu trago a indicação de um valor, como todo o escrito de dívida; mediram com moeda certas relações que eu exprimo, da mesma sorte que sucede nos preços, no mútuo, no aluguer, etc. Giro sem endosso, porque há quem promete pagar à vista a ao portador a soma indicada *e há quem acredite nisto; esta promessa de dinheiro* é que eu represento; a da solvabilidade de quem me emitiu. Quando passo de uma a outra mão, um novo credor do banco se substitui ao que me deixou.

E a moeda dir-lhe-á: eu não sou como a nota; a nota pode ser verdadeira e valer muito menos do que a soma indicada nela; eu, se sou verdadeira, valho o que se lê em mim própria, ou o que a lei declarou que eu sou. Não me confundam com a nota; quem desconfia dela, procura trocá-la por mim; ao passo que se fôssemos de faculdades irmãs, tal não poderia acontecer.

Ouça a nota e a moeda. Ouvi-las vale mais do que ler muitos livros.

Adeus, meu caro Agostinho Pinheiro. Não tenho mais tempo. É preciso concluir. Não me leve a mal conservar nesta carta o *você* de que usamos quando de longe em longe nos vemos.

S. João da Foz do Douro, 24 de Fevereiro de 1877.

Seu sincero amigo.

*José Joaquim Rodrigues de Freitas*

**HOMENAGEM AO CENTENÁRIO**

**FREDERICO FROEBEL**

**(1782-1852)**

As reformas da educação e instrução da infância constituem um dos mais notáveis e dos mais proveitosos trabalhos da civilização moderna. Ainda nos últimos séculos eram poucas e, em geral, péssimas as escolas de ensino primário. As crianças aprendiam de cor (e não raro à força de cruéis tratos) noções que não podiam compreender; o resultado das subtis ou profundas discussões teológicas era dado como bom alimento a espíritos nascentes; assim produziam-se monstruosidades nos domínios do espírito e aniquilavam-se forças prodigiosas, que na infância por tantos modos de revelam.

Para não subir a mais antigos tempos, e não acumular citações, recordaremos somente os nomes e pensamentos de alguns escritores e mestres que procuraram melhorar a educação.

Montaigne deplorava que se empregassem métodos próprios só a formar pedantes ou a esbanjar as riquezas naturais da puerícia; recomendava o ensino das coisas antes de sobrecarregar a memória com palavras inúteis; e reconhecia a necessidade de condescender com os instintos infantis, guiando-os em vez de os abafar. Comenius seguiu, teórica e praticamente, o pensamento de Montaigne; já compreendia a vantagem de atender a todas as faculdades humanas, proporcionando ao desenvolvimento delas os programas de ensino. Rousseau escreveu: «A educação do homem começa ao nascer. Antes de falar e ouvir, já se instrui. Todo o trabalho educativo deve referir-se às disposições primitivas. A verdadeira educação consiste menos em preceitos que em exercícios. A nossa ama é o nosso primeiro mestre. A natureza quer que as crianças sejam crianças, antes de serem homens.»

Pestalozzi, como se procedesse de Rousseau, dizia: «O homem, para ser o que deve, cumpre que na infância faça tudo que o torna feliz como criança, mas não mais do que isso. Procuro derivar todos os meios de ensino de uma origem psicológica geral. A instrução é a arte de auxiliar a natureza no seu veemente desejo de se desenvolver. A criança pode adquirir muitas noções pelo aspecto das coisas antes de ler ou soletrar.»

É no tempo de de Pestalozzi que nasce Froebel; aceitando, ou achando pelo trabalho próprio, o que havia de melhor nas doutrinas pedagógicas da sua época, aperfeiçoou-as principalmente na parte respeitante à educação das crianças.

Ouçámo-lo na sua importante obra *A educação do Homem (Menschenerziehung)*:

«O fim ou destino de cada criatura é publicar a acção de Deus operada nela. A educação conduz o homem a exercitar, a desenvolver e a manifestar os seus elementos de vida; a educação forma-o para viver puro e santo, conforme a sua vocação, isto é, ensina-lhe a sabedoria. Para o homem, a dupla acção da sabedoria consiste em elevar-se a si próprio, e em concorrer para a consciente e livre elevação do próximo. Desde o seio materno, o homem exige cuidados especiais. Todo o homem deve ser considerado como membro da humanidade, como ser progressivo, marchando incessantemente, passando de um a outro grau de desenvolvimento, os olhos postos sempre no fim a que quer atingir, aspirando ao infinito, ao eterno. A criança deve tornar-se modelo para o futuro pelo grau de desenvolvimento adquirido em proveito das futuras raças da grande comunidade humana. Todo o homem resume em si o desenvolvimento total adquirido precedentemente pela marcha do progresso humano: que ele saiba, pois, que Deus não o colocou no caminho estreito da imitação, mas na larga via do aperfeiçoamento, reservando-lhe a liberdade e a espontaneidade. O homem deve procurar a imagem da sua própria vida na criança e na história do desenvolvimento da humanidade. A criança no mesmo tempo encerra o passado, o presente e o futuro da humanidade. Só pelo exame minucioso do homem, desde os primeiros instantes da sua vinda ao mundo, podemos esperar que produzam bons frutos os cuidados de que rodeamos as crianças. Que elas aprendam cedo a achar em si próprias o ponto de apoio para todas as suas forças e para todos os seus membros; que aprendam a agarrar os objectos, a ter-se em pé, a andar por si, a descobrir as coisas pelos seus próprios olhos, a empregar enfim cada um dos seus membros segundo as forças que tiverem; desta sorte, pouco e pouco irão sabendo manter-se em equilíbrio na vida, apesar dos perigos, das dificuldades e dos obstáculos tão frequentes nela. O homem é menos homem pelo facto de ter atingido a virilidade, que por ter percorrido um após outro os graus de criança de peito, menino, adolescente e jovem, preenchendo fielmente as exigências da infância, da adolescência e da juventude. A criança traz em si mesma os materiais do edifício da sua vida e do seu futuro; mas estes materiais devem ser dispostos e classificados, cada qual segundo o seu uso e as suas propriedades, com arte analogia à do arquitecto e do pedreiro. O ensino e a instrução têm por fim principal fazer que o homem produza muito mais do que recebeu; o que ele recebe, já era propriedade humana; e nós ignoramos o que ainda sairá dos trabalhos espirituais do homem. Não é senão no desenvolvimento geral do homem, e do deu poder intelectual, segundo as leis universais da natureza e da razão, que se acha a felicidade humana.»

Algumas destas frases recordam as de Pestalozzi; mas outra manifestam um progresso na pedagogia; Froebel encara a questão de mais

alto, e rasga-lhe novos horizontes; vê na história da humanidade uma evolução grandiosa e acha em cada indivíduo o sumário dessa história: todas as faculdades, que se têm manifestado na humanidade, existem como gérmen na criança; cumpre desenvolvê-las todas harmonicamente; seria perigoso desprezar ou esquecer qualquer delas; sucederia o mesmo que acontece quando um orgão se engrandece à custa de outro: o corpo todo sofre com esta desarmonia; a vida não pode ser feliz. No seu simbolismo, Froebel compara com a esfera o tríplice resultado do trabalho que o homem deve realizar: repouso interior, conhecimento e apropriação do mundo externo, manifestação do interior; de um certo de vida irradiam forças em todas as direcções, mas equilibrando-se sempre, e transformando a substância que lhes é dada até haverem realizado seu máximo efeito.

Esta substância deve achá-la a criança pelos seus naturais esforços, mas deve também ser-lhe em parte ministrada pelos educadores; o movimento, sem o qual se não compreende a salutar existência do homem, já a criança o realiza desde os primeiros instantes; vêm depois multíplices manifestações de actividade dos sentidos; e é no aperfeiçoamento deles que a primeira educação deve empenhar-se; antes de conhecer muitos objectos, muitos factos, antes de ter armazenado numerosas impressões, — mal pode o homem formar juízos; pelo contrário, o seu entendimento operará com tanto maior facilidade, quanto melhor educados forem os seus sentidos, e quanto mais houverem sido impressionados pelos contrastes do mundo externo; esta norma de educação vai de acordo com a vida da humanidade: antes de formar cientistas, teve de observar e conhecer séries de fenómenos.

Aconselhando que às crianças se mostrassem objectos afim de que elas os vissem e examinassem; procurando substituir à verbiagem o ensino pelos aspectos desses objectos, ou, em outros termos, pela *lição das coisas*, Pestalozzi reformou a pedagogia; mas Froebel compreendeu a insuficiência desta doutrina; à lição das coisas era indispensável juntar o desenvolvimento da *livre actividade*, afim de que desde a primeira infância se manifestassem e crescessem as qualidades originais, e a criança adquirisse o hábito precioso de investigar, de procurar nos seus próprios recursos a solução de problemazinhos que a si mesma pusesse; a negligência a este respeito dificultava o trabalho do mestre e do discípulo na idade escolar deste; e daqui emanavam consequências funestas para toda a vida.

Levado por todos estes pensamentos, Froebel estudou com religioso cuidado, com humanitário empenho, e com vigorosa inteligência, o viver das crianças; quis conhecer as leis do seu progresso físico e moral, e tirar daí bases para um novo método de ensino; chegar ao fim de tão vasto e complicado trabalho não era para a existência de um homem; porém conseguiu indicar o verdadeiro caminho e construir boa parte dele.

Já Montaigne havia dito que os brinquedos das crianças não são brinquedos, mas sim constituem suas mais sérias acções; Froebel escreveu: «O brincar é testemunho da inteligência do homem neste grau da vida. A criança que brinca energicamente a ponto de fatigar o corpo, necessariamente vem a ser homem robusto, pacífico, e disposto a sacrificar seu próprio bem-estar. Essa época, na qual a criança se desenvolve brincando ardente e confiadamente, não é a mais bela manifestação da sua vida, e das suas aptidões? Não olhemos o brincar como coisa frívola, mas sim como de profunda significação. Nos jogos espontaneamente escolhidos revela-se ao educador atento e inteligente o futuro da criança. Os brinquedos desta idade são os botões de toda a vida do homem; porque, ao mesmo tempo que se desenvolve, revela as suas mais íntimas disposições. Toda a vida, até à hora derradeira, toda esta vida, límpida ou sombria, sossegada ou revolta, fecunda e activa ou impotente e inerte, — vai buscar origem aquela época.»

Mas se o brincar é a melhor manifestação da vida infantil, e o trabalho mais apropriado a tal idade, — cumpre achar jogos da puerícia que constituem meios de educação dela; desta sorte as evidentes aspirações da natureza ficam respeitadas nos processos pedagógicos; e se nos brinquedos podermos estabelecer a ordem; se os concatenarmos em harmonia com os progressos espontâneos da actividade infantil, teremos um sábio método e porventura fundaremos uma instituição nova; esse método achou-o Froebel; essa instituição, que é também obra dele, chama-se *Kindergarten*, ou *Jardim de crianças*.

«No Kindergarten, como diz o próprio fundador, não somente as criancinhas de idade inferior à idade escolar são vigiadas, mas também se lhes dão trabalhos correspondentes a todo o seu ser, que lhes fortalecem o corpo, exercitam os sentidos, ocupam o espírito que desperta; aí principiam a conhecer a natureza, aí se procura dirigir-lhes bem o coração, criar-lhes carácter, e basear-lhes a vida na harmonia com elas próprias.»

As primeiras impressões, que nas crianças produzem os objectos, provêm da forma, da cor, e também do número deles; principiem, pois, os jogos com objectos de formas elementares, e de cores pouco variadas; um corpo esférico, uma péla, será para este caso o melhor: com esta configuração se apresemtam os mais rudimentares organismos, e toda a superfície da esfera tem um só e mesmo aspecto: que a façam girar, e não mudará a impressão causada pela sua forma quando estava em repouso. Além disto, é fácil à criança tomá-la em suas mãos; agarrando-a, fortalece-as; atirando-a, desenvolve o corpo. Agrada-lhe vê-la atravessar o ar, cair, e percorrer o solo. Suspensa de um fio, baixando e subindo alternativamente, ou oscilando, — habitua a criança ao ritmo; pintada de diversas cores convenientemente escolhidas, corresponde às primeiras exigências artísticas do olhar infantil. estes exercícios são já próprios para crianças desde o primeiro até ao terceiro ano, em que

podem ser recebidas no jardim; mas a esfera é também usada nele, e dá lugar a jogos em que entram simultaneamente muitas crianças.

Após a esfera vem o cubo, que forma contraste com ela, mas guardando ainda analogia: contraste, por terminar em superfícies planas, a seu turno limitadas por arestas que formam ângulos ou cantos; analogia, porque todos os lados apresentam o mesmo aspecto. O contraste é necessário para produzir novas impressões; a analogia é indispensável para que a transição seja suave; e, como o corpo que participa das duas formas já conhecidas, dá-se à criança uma vara, ou cilindro: visto na altura, faz lembrar a esfera; visto nas bases, faz lembrar o cubo.

Acerca destes três corpos se pode conversar muito com as crianças; conversar de modo que as deleite; conversar com a alegria de as ver prosperar. Várias propriedades físicas; as analogias e as diferenças entre a esfera, o cubo, o cilindro, e os objectos que a criança conhece; os movimentos variados que podem ser impressos a aqueles três corpos, eis-me aqui uma larga base de trabalhos, pequeninos é verdade, mas que por isso mesmo convêm aos pequeninos frequentadores do Jardim. «O cubo que aparentemente é uniforme, diz Froebel, torna-se nas mãos da criança em verdadeiro caleidoscópio. Ora é um altar, ora uma bigorna, ou uma caixa fechada, ou um fardo de mercadorias, ou um cesto quadrângular para laranjas, ou casa; preso a uma linha, ou a uma varinha, é carro, ou arado; fazendo-o girar, aparece-lhe como se fora um cilindro, ou a roda de um moinho; nele vê também uma pedra para muro ou para alicerce, tantas coisas que nascem da fantasia infantil, e alegram, ao mesmo tempo que vão instruindo.» Quem tiver observado como as crianças brincam, e notado como aproveitam para variadíssimos fins os objectos que lhes são dados ou que encontram, compreenderá perfeitamente as palavras de Froebel.

Habituadas a ver a bola, o cubo e o cilindro, costumadas a brincar com estes objectos, e havendo no folgar adquirido conhecimentos, — as crianças naturalmente precisam de aplicar essa aquisição; quem conhece o viver delas, sabe que um de seus mais vivos desejos é *construir*; quantas vezes o leitor não terá visto muitos rapazinhos todos atarefados em reunir sob a forma de casa tosca, por exemplo, umas poucas de pedras? Às vezes elevam primeiro um montículo de terra ou areia, e só depois erigem a casa. Por ocasião de festas de Santo António e de S. João, quantas crianças não assistem com a mais franca e mais saudável alegria à feitura dos arcos e dos festões, à construção das capelinhas e das *cascatas* ? Quantas vezes as crianças não solicitam das pessoas de família que lhes façam uma igreja, ou lhes arranjem uma boneca, ou lhes aprontem dos mais pobres materiais um pobre carro? Pobre, para os homens feitos; opulento para a puerícia. Quanto se não ocupam, dispondo pequenas conchas ou pedaços de pau em variadas formas? Quantas vezes não fazem *castelos* de cartas? Quantas não pedem auxílio e esclarecimento para concluírem ou continuarem a obra principiada?

Perante o observador superficial, tudo isto passa como brinquedo em que nada há que estudar; perante o espírito de Froebel estes actos da puerícia pertencem à faculdade que nós chamaremos *faculdade industrial*, tomando a palavra *indústria* no seu lado mais lato sentido.

Desta faculdade procede a civilização inteira: desde os mais rudes produtos do selvagem até às maiores maravilhas do presente século, — o homem não faz, nem fará, senão aproveitar os materiais que o mundo externo lhe oferece, e modificar-lhes a forma, a situação, ou a constituição íntima; considerados assim, procedem da mesma origem o machado de sílex e do melhor aço; o fraco martelo de pedra e monstruoso martelo a vapor da oficina de Krupp; o barco dos Esquimós e o vapor transatlântico; os grosseiros desenhos, representando o rangifer ou o elefante, que as primitivas civilizações nos deixaram, e os quadros mais notáveis dos mais famosos mestres.

Esta faculdade não difere de século para século senão em grau de desenvolvimento; quanto à essência, é sempre a mesma; as suas primeiras manifestações mal se distinguiram dos actos próprios dos animais inferiores ao homem; nos seus progressos parece ir respondendo praticamente à aspiração ao infinito. Para se engrandecer, foi-lhe necessária observação e a experiência. Fortaleceu-se na actividade. Sobre cada aquisição, fundou novas aquisições.

Assim como, atravessando os períodos da história da humanidade, achamos para a actual civilização origens tão modestas, também procurando a origem do valor do homem feito, a achamos no viver da primeira infância; cultivar na puerícia a faculdade industrial é o maior de todos os fins do Kindergarten.

São os três objectos já conhecidos das crianças os que servem de materiais a pequenas construções; Froebel empregou especialmente os cubos, dando-os ora inteiros, ora divididos em cubos menores, ora partidos em ladrilhos ou em prismas rectos[1]; facilmente as crianças vão imitando, na combinação destes elementos, os objectos que vêem com frequência, tais como um sofá, uma cadeira, um banco, um muro, uma torre, uma cruz com pedestal ou sem ele, uma mesa, uma porta, um fogão, uma escada, um armário, etc.; uns destes objectos imitá-los-ão elas espontaneamente; os outros ser-lhes-ão indicados pela jardineira, mas sempre de modo que se desperte a actividade e não se sujeite o espírito a servil imitação.

Mas não basta construir objectos análogos aos que usualmente se vêem. Na criança há também o germe do belo, cuja cultura especial é

[1] Séis pétalas coloridas são os objectos que primeiro se dão às crianças; constituem, pois, o primeiro dom; o segundo é formado pela bola, pelo cubo e cilindro; o terceiro de oito cubos em que se divide o cubo anterior; o quarto, de ladrilhos, cada um dos quais é a oitava parte do cubo; o quinto, do cubo dividido em vinte e sete cubos; o sexto, compõe-se de trinta e seis peças, umas das quais guardam a forma de ladrilhos, e outras a de coluna quadrangular.

indispensável; para isto combinam-se os dons em fórmulas puramente artísticas, principiando sempre pelas mais simples. Finalmente, é fácil aproveitar os materiais já conhecidos para ensinar noções de aritmética e de geometria: os cubos divididos ou reunidos não correspondem aos números inteiros e fraccionários? A equivalência de superfícies e de sólidos, o nome de vários corpos, etc., não se podem aprender como que brincando?

Temos assim três espécies de *formas* tomadas pelos objectos: umas são usuais,outras *artísticas*, outras *instrutivas*; de todos estes modos falam do mundo externo às crianças; por todos estes modos as crianças manifestam nelas o seu interior; por todos estes modos se vai formando o futuro homem, e aprendendo por entre alegrias a transformar o mundo em que nasceu.

Depois de ter empregado sólidos, a criança passa a usar de coisas que principalmente se distinguem pela sua superfície: tais são pranchazinhas triangulares e quadradas, de variadas cores; com elas imitará tecidos, por exemplo; fará nascer formas usuais, artísticas e instrutivas. Às pranchas seguir-se-ão pequenos e delgados paus, que correspondem a linhas: as variadas combinações deles podem guardar-se, para contentamento e estímulo do autorzinho delas, colando-as ou cozendo-as em papel forte. Arcos de círculo, ou círculos inteiros, são também utilizados como os pauzinhos. A área ou pequenas pedras e conchas, ou serradura de madeira, servem para desenhos que as crianças alegremente fazem.

Assim tem o Jardim passado desde a esfera até ao ponto material, que nos jogos é representado pelo grão de areia ou pela pedra de pequeníssima grandeza; a criança como que desceu da síntese à análise aumentando sempre os seus conhecimentos, exercendo por vários modos a sua actividade; e em tudo isto fez uso dos materiais, quais lhe eram ministrados. Isto corresponde à fase primitiva da civilização: o homem, antes de modificar os objectos, serviu-se deles como os achava, ou encontrava; primeiro que preparasse alimentos, nutriu-se de frutos, ou de carnes cruas; antes de construir sólidas casas, amontoou pedras, ou entrelaçou ramos de árvores; e até antes de dominar a natureza externa e construir desse domínio a ciência, teve de contentar-se com grosseiras impressões como primeiro alimento espiritual.

A segunda fase é, portanto, a transformação dos materiais; que no Jardim se graduem também assim os trabalhos, partindo do simples para o composto. Na primeira fase, em que se tratava como de penetrar a natureza, foi preciso passar do aspecto externo (a esfera, o cubo, o cilindro) até aos elementos (o ponto). Na segunda fase trata-se de edificar; e, portanto, preciso partir dos elementos para chegar ao todo; principie-se, pois, pelo ponto a ascenda-se até aos sólidos. O trabalho de picar papel, seguindo os desenhos nele feitos, corresponde ao ponto.

Passar fios pelos buracos feitos no cartão, ou dar traços que ora sejam simples como a horizontal ou a vertical, ora correspondam a formas artísticas e industriais, ou tecer com tirazinhas de papel, corresponde à linha. Chegar a fins análogos cortando papel, corresponde à superfície. Ligar as extremidades de pauzinhos (com grãos de ervilha amolecidos, por exemplo), reproduzindo assim vários objectos, modelar em barro, ou até dar diversas formas a pedaços de cenoura, ou de matéria análoga, corresponde aos sólidos.

Em todos estes trabalhos de transformação dos materiais, e que constituem, como já vimos, o segundo grau no exercício da actividade infantil, a criança usa de instrumentos muito simples, quais a tesoura, a agulha, a faca de madeira. Há, porém, ocupações em que só emprega a mão, como entrelaçar ou dobrar papel; não deveriam estas ocupações ser a transição do primeiro para o segundo grau? Costumam, porém, ser classificadas no segundo.

Outros jogos e ocupações têm sido introduzidos no Kindergarten; a exposição organizada pela Sociedade de Instrução no Porto contém os materiais próprios para quase todos eles[2].

Assim como a agricultura foi um dos primeiros trabalhos da humanidade, também a criança gosta de cavar a terra, até com as mãos; é uma grosseira, mas importante manifestação da faculdade industrial; após ela, ou com ela, vem o cuidado das plantas e dos animais; assim se vão adquirindo valiosos conhecimentos, e se desenvolve o gosto de estudar o que a natureza diz nos campos e nas florestas, nos vales e nas montanhas; aí se principiam a aprender algumas das relações entre as quais a mais ténue semente e o universo; por isso Froebel queria que junto da sala dos brinquedos já descritos houvesse sempre um terreno onde, cada criança tivesse um canteirozinho para cultivar; o desenvolvimento das plantas, a vida das avezinhas que cantam nas árvores, dos insectos que enxameiam as flores, ou a atmosfera, — tudo isto serve de tema para conversação entre as crianças e a jardineira, tudo isto as instrui deleitando-as. Na sala dos jogos também entram a botânica e a zoologia: um quadro, representando animais domésticos, ou montanhas, ou florestas, etc., é posto em lugar onde possa ser bem visto por todas as crianças; a jardineira interroga-as, ou responde-lhes. No quadro estão pintados seres que elas conhecem; trata-se porém, de coordenar o conhecido, fazer pensar, e ao mesmo tempo transmitir conhecimentos fáceis de ligar aos já alcançados; podem assim adquirir-se muitas noções da vida prática.

[2] Como aplicação recente do método de Froebel indicaremos o Kitchen Garden, ou Jardim de cozinha, invenção de Miss Emily Huntington; a primeira experiência foi feita em 1877 em Nova Iorque: rapariguinhas pobres aprendem ali a cozinhar e a cuidar da casa; picando papel, aprendem, por exemplo, divisões do corpo de vários animais segundo a nomenclatura do mercado e da cozinha; a greda substitui a farinha no trabalho de amassar, etc.; alguns destes trabalhos são acompanhados de cantos.

Exercícios ginásticos, adaptados a esta idade, fortificam, aperfeiçoam e desenvolvem o corpo. Cantos singelos acompanham muitos dos trabalhos do Jardim: a infância gosta de música; desde o berço que lhe agrada ouvi-la, e que procura imitá-la; era razoável que entrasse no plano do Kindergarten, e ela aí desempenha papel importantíssimo. Que é o canto senão a voz humana tornado um encanto? O adágio até diz: «quem canta seu mal espanta».

Froebel indicou assim a elevada missão do Kindergarten: «Bem como num jardim são tratadas as plantas com protecção de Deus e com o cuidado de jardineiros com a natureza, — assim as mais nobres plantas, os homens, — as crianças, embriões e membros da humanidade, — sejam aqui tratadas com a natureza.»

O nome de «Kindergarten» inventou-o em 1837 ao atravessar uma montanha donde se vê Blankenburg. O método de educação achou-o à custa de contínuo pensar e observar, principalmente desde 1823 até quase ao último ano da sua vida (1952).

Ensinar por jogos parecerá pueril. Mas não seria anti-natural converter a criança em velho, ou em homem feio? Parecerá, também, que prepararam mal a infância para a escola primária. Mas, ao contrário, o Kindergarten não lhe dá noções numerosas e variadas que compõem não só um excelente prefácio dessa escola, mas também da vida prática? Não dá amor do trabalho e da ordem? Não habitua as crianças a viverem umas com as outras? Não as costuma ao respeito com a jardineira? Não lhes aproveita e desenvolve quanto possível as forças físicas, intelectuais e morais? Não as alegra e instrui com objectos de pouco valor, em vez de lhes entregar custosos brincos? Não lhes educa o instinto construtor dando-lhes materiais para variadíssimas obrazinhas, em vez de o perverter e torná-lo destruidor entregando-lhe objectos já feitos? O Kindergarten é que pode censurar o método seguido em muitas escolas: quanto à criação de Froebel pode dizer-se que provocou realizar para a infância o que a civilização tende a realizar para todas as idades: trabalho que engrandeça o operário; trabalho que venha da vocação própria, e por isso agrade e alegre; cultura das multíplices faculdades do homem, e por isso o torne útil e bom na família, na pátria, na humanidade, no universo; este é o único meio de converter o vale da lágrimas em paraíso.

Parecerá que o Kindergarten assenta em bases demasiado científicas, impróprias para a educação da infância? O mesmo valeria acusar o médico por tratar das crianças com perfeito conhecimento da natureza delas. O educador não tem de dizer ao tenro educando as bases científicas sobre que opera; mas deve conhecer as leis do desenvolvimento físico, intelectual e moral da criança; é preciso que também a ame. Assim como a natureza, antes de chegar a produzir homens, teve de manifestar-se em obras de cujas leis o nosso espírito fez as ciências que vão até à biologia, assim a humanidade só receberá bem os novos membros dela, quando poder colocar todos os berços no Jardim da Ciência e do Amor.

* *
*

Frederico Guilherme Augusto Froebel nasceu em Oberweissbach, na Turíngia, aos 21 de Abril de 1782. A mãe era senhora de elevados sentimentos; o pai era austero e instruído. Froebel tinha 9 meses quando a mãe lhe morreu; o pai, solícito pastor de uma grande paróquia, mal teve tempo de cuidar deste seu terceiro filho; a princípio os criados, e quatro anos depois a madrasta, afligiram e maltrataram a desventurada criancinha; os irmãos, porém, davam-lhe provas de solícito amor; e também Froebel desde muito tenra idade achou conforto e alegria em percorrer os campos, em subir os outeiros e em contemplar os céus; esta feliz inclinação durou-lhe toda a vida; e com tal força, que aos 70 anos ainda exclamava: «O maior dos bens que possuo é que, apesar de velho, me sinto criança, e como criança vou após a natureza.»

Na escola primária foi tido por fraco estudante, excepto em contar; acusavam-no de distraído; mas os progressos no cálculo revelavam tendência para as matemáticas; a distracção significativa somente que o espírito dele, ocupado de melhores assuntos, reagia contra o absurdo sistema de ensino do seu tempo.

Toda a vida Froebel manifesta insaciável desejo de se instruir, de compreender o universo, de achar a unidade de leis que expliquem o homem externo, liguem o passado ao presente, e patenteiem luminosamente ao espírito do homem o divino plano do universo; um profundo sentimento religioso o domina em todos os seu actos; um férvido entusiasmo pelo aperfeiçoamento da humanidade lhe dirige os passos.

A princípio destinara-se a agricultor; posto em casa de um empregado das matas para aprender geometria e agrimensura, o mestre quase nada lhe ensinou; mas da livraria dele pode ler muitas ler muitas obras. Foi ouvir, na universidade de Iena, lições de química, física, matemática, arquitectura, topografia, e ciências camerais; faltou-lhes, porém, dinheiro para continuar ali os estudos; o pai não tinha querido auxiliá-lo; extinguira-se a parte recebida da herança materna, já em despesas próprias, já em empréstimos; pequenas dívidas, que fora obrigado a contrair, levaram-no à cadeia, onde estudou sempre, e de onde saiu porque, renunciando à futura herança do pai obteve deste com que pagar aos credores.

Depois de passar breve tempo na casa paterna, foi estudar praticamente a agricultura, e entrou numa repartição florestal. Como herdasse alguma coisa dum tio, deliberou ir para Frankfurt, obter ali um lugar, e nas horas livres estudar bem arquitectura; mas todos os seus estudos eram destinados principalmente a compreender-se a si próprio, a manifestar integralmente as suas crenças. Para ele, a agricultura ou a arquitectura não era simples meio de ganhar pão, era o cumprimento do dever de exercitar as suas faculdades, de bem realizar na esfera social a

sua missão; e não pensava somente em si próprio; meditava amorosamente na sorte dos seus semelhantes; planeava melhorá-los por meio da educação. Antes de ir para Frankfurt escrevia as seguintes palavras a um lavrador seu amigo: «Que em breve o destino te dê lar tranquilo e mulher que te ame; quanto a mim, que me faça andar errante, porém, me deixe tempo de conhecer bem as minhas relações para comigo próprio e para com o mundo. Que tu dês aos homens, e que eu me esforce em dar os homens a si próprios.»

Chegado a Frankfurt, relacionou-se com vários professores, entre eles Gruner, director duma escola-modelo; expôs-lhes as sua ideias sobre educação e ensino; tanto bastou para Gruner descobrir nele grandes e especiais faculdades aconselhando-o a ser mestre-escola em vez de ser arquitecto. Froebel seguiu o conselho, aceitou um lugar casualmente vago na escola de Gruner, e achou-se logo tão bem entre crianças, como se desde muitos anos estivesse habituado a ensiná-las: passava-se isto em 1805; já o nome de Pestalozzi era famoso; e se Froebel tanto impressionou professores distintos, certamente havia ideias originais e notáveis na sua exposição.

Foi nas férias de 1805 visitar Pestalozzi; admirou-lhe o entusiasmo, a dedicação, a energia; adoptou parte do seu método; mas já vimos qual o defeito capital que achou nele; nesta opinião se confirmou quando, mais tarde, viveu dois anos em Yverdun com os filhos de von Holzhausen, dos quais foi preceptor.

Novos documentos da sua paixão pela ciência deu Froebel indo estudar na universidade de Goettingen, e pouco depois na de Berlim; as lições de Weiss acerca da mineralogia produziram-lhe viva impressão. Mas a guerra assolava a Alemanha, e Froebel não tardou em fazer parte do corpo de voluntários de Lutzow; tomar as armas em favor da pátria, era a seus olhos o dever de todo o mestre; fora vergonhoso que se apresentasse a dar lições quem na hora do perigo não defendera o lar das crianças; é que o motivo de seus actos era sempre nobre, sempre elevadamente moral.

Durante a guerra, Froebel travou conhecimento com Langethal e Middendorf, duas das pessoas que compreenderam o grande alcance das concepções de Froebel, e dois poderosos auxiliadores da realização delas. Finda a luta das armas, voltou a Berlim, onde serviu como ajudante de Weiss, e pode conhecer de perto os geniais trabalhos deste sábio acerca da cristalografia; a influência que no seu espírito produziu o conhecimento das leis da formação dos cristais acha-se em muitas páginas na *Educação do homem* e nos *dons* do jardim das crianças. E era para a educação da infância que tudo o atraía ou impelia; desde as combinações químicas até aos fenómenos da vegetação; desde as formas tão precisas dos cristais até às órbitas dos corpos celestes, — constantemente o agita e o persegue a resolução deste problema: Quais são as leis naturais do desenvolvimento humano? Que relações há entre ele

e o mundo externo? Qual deve ser a educação para que manifestem integralmente as faculdades do homem-criança?

Por isso, quando Middendorf e Langethal vieram procurá-lo em Berlim, Froebel propôs-lhes a fundação duma escola-modelo; aceitaram; deixa o lugar na universidade e rejeita um cadeira de professor que lhe ofereceram de Estocolmo. Por este mesmo tempo morre-lhe um irmão deixando orfãs duas crianças; e como outro, abastado proprietário de fábrica de tecidos, também tivesse três filhinhos, Froebel tornou-se mestre de todos, reunidos em Griesheim, e depois em Keilhau, onde com os dois amigos fundou a escola; todos três tiveram de trabalhar como operários em reparos da casa escolar.

Foi por este tempo (20 de Setembro de 1818) que Froebel casou com Henriqueta Guilhermina, com quem travava relações em Berlim, onde ela vivia em boas circunstâncias; há muito que conhecia e admirava as ideias de Froebel; agora, tornada sua esposa, dedicou todo o seu dinheiro e talento, bem como todo o afecto, a auxiliar o marido na realização dos humanitários projectos dele.

Mas as despesas escolares eram grandes, e as receitas não cresciam rapidamente; o irmão de Froebel, compreendendo a sublimidade da missão deste, e levado pela fé que ele lhe inspirava, fecha a fábrica e parte para Keilhau; os recursos pecuniários e o tino administrativo de Christiano, que assim se chamava o irmão, contribuem a propósito e eficazmente para o progresso da escola-modelo. Enfim, um sobrinho de Middendorf, por nome João Arnolds Barop, mancebo de grande talento e actividade, tornou-se ali professor: tinha estudado teologia; mas de tal modo o atraíram a grandeza moral do plano de Froebel e a dedicação com que o serviam uns poucos de homens de superiores faculdades, que ele mesmo se fez apóstolo do evangelho da infância.

O desenvolvimento da escola criou invejosos e despeitados; cuidaram de destrui-la, e para isso acusaram de demagogos os mestres; na Alemanha os conservadores tinham grande susto das novidades, e por toda a parte viam demagogia; ora os homens de Keilhau traziam cabelos compridos e falavam de educação alemã, quando a ideia da unidade germânica ainda não estava acreditada; eram, *portanto*, gente perigosa no dizer do cretinismo político; e tanto, que o governo teve de mandar um inspector por duas vezes a Keilhau; o resultado da inspecção foi um consciencioso relatório cheio de louvores à educação ali dada; mas a calúnia ia correndo mundo e muitos pais retiraram os filhos da escola, que ainda assim resistiu e prosperou de novo.

Froebel traçava sempre novos projectos, nem todos de harmonia com os meios disponíveis. Desejoso de propagar por outras terras as sua ideias, já então amadurecidas e em grande parte expostas na *Educação do homem*, foi para a Suíça, onde o governo de Lucerna o auxiliou. O plano de Froebel era vasto: um instituto de ensino popular, em que metade do dia seria empregado em trabalho produtivo, e outra

metade nas aulas; as matérias de ensino corresponderiam a todas as faculdades humanas; o trabalho seria no campo, no jardim, no bosque, e também na casa. Acima deste instituto, uma escola de preparatórios para universidades e academias. Abaixo dele um estabelecimento especial, para crianças de 3 a 6 anos, onde já se acham alguns dos lineamentos do Jardim infantil.

Projecto bom, de certo; mas alguns jornais e o clero católico declaram-lhe guerra. Froebel muda de lugar, mas a guerra cresce; até do púlpito o injuriam; e do confessionário o combatem traiçoeiramente. Acham irreligioso, fantaseísta, etc., este homem verdadeiramente santo não só nas palavras, mas também nas obras. Um exame público veio mostrar a benéfica influência do ensino de Froebel nas criancinhas, e deixou conhecer bem a audácia e a vileza da calúnia.

Chamado pelo governo suíço a dirigir um orfelinato em Burgdorf, reconheceu Froebel os péssimos efeitos de não se cuidar muito da educação durante a primeira infância; pensou do mesmo modo ao estudar alguns asilos em Berlim; meditando nisto, foi paulatinamente dispondo e ordenando materiais e achando processos de ensino; cuidou então especialmente das crianças de idade ante-escolar (3 a 7 anos); compreendeu que nesse período da vida era demasiado cedo para transmitir conhecimentos necessários a uma ou outra profissão; que, pelo contrário, convinha preparar para qualquer, pela educação geral das forças físicas, intelectuais e morais; que, importava muito alimentar a actividade infantil com jogos e ocupações em harmonia com a natureza das crianças; e que enfim se devia deixar a estas a possível espontaneidade para bem aproveitar os recursos da sua originalidade. É evidente que os brinquedos se não confundem com todo e qualquer folgar: o trabalho genial de Froebel consistiu em estudar e compreender a infância, e em achar séries de jogos e ocupações que, correspondendo a todas as faculdades fundamentais, harmonicamente as desenvolvesse; por certo houve e há muito que aperfeiçoar nesse trabalho; mas em que obra humana deixa de acontecer assim?

Froebel mudara de Burgdorf por causa de sua mulher, que estava muito doente e precisava de outros ares; apesar da doença, quis sempre auxiliá-lo nos trabalhos pedagógicos; a inteligência e o bom gosto dela contribuíram para o plano do Kindergarten e não menos para realizá-lo; cônjuges sem filhos, deram ao mundo uma obra utilíssima à puerícia; mas se os progressos da doença afligiam muito o marido, ele recebia com religiosa humildade os golpes da desgraça, e transformava-os em meios de aperfeiçoamento; por isso nestas mesmas dolorosas circunstâncias pôde aumentar de zelo, e não só fez excessivas experiências do seu método, mas também reuniu materiais para uma gazeta com a epígrafe: «Vinde. Vivamos para as crianças.»

Froebel não tinha talento administrativo, nem servia para director de qualquer empresa; por isso a gazeta pouca circulação teve; ainda assim

atraiu a atenção de pessoas importantes; além disto os resultados obtidos em Blakenburgo, e a actividade dos professores de Keilhau ganharam admiradores para o novo método, a ponto que em Janeiro de 1839 o autor dele foi a Dresden explicá-lo diante de selecta assembleia, da qual fazia parte a rainha: pouco depois abria-se ali o primeiro jardim, mas ainda com o nome de escola de brinquedos ou jogos (*Spielschule*).

A esta vitória gloriosa sucedeu em breve (a 13 de Maio 1839) a morte da esposa, a companheira inteligente e meiga, a colaboradora ilustrada e entusiasta; mas tão dura provação parece ter-lhe dado novas forças para completar a obra, em que viviam o espírito e o afecto daquela morta. Assim, pouco depois lecciona mestres para as escolas de brinquedos, promove o estabelecimento de algumas, continua a escrever para o público, e propões às senhoras alemãs, em 1840, a fundação de um Jardim de crianças alemão; este jardim seria modelo e teria anexas uma escola normal de jardineiros e jardineiras, uma oficina para fabricar o material de ensino, e outra para imprimir obras de educação. Froebel contava com a subscrição de 100.000 thalers em acções; mas obteve somente 1.500; também o grande reformador não engodava com prospecto de lucros, nem falava de outros dividendos que a alegria de fazer bem, a satisfação íntima, os prazeres do coração; as gentes habituadas a contar só com dinheiro, e que até pareçam ignorar que ele é meio, e não fim, — podiam sorrir maliciosamente das palavras ingénuas de Froebel; mas os lucros positivos, os rendimentos em favor da sociedade, aí se acham evidentes nos bons frutos do método froebeliano; mais evidentes do que muitas cotações de títulos. Se faltaram recursos para realizar o que intentara, se também seus companheiros de Keilhau não puderam proporcionar-lhe meios para tanto, — nem por isso fica diminuída a importância do grandioso projecto.

Depois de ter posto por obra em Blankenburgo uma parte dele, e regido em Keilhau um curso de jardineiras, de entre as quais algumas se tornaram muito distintas, — passou em 1850 a viver no pequeno castelo de Marienthal, a pequena distância de Liebenstein; fora para ali, graças à benevolência do duque de Meiningen, a quem o recomendara a baronesa de Bertha Maria von Marenholz-Bülow, senhora que se dedicou muito à causa de Froebel e que tem sido uma das mais ilustres propagadoras das ideias dele. Em Marienthal foi grande o concurso de aplicadas discípulas; grande também foi o número de criancinhas que frequentaram o Kindergarten. O mestre muitas vezes passeava e brincava com estas pelos campos e pelos bosques. Quem o via de longe dizia, na sua ignorância, que era um doido; mas observando de perto os actos de Froebel, e os efeitos deles, admirava-o como a um dos mais simpáticos promovedores da civilização pelo amor e pela sabedoria; a vida em Marienthal era toda composta de boas alegrias, de ensino ao mesmo tempo vigoroso e suave, de profundos afectos entre o encanto sempre juvenil do entusiasmo pelo seu ideal; as mulheres e as crianças

queriam-lhe como a um pai, e criam nele como no fundador de uma nova religião.

Em Julho de 1851 contraiu segundas núpcias; casou com Luise Levin, antiga relação da família de Christiano Froebel, e que depois de ter estado em Keilhau, recebera lições daquele grande mestre, vindo a auxiliá-lo mais tarde no curso de jardineiras. A diferença de idade entre os cônjuges era muito grande, mas eram iguais as aspirações de ambos.

Apesar dos claros e benefícios efeitos do novo método, apesar da elevação de carácter do mestre, — o governo prussiano proibiu as escolas de Froebel como focos de socialismo e ateísmo! O ministro, grande reaccionário, fundou a brutal ordem num escrito de Karl Froebel, sobrinho do grande pedagogo, acerca de «Jardins de infância e escolas superiores para meninas». Debalde se procurou provar o erro da proibição: o ministro, de emperrado orgulho, ou de incorrigível miopia de espírito, respondeu que tinha *maduramente reflectido* antes de expedir as suas ordens!

Contudo, o congresso de professores alemães em Gotha em 1852, convidou Froebel a tomar parte nos trabalhos dele; o fundador do Kindergarten receou que a sua presença danificasse o professorado nas regiões oficiais; mas instado, compareceu; a assembleia recebeu-o com muito respeito; e os vivas levantados pelo presidente foram unânime e calorosamente correspondidos.

Este, o penúltimo ano da sua vida. O derradeiro passou-se em Marienthal, na tarde de 17 de Junho de 1852: Froebel exalou o último alento junto de sua mulher e dos seus indefesos cooperadores Barop e Middendorf; na sepultura puseram-lhe aquela inscrição tão lisa e de tão alto relevo moral: «Vinde. Vivamos para as crianças.»

A condenação oficial dos mais notáveis trabalhos de Froebel, converteu-a o tempo em geral e pública homenagem. O condenado recebe agora o culto devido aos grandes benfeitores da humanidade. Que as mães lhe conheçam a vida, e lhe estudem as ideias; que as apliquem e façam aplicar para desenvolvimento das faculdades de seus filhos; que lhes ensinem a significação do nome de Froebel, deste admirável exemplo de civilização de heroísmo, deste perseverante e sábio amigo das criancinhas, que merece lugar distinto entre os maiores apóstolos do bem.

# UM ECONOMISTA PORTUGUÊS:
# ANTÓNIO DE OLIVEIRA MARRECA
# (1889)

# I

Sob o título de *Guida allo studio dell'economia politica,* o dr. Luigi Cossa tratou dos princípios fundamentais, do método, e das relações desta ciência com outras, e escreveu a história crítica do progresso dela na Europa. A obra é muito estimada pelos especialistas, e tida como principal trabalho do sábio professor da universidade de Pavia; contudo, ocupando-se de Portugal, mostra que o autor se guiou por insuficientíssimas e nem sempre exactas informações; assim, referindo-se a monografias, somente citou a *Memória* de Morato Roma a respeito da moeda, o livro de Serzedello Júnior acerca dos bancos, e pôs, a par destes trabalhos, a obra do sr. Visconde de Benalcanfor sobre a exposição de Viena em 1873. Apesar destes defeitos, o dr. Cossa foi decerto benevolentíssimo não levando a sua crítica além destas palavras: «Os estudos económicos em Portugal estão ainda em piores condições que na Espanha».

E em verdade são tais estas condições, que nem sequer temos obras que no seu conjunto sirvam para se conhecerem bem as fases por que têm passado as questões teóricas e práticas da economia social. Não temos, nem tivemos, um só escritor que seja para esse ramo de conhecimentos o que, por exemplo, Ferreira Borges foi para o direito mercantil e Silvestre Pinheiro Ferreira para o direito público. Em 1850, Vicente Ferrer Neto de Paiva, escrevendo a defesa da representação da universidade de Coimbra contra a lei restritiva da liberdade de imprensa, alegava que os trabalhos científicos dos lentes atestavam tal progresso desde 1834 que mereceria, em lugar dessa lei, alguma consideração dos governos, aparentemente ignorantes dos esforços professorais; da lista desses trabalhos pertenciam, porém, à economia política somente os livros de Adrião Forjaz e Bernardino Carneiro, isto é, de dois escritores que, sejam quais forem seus merecimentos, ocupam lugar muito modesto na história dos serviços prestados à ciência social.[1]

Os economistas estranhos ao corpo docente universitário também não eram numerosos; os livros escritos por eles eram pouquíssimos. A cultura intelectual portuguesa não era ainda suficiente para acolher

[1] *Defesa da representação dos lentes da universidade de Coimbra contra o projecto de lei acerca da liberdade de imprensa.* Coimbra, 1850.

bem e premiar, com a extracção de sucessivas edições, tratados ou elementos de economia política, e estudos profundos sobre questões especiais dela; nem sequer havia estímulo para traduzir as obras dos mestres; quem precisava de conhecimentos da ciência das riquezas, tinha de recorrer necessariamente a livros estrangeiros; só em dois estabelecimentos oficiais, um de Coimbra, outro de Lisboa, era ela professada; e tinham sido malogradas as tentativas da Associação Mercantil de Lisboa, e da Associação Comercial do Porto para divulgá-la em cursos livres e gratuitos. A legislação de Manuel da Silva Passos sobre ensino secundário mandava incluir no quadro deste os princípios de economia política, mas a lei não foi inteiramente cumprida. No curso de comércio da academia politécnica do Porto quase não encontravam noções crematológicas; e é preciso vir até 30 de Dezembro de 1852 para achar o decreto que, ampliando o ensino técnico, mandou criar em Lisboa uma cadeira de economia e legislação industrial.

O dr. Cossa diz que Rodrigues de Brito propusera nas *Memórias Políticas*, em 1803, a criação de uma cadeira de economia política na universidade de Coimbra; mas que o projecto não tivera bom êxito, porque a opinião pública lhe era adversa. A bem dizer o país não se opunha inelutavelmente, nem dava apoio eficaz, a que naquele ou noutro instituto fossem expostas as doutrinas de Smith e Turgot; em 1803 o país não tinha grande influência nos negócios do estado; a ciência certa era morgadio da coroa; só o augusto monarca possuía dogmaticamente faculdades metafísicas para julgar que alimentos convinham às humildes almas dos seus devotados súbditos, e em que doses deviam ser-lhe prudentemente ministradas; regia então os destinos de Portugal D. João VI, não como perfeito monarca, mas sim como simples regente, visto que, ao fechar-se o século dezoito, se apagará oficialmente a luz da razão no cérebro de D. Maria I. A D. João VI, ínclito príncipe e varão das mais distintas qualidades como exuberantemente o provam numerosas peças poéticas e prosaicas desse tempo, competia decidir se quadrava bem na alta escola conimbricense o estudo da economia política; se o projecto de Rodrigues de Brito não se realizou, é porque a ciência monárquica teve profundas razões contra ele.

Se o leitor quiser saber o que continha, e como foi considerado um projecto do deputado J. Rodrigues de Brito, nas Cortes Constituintes de 1821, achará notícia que o satisfaça no *Instituto* de Coimbra, vol. 31º, pág. 505. O eruditíssimo lente, dr. Frederico Laranjo, aí lhe diz que o projecto queria três cadeiras de economia política em Lisboa, Coimbra e Porto, ensinadas pelo catecismo e tratado de J.B. Say, enquanto não aparecesse coisa melhor; aos professores livres dar-se-iam prémios e honras proporcionalmente ao número de alunos; e esta ciência viria a ser, passados dois anos, preparatório obrigado para a matrícula na universidade. Pouco depois apareceram propostas de dois particulares sobre ensino de economia política. O parecer da comissão parlamentar afirmou a utili-

dade de criar as cadeiras; mas a ciência era nova em Portugal, faltavam os meios de conhecer a aptidão dos candidatos, e talvez alguns mestres atendessem mais a vãs teorias e a princípios genéricos do que às circunstâncias peculiares de Portugal; concluindo, propunha que se recebessem compêndios originais, ou traduções, ou compilações, a fim de que, sendo aprovados esses trabalhos, seus autores pudessem abrir aula de economia política; os que provassem maior aptidão deveriam ser preferidos na regência de cadeiras públicas. Meses depois, Manuel de Almeida remetia ao congresso um compêndio, cuja primeira parte foi impressa em 1822. A segunda tem vindo a lume no *Instituto*. As cadeiras públicas, porém, não se fundaram; e a reacção, que amaldiçoou o código político de 1822, não tinha grande empenho em melhorar o ensino desta ou de outra ciência. Não foi mais feliz a proposta parlamentar de Alexandre Tomás de Morais Sarmento, em 7 de Fevereiro de 1827, para na universidade se substituir a cadeira de analítica de direito romano pela de economia política; se teve parecer favorável em 2 de Março, não conseguiu percorrer os trâmites restantes para ser lei observada.

Mas o trato de negócios públicos, as relações com o estrangeiro durante a emigração, e a importância crescente dos problemas económicos obrigava ou atraía ao estudo da ciência das riquezas. Mouzinho da Silveira, para darmos um bom exemplo de estadistas, havia estudado e meditado os principais economistas do seu tempo. Ferreira Borges publicara em 1834 as *Instituições de economia política*, depois de ter escrito em 1831 os *Princípios de Sintelologia*; visou a que o seu livro fosse nesta ciência o que eram no direito romano as obras de Gaio e Justiniano; seguiu principalmente Storch, auxiliando-se também da reflectida leitura de todas as obras importantes então conhecidas. Agostinho Albano deu à estampa em 1838 as prelecções introdutórias ao curso na Associação Comercial do Porto. Pelo mesmo ano Oliveira Marreca fez sair do prelo as *Noções elementares* destinadas a compêndio no curso criado na Associação Mercantil de Lisboa. Em 1840 apareceu em Paris o *Précis d'un cours d'économie politique*, escrito por Silvestre Pinheiro Ferreira, que no ano anterior aí mandou imprimir, em inglês, um resumo da obra de Mac Culloch, anotado, e a introdução de um curso de economia.

Todos estes trabalhos são hoje mal conhecidos, e nem se pode asseverar que em tempo algum influíssem consideravelmente no pensar dos portugueses; todos ficaram na primeira edição; e não há, que nós saibamos, estudo algum sobre o conjunto das mencionadas obras desses aliás distintos iniciadores ou continuadores dos estudos económicos em Portugal. Agostinho Albano e Ferreira Borges não escreveram mais sobre economia política propriamente dita; o primeiro somente se entregou ainda a estudos financeiros; o segundo prosseguiu na cultura do direito mercantil. Silvestre Pinheiro, se posteriormente se ocupou de várias questões económicas (associações operárias, *greves*, monopólios, crédito predial, etc.), dedicou-se particularmente ao direito público.

Oliveira Marreca, embora dando-se à literatura e à política, provou, principalmente em três composições, que a ciência económica jamais deixou de merecer-lhe afectuosos cuidados; ainda antes de nomeado professor do Instituto Industrial de Lisboa, inseriu no *Panorama* uma série de artigos notáveis a propósito do curso de Miguel Chevalier, e outra acerca da questão das máquinas; em 1850 elaborou o Relatório da exposição industrial lisbonense de 1849; finalmente, em 1853 leu na Academia Real das Ciências um parecer e Memória sobre a proposta de Alexandre Herculano concernente a um projecto de estadística.

## II

Em todas estas produções, Oliveira Marreca patenteia-se profundo pensador; não recebe servilmente as doutrinas correntes, ainda que venham abonadas pela autoridade de famosos nomes; examina, pondera, medita e francamente expõe a sua opinião; o falar dele é sempre modesto; por muito convencido que esteja das ideias que apresenta, ou das objecções que oferece, jamais a palavra denota arrogância, jamais a crítica revela pueril contentamento de derrotar um adversário. Trabalha como quem satisfaz uma aspiração de elevado espírito.

Um dos assuntos que teve de apreciar nos artigos concernentes ao *Curso* de economia política de Chevalier foi o da missão do Estado; assunto dos mais difíceis, que tem originado os mais longos debates, as mais vastas análises, e que ainda agora se não pode dar como perfeitamente esclarecido. Não é, portanto estranhável que Marreca deixasse também o problema sem irrefutável solução; importa, porém, saber se, ao tratá-lo, mostrou conhecer os defeitos das opiniões opostas, e seguiu o melhor caminho.

Os fundadores da economia política têm sido persistentemente acusados de advogarem um excessivo individualismo. As palavras *laissez faire, laissez passer*, servem a muito crítico para prova de que eles contrariavam toda a intervenção do estado nos trabalhos particulares. As opiniões de Smith parecem confirmar a censura; e os relativamente modernos atrevimentos teóricos de Bastiat auxiliam poderosamente aquela acusação.

Contudo o *laissez faire, laissez passer*, ou fosse proferido por Gournay, ou por Legendre, não pretendeu resumir uma doutrina completa acerca das funções da autoridade; Gournay ocupava-se exclusivamente das leis restritivas do comércio e da indústria; Legendre dava um conselho a Colbert acerca das providências que conviria tomar para desenvolver esses dois ramos de trabalho; em tal tempo, o *laissez faire, laissez passer* equivalia à justa condenação de leis funestamente restritivas, que não só erguiam potentes obstáculos ao comércio interprovincial, mas também subordinavam a penosa e injustas regras o trabalho fabril.

Quanto a Adam Smith, a sua opinião acerca do estado foi expressa nos seguintes termos:

«No sistema da liberdade natural o soberano tem só três deveres a cumprir: três deveres de alta importância, é certo, mas claros, simples, e ao alcance das inteligências ordinárias. O primeiro é a defesa da sociedade contra todo o acto de violência ou de invasão praticado por outras sociedades independentes. O segundo é o dever de proteger, quanto possível, cada membro da sociedade contra a injustiça ou opressão de qualquer outro membro, isto é, o dever de estabelecer a exacta administração da justiça. O terceiro é o dever de realizar e conservar certas obras públicas e certas instituições que o interesse particular jamais poderia produzir, porque jamais lhe dariam lucro, embora o proveito social exceda muito o simples reembolso das despesas».

Que princípios filosóficos limitavam assim as funções do Estado? Porque haviam de ser precisamente três, nem mais nem menos, os deveres da autoridade soberana? Smith não deu suficientes explicações a este respeito; é porém, de observar que as suas palavras vêm logo depois da análise do sistema mercantil e da fisiocracia. As demasias da intervenção do estado, praticadas longo tempo no domínio do mercantilismo, impressionavam profundamente; e não seria de estranhar que a reacção contra elas conduzisse a estabelecer uma teoria em que o individualismo tomasse mais importância que a marcada por uma análise imparcial. Mas a doutrina de Smith é muito menos incorrecta do que geralmente se pensa; os dois primeiros deveres correspondem ao respeito da liberdade e da propriedade e à consequente defesa delas contra inimigos internos e externos; não se contentando, porém, com eles e assignando o terceiro, Adam Smith atribuiu ao estado uma função importantíssima, qual é a de criar instituições que, embora socialmente produtivas, não podem nascer da iniciativa particular. A crítica dos trabalhos desse economista filósofo tem quase sempre falado desta parte deles, como se fossem inspirados por um individualismo intransigente. Contribuíram para este errado juízo não só os adversários da economia política, mas também economistas que passam por ortodoxos; opiniões radicais destes fizeram crer que também o sábio professor escocês pensara com eles. Finalmente a discussão acerca da liberdade de comércio e do proteccionismo agravou a confusão de ideias; entendeu-se vulgarmente que era contra toda a intervenção do estado quem se pronunciava contra as elevadas taxas aduaneiras; e como a grande maioria dos economistas advogavam a liberdade mercantil entre as nações, concluiu-se daí que à escola de Smith repugnava essencialmente aquela intervenção.

As doutrinas de Kant, que tanto influíram na filosofia do direito, vieram também engrossar a corrente favoral ao individualismo; segundo elas, o direito era o complexo das condições pelas quais a liberdade externa de cada um pode coexistir com a liberdade de todos;

mantê-la cuidadosamente, obstar a toda a ofensa do direito individual, eis toda a missão do estado; e que era isto senão uma espécie de *laissez faire, laissez passer*, não como simples condenação das leis nocivamente restritivas, mas como regra fundamental do direito público? Smith havia censurado no sistema de Colbert o não conceder a cada indivíduo a faculdade de tratar dos seus negócios particulares como entendesse, subordinando a sociedade a um vasto plano de igualdade, de liberdade e de justiça; estas palavras do professor não são mais individualistas do que as do filósofo alemão.

Há, porém, uma grande diferença no pensar deles: a fórmula kantiana parece dar ao estado a única missão de fazer respeitar as fronteiras nacionais, e a esfera do direito individual; o juiz e o soldado personificam essa missão; a autoridade nada mais tem a fazer. Pelo contrário, na sua doutrina Smith rasga outro horizonte aos poderes públicos; incumbe-os de fundar instituições que nada têm com a segurança e a justiça no *sentido restrito*; e, como exemplos delas, ocupou-se especialmente das vias de comunicação, dos estabelecimentos de ensino, e disse expressamente: «Para facilitar certos ramos particulares do comércio são precisas instituições que demandam especial e extraordinária despesa. O trato com povos incultos demanda especial protecção». Que outras funções do Estado reconheceria Adam Smith se escrevesse hoje? Qualquer que fosse o pensar dele nas actuais circunstâncias do mundo económico, e sob o domínio das ideias filosóficas do século XIX, não teria de reformar a sua doutrina para ficar ao abrigo das críticas ao exagerado individualismo. Essa doutrina pertence evidentemente ao grupo das *organizadoras* das actividades particulares, das que *socializam* ou *estadizam* alguns trabalhos além dos que usam chamar-se da paz e da liberdade. Sem modificações verdadeiramente fundamentais, e sem violência da lógica, poderia caminhar-se dela para o próprio socialismo catedrático. A legislação protectora dos operários e fomentadora do bem-estar deles não é incompatível com as ideias professadas por Adam Smith; ele próprio, tratando dos salários, escreveu o seguinte:

«Sempre que a legislatura procura dar preceitos às lutas entre operários e patrões, consulta sempre estes últimos; quando o regulamento sai favorável aos trabalhadores, é sempre justo; quando é a favor dos patrões, já sucede às vezes o contrário; assim, a lei que obriga os donos de fábrica, em muitos ramos de indústria, a pagar os salários em dinheiro e não em mercadorias, é inteiramente razoável; não danifica o patrão; manda somente entregar em numerário o mesmo valor que ele dizia pagar, mas realmente não pagava sempre, em mercadorias».

Parece-nos, pois, injusto considerar Adam Smith como fundador de uma economia política extremamente individualista, e Bastiat como um dos melhores representantes da escola fundada por ele; entre o primeiro e o segundo há uma diferença característica; e depois do que dissemos do filósofo escocês, basta, para a tornar evidente, acrescentar

que, para o autor das *Harmonias Económicas*, o estado só deve ter exército e magistrados a fim de conservar a ordem e corrigir as ofensas da liberdade, ou solver as dúvidas acerca dos direitos individuais.

As qualidades literárias de Bastiat, o entusiasmo sincero das suas convicções, os excessos teóricos de alguns de seus adversários, e a deficiência de conhecimentos de história económica na maioria do público, deu a esse escritor uma autoridade excedente à que merecia; daí veio também o considerar-se como doutrina incontroversa entre os economistas o que ele escreveu acerca das funções do estado; as polémicas sobre a liberdade de comércio tiveram mais uma vez consequências análogas às indicadas a respeito de Adam Smith.

Não queremos afirmar, e seria grave erro asseverar, que além de Bastiat não houvesse economistas que defendessem tal teoria do Estado ou ainda outra mais individualista; o que asseveramos é que o publicista francês se desviou, num ponto essencial, do pensar de Smith; e que esse desvio não exprime o pensar dos mais notáveis economistas. Procure-se na obra capital de Stuart Mill, publicada em 1848, o que ele pensa a respeito das funções do estado: reparte-as em necessárias e facultativas; se lhe perguntarem como limita o conjunto delas, e qual o critério para distinguir as primeiras, responderá assim: «As incontestadas funções do governo estendem-se por um espaço demasiado vasto para se murar com uma definição restrita; é quase impossível assignar a todas as funções outra razão de ser que não seja a *utilidade pública*; esta frase estende-se muito longe; é também impossível limitar a intervenção do governo por qualquer regra geral, a menos que não se admita a regra bem simples e vaga segundo a qual esta intervenção não deve ser aceite, senão nos casos de evidência da utilidade». Perguntassem a Rossi o que pensava deste ponto de direito económico, e ele diria que ao estado cumpre não ser simplesmente político e defensivo, *mas também activo*; não de uma actividade esmagadora, mas promotora da individual; não que a combata, mas que a auxilie. Fizessem a mesma pergunta a Miguel Chevalier, quando já tinham decorridos oito anos depois da sua entrada como professor no Colégio de França, quando, portanto, já não era simples propugnador de doutrina sansimoniana; ouvi-lo-iam dizer em 1848, nas *Lettres sur l'organisation du travail*, que era chegado o momento de completar a obra da assembleia nacional de 1789, dando ao princípio da associação o desenvolvimento concedido então à liberdade do indivíduo isoladamente considerado; ouvi-lo-iam dizer que o regime do isolamento pesa sobre cada um de nós; que pelo próprio espírito da legislação moderna a sociedade vai por um declive que leva ao estado que Hegel denominou atomístico, e no qual já não há coesão; que os poderes públicos deviam intervir no regime disciplinar do trabalho; ouvi-lo-iam, finalmente, discorrer acerca do princípio societário como quem acreditava que, em matéria de indústria, a associação devia em certos casos abranger a nação inteira.

Poderíamos investigar a opinião de outros escritores, e principalmente a de Blanqui, o professor, que louvou a orientação de vários economistas franceses por considerarem como fim de toda a cultura humana o aperfeiçoamento *geral* da sociedade, sem excepção de classe, e condenarem tanto o tráfico dos negros, como a exploração dos brancos; Adolfo Blanqui chamava *social* a escola que as obras desses escritores estavam fundando. É, porém, desnecessário ir mais longe; os nomes já citados bastam para prova do que pretendíamos mostrar.

Mais de um século decorreu desde que foi publicada a obra de Adam Smith. Numerosos filósofos, economistas e publicistas escreveram acerca da missão do estado; contudo não pode ainda considerar-se como definitivamente aceite na região da ciência uma das doutrinas a esse respeito. Para nos limitarmos ao terreno económico, as opiniões variam desde a anarquia até à máxima regulamentação de todo o trabalho; os sistemas socialistas vão desde os que, nitidamente separando a propriedade pública da particular, querem uma legislação melhoradora das classes laboriosas e reguladora de certas indústrias, até aos que consideram a nação como composta de operários, trabalhando cada uma deles na fábrica nacional; aos primeiros sistemas pertence *o Katheder socialismus*, do qual já dissemos que não tem por irreconciliável adversária a doutrina de Smith.

## III

A opinião de Oliveira Marreca acerca do papel economico-político do estado acha-se no trabalho que publicou no *Panorama* de 1843: não quer a indiferença da autoridade para as questões económicas; não quer também a restauração do poder absoluto dela. Eis como se exprimiu:

«Os povos pensam, trabalham e produzem por si, porque se compõem em grande parte de adultos. Os governos protegem o pensamento, o trabalho, e a produção individual, moderando os conflitos do interesse particular de uns com os outros ou com a sociedade. E por isso *governos paternais* são hoje disparate e anacronismo que corresponde a *povos meninos*; e governos autómatos o mesmo significam que povos sem direcção. A tutela absoluta funda-se na teoria de que os homens são rebanhos; a anarquia económica, no princípio que são perfeitos. A primeira doaria o exclusivo da agricultura, das artes fabris, dos capitais, das propriedades, ao governo. A nulidade económica roubar-lhe-ia a acção benéfica que ele pode exercer como administrador de grandes rendas, possuidor temporário de grandes fundos, apreciador mais exacto, pela sua posição, das necessidades e recursos do país. A verdadeira economia política reina entre estes dois excessos. Os estados pereceriam regidos exclusivamente por uma destas ideias. Os governos nunca adoptaram exclusivamente nenhuma delas».

Estas linhas mostram que Oliveira Marreca não confiava no interesse particular como suficiente para de per si só produzir o máximo progresso geral; pelo contrário, tinha-o por incapaz de remontar-se à eminência dos interesses públicos; e, tratando especialmente da liberdade de comércio, entendia que só o interesse social, «engrandecendo a questão com as proporções do tempo, com a mira no futuro, com as lições da experiência, com o pensamento da perpetuação da nacionalidade», podia e sabia resolvê-la proveitosamente. Chegando a exagerar uma vez os serviços do estado à civilização, atribuía-lhe a maior parte dos modernos progressos, que, no seu dizer, «refutavam com estrondo a doutrina do quietismo económico, o *laissez-faire* da autoridade, mostravam a impotência do interesse particular, e declaravam que nenhumas instituições económicas podem organizar-se sem a intervenção e a vigilância das forças colectivas da sociedade.»[2]

Se lhe respondessem com exemplos, qual o da Inglaterra, vulgarmente considerada como o país do *self-governement* em matéria económica, ele não só responderia que é incorrecto o considerá-la assim, e oporia aos admiradores da Grã-Bretanha a penúria de muitos habitantes dela, mas também deixaria entrever que o seu espírito se inclinava à intervenção do estado para minorar esse mal público.

«A miséria de uma numerosa parte de seus naturais, escrevia ele em 1843, como que está intimando que a actividade do homem e o apuro da arte, por grandes que sejam, não bastam à felicidade material das associações humanas; *é indispensável que a justiça venha fazer ofício de medianeira no conflito da miséria com a riqueza e sancionar a lei da vida, que é o direito primordial da nossa espécie, assegurando um lugar a cada indivíduo no banquete em que todos devem ter quinhão*».

Também não o seduziam as doutrinas de liberdade mercantil, advogadas principalmente na Grã-Bretanha, e por ela recomendadas como extremamente úteis a todas as nações. O exame do trabalho, que acabamos de citar, mostrará como pensava a este respeito.

## IV

As palavras *livre-câmbio* e *proteccionismo* são empregadas não só como designações de opostas escolas no campo da ciência, mas também como vozes de porfiada guerra nas regiões do egoísmo. Se, na própria esfera das discussões científicas, a crítica dos argumentos às vezes se uniu desgraciosamente à injúria, não é de estranhar que, trazido o pleito para os tribunais que o interesse domina ou perturba, se tenham proferido insultos, e caluniado intenções.

[2] *Sociedade promotora da indústria nacional. Exposição da indústria em 1849. Relatório geral do jurado.* Lisboa, 1856, pág. 61.

Cada uma dessas escolas tem frases de efeito: o livre-câmbio diz-se defensor dos direitos do homem numa das suas mais importantes formas; o proteccionismo apresenta-se como advogado solícito do trabalho nacional. O livre-câmbio acusa de espoliador socialismo a protecção; o proteccionismo flagela com o vitupério de inimiga da pátria a liberdade mercantil. O livre-câmbio afirma que os seus inimigos fomentam sistematicamente o atraso das indústrias; os proteccionistas asseveram que os seus adversários querem matar as fábricas nacionais.

Apesar do tom decisivo com que tantas vezes são proferidas estas razões contraditórias, não é raro achar nas obras dos próprios chefes das escolas a prova de que a oposição entre elas, embora seja grande, não o é tanto como vulgarmente se julga.

Aqui temos Smith, o grande fundador da ciência económica, ou ao menos geralmente proclamado assim; avaliassemo-lo pelo que escreveu dele um pensador tão distinto como o famoso Friederich List, e pensaríamos que ele não teve na menor conta a existência das nações, os elementos peculiares a cada uma delas, ou que tratou da permutação dos produtos como se todo o mundo constituísse uma vasta república, ou realizasse os velhos sonhos da monarquia universal. E, se confiássemos nos clamores vulgares contra o livre-câmbio, acreditaríamos que ele deseja arrasadas imediatamente as alfândegas, sem atenção aos capitais e ao trabalho já organizados de certo modo sob a influência das tarifas aduaneiras.

Mas quem ler a obra de Smith saberá que, muito ao contrário do que lhe atribuem, ele teve em tanta conta a existência das nacionalidades quando estudou a questão das permutações, que escreveu o seguinte:

«Parece-me haver dois casos em que geralmente seria vantajoso estabelecer algum imposto sobre a indústria estrangeira para animar a nacional.

O primeiro, quando uma espécie de trabalho é necessária à defesa do país. Por exemplo, a defesa da Grã-Bretanha depende muito do número dos seus navios e dos seus marinheiros. É, pois, acertado o *Acto de navegação* que procura atribuir aos navios e marinheiros da Grã-Bretanha o monopólio da navegação do seu país, já por absolutas proibições, já por fortes encargos sobre a navegação estrangeira».

Depois de sumariar as disposições principais do *Acto*, Smith pondera as desvantagens, puramente ou restritamente económicas, derivadas dele; reconhece que é desfavorável ao acréscimo de opulência, da qual o comércio é também origem; porém, acima da questão da riqueza material imediata, seu espírito vê a riqueza patriótica, as necessidades do organismo nacional, a superior conveniência de o robustecer; por isso conclui nestes termos:

«Diminuindo (por causa do *Acto*) o número dos vendedores, necessariamente diminuímos o dos compradores; ficamos, pois, expostos a comprar mais caro as mercadorias estrangeiras, e a vender mais barato

as nossas, do que se houvesse perfeita liberdade de comércio. Como, porém, a segurança do estado é coisa de maior importância que a sua riqueza, o *Acto de navegação* é porventura o mais sábio de todos os regulamentos mercantis da Inglaterra».[3]

O segundo caso em que Smith entende que geralmente será vantajoso impor taxas sobre a importação de mercadorias estrangeiras para animar a indústria nacional, é quando o produto desta é objecto de algum imposto interior.

Ainda Smith se ocupou das represálias aduaneiras, às vezes empregadas como resposta a fortes direitos lançados por nações estranhas sobre as mercadorias de um dado país; no seu entender, tais represálias podem ser de boa política, se há probabilidade de conseguir por elas a revogação das taxas. «A vantagem de recuperar um grande mercado estrangeiro, será geralmente maior que o passageiro inconveniente de pagar mais caro, durante breve período, algumas espécies de mercadorias. O prever os efeitos das represálias pertence talvez menos aos conhecimentos do legislador, cujas decisões devem ser determinadas por princípios gerais e imutáveis, do que à habilidade de ser insidioso e astuto vulgarmente chamado político ou estadista, cujas opiniões se dirigem segundo a versátil e momentânea marcha dos negócios públicos».[4]

Estes trechos não deixam a menor dúvida no espírito do leitor; instruem-no suficientemente para se convencer de que Adam Smith não construiu uma teoria tão *abstracta*, ou antes tão utópico sistema, que desatendesse à divisão da humanidade em nações. Pode discutir-se a opinião dele acerca das relações mercantis internacionais; porém é inteiramente infundada a asserção de que as suas doutrinas foram estabelecidas sobre a hipótese de que os homens constituíam um só estado.

Acaso será menos injusta a crítica segundo a qual a escola de Adam Smith quer a imediata demolição das barreiras alfandegárias? Sejam as seguintes passagens da sua obra fundamental a resposta a esta pergunta:

«Quanto a manufacturas, basta pequeníssimo lucro para que os estrangeiros as possam vender no nosso próprio país e por preço menor que as fabricadas cá... Se fosse permitida a livre importação dos produtos das fábricas estrangeiras, muitas das do interior provavelmente sofreriam com isso; talvez algumas ficassem completamente arruinadas; e parte considerável dos capitais e trabalho, agora empregados em fábricas nossas, ver-se-ia forçada a buscar outro emprego».

«Quando, por avultados direitos ou pela proibição de mercadorias estrangeiras, se tenham desenvolvido fábricas nacionais a ponto de empregarem muitos braços,... a humanidade pode exigir que a liber-

[3] Adam Smith, *Investigações sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*, na tr. francesa de Germain Garnier, ed. Guillaumin. Paris, 1859, II, pág. 220 e seg.

[4] *Obr. cit.*, pág. 225 e seg.

dade mercantil não seja restabelecida senão por muito lentas graduações, com muita circunspecção e reserva. Se de um só golpe fossem destruídas essas proibições e extintos esses direitos, poderia o mercado interno ser logo inundado de mercadorias estrangeiras mais baratas, por maneira que muitos milhares de concidadãos nossos ficarem simultaneamente privados do seu ordinário ofício, e desprovidos de todo o meio de subsistência. Poderia ser muito grande a desordem proveniente de tal facto...

O dono de uma vasta manufactura que se visse obrigado a abandonar o trabalho porque o mercado interno repentinamente se abriu à livre concorrência dos estrangeiros, incontestavelmente sofreria dano considerável. É possível que sem dificuldade empregasse de outra sorte o dinheiro que usava gastar em salários e matéria-prima; porém não conseguiria inverter sem grave perda o capital fixado nas oficinas e outros instrumentos económicos. Justa consideração dos interesses deste fabricante exige, pois, que não sejam violentas as mudanças, mas antes realizadas sucessivamente, com vagar, e anunciadas de longe».[5]

J.B. Say, sobre o qual têm caído acusações análogas às que sofreu Smith, escreveu também que, apesar dos inconvenientes da proibição de mercadorias estrangeiras, fora temerário aboli-la subitamente; que uma doença não se cura num dia; que os próprios capitais e trabalho, empregados em monopólios, devem ser tratados com cuidado; que talvez não seja demasiada toda a habilidade dos grandes estadistas para cicatrizar as chagas ocasionadas pela extirpação do sistema restritivo: sendo, pois, tão difícil restituir a liberdade às trocas, concluía Say que se devia ser muito cauteloso e reservado em tirar-lha.

Mas não só avisou os reformadores liberais do cuidado indispensável à transição dum para outro regime; também não foi dum liberalismo radical em teorias de comércio entre nações. Quem julgar Say pelo que vulgarmente se afirma, ficará decerto surpreendido com estas palavras escritas por ele: «Talvez um governo proceda bem, estimulando indústrias que, apesar de causarem perda a princípio, evidentemente devem ser proveitosas em poucos anos». E logo recordou o exemplo de Colbert que adiantara 2.000 francos por tear em actividade aos fabricantes de seda e pano; talvez a isto, observa ele, se devam as fábricas francesas destes produtos. Aprovou também que, para se criarem marinheiros e ter marinha, Luís XIV desse o prémio de 5 francos por tonelada a quem equipasse navios. Say formava, pois, acerca das leis francesas, protectoras da navegação, juízo análogo ao que formulava Smith a respeito do *Acto* britânico. Relativamente à ingerência do estado na indústria, que não tivesse relações directas com a independência ou poderio nacional, os encómios do professor do Colégio de

[5] *Obr. cit.*, pág. 213, 229, 234 e 235.

França às providências do Rei Sol não estão plenamente de acordo com o expresso pensamento do professor de Glasgow.[6]

J.B. Say teve Rossi por sucessor naquele instituto parisiense; Rossi defendeu eloquentemente a liberdade de comércio; mas distinguiu com luminosa nitidez entre a economia de cada nação e a economia universal.

Se no mundo industrial e mercantil não houvesse barreiras políticas, dizia ele; se para as relações económicas estivessem completamente extintas as diferenças de nacionalidade; se todos os estados pudessem constituir as precisas receitas sem embaraçar a circulação de mercadorias, — em tais condições a liberdade de comércio seria extremamente útil. Mas por infelicidade esta hipótese, continua Rossi, é romanesca; passando ao mundo real, nele podem achar-se estados incipientes, aos quais a liberdade das trocas permitiria abrir comodamente a sua estrada social, e outros estados em que o rápido estabelecimento da liberdade mercantil seria uma revolução; contudo, mesmo nos primeiros a doutrina liberal admite excepções: nenhum pai de família ignora que em certas circunstâncias o sacrifício actual pode conseguir um lucro futuro ultracompensador; suspeitando da existência de grandes riquezas minerais no seu prédio, certamente gastaria em pesquisas a fim de opulentar os filhos com mais esta fonte de prosperidade. O mesmo pode suceder a uma nação: fidedignos inquéritos convencem-na da vantagem de fundar uma indústria, próspera no estrangeiro; então o governo toma parte na empresa, ou lança uma taxa pautal sobre a mercadoria que vier de fora; taxa que deve ser temporária, e cuja grandeza depende da grandeza de capital fixo; taxa que atraia suficientemente os capitais pela esperança de lucro.

Considerações políticas o levavam também a admitir excepções; vendo no estado, não um agregado qualquer de indivíduos, mas sim um organismo com fim determinado, moral, necessário, e um meio indispensável à espécie para o seu progresso material e ético, acrescentava: «A economia política não é a dominadora do mundo, a legisladora universal das sociedades civis; ela quer a liberdade do comércio e da indústria com poucas excepções: tem razão na esfera das suas ideias; mas há casos em que a riqueza encontra a política, essencialmente encarregada de prover à primeira necessidade de toda a nação, isto é, à

[6] J.B. Say, *Traité d'Économie politique*, ed. Gillaumin, Paris, 1849, pág. 187-189.

Richelot, anotando List, cita a seguinte passagem de Smith para o mostrar um pouco inclinado a admitir vantagens no proteccionismo: «Em verdade pode ser que por virtude destas leis um país adquira um género de fábricas mais depressa de que o houvera adquirido sem elas, e que no fim de certo tempo o respectivo produto se faça no país tão barato, ou ainda mais, que no estrangeiro». Richelot esqueceu-se que imediatamente Smith considera as vantagens, daí resultantes, inferiores aos danos causados por tal legislação. Vide Smith, obr. cit., pág. 211, tomo II, *e Système national d'Économie politique* par Fréderic List, trad. Henri Richelot. Paris, Capelle, 1851, pág. 272.

independência, à força, à defesa do país. Antes de pensar em ser mais ou menos rico, é preciso existir». E, resumindo uma parte da sua doutrina, concluía: «À liberdade comercial, sabiamente combinada com as exigências da nacionalidade e da política, se deve portanto pedir o amplo concurso de compradores e vendedores, necessário aos povos cuja indústria foi sobreexcitada pelo monopólio».[7]

Conhecidas tão claras afirmações de três dos mais notáveis economistas clássicos, é evidente a sem-razão de atribuir à escola de Smith uma intransigência jacobina quanto ao regime do comércio internacional; e contudo as acusações têm partido não só de escritores vulgares, mas também de altos espíritos, profundamente versados na história da economia política; basta recordar outra vez List que, apresentando-se como reformador de uma parte da ciência, escreveu que um dos defeitos essenciais dessa escola consistia num cosmopolitismo quimérico, sem compreensão da nacionalidade, e não se preocupando dos interesses nacionais.

## V

A doutrina proteccionista estabelecerá doutrina mais severa? Acreditará que os direitos aduaneiros são sempre vantajosos? Seja o mesmo List quem nos esclareça neste ponto.

Em primeiro lugar, ele não admite a utilidade das tarifas pautais, para a agricultura; fora insensata a empresa de a animar com taxas protectoras, porque, no seu entender, esse ramo de trabalho só pode ser favorecido pela existência de indústria manufactureira no país; e a exclusão das matérias brutas e dos produtos agrícolas estrangeiros só pode retardar a evolução industrial.

Em segundo lugar, ele pensa que «a educação económica de um país pouco inteligente e pouco instruído, ou fracamente povoado relativamente à extensão e fertilidade do seu território, se realiza mais seguramente comerciando com novos adiantados, ricos e industriosos; fora prematura toda a restrição que visasse a criar aí fábricas; a protecção poderá justificar-se unicamente quando a cultura intelectual, política e económica, sob o influxo da liberdade mercantil, estiver assaz adiantada para que a importação de artigos estrangeiros e a falta de mercado para os produtos do país obstem ao ulterior desenvolvimento dele. A indústria manufactora prende-se a tantos ramos da ciência e da arte, supõe tanta experiência, tanta prática, tão radicados hábitos, que só lentamente pode efectuar-se a educação fabril de um povo. Toda a protecção excessiva e prematura expia-se pela diminuição da prosperidade nacional.»

[7] *Cours d'Économie Politique* par M. P. Rossi (1836-1838). Bruxelles, 1851, pág. 467 a 511.

Em terceiro lugar, List julga nocivos os favores aduaneiros «nos países que não tenham população considerável e vasto território; um pequeno estado não pode tornar perfeitos os diversos ramos de trabalho. Toda a protecção constituiria nele um monopólio particular. Só alianças com nações mais poderosas, somente o sacrifício de algumas das vantagens da nacionalidade, só esforços extraordinários podem manter, e ainda penosamente, a sua existência». Nem o *Zollverein* lhe parecia suficientemente grande (List escrevia em 1841); para ser perfeita, a associação aduaneira alemã necessitava estender-se a todo o litoral «desde as embocaduras do Reno até às fronteiras da Polónia, compreendendo a Holanda e a Dinamarca. A nacionalidade germânica alcançaria assim o que lhe faltava, isto é, pescarias e forças marítimas, comércio dos mares e colónias.»

O implacável crítico da escola smithiana mais parece ter estabelecido um sistema talhado cuidadosamente para o corpo germânico, do que uma sólida teoria científica. Nações pequenas como Portugal, e ramos de trabalhos tão vastos como os agrícolas, não têm que esperar dele; todas as providências com que vários países, entre os quais a Alemanha, procuram defender a sua lavoura contra a concorrência dos Estados Unidos, da Índia e da Austrália, seriam condenadas na escola de List; nela ficariam sem explicação e protestando clamorosamente, os grandes progressos económicos realizados por modestíssimas sociedades políticas, tais como a Suíça e a Bélgica.

Debalde se procurarão na obra de List robustas razões do seu pensar acerca dos contrários efeitos da protecção, conforme se exerça na indústria ou na agricultura. Porque é útil a concorrência de estranhos na lavoura em todos os seus graus de desenvolvimento, e é perniciosa nas fábricas até um muito avançado ponto da sua evolução? E não é só nesta base fundamental da doutrina que residem as contradições; aparecem também quando List compara esses dois grupos do lavor humano: exaltando nimiamente a indústria por oferecer carreiras a variadíssimos talentos, ocupar mais braços, fomentar a população, estimular as artes e as ciências, portanto aproveitar e acrescentar as forças produtivas do país, — logo deprime a agricultura, da qual chega a dizer que nela o merecimento dos homens se mede geralmente pela força física. Só as manufacturas dão verdadeira grandeza e merecem protecção; mas se fora assim, como conciliar-se com tal proposição a outra do mesmo escritor segundo a qual só devem intervir as tarifas aduaneiras quando a nação tiver, pela liberdade do comércio com adiantados povos, obtido sólida cultura intelectual, política e económica? Porque motivo o livre-câmbio é superior ao proteccionismo para dar estes elementos de riqueza a uma sociedade principalmente agrícola, mas deverá num certo ponto do caminho da civilização ceder o seu lugar ao seu adversário? List não o explicou, embora esta questão seja fundamental.

Excessivamente injusto para com os fundadores da economia política, é excessivamente fácil em estabelecer princípios ou formular regras; censura severamente J.B. Say por querer que a protecção, nos casos excepcionais em que o escritor francês a admite, só seja dada quando se acredite que a respectiva indústria poderá dispensá-la passados poucos anos; e contudo List não quer direitos aduaneiros excedentes a 40 ou 60 por cento, por entender que se um ramo de trabalho os necessita maiores para subsistir o mesmo vale confessar que não convém aclimá-lo. Que diferença essencial existe, porém, entre querer que o prazo da protecção não seja muito longo, e o impugnar que as taxas ultrapassem uma dada percentagem? Em ambos os casos se põem limites ao sacrifício para a educação industrial do país, a qual sendo, como nos indivíduos, dependente do tempo e das disposições naturais, por isso mesmo pareceria exigir que se completasse o pensamento de Say com o de List, depois de os tornar ambos menos rigorosos. De todo o modo, ninguém pensaria que o sábio alemão, numa página muito anterior àquela em que repreendeu o professor francês, tivesse deixado estas palavras: «Quando sob o império de direitos convenientes e progressivos, as manufacturas de um país não florescem, é porque a nação não possui ainda as condições necessárias para ser industrial.» Desta maneira List generaliza e defende a regra que violentamente repreendeu em J.B. Say.

A exposição de uma parte da doutrina de economistas clássicos acerca da liberdade de comércio internacional e o exame de algumas passagens da obra de um dos mais notáveis proteccionistas alemães permitem-nos asseverar que nem aqueles deixaram de ponderar o princípio da nacionalidade e as exigências da política, bem como de abrir excepções ao livre-câmbio ainda mesmo no terreno estritamente económico, nem List deixou sequer as linhas principais de uma teoria geral e harmónica do comércio das nações.

## VI

Vejamos agora o que pensava Oliveira Marreca.

Em 1838, nas *Noções de Economia Política*, defendeu o livre-câmbio, concluindo porém, que, «apesar da incontestável evidência e rigor dos princípios, aplicados à totalidade das nações quando as consideramos como uma vasta associação regida pelas mesmas leis morais, ou ao menos dominada por necessidades comuns, nem por isso eles devem resistir a uma prudente e temporária modificação ocasionada pelas circunstâncias especiais de algum país, circunstâncias sempre ou quase sempre nascidas do inveterado predomínio dos princípios contraditórios.» Quatro anos antes o seu compatriota Ferreira Borges seguia rigorosamente o livre-câmbio; mas em 10 de Janeiro de 1837 era referendada a

nova pauta das alfândegas, a qual, embora especialmente destinada a pôr ordem no confuso e anárquico regime aduaneiro, onerava com fortes direitos, e às vezes até proibia a importação de numerosas mercadorias estrangeiras. O progresso dos seus estudos económicos, porventura a criação e o desenvolvimento de fábricas no país, inclinaram Marreca para a escola proteccionista. Acaso influiu também no seu espírito o desejo de ver minguada a influência da Grã-Bretanha nos nossos mercados, e o ter na conta de desleais os conselhos livre-cambistas de escritores e homens de estado ingleses? No *Panorama* de 1843, pág. 252, disse ele que, ao ver «a Inglaterra aconselhar o continente que desista da indústria fabril, lembrava-lhe Roberto de Limoges, bispo de Lichfield, que por 1071-1072 publicou um decreto proibindo aos clérigos saxões o uso dos alimentos nutrientes e livros instrutivos, com receio, diz o historiador, de que o bom alimento e a ciência lhes dessem demasiada força contra o seu bispo». Marreca procurava que a sua pátria fosse também manufactora e fabril; contestava os que a pretendiam essencialmente agrícola. Não acreditava na divisão do trabalho pelas nações de modo que uma permanecesse na lavoura, outra se desse exclusivamente às fábricas, outra empregasse no comércio todos os seus tesouros económicos. A Inglaterra acaso não era tudo simultaneamente? Acaso cada povo não cuidava de abastecer de artigos indígenas o seu mercado? Mas se estas reflexões o levavam para o proteccionismo, logo deixava conhecer que não o tomava por sistema definitivo. Se pensava muito na pátria, nem por isso lhe esqueciam os interesse da humanidade. Aceitava as restrições, porém duvidava que fossem úteis ao progresso universal; aceitava-as, porque, não tendo Portugal braço omnipotente que as estorvasse era necessário curvar-se às condições gerais. (pág. 221 e 236).

É no *Relatório*, que já citamos, o da exposição industrial em 1849, publicado em 1850, que Oliveira Marreca se demora no exame das principais condições económicas de Portugal, e se ocupa com largueza da questão das pautas. O jurado contava entre os seus membros homens de muito saber como José Maria Grande, Guilherme Pegado, Andrade Corvo, Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, Marino Franzini, Almeida Garrett; o *Relatório* exprimia o pensar comum, exceptuando o de João d'Andrade Corvo, que assinou com declarações, talvez por não concordar na defesa do proteccionismo. Oliveira Marreca não vem designado como relator; mas não só biógrafos e críticos (Inocêncio, e Lopes de Mendonça, por exemplo) o consideravam autor desse trabalho, mas também Marreca falava dele como de obra sua.

O fomento da indústria fabril figurava-se-lhe extremamente necessário; Portugal tinha o solo em grande parte pouco povoado; superabundava a produção agrícola em numerosos lugares; e se noutros escasseava, certo era que mandávamos a terras estranhas muitos géneros; mas fora erro o firmar nos mercados alheios a principal esperança de progresso dos campos portugueses; os países nossos competidores haviam

de medrar, e do mesmo passo talvez decrescessem absoluta ou relativamente as nossas vendas. «Deixemos livre o vôo à exploração agrícola; busquemos mesmo novos mercados aos nossos géneros; mas, consideremos o mercado indígena como a providência da agricultura. É mais amplo este mercado, sem comparação nenhuma, que todos os outros juntos. É mais seguro e mais permanente». Quando o consumidor está, por assim dizer, quase à porta do produtor, as operações mercantis são mais fáceis, economiza-se nos transportes, há maior probabilidade de pronto embolso. Mas as classes agrícolas não podem consumir o sobejo da produção; é, pois, «forçoso criar novas séries de produtores não agrícolas que o absorvam». Nem se diga que nos faltam elementos industriais: são precisos braços? Abundam os homens que desejam empregar-se, e é grande o número de ociosos. São precisos capitais? Também hão-de aparecer; o próprio facto de comprarmos tantos produtos estrangeiros manifesta e existência de recursos para alimentar fábricas; pois fundemo-las entre nós com esses mesmos recursos, compremos artefactos portugueses em vez de os pagarmos a estranhos; ficará entre nós o lucro, entre nós o salário, e, com tudo isto, o estímulo de população útil.

Nem são unicamente esses capitais os que podem servir a tão patriótico fim; os estrangeiros também vão aonde os chama a grande probabilidade de elevado lucro; veja-se o que sucede com os ingleses; cresceu-lhes a opulência; acumularam economias sobre economias; mas, atingido certo grau de poder financeiro, os seus capitalistas frequentemente procurar colocar parte de seus haveres fora do país. E não procederam deste modo somente os argentários; tiveram por companheiros muitos empresários e trabalhadores; todos eles foram propagando os conhecimentos fabris e as posses monetárias que se tinham constituído na Grã-Bretanha, e a tornaram outrora a maior força económica do mundo; todos eles, por esses mesmos factos, foram criando concorrentes à sua terra natal; todos foram seguindo pelos diversos caminhos que pouco a pouco, mas persistentemente, vão diminuindo as diferenças de riqueza moral e material dos povos cultos. Ao examinar o que se passou nesse animadíssimo teatro da arte fabril, «desengana-se o observador de que não há esforço capaz de contrariar esta tendência de quase todos os países para utilizar as invenções mecânicas e as riquezas naturais, nacionalizando o trabalho industrial». E consultada a experiência dos povos cultos, ela ensina que ainda os propriamente agrícolas entraram de ensaiar os trabalhos fabris desde que os salários atingiram certa altura, e os produtos naturais se multiplicaram até certo ponto.

Poderiam objectar-lhe que a fundação de fábricas em Portugal teria por consequência o alto preço dos produtos delas. Marreca responderia que, apesar disso, em várias nações esse ramo de labor social foi plantado e protegido por actos voluntários, sugestões de patriotismo, causas acidentais, favor artístico, impulso de imitação, e, mais que tudo pela força imperiosa das necessidades humanas. «Se a todos estes estímulos

prevalecesse o interesse de comprar artefactos no mercado mais barato, a própria Inglaterra, grande potência industrial, seria hoje (1850) nação fabril mesmo de segunda ordem? Quando ela e a França começaram os seus ensaios, a Itália e a Flandres ofereciam-lhe sedas, panos, e outros artigos de fabricação mais baratos e bem acabados do que os podiam obrar as duas nações que noviciavam numa carreira em que as outras eram já veteranas. Na mesma escala subalterna a respeito de todos os povos fabris da Europa se achavam os Estados Unidos da América quando, haverá pouco mais de quarenta anos, entraram a aprender os rudimentos da indústria. Talvez se não cite uma só nação, onde o trabalho fabril se fundasse sobre o princípio da barateza ou os produtos de uma manufactura principiante não saíssem mais caros que os produtos similares das nações mais adiantadas».

A questão do baixo preço, a dos interesses do consumidor, parecia-lhe mal posta: há muitos consumidores que não produzem, que vivem do trabalho de outrem; a questão, portanto, era, para ele, a justa ponderação do interesse dos produtores; de contrário, entrariam géneros estrangeiros, e a agricultura nacional pereceria; entrariam artefactos ingleses e a nossa indústria extinguir-se-ia. A igualdade de encargos e sacrifícios quer que o mercado nacional seja assegurado aos nossos industriais, embora os lavradores sofram por algum tempo; quer que o mesmo mercado seja garantido à nossa agricultura, embora temporariamente os manufactores percam.

Que importa essa alegada carestia se, no parecer de Oliveira Marreca, ela faz associar a lavoura à indústria, combinar as vantagens de ambas, promover a população, auxiliar os campos com a influência das fábricas, favorecer estas pela clientela que lhes trazem aqueles, variar as aplicações do capital e fixá-lo em empresas nacionais? Não decairiam para a miséria as classes produtoras se faltasse a procura de braços ou os salários fossem tenuíssimos? Pelo contrário, os favores às manufacturas não aumentam a procura dos operários, e os salários?

Pensava, porém, o nosso economista que a escola protectora tinha achado a fórmula do melhor sistema de política mercantil? O vigor de muitas páginas do *Relatório*, a abundância dos argumentos, a análise notável que fez da questão da barateza, análise que honraria qualquer dos seus mais ilustres contemporâneos, e na qual provou ilustrada independência de espírito e excelentes dotes de critério, — tudo isto levaria a supor que a prática do proteccionismo era para ele uma necessidade inelutável, uma fase histórica de todos os povos progressivos. Mas logo depois de páginas tão dignas de leitura, depois de ter considerada nociva a liberdade mercantil absoluta, bem como a absoluta proibição, e de achar suficientemente amplo o espaço *neutro*, resume a opinião geral dos membros da comissão:

«O jurado, contudo, não julga que a forma actual de equilíbrio económico, que esta hesitação constante entre a proibição e a liberdade de

comércio, seja o *ultimatum* do progresso social. Acredita, ao contrário, na necessidade de um princípio superior, que aproveite o que há de bom nestes sistemas contraditórios, e organize o que nenhum deles, per si só, poderia organizar».

Dir-se-ia que depois de ter cuidadosamente construído todo aquele edifício conforme o plano que julgara mais sábio, logo viera a reconhecer nele defeitos que o impossibilitavam de completamente satisfazer ao fim a que se destinara; mas também achava nele belezas que o impediam de o demolir; e que lhe valeria o trabalho de o lançar por terra, se não podia traçar melhor desenho, nem pôr melhores forças em nova construção? Conservou-o, portanto; mas declarou imediatamente a necessidade de princípios superiores ao que o inspiravam, princípios que assegurassem ao trato internacional o proveito máximo, princípios ainda por descobrir.

E, após a declaração, deu conselhos aos nossos industriais; e advertiu-lhes que o jurado faria triste serviço à indústria, e grave injúria à ciência, se dissesse aos fabricantes que poderiam descansar à sombra das barreiras artificiais ou naturais; acrescentou que seria grave perigo ficar estacionário no meio dos grandes progressos realizados por povos estrangeiros; que nem uma muralha de ferro poderia proteger as nossas manufacturas contra a crescente concorrência que de toda a parte as rodeava. E estas palavras eram proferidas diante a exposição dos primores de muitas das nossas melhores fábricas, quando já treze anos tinham decorrido sobre a publicação da pauta de fortes direitos!

Se não se podia dizer logo, e sem maior exame afirmar que a experiência condenara por insensatas muitas esperanças do proteccionismo, também não havia motivos para lhe decretar coroas triunfais.

Comparado a outros escritores proteccionistas, Oliveira Marreca não perde no confronto, antes se avantaja a muitos deles quando encara alguns dos pontos fundamentais da questão; mas não conseguiu, nem podia, provar completamente o que desejava. Examinemos seus principais argumentos.

É certo que a importação de produtos estranhos mostrava que no país havia recursos para os comprar; os fabricantes de fora não os mandavam de presente; mas uma coisa é a série de pequenas somas possuídas por numerosos consumidores, outra é a união delas em capital fundador de fábricas; uma coisa é o comerciar em vários pontos do país, mandando vir talvez a crédito mercadorias de fora, outra é possuir ou coligir num só lugar os fundos indispensáveis à criação de um estabelecimento fabril. Por outras palavras: além da questão da totalidade de capital, há a ponderar onde existem as parcelas dele e como se empregam ou se podem empregar.

Mas ainda que assim não fosse, a argumentação de Oliveira Marreca só podia aplicar-se a ramos de trabalho cuja organização económica não

ficasse em más condições por ser pequeno o consumo; se o mercado interno, acessível a uma fábrica, só pudesse absorver uma quantidade de mercadorias inferior à que ordinariamente produziria um estabelecimento bem montado, ou a manufactura portuguesa se constituiria mal, ou os produtos haviam de sair por preço desproporcionado aos processos técnicos empregados por ela; em qualquer dos casos, a criação da fábrica dar-se-ia em circunstâncias que dificultavam o progresso fabril.

Não faltam os braços, dizia Oliveira Marreca, antes superabundam e cumpre dar-lhes trabalho. Mas aquele facto e este dever não provam que esses braços estejam habilitados para numerosas profissões industriais; e as artes fabris não pedem só força, requerem força disciplinada, exercida em certas direcções. Replicar-se-á que as manufacturas devem ser protegidas, exactamente porque têm de servir como escolas? A ser assim, ter-se-ia de provar que as pautas aduaneiras são o melhor instrumento administrativo para promover a educação industrial de um povo; e é exactamente este um dos pontos que os proteccionistas não têm iluminado com as suas discussões.

Pelo facto de lançar direitos fortes sobre mercadorias estrangeiras, as pautas não garantem, nem podem garantir, que os capitais e trabalho hão-de associar-se para montarem no país fábricas que lavrem produtos similares daquelas mercadorias; não garantem, nem podem garantir, que nesse ramo das artes fabris a nação há-de principiar brevemente a ser ensinada por modo a ficar bem instruída no menor período possível; não garantem, nem podem garantir, que nos estabelecimentos erguidos à sombra protectora das pautas, se realizarão os melhores processos técnicos, e se empregarão as melhores qualidades administrativas de que o país disponha; nem sequer prometem com segurança que os capitalistas hão-de aproveitar os favores que as tarifas lhes oferecem. A história industrial do nosso país, a contar das pautas de 1837, seria excelente explanação prática do que acabamos de dizer.

Imagine-se que minuciosos estudos levam a concluir pela grande utilidade de implantar uma indústria no país, se houvesse operários devidamente instruídos nela; admita-se também a conveniência de os educar, e que os capitalistas particulares não querem correr com as despesas do ensino criando fábricas, ou mandando-os ao estrangeiro, ou contratando mestres de fora; conceda-se, finalmente, que mais vale à nação fazer ela própria, pelo tesouro público, esses gastos imediatamente do que deixar que noutro dia, por má ventura remoto, a iniciativa particular venha a coligir os elementos para a fundação dessa indústria. Já um economista alemão, ainda que admirador de List, e que reconheceu nele e em Carey o mérito de haverem posto a boa luz o pensamento de que a economia pública deve positiva e colectivamente aspirar aos mais elevados graus da actividade material, saindo, portanto, da fase agrícola e atingindo grande desenvolvimento manufactor, — já esse economista disse: «A instrução, a organização e a protecção directa, seriam muito mais profícuas

do que o lento processo dos favores aduaneiros; por estes se não garante que em certo prazo os ramos industriais protegidos estarão fortes para a concorrência, contentando-se com os preços do mercado universal. Fora, portanto, melhor solução o contratar com os respectivos pretendentes de favores que, em troca de um privilégio, elevariam a indústria privilegiada a certo grau em tempo fixo, ao cabo do qual findaria o monopólio; haveria até direito a exigir deles que organizassem colectiva e corporativamente a manufactura, afim de ser promovida a desejada causa por sistemática educação dos operários, por obtenção de máquinas, e sobretudo por organizações que obrigassem todos.»[8]

Apesar de serem graves os inconvenientes desta acção governamental sobre o desenvolvimento fabril, parecem-nos eles muito menores que os geralmente resultantes da tentativa de *criar indústrias* pela influência de fortes direitos pautais; se as taxas aduaneiras são um convite aos capitalistas e empreendedores nacionais, o convite pode não ser correspondido e até não ser compreendido; o lançamento de 40 por cento *ad valorem*, ou de equivalente taxa específica, sobre um produto estrangeiro não tem por necessária consequência ou companhia que a iniciativa particular conheça ou passe a conhecer as circunstâncias especiais da respectiva indústria e reúna os elementos para lucrativamente a fundar. Os estadistas podem justamente analisar as circunstâncias económicas de um povo, e compreender que teria remuneração abundante o capital que, sob aquele direito protector, se empregasse no aludido ramo fabril; mas de que valerá isto, se os homens de iniciativa e os de dinheiro não pensarem como os homens de estado, ou nem estudarem os cálculos e os planos destes?

Pondo de parte as considerações políticas, por causa das quais possa ser preciso fundar certas manufacturas independentemente da questão do preço — que significação tem a afirmativa de que um país necessita de novas fábricas? Marreca tinha-as por convenientíssimas ao engrandecimento da agricultura, e indispensáveis ao mais útil consumo dos produtos da terra, sobrantes em muitos lugares do país, amplificando-se e garantindo-se desta maneira o mercado interno para a lavoura e as manufacturas portuguesas. Sobre o mútuo auxílio destes dois grupos de lavor, e a importantíssima superioridade do comércio interno sobre o externo, já Adam Smith tinha apresentado valiosas considerações, embora certos críticos digam o contrário,[9] porém o reconhecimento desse auxílio e dessa superioridade não basta para se concluir que todo o momento é próprio à fundação de manufacturas;

[8] Dühring, *Cursus der National-und Socialökonomie*, 2.te Auflage, Leipzig, 1876, pág. 383.

[9] Carey, que não pode ser suspeito ao proteccionismo, fez inteira justiça a Smith, neste ponto. Veja-se tradução francesa, *Principes de la Science sociale*, Guillaumin, Paris, 1861, tomo I, pág. 221 e 336. Veja-se também *Manuel d'Économie Politique*, de Peshine Smith. Paris, 1854, cap. VII.

se a ingerência da lei, se os favores pautais tivessem o poder que lhes atribuem os proteccionistas, bem depressa as mais atrasadas nações se ergueriam ao nível das mais avançadas; e as mais pobres se transformariam em opulentíssimas; ora a indústria, sobretudo a deste século, depende de tantos conhecimentos especiais, e precisa de estar tão atenta aos progressos que anualmente enriquecem a tecnologia, que seria de desvairada imaginativa o querer que um povo atrasado se metesse a produzir o que só é próprio de sociedades com intensa instrução. Fora excelente que pelo seio das nossas províncias se pudessem com presteza erguer em boas condições e manter prosperamente numerosas fábricas de variadíssimos artefactos; mas forças económicas assaz robustas para realizarem tal *desideratum*, não existem entre nós; e foi pela mesma razão que, apesar das pautas proteccionistas de 1837, a iniciativa particular não se apressou a erigir manufacturas.

Nem é para esquecer que muito limitadas seriam as vistas económicas do legislador que se contentasse com que as pautas causassem necessariamente a criação de alguns estabelecimentos fabris; cumpre-lhe também pensar se eles se constituirão sobre bases racionais, e se há probabilidades de que vão acompanhando os progressos realizados nas mais cultas nações; se começarem o trabalho com maus agentes, ou se crescerem num meio de ténue instrução e débil concorrência, é de crer que durante longos anos, ou por toda a sua vida, vão ficando relativamente mais atrasados, isto é, que se distanciem, com funesta persistência, do fim para que foram feitos. E quanto mais pequena é uma nação, bem como quanto menos densamente povoada e menos rica, maior é o perigo de tentar a fundação de numerosas indústrias por obra e graça das pautas.

É excelente possuir boas fábricas; mas quando se recomenda a criação delas pelo sistema protector, acaso se tem estudado assaz a economia nacional para poder afirmar que vale mais cultivar novos ramos de trabalho do que desenvolver os já existentes? Não sabemos que seja costume atender a esta ponderação, veja-se o que, por exemplo, tem sucedido entre nós: quisemos ser amplamente industriais; louvável desejo, profícua ambição, se houvesse meios para o sermos; contudo tem sido tão difícil o habilitar para as lutas do mercado universal qualquer das nossas artes fabris, que as manufacturas portuguesas entram por uma verba pequeníssima no quadro das exportações, e ainda importamos fortes somas em produtos similares. É ainda a agricultura que nos ministra quase todos os recursos para pagamentos directos. A subdivisão dos nossos débeis capitais foi tal, e temo-nos instruído tão fracamente, que o trigo português teve de pedir leis excepcionalíssimas e direitos muito mais elevados que nas outras nações. Por outro lado, foi-nos necessário o incentivo dos compradores franceses para aumentarmos de milhares de contos a nossa riqueza em vinhedos; e ainda hoje precisamos de estudar muito para devidamente aproveitar todas as

qualidades do solo e do clima, que nos permitirão obter muito mais vasto lugar no mercado de vinhos.

É muito errónea a proposição segundo a qual o nosso país é essencialmente agrícola, se por ela se pretende dizer que não devemos entregar-nos à indústria, e que nos circunscrevamos às lides campestres. É muito erróneo, porque a própria lavoura, quanto mais se desenvolve, tanto mais atrai as manufacturas, tanto mais facilita a criação delas, tanto mais amplifica para os fabricantes indígenas o mercado interno; mas pela importância relativa que ainda hoje têm as aldeias na economia portuguesa e pela grande superioridade numérica da população delas, pode ainda agora asseverar-se que somos essencialmente agrícolas: e com maior motivo se aplicariam estas palavras ao Portugal da primeira metade do século XIX; é, porém, evidente a vantagem de fazermos todos os esforços para dilatar a possível rapidez as manufacturas; sobre este produto não pode haver fundamentado desacordo; e seria perder forças o provocá-lo, ou mantê-lo. A desarmonia só pode razoavelmente dar-se quanto aos meios de atingir tão momentoso fim[10].

Os que negam às pautas qualidades próprias de meio presentaneio e indefectível para engrandecer a indústria nacional, não têm menor desejo de a ver desenvolvida e aperfeiçoada do que o têm os mais emperrados proteccionistas; e a opinião de Dühring, acima exposta, é uma das manifestações de descrença do efeito atribuído às tarifas pelos seus advogados; descrença muito significativa em tal escritor. Não assentamos que seja livre de muitas consequências nocivas o alvitre recomendado por ele; mas, como já dissemos, terá em geral menos inconvenientes e terá menos dificuldades que os fortes direitos; as pautas, como auxiliadoras da educação industrial de um povo, parece-nos que terão de ir cedendo o seu pretensioso e desproporcionado papel ao ensino técnico, geral numas terras, adequado noutras às circunstâncias locais; além do técnico, o ensino primário despojado de todas as inutilidades e ampliado com noções de imediata aplicação na maioria das manufacturas, servirá directamente ao possível engrandecimento fabril da nossa pátria; engrandecimento, não só pela quantidade da produção, mas também pelo preço, pela faculdade de concorrer sem medo com os industriais de outras nações.

Venhamos agora à questão dos braços; as pautas protectoras, dizem os defensores delas, determinam o emprego de muitas pessoas que

[10] É muito erradamente que às vezes se atribui aos fundadores da economia política o afirmarem que umas nações devem ser exclusivamente agrícolas, outras exclusivamente industriais. Além do que já dissemos de Smith, lembremos as seguintes palavras de J.B. Say: «C'est par une distinction futile qu'on classe les nations en nations agricoles, manufacturières et commerçantes. Si une nation réussit dans l'agriculture, c'est une raison pour que ses manufactures et son commerce prospérent; si ses manufactures et son commerce son florissants, son agriculture s'en trouvera mieux.» (*Obr. Cit.*, pág. 144). De List é que pode dizer-se que estabelecia para certas zonas aquela divisão.

aliás ficariam na miséria. Mas porque estavam desocupados esses trabalhadores? Por falta de habilitações, ou por não haver capitais disponíveis, ou por já terem chegado ao máximo desenvolvimento as indústrias existentes? Mas se carecem de habilitações, que ramos de trabalho poderão prosperar com a obra de tais indivíduos? Se não há capitais disponíveis, não se podem criar novas fábricas. Se as indústrias existentes já chegaram ao máximo desenvolvimento, mal se compreende que a nação não tenha assaz iniciativa experimentada para cultivar alguma nova arte fabril sem o auxílio pautal. Além disto, são frequentes os exemplos do desemprego de numerosíssimos operários sob o regímen da protecção. Nos Estados Unidos tem sucedido, como lembra Lexis, que, apesar das pautas, as crises industriais têm obrigado muitos trabalhadores a passar das fábricas para a agricultura; e em quantos casos a emigração não é preferível a instituir fábricas em tão más condições, que talvez sejam forçadas a contribuir para aumentar o quadro das misérias do proletariado![11] Além disto, os defensores do industrialismo usam esquecer as vantagens reais da vida dos campos sobre a das fábricas, e a necessidade de engrandecer a agricultura pelo emprego de capitais, pelo trabalho de operários inteligentes, pela actividade de empreendedores muito ilustrados. Sobretudo um país pequeno e atrasado, como o nosso, mal pode esperar, ainda quando fossem exactos os princípios proteccionistas, que por obra das pautas simultaneamente progrediam muito a agricultura e as manufacturas; o estado presente das questões agrícolas (cereais, vinhos, crédito, escolas) é uma das provas de que Portugal não tinha forças para realizar os progressos que o proteccionismo sonhava. Se a indústria fundamental, a da terra, ainda está tão atrasada, como poderiam ter ascendido a alto grau de aperfeiçoamento as manufacturas que as pautas pretenderam favorecer? Forçosamente a maioria delas tiveram ou de fundar-se em bases pouco sólidas, ou de progredir com demasiada lentidão. A culpa não foi dos fabricantes; a culpa foi... de não se terem compreendido as nossas condições económicas.

Oliveira Marreca, embora defendendo a acção pautal, já vimos que exortava os manufactores a progredir. Perante a exposição não tinha só palavras de alegria; deixava conhecer a sua tristeza. Acaso acreditava, ao menos, que a protecção garantiria altos salários? Se acreditasse, não continuaria assim as suas exortações aos donos de fábrica:

«Os deveres destes são grandes. Ensina-os a prudência a buscar as economias e redução das despesas na distribuição de trabalhos bem ordenada, na expedição de processos; não na redução de salários. Redução legítima, se é fundada em uma baixa considerável no preço dos artigos de subsistência do operário; mas que, faltando-lhe esse fun-

[11] W. Lexis, *Handel*, no *Handbuch der politischen Ekonomie*, pág. 1110, vol. I da 1ª ed. — Tubingen, 1882.

damento, sobre violar as leis da justiça e os ditames da humanidade, paralisa sempre a indústria, e redunda na diminuição das compras de artefactos, e na abstinência de compradores, cujo maior número pertence às classes assalariadas.»

Se a protecção pautal assegurasse a larga remuneração dos trabalhadores, para quê esta invocação dos princípios da humanidade? Se as relações do trabalho com o capital se tornassem favoráveis ao operário desde que as tarifas impedissem a concorrência dos produtos estrangeiros, não seria preciso pedir o melhoramento daquelas em nome de considerações mais elevadas que a lei dos salários. A razão e a história provam que o problema de tais razões não pode ser bem resolvido nem pela liberdade de comércio nem pelo proteccionismo: as lutas do operariado rebentam em todos os centros industriais, qualquer que seja a legislação aduaneira. Apesar de tantos elogios ao proteccionismo como defensor dos trabalhadores (tantas vezes esquecidos *de facto* quando se elevam direitos aduaneiros), ele não pode aprovar que as tarifas de fortes taxas tenham contribuído para erguer e conservar mais elevada a remuneração dos operários, do que sob o regime contrário.

Se a escola liberal não pode render-se aos argumentos de seus adversários, não defende, porém, e já vimos, a incondicionalmente rápida diminuição ou extinção dos direitos aduaneiros; nem sequer, em nosso entender, pode afirmar que às vezes não seja necessário o elevá-los. Tudo depende das condições especiais de cada indústria; há de ser o exame delas a base indispensável da deliberação. Um direito levianamente abatido pode causar enormes danos, quer às respectivas manufacturas, quer aos ramos de labor com que ela se relacionava; ainda quando tivesse acaso sido um erro o plantá-lo, não se há de condenar à morte só por isso. Um direito que ontem era bastante ou até demasiado, pode hoje ser insuficiente. Um direito indevidamente conservado, pode ser a manutenção de um monopólio de facto, a causa de uma iníqua distribuição de riquezas, e até o indevido favor a produtores estrangeiros com revoltante prejuízo do trabalho nacional.

*
* *

Concluiremos agora o nosso estudo acerca de Oliveira Marreca examinando principalmente o que ele escreveu acerca da população numa Memória sobre estatística; foi origem desse trabalho numa proposta de Alexandre Herculano, apresentada na Academia Real de Ciências de Lisboa; a proposta, aliás de cansativa leitura, dizia assim:

«Proponho que a secção de ciências económicas e administrativas redija as instruções necessárias e uma série de quesitos estatísticos, em harmonia com o estado actual da ciência, os quais a Academia faça subir ao conhecimento do governo, procurando obter dele que ordene

aos funcionários, tanto civis, como eclesiásticos e militares, e bem assim aos magistrados judiciais e às autoridades electivas de qualquer ordem, e denominação que sejam, respondam dentro da órbita da sua respectiva acção, aos sobreditos quesitos, sendo estas respostas transmitidas à Academia, de modo que, habilitada por este meio, pelas suas investigações directas e pelas informações dos seus correspondentes, possa publicar em períodos regulares, senão uma estatística do país completa, e em tudo semelhante ao que nesta matéria possuem outros países mais adiantados, ao menos um trabalho suficiente para servir à solução dos problemas económicos, e de esclarecimento aos legisladores na feitura das leis que dependem mais ou menos dos resultados gerais da estatística.»

Oliveira Marreca apresentou a sessão de 14 de Abril de 1853 o *Parecer e Memória sobre um projecto de estatística.* Propunha vastos trabalhos em todo o reino; uns a cargo das autoridades e corporações oficiais; outros, de delegados da Academia; queria estudos variadíssimos que, a realizarem-se, dariam completa ideia do país, desde a constituição geológica até às instituições sociais, desde a composição química do solo até aos elementos mais íntimos da vida económico-política, desde as correntes do ar que se respira aqui, até aos factos registrados nos manuscritos que a negligência ou a ignorância deixam enterrados no pó dos nossos arquivos. Ao plano de organismo investigador seguiam-se os quesito e o índice de comparações; enchem páginas grandes; são copiosos e detalhados; mas nunca serviram ao fim a que se destinavam; as comissões não se constituíram, e os poderes públicos não ouviram decerto as palavras da *Memória*; não é sequer admissível que Oliveira Marreca, embora de inexcedível sinceridade, fosse tão ingénuo que esperasse êxito bom e completo para a sua proposta; contudo o cuidado, que pôs em desempenhar-se da incumbência académica, mostrava contar que os trabalhos dele não tardariam muito a produzir utilidade prática.

E não se contentou de cumprir a tarefa marcada na proposta de Alexandre Herculano; deu logo princípio a outra, escrevendo acerca da parte do questionário, relativa à população; denotava assim eficaz desejo de ir ele próprio reunindo dados estatísticos, e, ainda além disto, fazer a análise económico-política das principais matérias. Esta *Memória* é outro documento do amor de Oliveira Marreca à ciência, do afecto que votava à pátria, e do desinteresse com que a servia; deixar ver que tinha tal prazer em estudar questões sociais, que se lhe tornava difícil o deter-se à superfície delas, ou perder o ensejo de excursões e desenvolvimentos. Assim, escrevendo no *Panorama* acerca do *Curso* de Michel Chevalier, deteve-se longo tempo no exame de condições fundamentais da nossa economia e na aplicação de doutrinas reformadoras. Sucedeu-lhe igualmente quando traçou o *Relatório* que já analisamos: em vez de prolongar em breves páginas

os pareceres dos diversos júris da exposição industrial, — contemplou de elevado ponto certos factos agrícolo-fabris e apresentou doutrinas que, no seu maduro pensar, deviam dirigir convenientemente os estadistas. Contudo era quase pobre de dinheiro o escritor que assim buscava influir com dádivas do seu talento no espírito público.

## VII

Findava o século passado quando Godwin e Malthus escreveram obras de grande sensação; eram delicados os assuntos de que se ocupavam; e cada um dos autores os encarava de modo diametralmente oposto.

Godwin professava que o homem saíra bom do seio da natureza, mas que na sociedade se tornou mau; as leis estorvaram-lhe o desenvolvimento harmónico, a frutificação perfeita dos seus belos dotes; os governos destruíram com irracionais severidades a inata beleza da criatura, e provocaram a multiplicação do pecado pela multiplicação das proibições; deixem a liberdade ao homem depois de lhe ensinarem a distinguir entre o bem e o mal, que bem depressa os crimes diminuirão de intensidade e em número, marchando a sociedade com passo progressivamente rápido para as regiões ideais da virtude próspera. Destrua-se o pesado aparelho das leis, e substitua-se por simples instituições educativas. O ilimitado exercício da razão terá em si próprio a força de prosperar a existência humana. Ao egoísmo, ao amor próprio, seguir-se-á a mutualidade afectuosa, a benevolência recíproca. Extinga-se a propriedade individual: «Os frutos das leis concernentes a ela, escrevia Godwin, são o espírito da fraude, da servidão, da opressão; de aqui procedem a inveja, a malícia e a vingança. Vivessem todos os homens na abundância, compartissem todos irmamente os benefícios da natureza, que logo se extinguiriam esses depravados sentimentos. Desaparecia o estreito princípio do egoísmo. Como ninguém teria de cuidadosamente guardar a sua porçãozinha de riqueza, ou de prover ansiosamente as suas necessidades, cada qual trataria só do bem comum. Afastada a causa de disputas, em breve trecho o amor dos homens readquiriria o império que a razão lhe assigna. Desembaraçado dos cuidados do corpo, o espírito livremente se entregaria a mais elevados pensamentos. Cada qual se empenharia em auxiliar o próximo nas suas investigações».

Por suas doutrinas; e pelo entusiasmo arrebatador com que as expôs e defendeu, — Godwin pode ser considerado como filho espiritual de Rousseau e predecessor de Kropotkine. Mas entre o entusiasmo que enleva, e a razão que demonstra, havia no caso presente uma distância que o publicista inglês não logrou salvar. A bondade natural do homem não passou jamais de um poético postulado, que muitos espíritos cui-

daram ser um teorema solidamente estabelecido. Se a criatura humana fosse originariamente boa, quem e como a tornou má? Esses governos, essas leis esses organismos sociais, que uma errada filosofia pretendeu converter em bode expiatório de todos os erros, — vieram desse mesmo bondoso ser; foi ele, foi o conjunto dos homens, quem criou tudo sem interferência de nenhuma potestade satânica, sem escravização a algum Anti-Deus. Como podia o puro bem gerar o mal?

Mas a corrente das ideias dominadoras no tempo de Godwin levava facilmente a toda a parte as suas *Investigações sobre a justiça social*; o público recebeu o livro com aplausos fervorosos; a sociedade, a cujos fundamentos ele queria substituir outros muito diversos, acolheu-o como se fora uma garantia de paz e de progresso. Também Godwin não era um apóstolo da revolução armada; pelo contrário, confiando na eficácia do seu evangelho, e crente nas tendências naturais da razão, — esperava que o mundo não tardaria a conformar-se com os princípios ordenados por ele.

Um desses princípios, já o dissemos, era o comunismo, conduzindo à anarquia quanto mais depressa melhor. O outro era a liberdade do amor, ou, numa fórmula negativas a abolição do casamento, o qual Godwin condenava por aviltar (dizia ele muito erradamente) o amável trato dos dois sexos até brutal sensualidade e sórdido tráfico monetário. Se a convicção do autor era forte, o sentimento não se subordinou a ela, antes a submeteu, visto que o evangelista do não casamento duas vezes casou. Pior do que Pedro, negou-se a si próprio.

O programa do viver social, estabelecido sobre essas bases arrojadas, era deslumbrante: a fraternidade aliando os homens; o egoísmo e o ciúme banidos; as paixões da grandeza, do ouro e da carne, aniquiladas para sempre; as lágrimas do terreno vale evaporando-se, para se converterem logo em prodigioso orvalho, que faz brotar flores eternas na mansão do homem feliz.

Mas ainda quando não fosse impossível organizar o comunismo em condições estáveis; e ainda que a realização do pensar de Godwin acerca da família não rebaixasse o homem, — não haveria na rápida multiplicação dos seres humanos um invencível obstáculo à prosperidade que ele sonhara? Godwin respondia negativamente; e, para tranquilizar os temerosos de mau futuro, apontava-lhes para três quartos do globo ainda incultos, e para o resto ainda mal aproveitado; crescesse a população por miríades de séculos, que nem por isso a terra cessaria de dar subsistência a seus habitantes.

Contra parte destas ideias, expostas por Godwin em duas obras; saiu o economista Malthus com a sua *Tentativa sobre o princípio da população*; o pensamento fundamental dela é que na raça humana tende a multiplicar-se mais rapidamente do que se multiplicam as subsistências; muitas criaturas nascem que, por evidente falta de recursos, vivem breves dias, ou compõem quadros mais ou menos amplos de miséria, de

crime, de pauperismo, de abatimento físico e moral; essa natureza, que, segundo Godwin, era opulenta e generosa, não dá alimentos abundantes a todos os seres humanos, não garante a prosperidade a quantos nascem. Obstáculos fatais, *positivos*, por toda a parte e em todos os tempos se ergueram ao desenvolvimento da população; as epidemias, as fomes, ou a escassez, os próprios vícios que ora depauperam o organismo, ora absorvem riquezas que deveriam alimentar forças profícuas, — tudo isto dizima as fileiras. Não havendo, pois, recursos ilimitados; sabido que não basta nascer para adquirir seguro direito a subsistir confortavelmente; provado que as coisas necessárias à vida não têm sido elaboradas em quantidade proporcionada à produção humana, — mal da sociedade se nela não crescer a previdência, isto é, se os homens, antes de fundarem família, antes de se multiplicarem, não tiverem grande probabilidade de poderem educar bem os filhos; quanto menor for este obstáculo *preventivo*, maiores serão os estragos causados pelo *repressivo*, maiores serão os sofrimentos, os vícios, a miséria.

Muitos escritores, antes de Malthus, como ele próprio declarou, tinham atentado no desequilíbrio entre as subsistências e a população. Filósofos tão famosos como Platão e Aristóteles, já haviam escrito sobre essa matéria páginas horrorosas; e as leis, bem como os costumes, de povos civilizados e de povos bárbaros, atestam que através dos séculos e por toda a parte, a mísera humanidade não tem conseguido manter-se e multiplicar-se sem ao mesmo tempo manter, e as vezes agravar, asquerosas desordens morais. Nenhum escritor, porém, levou tão longe como Malthus as investigações acerca dos diversos meios por que a população é mantida ao nível das subsistências; nenhum insistiu como ele na vantagem da previdência moral; nenhum deu aspecto matemático a algumas ideias essenciais, como ele deu.

Mas essa tradução matemática delas foi-lhe nociva; consistiu em duas progressões, uma geométrica, outra aritmética; a primeira representando a multiplicação humana qual seria se não encontrasse obstáculos; a segunda indicando a máxima produção de subsistências ainda quando se empregassem os mais aperfeiçoados processos. A primeira compunha-se dos termos 1, 2, 3, 4, 5, etc.; a outra era 1, 2, 4, 8, 16, e assim por diante; de termo a termo supunha-se mediar o espaço de 25 anos; de sorte que se a população poderia ser 16 vezes maior quando volvidos 100 anos, as subsistências só poderiam quintuplicar durante o mesmo tempo; mas a espécie humana tinha de adaptar-se aos meios de existência; portanto, se a previdência moral não retardasse a produção de homens, a maioria dos nascidos nesse século seriam vitimados à miséria ou ao vício, às epidemias ou às guerras. Falando de todo ser que assim deixava de existir, Malthus escreveu na primeira edição as seguintes palavras que não aparecem nas seguintes: «O homem que nascer num mundo já ocupado não terá o menor direito a reclamar qualquer porção de alimento, e será demais sobre a terra, se a família

dele não tem meios de o criar, e a sociedade não precisa do seu trabalho. No grande banquete da natureza não há prato para ele. A natureza ordena-lhe que se retire, e ela própria não tarda a fazer executar esta ordem.»[12].

Assim Malthus não só indicava as tendências da produção de homens e subsistências, mas também entrava corajosamente na questão de direito por modo tal, que dava aspecto de cruel à sua doutrina. A crítica repreendeu severamente o escritor. Ainda hoje a palavra *malthusiano* é um pouco pejorativa. Contudo a leitura atenta da obra fará convencer da alteza dos sentimentos de Malthus e da elevação moral de muitos de seus conceitos; se a análise do princípio da população lhe saiu incompleta e às vezes muito errada, não deixa, porém, de ser um dos mais importantes trabalhos económicos do século XVIII. Se as exagerações do individualismo prejudicaram, as suas ideias convergiam todas para o engrandecimento da virtude, para a subordinação das paixões à razão; queria que o espírito do homem regesse o corpo em vez de ser este o senhor perante o qual emudecesse aquele.

Reagindo contra as falsas noções acerca da bondade natural da criatura humana, que atribuíam às instituições sociais todos os males, procurou mostrar quanto o procedimento de cada indivíduo influía na sua própria desgraça ou na sua ventura; quis, portanto, despertar ou fortalecer a previdência, evidenciando ao mesmo tempo a responsabilidade de cada molécula social. Ainda que desatendeu alguns elementos essenciais desta questão, bem como da dos possíveis progressos agrícolas, — foi contudo muito útil o seu trabalho; e ainda hoje é assunto de largas discussões. Pode dizer-se que a obra dele *ficou.*

Um dos seus maiores erros consistiu em querer decidir das evoluções futuras da produção humana e industrial, exprimindo em formas matemáticas as tendências delas, quando ainda não havia elementos bastantes para decidir a questão. As suas próprias palavras foram: «Podemos dar como certo que, não sendo a população detida por obstáculo algum, sai duplicando todos os vinte e cinco anos, crescendo portanto em progressão geométrica.» E pouco depois: «Considerando o actual estado da terra, podemos assentar que os meios de subsistência, nas mais favoráveis circunstâncias do trabalho, nunca aumentarão mais rapidamente do que em progressão aritmética.» Estas duas leis aparecem logo no primeiro capítulo da obra; para chegar a elas, Malthus partiu do princípio, segundo o qual todos os seres vivos tendem a aumentar a sua espécie mais do que o comporta a quantidade de alimentos ao alcance deles. A este teorema juntou a observação de que nos Estados Unidos a população dobrava em períodos de vinte e cinco anos aproximadamente. Quanto à indústria, restringiu-se à agrícola; e aí mesmo limitou-

[12] Citadas em Blanqui, *Histoire de l'Economie Politique*, tomo II, pág. 133 da 3ª ed., Paris, 1845

-se a afirmações como estas: «Se admitíssemos que, pela melhor administração e pelos mais poderosos estímulos aos cultivadores, o produto das terras (na Inglaterra e Escócia) duplicaria nos primeiros vinte e cinco anos, provavelmente ultrapassaríamos a verosimilhança. Nos seguintes vinte e cinco anos é absolutamente impossível esperar que o produto siga a mesma lei, quer dizer, que quadruplique; isto contradiria todas as noções adquiridas acerca da fecundidade do solo. Suponhamos que as adições anuais do produto médio são por modo que de vinte e cinco em vinte e cinco anos a Grã-Bretanha lhe ajunta tanto como o que agora produz: certamente o mais arrojado especulador não pensará que se devam levar mais longe as suposições, pois que isto bastaria para em poucos séculos converter a ilha inteira em jardim.».

Tudo isto só poderia admitir-se como incontestável se já fossem conhecidas as forças de que o homem irá dispondo nos séculos seguintes, e como as empregará; quais os limites da cultura intensiva, e as revoluções futuras na produção de alimentos; finalmente qual a futura modificação no poder prolífico da humanidade[13].

Mas se a doutrina de Malthus pretendeu nesse capítulo inicial, e noutros muitos, dar à ciência um poder profético superior às suas forças em tão intrincado problema, há na sua obra observações cheias de verdade, algumas das quais felizmente contradizem as fúnebres conclusões daquelas fórmulas[14]. Este misto de erros e de acertos, os diferentes aspectos que toma a questão conforme se encara o passado e o presente, ou se busca devassar o futuro, — tudo isto explica o haver ilustres defensores e também ilustres adversários de Malthus, ainda agora que passou quase um século sobre a publicação da obra.

## VIII

Oliveira Marreca assentou, antes de tudo, o princípio muito simples da tendência da adaptação da população aos meios de subsistência; mas cumpria investigar se era por meios tão violentos que necessariamente se lhes adaptava, e se não havia razões algumas para admitir que melhorariam sucessivamente as condições da humanidade; cumpria saber se da própria multiplicação do género humano resultavam circunstâncias novas, que praticamente equivalessem a novas forças produtoras de subsistência.

Sobre estes pontos Oliveira Marreca reuniu factos e argumentos muito elucidativos. Notou que desde o princípio do século XVIII se dera

[13] V. *Essai sur le principe de la population*, par R. Malthus, tr. de Prévost, Bruxelles, 1841, Tome I, pág. 14 a 21.

[14] Acerca das contradições de Malthus e das suas esperanças no futuro, vid. o nosso livro *Princípios de economia política*, pág. 201 e seg. Porto, 1883.

um crescimento de população como nunca os povos da Europa o tinham presenciado. Ao mesmo tempo a indústria e a agricultura fizeram grandes progressos. «Apoderando-se dos agentes gratuitos da natureza, o génio da sociedade faz deles orgãos suplementares da força humana; e desde então os produtos fabris não só multiplicam muito mais do que os homens, mas não conhece outros limites a sua multiplicação senão a matéria elaborável, a vontade do produtor e as necessidades do mercado.» Simultaneamente com o progresso numérico dos homens veio o aumento no consumo individual de produtos imediatos da agricultura, e no de artefactos; cresceu, pois, o capital com mais rapidez do que os homens; e é de observar que do mesmo passo diminuíram as fomes e as epidemias que noutras eras, caindo poderosamente sobre as povoações, levavam em curto espaço uma parte considerável delas.

Estudando por outro lado a questão, Oliveira Marreca observou que o mesmo crescimento da população aumentava progressivamente as forças industriais; seria, portanto, errónea a afirmação de que dois homens associados a dois homens podem ser apreciados quanto à capacidade industrial como se o primeiro par, trabalhasse independentemente do segundo; o erro proviria de não ter em conta os prodígios da associação. Onde os habitantes são poucos relativamente ao solo ocupado por eles, as relações estabelecem-se com dificuldade; às vezes a distância entre os moradores até se torna insuperável impedimento a vantajoso trato; pelo contrário, à medida que a povoação vai adensando-se, as indústrias vão colhendo todos os proveitos próprios da divisão do trabalho; realizam-se economias crescentes no transporte; sobe com rapidez progressiva o tráfico mercantil; a concorrência das ideias, o auxílio, que mutuamente se prestam aqueles mesmos que se combatem no campo das ciências, aperfeiçoa constantemente a técnica das indústrias e das artes, o que tanto vale como dizer que o indivíduo vai sendo cada vez maior produtor dos objectos indispensáveis à existência. Há, portanto, duas séries de melhoramentos derivados da condensação dos habitantes: uma é a dos que resultam da associação; outra reúne os procedentes do aperfeiçoamento individual; finalmente ambas se influenciam reciprocamente; e, reunidas, exprimem que a humanidade, ao mesmo tempo que sobe em número de indivíduos, vai adquirindo não só maiores forças, mas também superiores faculdades. Não quer isto dizer que seja ininterrupto este progresso; há períodos de decadência; mas encarados os fenómenos sociais no seu conjunto, vistos desta idade, à qual já é dado estudar tantos factos às vezes aparentemente contraditórios, e conjecturar-lhes a verdadeira significação, parece que a tendência da humanidade é para assegurar mais abundantes meios de subsistência a cada vez maior número de pessoas.

Sumariando o seu pensar, Oliveira Marreca dizia: «Com o crescimento dos homens e a sua aglomeração crescem germes de riqueza, e poderes efectivos de maior eficácia, que não deixava surgir a raridade, ou a disseminação das famílias, e que dantes não residiam na natureza

exterior, porque vieram ao mundo à medida que as gerações novas foram aparecendo e concentrando-se. Vieram com elas, trazidos por elas. Donde posso concluir (acrescentava ele, fazendo-nos lembrar uma passagem de Godwin) que as populações que vêm entrando na cena da vida, segundo a lei natural nunca pejam os quadros da sociedade, acompanhadas como são de novas forças de produção que não existiam dantes. Contando, para subsistirem, com a terra e o capital que já cá estavam, apresentam como título a um lugar no banquete comum o tributo de poder, com que aumentam o fundo anterior das faculdades de associação.» «Pode haver intervalos, pode haver países onde os habitantes cresçam ou tendem a crescer mais depressa que as subsistências, ou onde as substâncias fundamentais do alimento e do cómodo tendam a encarecer na proporção do aumento dos habitantes e dos seus recursos. Esta é a excepção. Mas os factos que constituem a excepção, mostra a estadística e a história, que com mais ou menos dificuldade, com muito ou pouco dispêndio de anos têm sido superados já pelo poder do trabalho e as conquistas da inteligência humana sobre a inércia da natureza física, já pelo achanamento daquelas barreiras com que a sociedade havia embargado a carreira do seu adiantamento.»

Embora escrevesse estas firmes palavras optimistas, alguma dúvida permanecia no seu espírito; assim o concluímos da pergunta que logo depois formulou: «Terá o homem mais poder para multiplicar-se do que para multiplicar os alimentos, ou será a sua faculdade produtiva superior à sua faculdade prolífica?» Tendo estabelecido como regra que o crescimento das subsistências é maior que o da povoação, deixava solvido o problema que agora extemporaneamente formulava; a necessidade, que sentiu, de o estudar ainda, manifestava que não ficou satisfeito da sua anterior demonstração, ou antes, das suas observações; teria provado nelas que até agora a terra não faltara à humanidade, e que a condensação trazia superiores vantagens; mas não discutira se a precoce mortalidade era principalmente devida ao excesso da força genésica sobre as faculdades industriais, nem se com o andar dos tempos a condensação viria a ser incómoda e perigosa.

Respondendo à pergunta, Oliveira Marreca fez notar que se a questão se estabelece sobre a base do poder *virtual* da população, há-de também assentar sobre o poder *virtual* da produção; tem de supor-se extinto qualquer impedimento às duas espécies de multiplicação; quanto ao homem, não carecia de muitos séculos para cobrir a terra, se o considerarmos só como força prolífica; mas as plantas e os animais ainda com maior rapidez se assenhoreariam do globo, se a propagação deles não topasse nenhum impedimento. Sob este aspecto, as faculdades do homem não excedem as dos elementos fundamentais do alimento dele; não se depara aí, portanto, nenhuma desarmonia; mas se lançamos interrogações acerca do futuro, quem nos assegura que a humanidade não «transborde do globo por se não poder alimentar, nem caber já nele?»

Por muito fecunda que seja a condensação humana, há um limite além do qual se tornaria opressora, da mesma sorte que se o aumento do calor é útil à produção de certos frutos, além de certo grau queimaria as plantas. Marreca entendia que um lanço de olhos sobre o mapa do mundo mostra-nos os homens faltando às terras para as povoar e agricultar, não as terras faltando aos homens; e, nos poucos tratos utilizados, a arte de extrair do solo o maior proveito está reduzido a um ponto imperceptível na vastidão do globo, isto quanto ao presente; e, quanto ao futuro, duvidava que o cálculo das probabilidades indicasse risco maior de se realizar a conjectura do que o do encontro de um cometa com a terra.

Mas isto é uma evasiva, não é uma solução; evasiva eram também estas palavras: «Não supomos que a natureza fosse imprevidente, ou quisesse dar-nos esfera pequena para despregar os nossos meios de actividade e de multiplicação.» Poderia replicar-se-lhe que já parecia imprevidência da natureza o virem ao mundo muitos seres que, mal arriscam os primeiros passos na carreira da vida, logo morrem; imprevidência da natureza, o tombarem para a sepultura muitos indivíduos de preciosas qualidades exactamente no período e nas circunstâncias em que mais necessária se tornava a permanência deles na sociedade. Provada esta cegueira e surdez da natureza ante os males e os lamentos do passado e do presente, como havíamos de tranquilizar-nos com a vã alegação da sua previdência quanto ao futuro?

Longe, porém, de Oliveira Marreca o pretender tratar aquele tema só com banalidades; fora impróprio da sua cultura e da sua honra científica; tencionava dedicar um capítulo especial ao exame da questão; mas não chegando a completar a *Memória*, ficamos privados do resultado de seus estudos; na parte publicada estão só as seguintes palavras, que deixam ver para onde lhe pendia a opinião: «A considerarmos a atenuação progressiva do número dos nascimentos, e o decrescimento simultâneo e ainda maior da mortalidade como sinais de melhoramento no estado social, ou como tendência da civilização, o problema, que agora discutimos, pode formular-se em termos mais conducentes a uma solução. Mas será assunto para outro capítulo.»

E na verdade, se os progressos higiénicos e pedagógicos têm de tornar cada vez mais longa e mais útil a vida média; se as invenções técnicas hão-de baratear os produtos; se finalmente as revoluções no pensar e no sentir hão-de subordinar a regras de progressiva equidade a distribuição das riquezas, — só a diminuição da faculdade prolífica, efectiva, do homem pode permitir o perpétuo desenvolvimento desses traços característicos da civilização sem que a estreiteza da terra venha um dia a ser o insuperável obstáculo a esse mesmo desenvolvimento.

Será absurdo o supor que o poder prolífico do homem diminua com o tempo? Certamente não; antes pelo contrário concorda a hipótese com um facto bem conhecido: em geral, os seres mais perfeitos costumam ter menor prole do que os inferiores; ora a acumulação de

aperfeiçoamentos do homem diferenciam-no cada vez mais do que foi na primitiva idade; concebe-se que novos progressos mentais o tornem ao fim de miríades de anos muito diferente do que é hoje; e uma dessas diferenças bem pode ser a diminuição do instinto genésico, talvez correlativa do engrandecimento espiritual. Será, porventura, esse o aureo tempo em que também o egoísmo tenha deixado as suas formas brutais e se combine com a sincera fraternidade? Será essa a venturosa idade em que o amor viva desembaraçado das ilusões que tantas vezes o tornam atraente introdutor num mundo de miséria e decepções?[15]

Pelo que respeita aos progressos da indústria, que prodígios se realizarão no futuro? Até onde irá a diminuição de trabalho para a produção das subsistências? Que fecundas verdades serão descobertas pela síntese química? Fora louca a pretensão de marcar desde já estreitos limites às suas vindouras conquistas, quando o império dela, adquirido incontrastavelmente, revela enormes forças que constantemente se engrandecem[16].

## IX

Mas deixemos a questão do futuro, que só nos serviu para contestar a desumana rigidez da suposta teoria matemática malthusiana. O que sabemos ao certo é que, fitando o presente, aí vemos a miséria, ou a escassez de recursos, avexando numerosíssimos indivíduos, encurtando o viver de alguns, pondo rápido termo à existência de tantos; porém entre as causas destes factos há a distinguir as que se referem à produção de riquezas e as concernentes à sua distribuição.

Sobre a mesma superfície podem viver mais ou menos homens, segundo as faculdades de que são dotados. Malthus cita um viajante que, tendo vivido nove anos entre os selvagens da Florida, contava que não conheciam espécie alguma de agricultura, e se nutriam de raízes penosamente procuradas; agora a mesma terra, segundo o recensea-

[15] Já David Booth aludia à diminuição da faculdade prolífica do homem (Vid. *Recherches sur la population*, par William Goderid, trad. de F. S. Constâncio, Paris, 1821 tom. I, pág. 358). Entre os economistas foi Carey quem mais insistiu na diminuição do poder genésico à medida que o homem se aperfeiçoa. (Vid. *Principes de la Science Sociale*, trad. de Leduc e Planche, sobretudo tomo III. pág. 297 a 300). Numa obra recente (*Das Verhältniss zwischen Geborenen und Gestorbene in historicher Entwickelung*, Halle a S. 1889), J. Wernick opõe à afirmação de Carey o facto de neste século não ter diminuído, antes aumentado na Alemanha, a frequência dos nascimentos; mas que valem os fenómenos de menos de um século para a questão, especialmente quando as estatísticas não vêm acompanhadas pelo exame das multíplices causas desses mesmos fenómenos?

[16] Já Godwin dizia: «Não há boas razões para afirmar que a alimentação dos animais deva necessariamente ser primeiro submetida às leis da vida animal ou vegetal. Por toda a parte onde houver terra, água e os outros alimentos químicos, é possível que a arte um dia forme compostos alimentícios». (*Ob. cit.*, tom. II, pág. 286).

mento de 1880, conta 269.493 habitantes; e as suas 23.438 propriedades rústicas valem mais de quatro milhões esterlinos. Se, pelo contrário, lançamos um olhar para a África boreal, aí se nos deparam ruínas de estados outrora florescentes e muito povoados; igualmente nos sucederia em vários lugares da Ásia; bem perto de nós, o confronto da Irlanda com a Inglaterra ensinar-nos-ia quanto sobre o progresso do homem, sobre a sua produção económica, podem numerosos elementos estranhos ao solo e ao clima; se fosse necessário maior número de exemplos, aí teríamos outro superiormente instrutivo nos monumentos da cultura holandesa erectos sobre um solo ingratíssimo, ao passo que em regiões do continente negro faltam aos selvagens as forças da indústria para regerem a opulenta natureza externa. Se as riquezas encerradas no meio da terra, e as que se manifestam na luxuriante vegetação tivessem espírito e voz para estudarem e discutirem o problema da população, queixar-se-iam de que os homens faltam para as aproveitar, para as engrandecer em categoria económica, tornando-as elementos da civilização; porventura algum génio das florestas, receoso do futuro, formularia acerca das plantas, em suas relações com os homens, doutrina análoga à de Malthus acerca dos homens em suas relações com as plantas. Nem aquele, nem este, acertariam. A verdade é que, embora superabundando a terra, ainda nem todo o humano habitante dela a sabe cultivar; considerada no seu conjunto, a sociedade vai produzindo cada vez mais e melhor; as riquezas multiplicam-se prodigiosamente; mas se os carros dos triunfadores levam cada vez maior número de pessoas, se a vitória é ganha por quantidade crescente de operários, sempre aos hinos gloriosos se unem as plangentes vozes de muitos infelizes. Assim como na Florida os selvagens outrora penosamente procuravam raízes onde hoje se colhem abundosos frutos, assim em cada momento, que a sociedade vai vivendo, se dão simultaneamente factos que bem representam aquele vegetar oprimido e esta desafrontada existência; ainda mais afastados e contrastantes são os extremos da realidade, pois que num ponto se observam às vezes os mais abjectos desperdícios e no outro a mais honrosa penúria.

Nestas clamorosas desarmonias influi de certo a imprevidência; a Malthus sobravam razões para a combater, e desenganar os homens de que os males do indivíduo não tinham por única origem a observância das leis escritas, ou os erros dos governos; mas quem pode adquirir previdência bastante que afiance à família o conforto, ou ao menos a satisfação das necessidades imperiosas? Quem terá o braço bem forte para combater o cego acaso? Quem terá a faculdade de prever todos os acidentes que hão-de ir estorvando o progresso individual? Ninguém possui a certeza do que sucederá amanhã. Teria de condenar-se à inacção, que seria o suicídio, quem não quisesse praticar acto algum de que não soubesse previamente todas as consequências.

Se, porém, o homem não pôde dominar todos os acontecimentos, não é isto razoável motivo para que deixe de esforçar-se por afastar perigos. Mal do mundo se todos os homens seguirem à letra aqueles conselhos do sermão da montanha: «Não andeis cuidadosos do que comereis, nem do que vestireis. Não é mais a alma que a comida, e o corpo mais que o vestido? Olhai para as aves do céu que não semeiam, nem segam, nem fazem provimentos nos celeiros: e contudo vosso pai celestial as sustenta; porventura não sois vós muito mais do que elas? E porque andais vós solícitos pelo vestido? Considerai como crescem os lírios do campo; eles não trabalham, nem fiam.» Sublime intenção a destas exortações, se era a de colocar os interesses morais superiormente aos materiais; mas ai de quem tranquilo aguardasse que os vestidos viessem cobrir-lhe o corpo, e o alimento viesse manter-lhe as forças sem que empregasse esforços alguns. Os próprios lírios do campo também trabalham; por especiais processos eles transformam os elementos nutrícios que a terra e a atmosfera lhes ministram. E nem todos os lírios chegam a florescer e frutear: quantos deles, apenas brotados, perdem logo essa forma da vida e se tornam pó! O Velho Testamento contentou-se de imaginar que Adão e Eva estiveram a princípio no Éden, onde ouviram aquela voz de Jehovah: crescei e multiplicai; aí tendes vegetais e animais em abundância; lavrareis alegremente o solo, e vivereis felizes. Porém ainda não era nado o primeiro filho, e já no dizer bíblico descia do céu outra voz de Jehovah amaldiçoando a terra e condenando o homem a obter o pão à custa de penoso trabalho, até que volvesse ao pó donde surgira.

Sob o aspecto económico, tão nociva seria a cega imprevidência, como o extremo temor de constituir família. «Os economistas que escrevem debaixo da impressão do receio (dizia Oliveira Marreca), ouvindo os lamentos da fome, e os gritos das multidões superabundantes, deslizam-se facilmente do rigor e serenidade do raciocínio às apreensões do péssimo, às hipóteses imaginárias, à efusão das exortações contra os matrimónios imprudentes; e os seus livros, tomando a tinta do temor que os alucina, e as emanações da atmosfera que os cerca, — se fossem abraçados por quantos não têm a fortuna própria tão bem ancorada no presente, que a não possam ver quebrada no futuro, entrando os grandes grupos da população a eximir-se dos encargos da paternidade, — seriam vastos desertos ou sociedades fracas — pobres e disseminadas — nações poderosas e opulentas hoje. A incerteza de uma continuação não interrompida de recursos para custear uma família abrange as imensas maiorias do globo habitado; e é a essas, as mais incapazes de as aceitar, que se endereçam as catequeses da escola de Malthus. A adopção absoluta desta doutrina conduziria ao celibato quase universal. Amorteceriam então essas faculdades de actividade e trabalho que se multiplicam no chefe da família à proporção do número dos membros que a compõem. Pararia na morte do homem a

perspectiva do pai, que se alonga ao futuro da sua posteridade. A mão amiga e incansável, que prepara a infância para os grandes destinos da sociedade, e ajunta para outrem os bens materiais, de que não há-de gozar, descairia no ócio. A família impõe despesas; mas o princípio da associação e comunidade, em que se funda, proporciona economias impossíveis na isolação do celibato. Exautorada a família, pereceria o maior estímulo da educação, do aperfeiçoamento da espécie, da acumulação do capital; desapareceria uma das condições da longevidade, porque o solipso vive menos; e nem por isso vedaria a corrente dos nascimentos.»

## X

Perante as forças externas que umas vezes lhe são benéficas, mas outras lhe são adversas, o indivíduo corre o perigo de ficarem inutilizados seus melhores e maiores cuidados; esforçou-se em prevenir a realização de certas hipóteses; mas deram-se outras em que nem sequer pensara. Os diversos graus e espécies de associação permitem impedir muitos males que fariam sucumbir o homem isolado. Concordam nisto as mais opostas escolas; porém desarmonizam-se quando apreciam qual deva ser o auxílio do estado ou das corporações locais ao indivíduo perseguido pela desgraça, ou quais as garantias sociais de existência ou progresso individual. Na doutrina de Godwin, todo o bem se alcançaria quase sem leis, e até o aperfeiçoamento humano permitiria que viessem a não ser precisas. Na de Malthus, o dever principal do estado seria a instrução; repugnava-lhe, por muito nociva, a beneficência oficial, a taxa dos pobres, tão mal empregada na Inglaterra. Oliveira Marreca não se ocupou especialmente deste ponto, que, para ser bem discutido, não obrigaria a menos que apreciar todas as doutrinas socialistas; e, no estado actual das ciências sociais, por grande que fosse o génio entregue a esse trabalho, não se achariam elementos bastantes à completa solução do problema.

O nosso compatriota não pode, porém, ser classificado entre aqueles que se opunham a toda a acção do estado a favor das classes inferiores, sob a forma de beneficência. Se condenava todo o sistema de caridade oficial que cegamente distribui socorros, logo acrescentava: «Refiro-me à indigência válida. À inválida por idade, moléstia, ou enfermidade, todo o subsídio, que lhe é prestado, avalia-se pela regra do dever moral, que está acima da teoria económica». Já vimos também que no *Relatório* pôs uma frase, em que parecia atribuir ao governo a função de dotar operários com certos instrumentos produtivos; mas referia-se especialmente aos agricultores. Acaso quereria que não só lhes distribuísse certas terras, mas também que fizesse leis promotoras da divisão da propriedade rural, que facilitasse recursos pecuniários aos

pequenos lavradores, que buscasse na combinação da indústria com a lavoura um remédio das crises e do proletariado? Não sabemos que deixasse escritas suas opiniões sobre a questão operária; contudo naquele *Relatório* há as seguintes passagens:

«O que mais nos convém é o sistema da divisão, a cultura parcelar, o predomínio da propriedade pequena e média, a distribuição dos nossos terrenos incultos por famílias laboriosas, a desacumulação daquela parte dos nossos prédios rurais, que pode justamente desacumular-se. Deste quadro não ficaria excluída a grande propriedade, ou, para melhor dizer, a grande cultura. A grande cultura seria a excepção, seria o modelo, seria o teatro experimental, onde se ensaiassem as descobertas e aperfeiçoamentos da ciência agronómica, que exigem uma vasta superfície de terreno, uma habilidade superior um poderoso concurso de capitais. Ao estado pertenceriam os trabalhos mais dispendiosos de irrigação, esgotamento, canalização e estradas... A vastidão dos tratos bravios que se estendem por alguma das nossas províncias, não pode desbravar-se senão pelo trabalho da pequena família proprietária... Depois das terras incultas estão as propriedades já cultivadas a que o estado tem direito. Com ambas se poderia praticar, até onde fosse praticável, a divisão em porções adequadas à subsistência de uma família. Aos novos adquirentes se devera impor por único ónus e condição do domínio um cânone anual perpétuo, mas muito módico; e, por alguns anos ao menos, privilegiá-los, como aos senhores da meia-idade, com a isenção de todo o imposto. Da mesma sorte que a indústria transformou mendigos em operários, esta medida elevaria trabalhadores à classe de proprietários. O progresso, na sua fase económica, não tem sido outra coisa senão esta promoção contínua ou do indivíduo ou dos diferentes grupos sociais.»

Estas palavras, não desagradariam ao radicalismo de Chamberlain, e exprimem ideias organizadoras que não destoam talvez das que inspiraram algumas das mais importantes reformas de Mouzinho da Silveira. Junto desse trecho acerca da propriedade fundiária, convém copiar da *Memória* o que escreveu sobre a classe obreira: «Propensa a indústria pelos lucros que oferece, e por outras muitas causas, a generalizar-se entre as nações mais depressa do que a divisão da propriedade agrícola, — as suas perturbações por estagnação de produtos e sobejidão de braços não podem, ou não poderão no futuro, ser precavidas por um só povo mesmo dentro da área do mercado próprio, senão por acordo colectivo de todos os povos fabris, acordo que coloque os obreiros na mesma linha dos pequenos proprietários, ou deslinde de outro modo a questão suprema do trabalho.»

No tempo em que se publicaram estas linhas eram conhecidos muitos sistemas com pretensão a resolverem a questão social; o nosso distinto economista não seguiu nenhum deles, apesar da popularidade de alguns; limitou-se a indicações acompanhadas de palavras próprias de

quem sabia as dificuldades da matéria e conhecia a insuficiência dos meios propostos por outros. É, porém, de notar o que o seu pensar acerca da propriedade territorial e do acordo industrial das nações fabris é análogo ao que tem sido matéria de porfiados debates nos últimos anos.

Os mais ilustres compatriotas de Oliveira Marreca não concorreram com melhor tributo do que ele para esclarecimento da questão social, questão suprema, lhe chamava Alexandre Herculano; porém não via outro meio de resolvê-la senão «o restaurar, em harmonia com a ilustração do século, as instituições municipais, aperfeiçoadas sim, mas acordes na sua índole, nos seus elementos, com as da idade média.» Restava saber o que significava essa harmonia; Herculano não o disse; acaso a interpretaria bem o seu admirador Henriques Nogueira quando traçou o vasto quadro das instituições municipais?[17] José Estevão, na sua cadeira de economia política, julgava necessário repartir e dividir as população conforme a extensão do solo e a sua prosperidade; esperava que algum dia as nações estabeleceriam um acordo para repartirem o excesso dos braços pelos lugares inabitados que apresentassem futuro de produção; tinha confiança no porvir; ele, que fora dos mais corajosos como soldado e orador, exclamava, leccionando na Escola Politécnica: «A Providência velará por nós. Deixemo-nos ir embalados por esta embarcação que marcha veloz para um mundo desconhecido. Aproemos ao Oriente, havemos de chegar a algum porto. E tenhamos presente sempre o alcance das quatro palavras que, como quatro colunas, encerram a questão que nos tem ocupado (era a da população e emigração): *moralizar, desacumular, repartir, produzir.* São os remédios paliativos, porque o remédio heróico pertence à natureza.»[18]

## XI

Temos considerado os principais trabalhos económicos do nosso ilustre compatriota; em cada um deles indicámos e analisámos o que havia de fundamental. Não encerram proposições que ampliassem o domínio da ciência; mas em numerosos pontos são o estudo cuidadoso e profícuo de questões importantes; esses trabalhos mostram que Oliveira Marreca ia acompanhando o progresso das ideias económicas no estrangeiro, e que foi entre nós um representante da escola de List e de Carey, sem contudo aceitar todas as doutrinas ali professadas, antes

[17] A. Herculano, *História de Portugal,* tomo III, pág. 226 da 3ª ed. — J. Félix Nogueira, *O Município no século XIX*, Lisboa, 1856, pág. 144 e seg.

[18] *Discursos parlamentares* de José Estevão coleccionados por Joaquim Simões Franco, Aveiro, 1878, pág. XIII e seg. Aí vem o trecho duma lição de José Estevão conforme as notas do sr. José Horta, quando foi seu aluno.

provando possuir espírito com independência e alcance bastantes para poder caminhar seguramente sem alheio auxílio. Foi contra Malthus, sem cair nos extremos a que chegou William Godwin. Confiou na liberdade, compreendendo-a,. porém, muito melhor do que Bastiat quando tratou da missão do Estado. Certamente contribuíram muito para esta orientação económica os seus vastos conhecimentos históricos.

Das qualidades literárias de Oliveira Marreca escreveu Lopes de Mendonça:

«Examinando os escritos do economista, fica-se deveras atónito do modo porque ele reúne e consubstancia no seu estilo atributos que pareciam dever repelir-se. A extrema elegância e concisão da sua frase combina-se com a profusão da linguagem e a abundância pitoresca de epítetos com que traduz as suas elevadas concepções, que seriam obscuras de outro modo. Como mestre da língua, o snr. Marreca é deveras criador; e pondo de novo em circulação os tesouros do nosso falar clássico, imprime-lhes uma fisionomia diversa, adoptando-os para revelarem as combinações de uma ciência, que, jovem nas outras nações, pode dizer-se que entre nós nasceu há dois anos.»[19]

Das qualidades do homem disse Alexandre Herculano, prefaciando as *Lendas e Narrativas*:

«Carácter grave e austero, digno dos tempos antigos, e que a Providência colocou, em meio de uma sociedade gasta e definhada por muitos géneros de corrupções, como condenação muda; homem, sobretudo, de ciência e consciência...»

Passou longos anos entre as agitações políticas; tomou notável parte em muitas delas; e sempre o seu procedimento foi tão nobre, que os próprios adversários o respeitavam como superior a toda a má suspeita[20]. Era ao mesmo tempo coração opulento de bondade, e ânimo inquebrantável; severo principalmente para consigo próprio, não hesitou em sofrer até à fome para manter a honra. Vicente Ferrer dizia uma vez

[19] *Memórias de literatura Contemporânea,* Lisboa, 1855, pág. 369.

[20] No *Dicionário biografico-político,* Lisboa, 1843, lê-se o seguinte: «Quando aconteceu a revolução de Setembro, era Oliveira Marreca administrador da Imprensa Nacional; desaprovando esse sucesso, ofereceu logo depois do dia 10 de Setembro a sua demissão, apesar da sua íntima amizade com o ministro Passos. Como cartista puritano trabalhou constantemente para o triunfo da sua convicção e do partido a que se ligara. Eleito deputado em 1838, tomou assento na direita... Durante as sessões de 1840 a 1841, a carteira parlamentar de Oliveira Marreca, sempre nobre, foi muito brilhante. Desenvolveu então uma grande tenacidade, e muita energia própria do seu belo carácter e instrução. Na sua qualidade de deputado assinou o protesto contra o movimento de 27 de Janeiro de 1842... Oliveira Marreca é um cavalheiro virtuoso, homem da mais severa independência, de muita probidade, carácter austero, profundamente liberal, talento digno de ser honrado, sabedor das belezas da nossa língua, muito ilustrado nas ciências economicas-políticas.»

Marreca foi um dos fundadores do partido republicano em Portugal, colaborando no programa dele.

a Alexandre Herculano, em conversação íntima: «O Marreca vale mais do que nós.» E contudo Vicente Ferrer foi um dos nossos mais austeros políticos, e consagrava a Herculano amizade e admiração; mas sabia que privações passara Oliveira Marreca para conservar a pureza das suas crenças; tinha conhecimento perfeito não só da vida pública deste cidadão, mas também das penosas circunstâncias da sua casa. Sofria-as ele resignadamente, como quem, ao tomar deliberações heróicas, não deixara de prever as prováveis dores que daí lhe resultariam. Assim, havendo sido um dos mais cultos espíritos do seu tempo, foi também um dos mais venerandos exemplos de grandeza moral.

*Revista de Portugal*, vol. I (1889), nos 394, 395, 396.

# ÍNDICE ONOMÁSTICO


ABDAL-AZIZ (Sultão da Turquia), I, 210.
AFONSO V (D.), I, 146.
AHRENS, II, 3.
ALBANO, Agostinho, II, 209.
ALEGRE, Adolfo Buylla, I, 211.
ALEXANDRE III (Papa), I, 210.
ALMEIDA, Manuel de, II, 209.
ARGYLE (Duque de), I, 186, 190.
ARISTÓTELES, II, 236.
ARKWRIGHT, I, 185.
ARMSTRONG, William, I, 38.
ARRIUS, Titus, I, 139.
AVELINO, António Cardoso, II, 149.

BABOEUF, II, 57.
BAKOUNINE, II, 94.
BARON, A., I, 194, 209; II, 203.
BAROP, João Arnolds, II, 200.
BARRERE, II, 57.
BASTIAT, I, 157, 178, 183; II, 48, 108, 210, 212-213, 248.
BÉCHARD, Ferdinand, II, 61.
BECKER, II, 28, 84.
BEESLEY (Prof.), II, 21.
BENALCANFOR (Visconde de), II, 207.
BERNARD, Claude, I, 116.
BERTILLON, I, 109-110.
BISMARK, I, 211.
BLANC, Louis, II, 8, 44, 58-59.
BLANQUI, Adolfo, I, 165, 214; II, 237.
BLUNTSCHLI, I, 211.
BOECIO, I, 96.
BOETTCHER, I, 209.
BÖHMERT, I, 194, 211.
BOOTH, David, II, 242.
BORGES, Ferreira, II, 207, 209, 222.
BOUCHARDAT, I, 42-43, 46.
BRAAMCAMP, II, 136.
BRASSEY, I, 35.
BRITO, Rodrigues de, II, 110, 208.
BROCA, I, 113.
BUHRING, II, 53.

CABET, II, 44.
CAPELLIS, (Barão) Baravicino de, I.
CAREY, I, 113, 122; II, 227-228, 242, 248.
CARLOS I, I, 116.
CARNEIRO, Bernardino, II, 207.
CARVALHO, Mariano de, II, 185.
CARVALHO, Ribeiro de, II, 144.
CASSAGNAC, G. de, 202.
CÁSSIO, (Senador) C., I, 146-147.
CASSIUS, I, 139.
CAVAIGNAC, II, 58.
CERVANTES, Pedro, I, 55.
CHAMBERLAIN, II, 247.
CHAUDEY, Gustavo, II, 15.
CHEVALIER, Mi̊chel, I, 194; II, 99, 111, 117, 210, 213, 233.
CHEVÉ, II, 39.
CLAIRAUT, I, 97.
CLUSERET (General), II, 91.
COELHO, J.J. Pinto, II, 141.
COLBERT, II, 32, 210, 212, 218.
COLOMBO, Cristovão, II, 114.
COMENIUS, II, 189.
COMTE, Augusto, I, 21, 117.
CONDORCET, I, 116.
COPÉRNICO, I, 82.
CORNARO, I, 116.
CORVO, Andrade, II, 223.
CORVO, João d'Andrade, II, 223.
COSSA, Luigi, II, 207-208.
COSTA, Cláudio Adriano, I, 112.
COULLERY, II, 84.
COURNOT, A., I, 96.
COUSIN, Victor, 45.
CRAMPTON, I, 185.
CREMER, II, 28.

DALTON, I, 54.
DARWIN, I, 49-50, 122, 131, 207; II, 112.
DECHEN, I, 18.
DEMÓCRITO, I, 116.
DESCARTES, I, 88.
DIOCLECIANO, I, 139.
DIXON, II, 170.
DRAAKENBERG, I, 116.
DUCHATEL, II, 167.
DUCPETIAUX, E., I, 185, 202.
DÜHRING, I, 211; II, 228, 230.
DUPLEIX, II, 28.
DUPONT, Eugene, II, 28.
DUVILLARD, I, 113.

EDWARDS, Milne, I, 57.
d'EICHTAL, Eugène, II, 80.
EGLINGTON, II, 20.
ELLIS, I, 138.
ENGEL, I, 106-108, 110, 181.
ENGELS, Frederick, II, 10, 27.
ERICSON, I, 18.
ESTEVÃO, José, II, 247-248.

FACEY, T. Grant, II, 10, 20.
FALKNER, I, 137.
FAVRE, Júlio, II, 5-6, 91.
FAWCETT, H., I, 15.
FAWCETT (Mrs.), I, 15.
FERREIRA, Silvestre Pinheiro, II, 207, 209.
FERRER, Vicente, II, 110, 249.
FITZROY, I, 56, 124.
FLAMINIUS (Senador), I, 139.
FLEURY, I, 56.
FONTES (Sr.), ver MELLO, António Fontes Pereira de.
FORJAZ, Adrião, II, 207
FORTI, E., I, 103, 211.
FORTUNA, João António de Freitas, II, 185.
FOUILLÉ, I, 211.
FOURIER, II, 8, 44.
FOVILLE, I, 31, 36, 171, 187, 188, 198.
FRANCO, Joaquim Simões, II, 248.
FRANKLIN, I, 53.
FRANZINI, Marino, II, 223.
FRAYER (Dr.), I, 24.
FREDERICO (O Grande), II, 53.
FREITAS, Augusto César Barjona de, II, 149.
FRIBOURG, II, 24, 28, 68, 85, 91.
FROEBEL, Christiano, II, 200, 203.
FROEBEL, Frederico, I, 33; II, 187, 189-194, 196-203.
FROEBEL, Karl, II, 203.

GAIO, II, 209.
GALES (Príncipe de), II, 146.
GALTON, I, 122.
GAMBETTA, I, 53.
GARNIER, I, 126, 197.
GARRETT, Almeida, II, 223.
GODDARD, C., II, 20.
GODERID, William, II, 242.
GODWIN, II, 234-236, 240, 243, 246, 248.
GOURNAY, II, 210.
GRANDE, José Maria, II, 223.
GRESHAM, I, 199.
GRUNER, II, 199.
GUILHERMINA, Henriqueta, II, 200.

HAECKEL, I, 18, 23.
HALLEY, I, 97.
HARGREAVES, I, 185.
HARNEY, Ernesto, II, 9.
HAYNES, Jeremias, I, 186.
HEGEL, II, 213.
HELIOGÁBALO, I, 209.
HELMHOLTZ, I, 46, 77.
HERCULANO, Alexandre, II, 210, 232-233, 247, 249.
HERON (de Alexandria), I, 4.
HERSCHELL, I, 198.
HOLZHAUSEN, II, 199.
HORTA, José, II, 248.
HOWELL, I, 188.
HUNTINGTON, Emily, II, 196.
HUSSMAN, II, 105.

INOCÊNCIO, II, 223.
ISABEL (de Inglaterra), I, 34.
ISABEL MARIA (Infanta), II, 146.

JACKSON, I, 56.
JACLARD, II, 93.
JAMIN, I, 98.
JARDIM, II, 110.
JENKINS, I, 116.
JEVONS, Stanley, I, 70, 165, 188, 198, 202.
JOÃO VI (D.), II, 17, 125, 208.
JONE, Ernesto, II, 9.
JÚLIO II (Papa), I, 146.
JUNG, II, 28.
JUNIUS BRUTUS, I, 139.
JUSTINIANO, II, 209.

KANT, II, 39, 211.
KENDALL, II, 185.
KEPLER, I, 53, 82.
KIAER, I, 109-110.
KROPOTKINE, II, 235.

LAMARCK, I, 50.
LAMARTINE, II, 59.
LANESSAN, I, 207, 211.
LANGUE, Albert, I, 96, 108, 207.
LANGUETHAL, II, 199-200.
LAPA, Ferreira, I, 92.
LAPLACE, I, 32, 95, 97, 114.
LARANJO, José Frederico, II, 208.
LAROQUE, I, 116.
LASSALLE, I, 193.
LAURENT, I, 210.
LAVELEYE, E. de, I, 197, 209, 211; II, 169.
LAVOISIER, I, 45.
LEGENDRE, II, 210.
LEROY-BEAULIEU, Paul, I, 1, 188, 194.
LETHEBY, I, 46, 105.
LETOURNEAU, I, 41, 116, 122, 139.
LEVASSEUR, I, 36, 113; II, 14.
LEVIN, Luise, II, 203.
LEXIS, W., II, 231.
LEYDE, João do, II, 57.
LIANCOURT (Duque de), II, 167.
LICURGO, II, 8.
LIMOGES, Roberto (Bispo de Lichfield), II, 223.
LIMOUSIN, II, 28.
LINCOLN, I, 53.
LIST, F., II, 216, 219-222, 227, 230, 248.
LIVINGSTONE, I, 24.
LONGUEVILLE (Barão de), 116.
LOUREIRO, Gomes, I, 165.
LUBBOCK, I, 54.
LUÍS XIV (de França), II, 218.
LUÍS XVI (de França), II, 167.

MAINE, Sumner, I, 141.
MALTHUS, I, 125-130, 132, 203; II, 112, 234, 236-239, 243-246, 248.
MANIN, II, 91.
MARCHAND, Eugène, I, 93.
MARENHOLZ-BÜLOW, (Baronesa) de Bertha Maria von, II, 202.
MARIA I (D.), II, 208.
MARRECA, António de Oliveira, I, 35, 126; II, 205, 209-210, 214-215, 222-228, 231--233, 239-242, 245-249.
MARSHALL, Srs., I, 15.
MARTIN, Henri, II, 26.
MARTINS, Oliveira, I, 186.
MARX, Karl, I, 186; II, 10, 19, 21-22, 26-28, 68, 72, 112.
MATHEWILLAIN, Henrique, I, 186.
MAUDSLEY, I, 44.
MAYRINCK, J.C., II, 144.
MAZZINI, II, 21.
MCCULLOCH, I, 138; II, 209.
MEININGEN (Duque de), II, 202.
MELLO, António Fontes Pereira de, II, 127, 130, 132, 134, 138, 145, 149, 162.
MENDONÇA, Lopes de, II, 223, 248.
MEYER, R., I, 211.
MICHELET, I, 184.
MIDDENDORF, II, 199-200, 203.
MIGNET, II, 16.
MILL, Stuart, I, 15, 86-91, 93, 132; II, 213.
MOLIÈRE, II, 131.
MOLINARI, II, 63.
MONTAIGNE, I, 33; II, 189, 192.
MOREAU, J., II, 76.
MORRIS, João, I, 186.
MOSER, Eduardo, II, 185.
MULHALL, 36-37.
MUNDELLA, II, 80.
MUNZER, II, 8, 57.

NAPOLEÃO I, I, 150.
NAPOLEÃO III, I, 33; II, 5-6, 28, 108.
NEWTON, I, 32, 53; II, 97.
NICOLAU V (Papa), I, 146.
NOGUEIRA, Henriques, II, 247.
NOGUEIRA, J. Félix, II, 247.

ODGER, George, II, 10, 20, 28.
OLFIELD, I, 123.
OPPENHEIM, I, 211.
d'ORLEANS, Louis Philippe, I, 202; II, 78, 79.
ORTIGÃO, Ramalho, II, 185.
OWEN, II, 44.

PAEPE, César de, II, 28, 90.
PAIVA, Vicente Ferrer Neto de, II, 207.
PALMEIRIM, I, 186.
PALMERSTON, II, 9, 28.
PARIS (Conde de), ver d'ORLEANS, Louis Philippe.
PARRE, Thomas, I, 116.
PASSOS, Manuel da Silva, II, 208.
PEDÂNIO II (Prefeito de Roma), I, 146.
PEDRO IV (D.), II, 17.
PEEL, Robert, II, 133, 185.
PEGADO, Guilherme, II, 223.
PESTALOZZI, I, 33; II, 189-191, 199.
PETTY, I, 127.
PIMENTEL, António de Serpa , II, 149.
PIMENTEL, Júlio Máximo de Oliveira, II, 223.
PINHEIRO, Agostinho, II, 173, 176, 178--179, 182, 185-186.

PINTO, (Visconde de) Macedo, II, 185.
PIO IX (Papa), II, 41.
PITT, I, 184.
PLATÃO, II, 8, 236.
POLLION, I, 139.
POMBAL (Marquês de), II, 135.
PREYER, I, 116, 130.
PROUDHON, I, 58; II, 13, 15, 27, 39, 41--42, 44, 48-51, 58-59, 61-62, 68, 84, 107.

QUETELET, I, 109-110.

RAFAEL, I, 48, 82.
RASPAIL, II, 32.
RAU, I, 69.
RECLUS, Elie, II, 75-76.
REIS, João José dos, II, 144.
REULEAUX, I, 66.
RICARDO, I, 178, 192-193, 200-201, 203.
RICHELOT, II, 219.
ROBERTUS-JAGETZOW, I, 173.
ROBESPIERRE, II, 57, 93.
ROBIN, Ch., I, 116.
ROCHAT, I, 209.
ROMA, Morato, II, 207.
ROSCHER, I, 15, 18, 55-56, 58.
ROSS, I, 24.
ROSSI, P., I, 203; II, 213, 219-220.
ROUSSEAU, I, 33; II, 110, 189, 235.
RUGE, II, 27.

S. BERNARDO, I, 209.
S. FRANCISCO (de Assis), I, 210.
S. PAULO, I, 145.
SAINT-DENIS, B.H. de, I, 150.
SAINT-PIERRE, B. de, II, 110.
SALERNO, G. Ricca, I, 202.
SAMPAIO, António Rodrigues de, II, 149.
SARAIVA (Cardeal), I, 146.
SARMENTO, Alexandre Tomás de Morais, II, 209.
SAX, Emil, I, 103.
SAY, J.B., I, 55, 58, 200; II, 208, 218-219, 222, 230.
SCHÄFFLE, I, 15, 173, 211.
SCHLEGEL, I, 150.
SCHOOLCRAFT, I, 123.
SCHOPENHAUER, Arthur, I, 122.
SCHWEINFURTH, I, 56.
SERPA, Agostinho de, II, 182.
SERPA, António de, II, 176.
SERZEDELLO JÚNIOR, II, 207.
SHAKESPEARE, II, 131.
SILVA, Rebelo da, II, 110.
SILVEIRA, Mouzinho da, I, 204, 209; II, 247.
SIMON, Júlio, I, 184; II, 26.
SIMONIN, L., I, 38.
SIMPSON, I, 123.
SISMONDI, I, 201; II, 110.
SMITH, Adam, I, 55, 157; II, 208, 210-214, 216-220, 228, 230.
SMITH, Edward, I, 45.
SMITH, Guilherme, I, 186.
SOETHEER (Dr.), I, 173.
SOLLAVILLE, I, 116.
SOLTMANN, I, 130.
SPALLART, von Neumann, I, 209.
SPENCER, Herbert, I, 39-40, 56, 211.
STANLEY, I, 10.
STEIN, II, 133.
STENDER, I, 116.
STEPHENSON, I, 35, 53, 72.
STERN, II, 138.
STORCH, II, 209.
SULLY, II, 32.

TÁCITO, I, 146.
TARNER, Guilherme, I, 186.
THEOPHRASTO, I, 116.
TOCQUEVILLE, A. de, I, 58; II, 3, 16-17, 61, 167.
TOLAIN, II, 28.
TURGOT, I, 36; II, 133, 208.

VALDEZ, Travassos, I, 165.
VAN DYCK, I, 82.
VARLIN, II, 28.
VASSEUR, II, 91.
VILLETARD, II, 3, 15, 25.
VINKELBURG, I, 209.
VIRCHOW, I, 130.
VIRGÍLIO, I, 54.
VISEU (Bispo de), II, 124.
VOLTAIRE, I, 54.

WAGNER, Adolph, 211.
WALKLEY, Mary Anne, I, 185-186.
WAPPAÜS, I, 108-109, 112-115.
WATT, I, 72.
WEISS, II, 199.
WERNICK, J., II, 242.
WESTON, II, 22.
WILSON, I, 197.
WIRTH, Marx, I, 197, 211; II, 159.
WITTSTEIN, I, 108.
WOLFF, II, 21.

YOUNG, Edward, I, 185, 202.

# ÍNDICE TEMÁTICO


Anarquia, II, 43, 58, 63, 65, 68, 85, 98, 150, 163, 166-167, 214, 235.
Associação, I, 22, 24, 142, 149, 152-156, 178, 188, 190, 194, 204-207; II, 3, 5-6, 9-10, 13-14, 21-25, 27-29, 31, 44-47, 50-53, 56-60, 62, 64-66, 68-69, 72, 75, 80, 82, 84, 86-87, 89-93, 100, 103, 105, 107, 111-112, 126, 139, 145-146, 149, 152-153, 155, 159, 161-163, 173, 208-209, 213, 215, 222, 239-240, 245.
Associações, ver Associação.

Banco, I, 195-196; II, 10, 36, 42, 44-47, 88, 103-104, 119-121, 123-125, 127, 135-137, 139-144, 147-149, 151-152, 154-161, 163-165, 175-185, 207, II, 10, 36, 42, 44-47, 88, 103-104, 119-121, 123-125, 127, 135-137, 139-144, 147-149, 151-152, 154-161, 163-165, 175-185, 207.
Burguesia, II, 14-16, 19, 27-29, 33, 35, 91, 155, 169-170.

Capitais, ver Capital.
Capital, I, 41, 46-50, 52, 59, 68-71, 75, 78-82, 86-92, 100-101, 106-108, 110, 123, 130, 137, 162, 165, 174-178, 182-184, 189, 195-196, 202; II, 6, 10, 13, 15, 18, 20-23, 25-26, 29, 31-33, 35, 37-48, 52-53, 55, 60, 63-76, 78, 82-83, 85-88, 90, 95, 98-100, 102, 104-105, 111-112, 120, 123, 125-127, 131, 134-135, 139-140, 143-145, 147-151, 154, 159, 161, 163, 169, 175-176, 178, 180, 185, 214, 216-219, 224-229, 231-232, 239-240, 245-246.
Capitalista, ver Capital.
Circulação, I, 7, 9, 28, 44, 46, 59, 62-63, 65-67, 74, 100-101, 103, 105, 152, 162, 164-165, 169, 173, 198; II, 44, 91, 141-142, 144, 155, 160, 164, 175, 178, 180-182, 184, 219.
Civilização, I, 6, 20, 25, 83, 87, 123, 131, 138, 165, 173, 182, 203-206; II, 30, 36, 40, 53-54, 56, 68, 74-75, 83, 98, 112, 114, 165, 189, 194-195, 197, 203, 215, 221, 241, 243.
Comuna, II, 5, 60-61, 64, 79, 92, 105-106, 108, 111, 154.
Comunismo, ver Comunistas.
Comunistas, II, 9-10, 28, 45, 57, 59, 64, 91, 139, 163, 235.
Concorrência, I, 149, 154, 156, 166, 168-172, 177, 180, 184, 186-189, 191, 201, 204-206; II, 12-15, 25, 43, 45-46, 48, 50, 53-57, 60, 63, 65-67, 69-71, 73-74, 77-78, 82, 96-97, 101, 104-105, 107, 109, 112, 128, 134, 157, 174-175, 177, 183, 218, 221, 226, 228-229, 232, 239.
Consumo, I, 89, 28, 30, 33, 36, 44-45, 51, 61, 68, 71, 73, 75, 77, 101, 105, 107, 133, 137, 144, 167, 168, 170-171, 179, 182, 184, 188, 190, 196, 202-203, 209; II, 13, 44, 66, 69, 72, 76, 81, 131, 136, 161, 163, 239.
Cooperação, I, 13, 16, 56-57, 124, 189; II, 23, 25, 44-47, 49, 68, 74, 83, 155, 165.
Cooperativas, I, 190-191, 203; II, 22, 24, 29, 42, 45, 47, 75, 84-85, 91, 93, 104, 106, 111, 113, 150, 163.
Crédito, I, 174, 176-178, 190, 195-196, 198-199; II, 10, 24-25, 35, 37-39, 42, 45-49, 53, 58, 61, 65, 74, 84-85, 87-88, 107, 120, 124-126, 130, 134-135, 137, 139, 143, 145-151, 153-155, 157-158, 160, 163, 174-185, 209, 226, 231.
Crises, I, 195-198; II, 53, 69, 76, 117, 121, 124-125, 132-134, 136, 138-139, 141, 147-151, 153-155, 157-159, 161-166, 169-170, 176, 178, 180, 183-184, 231, 246.

Despotismo, II, 18, 44-45, 50, 60, 65, 93, 98.

Distribuição, I, 7-9, 28, 41, 45, 49, 67, 74, 137, 145, 148-149, 159, 174, 177, 191, 193, 195, 200, 202, 204; II, 8, 50, 98, 103, 181, 232, 241-242.
Divisão do trabalho, I, 50, 52-60, 68, 72, 124, 133, 149, 152, 180; II, 21, 26, 223, 239.

Economia Política, I, 9, 14-16, 32-33, 39-40, 44-45, 49, 64, 67, 86, 89, 132, 141, 144, 148-149, 205, 207; II, 16, 22, 32, 39, 43, 49, 61, 66, 77, 98, 108, 110, 113, 208-211, 214, 219-220, 222, 230, 238, 247.
Educação, I, 7, 13, 27, 29, 33, 44, 48, 64, 66, 81-82, 91, 107-108, 110, 113, 117, 132, 150, 181, 205, 208; II, 3, 10, 21, 40, 42-43, 57, 68, 77, 83, 93, 102, 108, 111, 146-147, 150, 189-192, 197, 199-202, 220, 222, 227-228, 230, 245.
Egoísmo, II, 12, 45, 48, 55, 74, 166, 215, 234-235, 242.
Empresários, I, 174-180, 183, 188-189, 191-196, 207; II, 67-68, 70-71, 76, 81-83, 95, 110, 224.
Ensino, I, 112; II, 25, 42-43, 65, 75, 77, 84, 90, 106, 110, 169-170, 185, 189-191, 198-202, 208-209, 212, 227, 230.
Escolas, I, 206; II, 9, 168-170, 189, 197-202, 227, 231.
Escravidão, I, 146-149; II, 33, 98.

Família, I, 117-118, 137, 144-145, 154, 188, 192, 205; II, 6, 29, 31, 40, 42-43, 56, 66, 69-70, 77, 86, 101-102, 146-147, 150, 158, 170, 203, 219, 235-236, 239, 243-246.
Fraternidade, I, 155; II, 33, 45, 50-51, 54, 97, 235, 242.

Greve, I, 83, 138, 140, 142-145, 155, 178, 188-189, 206; II, 13, 25, 65, 67-71, 77-78, 83, 85, 87-88, 104, 209.
Guerra, II, 5, 7, 10, 12-13, 21-22, 29, 32-33, 37, 40-42, 45, 54, 63, 67, 69, 76, 83, 89-90, 93, 104-106, 112, 145, 158, 168-170, 199, 201, 215, 236.

Harmonia, I, 28, 75, 128, 133-134, 145, 177, 179; II, 26, 33, 38, 50, 60-61, 65, 84, 97, 99-100, 108, 192, 232, 247.

Igualdade, I, 60, 71, 101-102, 104, 110, 115, 143, 152, 162, 165-167, 170, 193, 195; II, 17, 44, 48, 57, 89, 93, 102, 110, 113, 212.
Individualismo, I, 206; II, 113, 210-212, 237.
Indústria, I, 3-6, 8-9, 13, 16, 22-23, 28, 30, 34, 37-38, 41, 53-54, 57, 59, 60, 62-68, 70-71, 73-76, 78, 80-81, 84, 86, 88, 90-91, 93-94, 97-100, 104, 112, 125, 148, 162, 168-169, 172-173, 179, 182-183, 185-186, 189, 193, 195-196, 201, 203, 208, 211; II, 10-14, 17, 19, 21-22, 29, 31, 40, 42-44, 55, 62-63, 65-66, 68, 75, 77, 79-80, 83-85, 89-90, 92, 97, 99, 101-102, 109, 111, 120, 126, 132, 134, 139, 143, 145, 154, 160-161, 169, 185, 194, 210, 212-214, 216-223, 225-232, 237, 242-243, 246.
Instrução, I, 21, 64, 86, 90, 112, 175, 179, 183, 205; II, 14-15, 37, 42-43, 49, 65-66, 81, 93, 102, 106, 110, 165, 167, 189-190, 227, 229, 245, 248.
Internacional, II, 5-6, 9-15, 20-29, 31, 34-35, 37-39, 43, 45, 47, 60-61, 63-64, 68, 70-72, 74-75, 79, 83-86, 88-94, 96, 100-102, 104-109, 113-114.
Internacionalismo, ver Internacional.

Justiça, I, 211; II, 7, 15, 17, 19, 23, 32, 35, 37-38, 65, 82-84, 89-90, 92-93, 152, 173, 211-212, 215, 232, 275.

Liberais, ver Liberal.
Liberal, II, 5-6, 14, 18-19, 26, 29, 61, 77, 107, 232, 248.
Liberdade, I, 134, 149, 151-155, 158, 166, 178, 189, 201-203, 205-206; II, 3, 6-7, 14-21, 29, 42-44, 49, 52-54, 56-58, 61-63, 69, 74, 77-83, 85, 88, 90-92, 98, 102, 106, 108-112, 114, 120, 127, 133, 168, 173, 176-178, 180, 207, 211-213, 215, 217, 219-222, 232, 234-234, 248.
Lucro, I, 46-49, 59, 80, 82, 99, 102-103, 107, 145, 162, 166, 168-172, 174-175, 178, 180-181, 183, 192, 194-195, 201-202; II, 14, 42, 46-47, 50, 52-55, 66, 68-69, 71, 73-76, 81, 85, 87, 97, 103-104, 139, 141, 143, 174, 178, 184, 211, 217, 224.

Máquinas, I, 3-5, 7, 10-11, 17-18, 21, 30-34, 38, 43, 45, 50-51, 53, 63, 65, 69, 72, 77, 79-80, 90-91, 93, 95, 104, 107, 117, 134, 157, 163, 174, 178, 183-186, 201, 208, 210; II, 7, 12-13, 21, 31, 37-38, 41, 68-69, 81, 88-89, 92-93, 99-101, 110-11, 113, 169, 183, 210, 228.
Mercado, I, 140, 172, 179-180, 192-193, 199, 203; II, 29, 36, 49, 54, 67, 72, 81,

83, 96, 112, 119, 121, 124-127, 133, 136, 138-140, 147-149, 153, 155-156, 158, 162, 165, 169-170, 175, 177, 181, 185, 196, 217-218, 220, 223-225, 227-230, 239, 246.
Miséria, I, 139, 155, 183, 187, 191-192, 201, 203, 205, 208, 210; II, 7, 14, 18, 29, 34, 40, 50-51, 54, 58, 65-66, 68-70, 76, 101--103, 121, 158, 167, 215, 225, 231, 275--276, 242.
Moeda, I, 35, 156, 160-166, 172-173, 176, 187, 195, 198-200, 206; II, 25, 65, 72, 82, 85, 141, 174, 177-178, 183-186, 207.
Monopólio, I, 166, 172; II, 33, 46, 53, 83, 91-92, 105, 107, 147, 157, 174-177, 180, 182-185, 209, 216, 218, 221, 228, 232.
Moral, I, 66, 81, 117, 128-129, 132, 134, 139, 144, 155, 172, 178-179, 181, 183, 186, 207, 211; II, 5, 7, 12, 20, 23, 30, 34-35, 39, 42-43, 55, 70, 91, 98, 101-102, 119, 138-139, 146-147, 165-167, 191, 199-200, 203, 219, 224, 236, 237, 245, 249.
Mutualidade, I, 149; II, 42, 47, 57, 59, 63, 90-91, 111, 264.
Mutualismo, ver Mutualidade.

Nação, I, 6, 37, 109-110, 120, 153, 156, 187, 194-195, 199, 204, 206, 210; II, 5-6, 9-10, 12, 16-17, 19-20, 23-24, 34-35, 43, 45, 47, 59, 61-62, 64, 72, 79, 83, 89, 91, 100, 107-108, 120, 169, 184, 211, 213--214, 216-219, 221-223, 225, 227, 229--231, 244, 246-248.
Necessidades, I, 7, 10-12, 28, 33, 41, 44, 60-61, 72, 75-76, 156, 167-168, 180, 200, 204; II, 62, 158, 234, 243.

Operário, I, 3-4, 29, 45, 57-59, 63, 66, 77, 82-83, 85, 91-92, 98-99, 106-108, 110, 112, 140-141, 174-177, 181-182, 184--186, 188-192, 194, 197, 202, 207; II, 8, 15, 19, 21-22, 26-28, 31-32, 34-36, 38--40, 43-47, 53-54, 58-59, 65-68, 71-74, 76-78, 81-83, 85-90, 96, 98, 100-102, 105-106, 111-113, 132, 161, 164, 169, 212, 214, 225, 227-228, 231-232, 243, 245-246.

Pauperismo, II, 69,90,101.
Paz, II, 7, 20, 60, 76, 90-91, 105, 107, 130--131, 145, 167, 169, 235.
População, I, 35-37, 40, 90, 110-111, 118--120, 122, 124-127, 129-130, 140, 150--151, 184, 186, 188, 191, 202; II, 11, 19, 64-66, 70, 94, 106, 111, 169, 221, 224--225, 230, 233, 235-240, 243-244.
Produção, I, 7-16, 18, 21-22, 28, 31, 33, 35--37, 39, 41-42, 45-48, 52, 56-60, 63-71, 73, 76-79, 81, 85-86, 88-89, 92, 103, 107, 115, 123, 127, 133, 137, 149, 151-152, 167-168, 170-171, 173, 175, 183, 190-193, 195-197, 204; II, 12, 14, 22, 25, 35-38, 67-68, 71, 81, 88-89, 93, 99-100, 103-104, 107, 112-113, 139, 145, 163, 170, 214, 223-224, 230, 236-238, 240-243, 247.
Progresso, I, 5-6, 31, 33, 35, 37, 39, 44, 46, 48, 50, 61, 68, 71-77, 81, 84-85, 87, 89--90, 92, 99, 102, 115-119, 122, 124, 126-129, 132, 135-136, 167, 172, 178-179, 182, 188-193, 205-208; II, 7, 16, 21, 23, 30, 32, 34-37, 41-44, 47, 50, 54-56, 62, 64-65, 78, 89, 97-98, 100-101, 105, 108-109, 11-112, 114, 120, 122, 127, 129, 133-134, 139, 144, 164-169, 190, 192, 198, 207, 215, 219, 223, 226-227, 229, 231, 235, 239, 242-243, 245-247.
Propriedade, I, 3, 11, 25, 28-30, 41, 88, 137, 141, 175, 201-202, 204, 207; II, 10, 18, 22, 26, 32-33, 38-39, 51, 57, 60-61, 90-95, 99-100, 102, 107, 111, 113, 122, 190, 211, 214, 234, 243, 245, 247.
Prosperidade, I, 145; II, 14, 42, 59, 68, 70, 86, 95, 103-104, 111, 121-122, 125-126, 134-135, 138, 141, 144, 152, 161, 165, 220, 235-236, 247.
Providencia, I, 96, 204; II, 6, 112, 150, 247--248.

Reciprocidade, II, 65, 83-84.
Revolução, I, 21, 207; II, 6, 10, 13-17, 21, 26-27, 30, 59, 64, 84, 93-94, 107-108, 119, 135, 158, 166-167, 219, 238, 248.
Riqueza, I, 10-14, 22, 38, 44-45, 48, 58, 60, 67, 112, 135, 137, 140-141, 144, 146--149, 152, 156, 165, 178, 183, 185, 187, 191-193, 197, 203-204, 208-209; II, 7-8, 14, 18, 29, 32-34, 38-42, 51, 60, 64, 74, 90, 98, 101-104, 113-114, 121-122, 127, 132-133, 135, 139, 141, 161, 165, 168, 208-209, 215-216, 221, 224, 232, 234, 236, 239, 241-243.

Salário, I, 108, 174, 178, 180-181, 184, 187--188, 190-194, 197, 201; II, 12-13, 20, 22, 26, 32-33, 36-37, 39, 41, 43, 47, 66--77, 81-82, 87-88, 90, 101, 110, 112, 150, 212, 218, 224-225, 231-232.
Seguros, I, 203; II, 14, 48-53, 55, 75, 154, 162.

Serviços, I, 12, 77, 141, 148, 156, 206; II, 62, 78, 73.
Servidão, II, 21, 23, 32, 62, 82, 114, 234.
Socialismo, I, 211; II, 6, 9, 22, 29-29, 37, 39--40, 42, 46, 57-60, 68, 77, 92-93, 100, 106, 108, 110-111, 113, 212, 214, 216, 245.
Socialistas, ver Socialismo.
Sociedade, I, 5-10, 25, 40, 47-48, 51-53, 55--56, 59, 73-76, 78, 80-81, 88-90, 99, 107, 117, 125, 128-129, 132, 134-137, 141, 144-147, 150-152, 154-158, 168, 170, 175-177, 180, 183-184, 188, 190-193, 195-196, 202-205, 207, 211; II, 3, 5-9, 11-13, 15-16, 18, 22, 24-25, 28, 31, 36-38, 42-43, 72-73, 133, 135, 236-237, 239-241, 243-245.
Solidariedade, I, 72, 181, 206; II, 12, 14, 21, 23, 65, 68, 84,89, 111.

Trabalho, I, 3-9, 11, 13-14, 16-18, 20-22, 24-32, 34, 41-47, 49-55, 57-58, 62-77, 79-91, 94, 98-99, 103, 105, 108, 111, 115, 117-118, 127, 130-132, 142, 144, 148-150, 153, 155-157, 162, 164-165, 168-170, 174-185, 187, 190-192, 194--196, 201, 204, 209-211; II, 7-8, 11-13, 15, 18, 20, 23, 25, 29, 31-33, 35-40, 42, 47, 52-53, 55-61, 65-70, 72-76, 79, 81--83, 85-90, 93, 95-107, 112, 113, 117, 123-124, 128, 132-133, 139, 143, 148, 158, 160, 162, 164, 169-170, 185, 191--192, 200-202, 210, 213-218, 220-222, 224-227, 229, 231-232, 237, 240, 242, 244-245.

Utilidade, I, 10-13, 21, 27, 30, 46, 63-64, 76, 78, 80-82, 137, 156-157, 159, 167, 170, 200, 206, 210; II, 37.
Utopias, II, 49, 56, 61, 72, 75.

Valor, I, 10-14, 16, 20-21, 25-26, 28, 31, 41, 51, 57, 59, 62-64, 70, 72, 75-76, 100--101, 103, 108, 145, 148, 156-157, 159--163, 166-167, 169, 172-173, 176, 179, 196, 198-199; II, 37, 48, 72-73, 96, 98, 101, 120, 212.

## COLECÇÃO DE OBRAS CLÁSSICAS DO PENSAMENTO ECONÓMICO PORTUGUÊS

A *Colecção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português* é uma iniciativa editorial que visa possibilitar um mais fácil contacto, quer do público em geral, quer dos estudiosos das áreas das ciências sociais e humanas em particular, com obras desde há muito esgotadas ou com textos apenas disponíveis em forma manuscrita. Pretende-se com esta *Colecção* proporcionar um melhor conhecimento dos autores que no passado construíram as suas interpretações e análises sobre a realidade económica e social portuguesa.

*Concepção e realização:* CISEP (Centro de Investigação Sobre Economia Portuguesa do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa).

*Coordenador Geral:* José Luís Cardoso.

*Consultor Principal:* Manuel Jacinto Nunes.

*Patrocínio Financeiro:* Banco de Portugal e Fundação Calouste Gulbenkian.

*Editor:* Banco de Portugal